

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Tese de Doutorado

**PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO:
APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PAISAGEM
DE AGUDO-RS**

João Paulo Schwerz

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celia Ferraz de Souza – UFRGS, BR

Porto Alegre
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO:
APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PAISAGEM
DE AGUDO-RS**

João Paulo Schwerz

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional, Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, Linha de Pesquisa Cidade, Cultura e Política.

Orientadora:

**Professora Dr^a. Celia Ferraz de Souza
(UFRGS, BR)**

**PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
2017**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Schwerz, João Paulo

Patrimônio e planejamento: aproximações a partir da
paisagem de Agudo-RS / João Paulo Schwerz. -- 2017.
399 f.

Orientador: Celia Ferraz de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Planejamento urbano e regional. 2. Patrimônio
cultural. 3. Paisagem. 4. Paisagens ordinárias. I.
de Souza, Celia Ferraz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A tese intitulada **PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PAISAGEM DE AGUDO-RS**, de autoria de **João Paulo Schwerz**, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional, tendo sido aprovada sua versão final em 07 de abril de 2017, em cumprimento às normas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR.

Professora Dr^a. Celia Ferraz de Souza
Orientadora e Presidente da Banca – PROPUR
UFRGS

Professor Dr^a. Daniela Marzola Fialho
Dep. Arquitetura e Urbanismo – PROPUR
UFRGS

Professor Dr. Roberto Verdum
Dep. de Geografia – IG; PGDR
UFRGS

Professor Dr. Andrey Rosenthal Schlee
Faculdade de Arquitetura
UnB

Professor Dr^a. Maria Goula
Landscape Architecture Department
Cornell University

À Aurora, que chegou para iluminar definitivamente o resto dos meus dias.

AGRADECIMENTOS

Esta tese necessitou muito tempo e muito esforço individual para ser concretizada, mas nunca poderia ser uma *tese* de fato sem a contribuição de um número muito grande de instituições e definitivamente de um número muito grande de pessoas. Se este trabalho chegou a seu fim com algum mérito, isso se deve sem qualquer modéstia ou constrangimento à mais amigos, conhecidos, parentes, colegas e até mesmo à anônimos que eu poderia recordar e registrar aqui.

Ainda assim, não poderia deixar de citar àqueles sem os quais a tese sequer poderia ser cogitada:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa integral, que possibilitou uma dedicação equivalente à exigência de um trabalho deste tipo, e pela oportunidade do estágio no exterior, cuja consumação foi determinante para o destino desta investigação;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pública, gratuita e de qualidade, privilégio num país com tantas carências, e sempre ameaçado pelo ambíguo privilégio individual;

Ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) pela oportunidade e estrutura de aprendizagem;

À professora Celia Ferraz de Souza, amável orientadora desta pesquisa, por aceitar a empreitada, e principalmente por acreditar mais por intuição que por razão no seu desenvolvimento e resultados;

Aos professores e colegas do Laboratório da Paisagem (PAGUS), do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT), ambos da UFRGS, e aos colegas do Centre de Recerca i Projectes de Paisatge Barcelona (CRPPB), da UPC, pelo ambiente de discussão, produção e, sobretudo, descontração que marcaram este período;

À Universidade Politècnica da Catalunya (UPC), pela estrutura e acolhimento;

À Maria Goula, definitivamente, cuja fascinante destreza pessoal e profissional foi determinante para os rumos desta tese;

Ao Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), pela disponibilidade irrestrita de material fundamental para pesquisa;

Ao Arquivo de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, ao Centro Cultural Brasileiro Alemão de Agudo, aos arquivos pessoais de fotografias, às bibliotecas e Centros de Pesquisa consultados, cujo material primário enriqueceu sobremaneira o desenvolvimento desta tese, e especialmente àquelas pessoas que os administram, manejam e os mantêm em funcionamento, pela presteza e atenção;

Aos mestres e colegas de longe e de perto pelo apoio acadêmico decisivo e espiritual incondicional: Pere Sala, Letícia Bauer, Diego e Aline Rayck, Daniela Colafrancheschi, Alessandra Romeo, Luisa Durán, Daniele Caron, Vladi e Matilde, Andrey Schlee, Custódio, e especialmente a Sérgio e Marina Martins;

À família Cañas Martins, especialmente na figura de Marisa, e à família Schwerz, sobretudo à João Astor e Heloisa, pelo amor absoluto que é o que importa de verdade;

À Marina Martins, por me fazer querer ser melhor há tanto tempo com a mesma paciência e ternura, e por tudo o que construímos e concebemos juntos apesar da tese e em função da vida;

À todos estes e àqueles que não constam aqui mas foram parte disso: meu carinho, gratidão e admiração, esperando que este trabalho tenha alguma validade como retribuição.

RESUMO

A tese utiliza o conceito de *paisagem* para discutir questões relacionadas às áreas da Arquitetura e Urbanismo e de Planejamento Urbano e Regional, focando essencialmente na questão patrimonial. Assume como pressuposto que a paisagem enquanto construção social evidencia valores não usualmente considerados pela prática profissional, mas que participam efetivamente na criação e/ou manutenção de identidades, por isso essenciais para o êxito de projetos e planos em diferentes escalas de atuação. A pesquisa sustenta que tais valores estão presentes nas paisagens comuns, cotidianas, evocadas aqui como *paisagens ordinárias*, em contraponto àquelas porções de território tradicionalmente destacadas como patrimônio por seu caráter excepcional. O percurso da investigação considera uma aproximação filosófica histórica com o conceito de paisagem no ocidente, identificando vertentes estruturais para seu estudo, de onde derivam os parâmetros de atuação nas disciplinas em que a tese se inscreve. A investigação também discute distintos métodos de leitura e interpretação da paisagem de diferentes realidades, analisando seus contextos técnicos e administrativos para, finalmente, construir uma interpretação sobre as paisagens de Agudo, no Rio Grande do Sul, a partir de suas representações técnica e comuns, indicando outra perspectiva para as práticas profissionais diretamente envolvidas. Por fim, evidencia o papel decisivo das *paisagens ordinárias* na conformação de identidade territorial, requisitando uma postura mais ampla, integrada e ativa em relação ao patrimônio e à paisagem na área do planejamento urbano e regional e da arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: paisagem; patrimônio; paisagens ordinárias; construção social da paisagem; planejamento e gestão territorial.

RESUMEN

La tesis utiliza el concepto de *paisaje* para discutir cuestiones relacionadas a las áreas de Arquitectura y Urbanismo, así como de Planificación Territorial, enfocando en la cuestión patrimonial. Asume como premisa que el paisaje en cuanto construcción social evidencia valores no usualmente considerados por la práctica profesional, pero que participan efectivamente en la creación y/o mantenimiento de identidades, por lo tanto, esenciales para el éxito de proyectos y planes en diferentes escalas de actuación. La tesis sostiene que tales valores son parte de los paisajes comunes, cotidianos, evocados aquí como *paisajes ordinarios*, en contraposición a aquellas porciones de territorio tradicionalmente destacadas como patrimonio por su carácter excepcional. El curso de la investigación considera una aproximación histórico-filosófica con el concepto de paisaje en el occidente, identificando vertientes estructurales para su estudio, desde dónde derivan los parámetros de actuación en las disciplinas en las que la tesis se inscribe. La investigación también discute distintos métodos de lectura e interpretación del paisaje de diferentes realidades, analizando sus contextos técnicos y administrativos para, por fin, construir una interpretación de los paisajes de Agudo, en Rio Grande do Sul – Brasil, a partir de sus representaciones técnicas y comunes, indicando otra perspectiva para las prácticas profesionales directamente involucradas. Por fin, evidencia el papel decisivo de los *paisajes ordinarios* en la conformación de identidad territorial, demandando una postura más amplia, integrada y activa hacia el patrimonio y el paisaje en el área de la planificación territorial y de la arquitectura.

Palabras clave: paisaje; patrimonio cultural; paisajes ordinarios, construcción social del paisaje, planificación y gestión territorial.

ABSTRACT

The thesis uses the concept of *landscape* to discuss questions related to the fields of Architecture and Urbanism and of Urban and Regional Planning, focusing essentially on heritage aspects. It assumes that the landscape, while social construction, conveys values that are not usually considered by professional practice but that effectively participate in the creation and/or maintenance of identities, and are thus essential for the success of the projects and plans in different scales of activity. The research sustains that such values are present in the usual, daily landscapes, evoked here as *ordinary landscapes*, in contrast to those areas of the territory, which are traditionally highlighted as patrimony by their exceptional character. The investigation considers a philosophical-historical approach with the concept of western landscape, identifying structural frameworks for its study, from which derive the parameters of action in disciplines related to the thesis. The investigation also discusses distinct methods of reading and interpreting the landscape of different realities to finally construct an interpretation about the landscapes of Agudo, Rio Grande do Sul, from its technical and common representations, indicating another perspective for the professional practices directly involved. Finally, it shows the decisive role of ordinary landscapes in the conformation of territorial identity, calling for a broader, integrated and active attitude towards heritage and landscape in the field of urban and regional planning and architecture and urbanism.

Key words: landscape; cultural heritage; ordinary landscape; social construction of the landscape; territorial planning and management.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01:** Localização do Estado do Rio Grande do Sul e de Agudo. **Fonte:** Elaboração própria a partir de base georreferenciada; 2014. p.46
- Imagem 02:** Detalhe do mapeamento de imagens georreferenciadas sobre imagem de satélite de domínio público. **Fonte:** Edição do autor (2013). p.53
- Imagem 03:** Captura de tela exemplificando o acesso dos dados e imagens do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo. **Fonte:** Edição do autor (2014). p.53
- Imagem 04:** Captura de tela exemplificando o acesso dos dados e imagens do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo. **Fonte:** Edição do autor (2014). p.54
- Imagem 05:** Fotografia isolada do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo (Igreja Luterana da Linha Boêmia). **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.54
- Imagem 06:** Fotografia panorâmica do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.54
- Imagem 07:** Diagrama dos temas centrais à tese. **Fonte:** Elaboração própria, 2016. p.60
- Imagem 08:** Diagrama de encadeamento dos assuntos tratados na pesquisa. **Fonte:** Elaboração própria, 2016. p.61
- Imagem 09:** A Comparative View of the Lengths of the Principal Rivers of Scotland. Publicado em: Atlas of Scotland: John Thomson, Edinburgh, 1822. **Fonte:** <http://commons.wikimedia.org> p.77
- Imagem 10:** *New and Improved View of the Comparative Heights, of the Principal Mountains and Lengths of the Principal Rivers in the World.* Publicado em: Darton and Gardner Comparative Chart of World Mountains and Rivers – Geographicus, 1823. **Fonte:** <http://commons.wikimedia.org>. p.77
- Imagem 11:** *Geographical distribution of indigenous vegetation.* The physical atlas of natural phenomena Henfrey, Arthur; Johnston, Alexander Keith; Schouw, Joakim Frederik, 1854. “Phytology & zoology no. 2”, David Rumsey Map Collection. **Fonte:** <http://mapsandcharts.tumblr.com>. p.78
- Imagem 12:** Mapa das UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL (UPNs) do Rio Grande do Sul (2006). **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa FEPAM (2010). p.216
- Imagem 13:** Situação do Estado do Rio Grande do Sul em relação aos territórios limítrofes com destaque para as UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL (UPNs) do Rio Grande do Sul (2005) e a localização do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa FEPAM (2010). p.226
- Imagem 14:** Mapa das UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL (UPNs) do Rio Grande do Sul (2005) com destaque para a situação do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa FEPAM (2010). p.227
- Imagem 15:** Mapa Planialtimétrico do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009). p.228
- Imagem 16:** Mapa Declividades do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009). p.228
- Imagem 17:** Panorama representativo da UPN DP1 no município de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor, 2013. (p.226) p.229
- Imagem 18:** Panorama representativo da UPN PM14 no município de Agudo. **Fonte:** Foto do autor, 2013. p.230
- Imagem 19:** Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009). p.231
- p.231

- Imagem 20:** Mapa de sítios paleontológicos do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009).
- Imagem 21:** Estado atual do antigo Armazém Treptow. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008). p.236
- Imagem 22:** Antigo cinema do Município. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008). p.236
- Imagem 23:** Ficha imóvel urbano Agudo (URB 009). **Fonte:** Elaboração Equipe Inventariação do Patrimônio Cultural do Plano Ambiental da Quarta Colônia (2009). p.238
- Imagem 24:** Ficha imóvel rural Agudo (RUR 002). **Fonte:** Elaboração Equipe Inventariação do Patrimônio Cultural do Plano Ambiental da Quarta Colônia (2009). p.239
- Imagem 25:** Os galpões de secagem de fumo são presença constante no interior rural. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.243
- Imagem 26:** Os morros permanecem como panos de fundo para as construções rurais, sendo a principal característica da “paisagem” reconhecida nas entrevistas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.243
- Imagem 27:** Desfile de carros alegóricos em homenagem ao imigrante. **Fonte:** DVD 520 Fotos Antigas de Agudo/RS, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.245
- Imagem 28:** Apresentação de danças típicas (ano desconhecido). **Fonte:** DVD 520 Fotos Antigas de Agudo/RS, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.245
- Imagem 29:** Contracapa de publicidade turística para a Volksfest, ou Festa do Povo. **Fonte:** Material promocional do município de Agudo, 2012. p.245
- Imagem 30:** Promoção de produtos típicos em publicidade turística. **Fonte:** Material promocional do município de Agudo, 2012. p.245
- Imagem 31:** A mescla cultural se faz notar na paisagem e nos costumes. Morador da Picada do Rio com seu chimarrão costureiro. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.248
- Imagem 32:** A igreja luterana da Picada do Rio se destaca na paisagem. **Fonte:** Fotografia de Dori Müller (2008). p.248
- Imagem 33:** Capa de livro didático de 1º grau de 1985. **Fonte:** Edição do autor (2014). p.251
- Imagem 34:** Capa de livro didático de 1º grau de 1989. **Fonte:** Edição do autor (2014). p.251
- Imagem 35:** Detalhe do brasão do município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014). p.251
- Imagem 36:** O morro Agudo e outros pontos culminantes do município mapeados. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2014). p.252
- Imagem 37:** A sede do município tem origem a partir do traçado entre morros. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2014). p.252
- Imagem 38:** Mapeamento dos limites e principais referências geográficas. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014). p.252
- Imagem 39:** Localização esquemática das principais Localidades do município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014). p.252
- Imagem 40:** Ilustração das áreas prioritárias de plantio de arroz no município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014). p.252
- Imagem 41:** Ilustração das áreas prioritárias de plantio de tabaco no município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014). p.252
- Imagem 42:** Detalhe de maquete do município de Agudo exposta em escola do município. **Fonte:** Fotografia editada do autor (2013). p.253

- Imagem 43:** Detalhe de mapa elaborado por aluno de 1º grau. **Fonte:** Fotografia editada do autor (2013). p.253
- Imagem 44:** Cascatas no interior do município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2015). p.254
- Imagem 45:** As primeiras igrejas. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2015). p.254
- Imagem 46:** Fotografia família *Schiefelbein* em 1861. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.256
- Imagem 47:** Fotografia família *Ehrhardt* (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.256
- Imagem 48:** Fotografia família *Fiss* no ano de 1900. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.256
- Imagem 49:** Fotografia família *Klüsener* e *Streck* de 1905. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.256
- Imagem 50:** Fotografia família *Grellmann* em 1940. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.256
- Imagem 51:** Alberto *Milbradt* e Otilia *Becker* recém casados. Ano de 1911. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.256
- Imagem 52:** Anúncio publicitário da década de 1930 do Colégio Centenário. **Fonte:** Imagem retirada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*. Editada pelo do autor (2015). p.257
- Imagem 53:** Anúncio publicitário da década de 1930 da casa de comércio da família Hentschke. **Fonte:** Imagem retirada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*. Editada pelo do autor (2015). p.257
- Imagem 54:** Anúncio publicitário da década de 1930 da casa de comércio da família Krüger. **Fonte:** Imagem retirada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*. Editada pelo do autor (2015). (p.252) p.257
- Imagem 55:** Fotografia da Serraria *Becker* (Linha Teutônia) em 1928. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.258
- Imagem 56:** Fotografia de moinho no interior do município. **Fonte:** DVD 520 Fotos Antigas de Agudo/RS, de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.258
- Imagem 57:** Fotografia emoldurada no Centro Cultural Brasileiro Alemão de Agudo sem legenda. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.258
- Imagem 58:** Igreja Evangélica de Agudo (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.258
- Imagem 59:** “*Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia*”. Óleo sobre madeira. Alexis Puhlmann (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.259
- Imagem 60:** Sem título. Óleo sobre madeira. Alexis Puhlmann (1912). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.259
- Imagem 61:** Sem título. Óleo sobre madeira. Alexis Puhlmann (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.259
- Imagem 62:** Sem título. Óleo sobre madeira. Alexis Puhlmann (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015). p.259
- Imagem 63:** Implantação da antiga residência rural da família Schiefelbein. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.261
- Imagem 64:** Panorama de residência rural na Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.261
- Imagem 65:** Propriedade da família Behrenz na Localidade Canto Católico. **Fonte:** Fotografia do autor (2012). p.261

Imagem 66: Panorama de lote rural na Localidade Várzea do Agudo. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.262
Imagem 67: Panorama de lote rural na Localidade Linha Teutônia. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.262
Imagem 68: Panorama de lote rural na Linha Nova Boêmia, interior de Agudo. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.262
Imagem 69: Detalhe de pintura de Alexis Puhlmann “ <i>Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia</i> ”. Fonte: Fotografia de original editada pelo do autor (2015).	p.264
Imagem 70: Ilustração mostrando materiais e utensílios para agricultura. Fonte: Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).	p.264
Imagem 71: Campo sendo lavrado na propriedade Ehrhardt (Linha Boêmia) Fonte: Fotografia do autor (2009).	p.264
Imagem 72: Carroça conduzida por Oswaldo Raddatz em sua propriedade na Linha Teutônia. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.264
Imagem 73: Zorra em utilização no interior do município. Fonte: Fotografia do Inventário do Plano Ambiental (2009).	p.264
Imagem 74: Detalhe de pintura de Alexis Puhlmann “ <i>Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia</i> ”. Fonte: Fotografia de original editada pelo do autor (2015).	p.266
Imagem 75: Jardim e horta cultivada em frente à residência na sede do município (esq.). Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.266
Imagem 76: Jardim e horta em frente à residência no interior do município (Linha Teutônia). Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.266
Imagem 77: Horta com jardim frontal de residência no interior do município (Linha Teutônia). Fonte: Fotografia do autor (2012).	p.266
Imagem 78: Jardim frontal de residência no interior do município (Linha das Flores). Fonte: Fotografia do autor (2009).	p.266
Imagem 79: Detalhe de pintura de Alexis Puhlmann “ <i>Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia</i> ”. Fonte: Fotografia de original editada pelo do autor (2015).	p.269
Imagem 80: Detalhe de pintura de Alexis Puhlmann “ <i>Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia</i> ”. Fonte: Fotografia de original editada pelo do autor (2015).	p.269
Imagem 81: Armazém Müller; Localidade Picada do Rio. Atualmente em uso. Fonte: Fotografia de Lidiane Drews (2009).	p.270
Imagem 82: Salão e Armazém Müller; Localidade Linha Boêmia. Fonte: Fotografia do autor (2009).	p.270
Imagem 83: Armazém Müller (Linha Boêmia) com partes do enxaimel comprometidas. Fonte: Fotografia do autor (2009).	p.270
Imagem 84: Casa enxaimel em estado de arruinamento; Localidade Várzea do Agudo. Fonte: Fotografia do autor (2009).	p.270
Imagem 85: Construção enxaimel propriedade Fisher, Localidade Linha Teutônia. Fonte: Inventário do Plano Ambiental (2008).	p.270
Imagem 86: Construção enxaimel transladada elevada para servir de depósito da propriedade Behrenz no Canto Católico. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.270
Imagem 87: Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.271
Imagem 88: Detalhe da estrutura enxaimel do Salão de baile e Armazém Müller na Localidade Linha Boêmia. Fonte: Fotografia do autor (2013).	p.271

- Imagem 89:** Detalhe da construção enxaimel trasladada e elevada para servir de depósito da propriedade Behrenz no Canto Católico. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008). p.271
- Imagem 90:** Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.271
- Imagem 91:** Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.271
- Imagem 92:** Detalhe da estrutura enxaimel mista do Armazém e Salão de Baile Müller na Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.271
- Imagem 93:** Detalhe de estrutura enxaimel mista na Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.272
- Imagem 94:** Detalhe da estrutura enxaimel mista do Armazém Müller na Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.272
- Imagem 95:** Detalhe da construção enxaimel trasladada e elevada para servir de depósito da propriedade Behrenz no Canto Católico. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008). p.272
- Imagem 96:** Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.272
- Imagem 97:** Cartão postal do ano de 1900 (apr.) promovendo a propriedade Ehrhardt, na localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo autor (2014). p.274
- Imagem 98:** Cartão postal de 1900 (apr.) promovendo a casa comercial Treptow, a primeira de relevância na Colônia (1869). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo autor (2014). p.274
- Imagem 99:** Vista atual da residência e salão de baile Ehrhardt. Em relação ao postal foram adicionados avanços de sacada, já históricos. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.275
- Imagem 100:** Fachada de fundos do salão de baile. No porão funcionava a fábrica caseira que fornecia bebidas para os bailes. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.275
- Imagem 101:** Vista exterior atual da residência Ehrhardt destacando o volume do salão de baile. **Fonte:** Fotografia do autor (2012). p.275
- Imagem 102:** Estado atual da antiga casa comercial Treptow, na Avenida Paraíso na sede do município de Agudo. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.275
- Imagem 103:** Interior do sótão do antigo comércio Treptow, mostrando um estado de conservação mediano, mas em degradação. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.275
- Imagem 104:** Detalhe de intervenção equivocada na edificação histórica e pontos de degradação de material. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.275
- Imagem 105:** Edificação característica no perímetro urbano de Agudo. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.277
- Imagem 106:** Edificação típica onde se nota a mudança de inclinação junto à parte traseira. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.277
- Imagem 107:** Edificação no interior que apresenta o telhado com tacaniça. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.277
- Imagem 108:** Edificação da sede do município com telhado em ponto alto. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.277
- Imagem 109:** Edificação histórica formada por justaposição de volumes na sede de Agudo. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.277
- Imagem 110:** Edificação histórica composta no centro do município. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). p.277

- Imagem 111:** Edificação com estrutura enxaimel completada por pedras grés no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).
- Imagem 112:** Residência no interior construída integralmente com pedras arenito emparelhadas. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). **p.279**
- Imagem 113:** Residência no interior construída integralmente com pedras arenito emparelhadas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.279**
- Imagem 114:** Edificação no interior do município estruturada com pilares de pedra arenito. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). **p.279**
- Imagem 115:** Residência construída integralmente com pedras arenito aparelhadas e recobertas com fluído à base de cal e areia. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). **p.279**
- Imagem 116:** Detalhe da técnica de recobrimento e posterior pintura imitando ou recompondo os rejuntas entre os blocos de pedra grés. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). **p.279**
- Imagem 117:** A igreja protestante na sede ainda é a referência espacial mais destacada para quem chega pela estrada velha. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.280**
- Imagem 118:** A igreja protestante da Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.280**
- Imagem 119:** Salão de baile e Armazém Müller. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). **p.280**
- Imagem 120:** Salão de baile Grellman. **Fonte:** Fotografia de Dori Müller (2009). **p.280**
- Imagem 121:** A propriedade Ehrhardt. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). **p.280**
- Imagem 122:** A Sociedade Esportiva 28 de Setembro na Linha Teutônia. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009). **p.280**
- Imagem 123:** Fotografia da família Bastion Mann. Linha Coronel Moreira César. **Fonte:** Capa traseira da obra WERLANG, William. Colônia Santo Ângelo (1857-1890). Ed. Pallotti: Santa Maria [s/ano]. Atribuída à Solange Becker (s/ data). Fotografia editada pelo autor (2015). **p.282**
- Imagem 124:** Reprodução de pintura de Alexis Puhlmann de cascata na Linha Teutônia – Agudo (óleo sobre madeira, ca. 1900). **Fonte:** BECKER, Klaus (org.). Enciclopédia Rio-grandense. 2o. Volume. O Rio Grande Antigo. Editorial Regional LTDA: Canoas, R.G.S., Brazil, 1956 (p.263). Fotografia editada pelo autor (2016). **p.282**
- Imagem 125:** Fotografia da Cascata Raddatz no Centro Cultural Brasileiro–Alemão de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.282**
- Imagem 126:** Prospecto promocional onde aparecem o Morro Agudo, a Cascata Raddatz, a Casa da Cultura e o ipê roxo em flor, árvore símbolo do município. **Fonte:** Prospecto turístico de Agudo. Editado pelo autor (2014). **p.285**
- Imagem 127:** Contracapa do mesmo prospecto com uma localização regional esquemática do município e imagens da “paisagem” de Agudo. **Fonte:** Prospecto turístico de Agudo. Editado pelo autor (2014). **p.285**
- Imagem 128:** Interior do prospecto destacando festas, arquitetura e pontos característicos (morro da Asa Delta, Cascata Raddatz, Gruta do Índio, etc.). **Fonte:** Prospecto turístico de Agudo. Editado pelo autor (2014). **p.285**
- Imagem 129:** Prospecto promocional próprio do município mostrando a Cascata Raddatz e o Morro Agudo (com menos destaque). **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.285**
- Imagem 130:** Prospecto próprio do Condesus (destaque regional) explorando esteticamente o pôr do sol e o perfil do Morro Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.285**
- Imagem 131:** Prospecto próprio do Condesus (promoção regional) destacando o Salão de Baile Ehrhardt associando valor cultural à arquitetura. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.285**

- Imagem 132:** Mapa de valores e referências paisagísticas de Agudo. **Fonte:** Elaboração própria a partir das citações mais recorrentes nos questionários e entrevistas referenciados anteriormente. **p.287**
- Imagem 133:** Sobreposição georreferenciada da *Planta da Colonia de Santo Angelo*. **Fonte:** Elaboração própria a partir de fotografias próprias do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.289**
- Imagem 134:** Detalhe da *Planta da Colonia de Santo Angelo*. **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.289**
- Imagem 135:** Detalhe da *Planta da Colonia de Santo Angelo*. **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.289**
- Imagem 136:** Detalhe da *Planta da Linha Branca, Colonia Santo Ângelo, Município de Agudo* (s/ ano). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.291**
- Imagem 137:** Detalhe da (cópia autenticada) *Planta dos lotes nº42 a 50 da Linha Boêmia, Município de Agudo* (s/ ano). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.291**
- Imagem 138:** Detalhe da *Planta do Núcleo Soturno e parte da Colônia de Santo Ângelo* (Cópia de original em 1959). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.291**
- Imagem 139:** Detalhe da *Planta do Núcleo Soturno e parte da Colônia de Santo Ângelo* (Cópia de original em 1959). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.291**
- Imagem 140:** Detalhe de Carta do Exército de 1970 (1ª impressão). **Fonte:** Edição a partir de fotografia do original [Ministério do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico] da Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.291**
- Imagem 141:** Detalhe de Carta do Exército de 1970 (1ª impressão). **Fonte:** Edição a partir de fotografia do original [Ministério do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico] da Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013. **p.291**
- Imagem 142:** Detalhe da *Planta da Colonia de Santo Ângelo*. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de fotografia do mapa original de 1878 (2013). **p.295**
- Imagem 143:** Vista da cidade a partir do Morro Pelado (s/ano). **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. **p.295**
- Imagem 144:** Vista da cidade a partir do Morro Agudo (s/ ano). **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. **p.295**
- Imagem 145:** Vista do Morro Agudo a partir da Avenida Concórdia (década de 1960). **Fonte:** Fotografia de Erni Böck. **p.295**
- Imagem 146:** Vista do Morro Agudo a partir da Avenida Concórdia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). **p.295**
- Imagem 147:** Imagem aérea da sede do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (*Google Earth*) (2014). **p.296**
- Imagem 148:** Corte esquemático mostrando a conformação da Avenida Concórdia como divisor de águas e eixo estrutural urbano da sede do município. **Fonte:** Desenho do autor (2014). **p.297**
- Imagem 149:** Corte esquemático mostrando a tendência atual de urbanização em áreas mais inclinadas e a proximidade de áreas de cultivo. **Fonte:** Desenho do autor (2014). **p.297**

- Imagem 150:** Corte esquemático mostrando a tendência atual de densificação em altura na área central de Agudo. **Fonte:** Desenho do autor (2014). p.297
- Imagem 151:** Imagem aérea da sede do município de Agudo indicando padrões de transição entre campo e cidade. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (*Google Earth*) (2014). p.300
- Imagem 152:** (VISTA 1 INDICADA) Vista da Av. Concórdia direção leste desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.300
- Imagem 153:** (VISTA 2 INDICADA) Vista da Av. Concórdia em direção sul desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.300
- Imagem 154:** (VISTA 3 INDICADA) Vista da Av. Concórdia direção oeste desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.300
- Imagem 155:** (VISTA 4 INDICADA) Vista da Av. Concórdia em direção norte desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.300
- Imagem 156:** (VISTA 5 INDICADA) Vista a partir do centro da cidade (direção leste). **Fonte:** Fotografia do autor (2014). p. 301
- Imagem 157:** (VISTA 6 INDICADA) Vista a partir do centro da cidade (direção oeste). **Fonte:** Fotografia do autor (2014). p. 301
- Imagem 158:** (VISTA 7 INDICADA) Vista a partir de parte elevada mas central da cidade (direção leste). **Fonte:** Fotografia do autor (2014). p.301
- Imagem 159:** Esquematização de padrões paisagísticos no município de Agudo. **Fonte:** Elaboração própria a partir de imagem de satélite (*Google Earth*), (2014). p.303
- Imagem 160:** (SEÇÃO ESQUEMÁTICA 1): Imagem esquemática da sede do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (*Google Earth*), (2014). p.303
- Imagem 161:** (SEÇÃO ESQUEMÁTICA 2):): Imagem esquemática da sede do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (*Google Earth*), (2014). p.303
- Imagem 162:** Vista 1 (INDICADA). Desde o plano da estrada (Picada do Rio). **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.304
- Imagem 163:** Vista 2 (INDICADA). Desde o plano da estrada (Picada do Rio). **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.304
- Imagem 164:** Panorama comum no interior de Agudo. **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.307
- Imagem 165:** Panorama típico da colheita do arroz nas várzeas do Jacuí, em Agudo. **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.307
- Imagem 166:** Propriedade no interior do município com lavoura de tabaco frontal à residência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.307
- Imagem 167:** Propriedade do interior do município com lavoura de arroz frontal à residência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.307
- Imagem 168:** Panorama da chegada ao município de Agudo, com o morro que o nomeia ao fundo. Em primeiro plano a várzea cultivada. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.307
- Imagem 169:** Panorama comum desde as áreas mais onduladas no interior de Agudo, com encostas cultivadas com tabaco. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.307
- Imagem 170:** Várzea cultivada com arroz junto às margens do Jacuí em Agudo. É possível visualizar leves diferenças de nível e as taipas entre os quadros. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.309

- Imagem 171:** Encosta de morro parcialmente contida por muros de pedra e cultivada com tabaco no interior do município de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.309
- Imagem 172:** Canal artificial para distribuição de água para quadros de arroz. **Fonte:** Fotografia do autor (2012). p.309
- Imagem 173:** Canal artificial para distribuição de água para quadros de arroz. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.309
- Imagem 174:** Inauguração de uma ponte no interior do município de Agudo na década de 1960. **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.310
- Imagem 175:** Imagem da instalação de infraestrutura para a sede. (sem data). **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.310
- Imagem 176:** Chegada de energia elétrica e os postes marcam a paisagem, (sem data). **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.310
- Imagem 177:** Os equipamentos de progresso ostentados junto à prefeitura do município. (sem data). **Fonte:** DVD *520 Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções. p.310
- Imagem 178:** A Barragem de Dona Francisca desde uma das pontes do Jacuí. Ícone bastante acionado por meio das respostas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.310
- Imagem 179:** Os grandes postes das redes de alta tensão também são ícones constantes na paisagem, mas não parecem relacionados à ela. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.310
- Imagem 180:** Vista superior da Cascata Raddatz a partir de mirante exclusivamente construído para tal fim. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.313
- Imagem 181:** Registro de coroação de rei e rainha da Cascata Raddatz (1992). **Fonte:** Arquivo privado família Raddatz. Fotografia de original editado pelo autor (2013). p.313
- Imagem 182:** Imagem do Rio Jacuí refletindo o sol da tarde na Picada do Rio, interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.313
- Imagem 183:** O fenomenal volume d'água da Barragem Dona Francisca pode ser visto à distância. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.313
- Imagem 184:** O Morro da Igreja (ao fundo à direita) visto a partir da Picada do Rio, interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.313
- Imagem 185:** A Gruta do Índio, Localidade Linha dos Pomeranos. **Fonte:** Fotografia de Fernando Adalto disponível em: www.panoramio.com/photo/46084067 (2016). p.313
- Imagem 186:** Imagem de publicação comemorativa de 75 anos de imigração alemã na antiga Colônia Santo Ângelo, Agudo, de 1932 destacando o morro *Finkenberge*. **Fonte:** Imagem copiada do livro *75 Jahre Deuschtum Santo Ângelo – Agudo*, Drud von Rotermund & Co., São Leopoldo, de 1932 editada pelo autor (2008). p.315
- Imagem 187:** Vista panorâmica (sentido sul) desde o Morro *Finkenberg*, ou *Morro da Asa Delta*. **Fonte:** Fotografia do autor (2008). p.315
- Imagem 188:** Quadros de arroz cobertos de água no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.316
- Imagem 189:** Os mesmos quadros de arroz da imagem precedente, germinando em diferentes tons de verde. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.316
- Imagem 190:** Em primeiro plano lavoura de tabaco recém plantado. Fechando a perspectiva galpões de cura e residência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.319
- Imagem 191:** Casa comercial e galpões (ou estufas) de fumo em cruzamento de estradas no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.319

- Imagem 192:** Residência no interior do município e edificações de apoio, onde se destaca o galpão (ou estufa) de secagem. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.319
- Imagem 193:** Residência do interior do município com os galpões (ou estufas) de secagem do tabaco ao fundo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.319
- Imagem 194:** Residência e construções de apoio com galpão (ou estufa) de secagem de fumo (à direita). **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.319
- Imagem 195:** Galpão (ou estufa) de secagem de fumo e residência em segundo plano no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.319
- Imagem 196:** Galpão (ou estufa) de secagem de tabaco tipo *Virgínia* no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.321
- Imagem 197:** Galpão (ou estufa) de secagem de tabaco tipo *Virgínia* no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.321
- Imagem 198:** Galpão de secagem de tabaco tipo *Burley*, que dispensa a necessidade de estufa aquecida. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.321
- Imagem 199:** Galpão de secagem de tabaco tipo *Burley* que cura naturalmente em contato com o ar. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.321
- Imagem 200:** Residência no interior do município de Agudo com os grandes silos de estocagem de arroz ao fundo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.321
- Imagem 201:** Contraste entre casa enxaimel abandonada no interior do município de Agudo e edificações de apoio com silos de beneficiamento de arroz ao fundo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.321
- Imagem 202:** Cemitério no interior do município ilhado em meio à lavoura de tabaco. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.323
- Imagem 203:** Pequeno cemitério junto à estrada no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.323
- Imagem 204:** Cemitério familiar abandonado no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.323
- Imagem 205:** Cemitério familiar atualmente ilhado em lavoura de arroz no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.323
- Imagem 206:** Lápides familiares do final do século XIX esculpidas em pedra grés. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.323
- Imagem 207:** Cemitério comunitário no interior com lápides trabalhadas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.323
- Imagem 208:** Visual desde uma pinguela no interior. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.324
- Imagem 209:** Um pai observa a travessia de da filha que volta do colégio. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.324
- Imagem 210:** A pinguela conecta física e visualmente o território. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.324
- Imagem 211:** Pinguela na Localidade de Linha Boêmia, interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.324
- Imagem 212:** Dada sua simplicidade a pinguela se confunde à paisagem. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.324
- Imagem 213:** Estrutura típica de uma pinguela em evidência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.324
- Imagem 214:** Conjunto residência e apoio abandonados no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.326

- Imagem 215:** Edificação desocupada no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.326
- Imagem 216:** Salão de baile e casa comercial Stöpp, atualmente sem utilização. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.326
- Imagem 217:** Conjunto residencial (com construção enxaimel) aparentemente abandonado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.326
- Imagem 218:** Residência aparentemente abandonada no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.326
- Imagem 219:** Conjunto enxaimel em estado de arruinamento no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.323 p.326
- Imagem 220:** Antiga casa comercial no interior do município pintada com cores chamativas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.327
- Imagem 221:** Igreja no interior do município com volume novo e cores pouco discretas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.327
- Imagem 222:** Residência contemporânea no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.327
- Imagem 223:** Residência no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.327
- Imagem 224:** Residência reformada no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.327
- Imagem 225:** Exemplo de arquitetura nova no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.327
- Imagem 226:** Residência no interior do município vista da estrada. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.328
- Imagem 227:** Residência no interior com sua antena. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.328
- Imagem 228:** Residência histórica ostentando mais as antenas parabólicas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.328
- Imagem 229:** Contraste entre casa de pedra, seu novo anexo e a antena. **Fonte:** Fotografia do autor (2013). p.328
- Imagem 230:** Residência típica no interior com antena parabólica descaracterizando seu volume original. **Fonte:** Fotografia do autor (2009). p.328

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	26
1.1	TEMA	26
1.2	ALGUNS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS	27
1.2.1	SOBRE PATRIMÔNIO	27
1.2.2	SOBRE PAISAGEM	28
1.2.3	SOBRE AS PAISAGENS ORDINÁRIAS	29
1.2.4	SOBRE PLANEJAMENTO	31
1.2.5	CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A APRESENTAÇÃO DESTA PESQUISA	32
1.3	PANO DE FUNDO E RESTRIÇÕES DO TEMA	33
1.4	HIPÓTESE	37
1.5	OBJETIVOS	37
1.5.1	GERAL	37
1.5.2	ESPECÍFICOS	37
1.6	QUADRO METODOLÓGICO	38
1.6.1	O PLANO AMBIENTAL DA QUARTA COLÔNIA NO CONTEXTO DO CONDESUS	38
1.6.2	O PLANO AMBIENTAL DA QUARTA COLÔNIA E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	40
1.6.3	RECORTE EMPÍRICO: PATRIMÔNIO E PAISAGEM EM AGUDO-RS	44
1.6.4	BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGUDO	45
1.6.5	ENTREVISTAS	47
1.6.6	SOBRE O APROFUNDAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	48
1.6.7	MAPEAMENTO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO DE AGUDO	52
1.6.8	EIXOS EXPLORATÓRIOS	55
1.6.9	ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS	59
1.6.10	SÍNTESE METODOLÓGICA	60
2	A CONSTRUÇÃO DE PAISAGEM COMO CONCEITO	64
2.1	PAISAGEM NA HISTÓRIA	64
2.1.1	A CONSTRUÇÃO DE “PAISAGEM”	64
2.1.2	UM NOME PARA PAISAGEM	66
2.1.3	UMA HISTÓRIA LINEAR DA PAISAGEM	68
2.1.4	A PAISAGEM ALÉM DOS QUADROS	75
2.2	PAISAGEM E MODERNIDADE	80
2.2.1	A PAISAGEM COMO PROBLEMA	81
2.2.2	A RETOMADA DA PAISAGEM	83

2.2.3 PAISAGEM ENTRE A CIÊNCIA E SENTIMENTO	89
2.3 POR UMA PAISAGEM PÓS-MODERNA	95
3 CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM COMO TEORIA	104
3.1 PAISAGEM E CONTAMPORANEIDADE.....	104
3.1.1 A PAISAGEM NA CULTURA CONTEMPORÂNEA E A RELEVÂNCIA DE UMA TEORIA DA PAISAGEM	104
3.1.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA “TEORIA DA PAISAGEM”	108
3.2 UMA “OUTRA” ENTRADA À PAISAGEM.....	118
3.2.1 A FUNÇÃO SOCIAL NO ENTENDIMENTO DA PAISAGEM	119
3.2.2 PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PAISAGEM E AS PAISAGENS ORDINÁRIAS	123
3.2.3 O PAPEL SOCIAL NA GESTÃO DA PAISAGEM.....	135
3.3 CONEXÕES DE UMA “TEORIA DA PAISAGEM” PARA A ARQUITETURA E PARA O PLANEJAMENTO	137
3.3.1 O “SÍTIO”: A QUESTÃO LOCAL E A COMPREENSÃO DE PAISAGEM.....	139
3.3.2 O TERRITÓRIO COMO “ESCALA” DE ENTENDIMENTO E AÇÃO	146
3.3.3 AMBIENTE & PAISAGEM: ENTRE NATUREZA E CULTURA	150
4 PAISAGEM & PATRIMÔNIO: A PAISAGEM COMO CATEGORIA DE PRESERVAÇÃO	160
4.1 DO PATRIMÔNIO “HISTÓRICO E ARTÍSTICO” À PAISAGEM: SÍNTESE DO PERCURSO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	162
4.1.1 DA PEDRA E CAL À PAISAGEM CULTURAL.....	167
4.1.2 PATRIMÔNIO COMO PAISAGEM <i>VERSUS</i> PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO.....	174
5 LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE PAISAGENS.....	181
5.1 REFLEXÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE PAISAGEM-PATRIMÔNIO	182
5.2 ABORDAGENS: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM.....	189
5.2.1 O SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESPANHOL/ CATALÃO E OS CATÁLOGOS DE PAISAGEM DA CATALUNHA	204
5.2.2 OS CATÁLOGOS DE PAISAGEM DA CATALUNHA (Síntese do Apêndice II).....	205
5.3 INICIATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	210
5.3.1 O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE).....	211
5.3.2 AS UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL DO RIO GRANDE DO SUL (UPNs).....	216
5.3.3 A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA	218
6 APROXIMAÇÕES A PARTIR DAS PAISAGENS DE AGUDO-RS.....	223
6.1 AS REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS DE PAISAGEM E DE PATRIMÔNIO EM AGUDO.....	226
6.1.1 AS UPNS	226
6.1.2 O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	235

6.2. AS REPRESENTAÇÕES COMUNS DE PAISAGEM E DE PATRIMÔNIO EM AGUDO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS INTERPRETAÇÕES	241
6.2.1 PAISAGEM COMO PISTA DA CULTURA.....	242
6.2.2 A IMAGEM DA PAISAGEM.....	249
6.2.3 PAISAGENS ORDINÁRIAS	289
7 CONCLUSÃO.....	330
7.1 RETOMANDO O PERCURSO DA TESE	330
7.2 A PAISAGEM ENTRE O MUNDO VISÍVEL E O MUNDO SENSÍVEL.....	332
7.3 A PAISAGEM ENTRE A REFLEXÃO E A AÇÃO	333
7.4 A PAISAGEM ENTRE A PRESERVAÇÃO E O PLANEJAMENTO	336
7.5 PAISAGEM: DA TEORIA À PRÁTICA.....	338
7.6 AGUDO A PARTIR DE SUAS PAISAGENS E AS PAISAGENS A PARTIR DE AGUDO.....	345
7.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	348
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	350

1 INTRODUÇÃO

A presente tese se intitula “Patrimônio e Planejamento, aproximações a partir da Paisagem”, e foi elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS). Foi desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Celia Ferraz de Souza, e realizada com auspícios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Ministério da Educação do Brasil). No âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES), realizado de janeiro a julho de 2014, esta pesquisa teve o acompanhamento da Doutora Maria Goula, professora do Departamento de Urbanismo e Ordenação Territorial da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona da Universidade Politécnica da Catalunha (DUOT-ETSAB-UPC).

Esta tese inscreve-se nas áreas de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, compartilhando bases disciplinares que apresentam uma condição ampla por definição para explorar as relações entre os dois principais conceitos estudados aqui: paisagem e patrimônio.

1.1 TEMA

A intensificação dos estudos sobre *patrimônio* e suas relações com a sociedade têm proporcionado novas perspectivas sobre sua constituição e consequente influência na conformação de identidades. Tais desdobramentos se revestem de grande importância devido às profundas transformações culturais e espaciais experimentadas na conjuntura mundial atual.

Considerar a paisagem nos estudos de patrimônio não é uma postura nova, porém tratar a paisagem em sua dimensão patrimonial é bem mais recente. Ainda que já se tenha configurado um corpo teórico e até mesmo prático a respeito, o aprofundamento destes sob novos questionamentos vêm evidenciando interessantes interpretações no contexto de diferentes áreas do conhecimento.

A presente tese trata sobre a ***paisagem e como ela participa na criação de identidades*** centrando-se, assim, na relação entre os conceitos de ***paisagem*** e de ***patrimônio***, buscando evidenciar desdobramentos práticos alternativos na área da *arquitetura e urbanismo* e o do *planejamento urbano e regional*.

1.2 ALGUNS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS

1.2.1 SOBRE PATRIMÔNIO

“*Patrimônio*” neste trabalho refere-se conjunto de referências físicas e simbólicas, não somente histórico-estéticas – por isso sem as tradicionais distinções *histórico-cultural*, *material-imaterial* ou *natural* – compartilhadas por determinada coletividade por meio da cultura¹. Da mesma forma, admite-se uma noção ampla de patrimônio, pelo que não se refere necessariamente, neste texto, ao patrimônio reconhecido oficialmente, mas também como elemento potencial de relação identitária.

Há de se anotar que o sentido de patrimônio é perspectivado e contextualizado, ou seja, diz respeito à uma cultura e à um tempo histórico definidos, como argumenta Carlos Brandão (2001). Ao dedicar-se às relações contemporâneas entre patrimônio e paisagem, é aspiração desta pesquisa examinar também as causas que levaram estes dois conceitos a um status contemporâneo convergente em muitos aspectos e perceber, dentre seus significados, aqueles apropriados para explorar teoricamente. Choay (2001, p.12), manifesta que:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

O uso clássico do conceito de patrimônio é perceptível em todas as sociedades nacionais modernas, tendo forte relação com a formação e consolidação dos Estados Nacionais a partir da ideia de uma identidade baseada na seleção de um “patrimônio comum” e os respectivos discursos que participam desta

¹ Assume-se aqui o conceito antropológico bastante difundido de cultura, elaborado por Lévi-Strauss, “que a vê como um código responsável pela ação de um grupo social (...) resultante de um pacto social implícito”.

criação. Quando esta construção do “nacional” é ultrapassada, pelo menos em grande parte, o patrimônio alcança novo status global, cresce em complexidade e participa de interesses de produção do espaço fundamentalmente associado às lógicas de *marketing* urbano e *branding* territorial (JEUDY, 2005; SABATÉ, 2008; POULOT, 2009; CHOAY, 2011; MONTANER e MUXI, 2014).

1.2.2 SOBRE PAISAGEM

Assim como o *patrimônio*, e intimamente associado a este fenômeno, a *paisagem* passa por uma situação paradoxal ao ser cada vez mais acionada a partir de valores que, se não contraditórios, se apresentam como questionáveis em relação ao alcance e representatividade que pretende originalmente.

“*Paisagem*” é entendida nesta tese como a manifestação de relações objetivas e subjetivas do indivíduo e da sociedade em determinado espaço. É assumida a partir da noção geral sustentada pelos principais autores de referência desta tese de forma ampla, necessariamente vinculada e condicionada culturalmente, pelo que se evita a adjetivação “cultural”, e pelo que se evita a priori qualquer qualificação (natural, urbana, do pampa, etc.). Como exceção, aciona-se o termo “paisagem cultural” em referência ao conceito cunhado a partir da *Geografia Cultural* na década de 1960, e atualmente muito utilizada para definir áreas, parques ou itinerários onde o foco são os vestígios (sobretudo materiais) do passado, vistos sobre uma perspectiva administrativa, conforme explica Sabaté (2008, p. 251-253).

Pisión (2007, p.329) entende que paisagem é um conceito *integrador* que comporta uma instância concreta que compreende as configurações do espaço geográfico, e que ao mesmo tempo envolve uma instância subjetiva, onde interatuam funções culturais, sentimentais e simbólicas. Ambas as instâncias são igualmente importantes para a concepção do espaço já que interagem ativamente na sua construção e percepção. A paisagem, assim, é indissociável de seu sentido temporal, pois é mutável pela interação ativa e criativa das instâncias citadas. A paisagem admite, sob este argumento, dimensões que são perceptivas e até mesmo políticas que influenciam simbólica e concretamente a configuração do espaço, e por isso é assumida nesta

investigação como fundamental para as áreas do conhecimento em que a tese está situada.

Acredita-se que estudar a paisagem enquanto conceito contribui, assim, para o entendimento das relações do homem com o espaço, possibilitando discutir padrões e paradigmas que acompanham a formação e/ ou fragmentação de identidades, assim como permitindo novas interpretações associadas à prática da arquitetura e urbanismo e do planejamento urbano e regional.

No aprofundamento das relações entre os dois principais conceitos colocados para o desenvolvimento da tese – *paisagem & patrimônio* –, parte-se do pressuposto que não são somente as paisagens excepcionais, ou *partes do território* que configuram e sustentam referências identitárias. Concerne à pesquisa, então, debater os valores em jogo, colocando ênfase sobre o que não é destacado conceitual e funcionalmente, o que neste trabalho defendemos como *paisagens ordinárias*². São as paisagens comuns, não excepcionais, geralmente desatendidas, mas que se apresentam como referências importantes relacionadas à dado grupo, potenciais do ponto de vista da arquitetura e do planejamento e fundamentais, portanto, na manutenção das identidades locais.

1.2.3 SOBRE AS PAISAGENS ORDINÁRIAS

Ainda que à primeira vista a palavra possa parecer depreciativa, esta tese sugere o resgate da aceção mais pura do termo³; deste modo, as *paisagens ordinárias* fazem propositalmente analogia entre o que não desperta atenção justamente por ser comum e, em sentido contrário, participa ativamente na conformação de referências, sejam elas espaciais e/ou simbólicas.

² O termo deriva de uma interpretação dos trabalhos de J. B. Jackson onde o vernacular toma grande proporção, e essencialmente de Maria Goula que defende as “outras paisagens” com este mesmo sentido. Ver JACKSON, John Brinckerhoff. *Descubriendo el paisaje autóctono*. Edición de Joan Nogué. Paisaje y Teoría. Biblioteca Nueva, S. L.: Madrid, 2010. Título Original: *Discovering the Vernacular Landscape*, 1984. Traducción de Maysi Veuthey e GOULA, Maria. *Los Otros Paisajes; Lecturas de la imagen variable*. Tese doutoral. DUOT; UPC: Barcelona, 2006.

³ **"ordinário"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/ordin%C3%A1rio> [consultado em 12-09-2014]. **or·di·ná·ri·o:** (latim *ordinarius*, -a, -um, conforme à regra ou ao uso, usual, normal); *adjetivo:* Habitual; comum; vulgar; Que não se salienta; Regular; Frequente, não raro. *substantivo masculino:* Aquilo que é de todos os dias; o que é frequente ≠ EXTRAORDINÁRIO; Aquilo que não se distingue = NORMAL ≠ EXTRAORDINÁRIO.

Desta forma, “ordinário” contrapõe-se às referências de *peculiaridade*, *notabilidade* e *excepcionalidade* constantes nas definições oficiais⁴ de patrimônio e paisagem, buscando complementá-las conceitualmente ao fazer referência à elementos que merecem ser “revelados” e discutidos (não necessariamente protegidos ou preservados) como qualquer manifestação cultural e que, sobretudo neste caso, apresentam potencial de projeto e/ ou de gestão.

O termo tem sua origem associada à paisagem a partir de trabalhos de autores como John Brinkerhoff Jackson que analisa a importância das paisagens “vernaculares” desde a década de 1960, sobretudo nos EUA, e de edições um pouco posteriores como as de Donald Meinig⁵ e mais tarde de Paul Groth, Todd Bressi e Chris Wilson⁶. De fato, esta concepção alcança esta tese através de pesquisas desenvolvidas por Maria Goula, que apresenta as “outras paisagens”⁷ como objeto de estudo. Mais contemporaneamente o termo passa definitivamente a ser incorporado com Derratt, Quincerot, Weil e Woeffray⁸, ou Voulligny e Domon⁹, e ainda referenciado como “*Everyday Landscapes*”¹⁰.

Os trabalhos citados, assim como outros em que a tese se apoia, questionam a primazia dada ao excepcional e ao *visual* na construção de valores na paisagem. Todos eles passam a discutir cientificamente sobre o que tratam genericamente por “*emergências*”, ou seja, manifestações e perspectivas ainda

⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº25 de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; IPHAN, Portaria 127 – Estabelece a Chancela *da Paisagem Cultural Brasileira*. Brasília: MinC/ Iphan, 2009.

⁵ Ver *The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*, Donald W. Meinig (ed.). Oxford University Press: New York, 1979.

⁶ Ver *Understanding Ordinary Landscapes*, Paul Groth; Todd Bressi (eds.). Yale University Press, 1997 e *Everyday America: Cultural Landscape Studies after J. B. Jackson*, Chris Wilson; Paul Groth (eds.). California University, 2003.

⁷ Ver *Los otros paisajes, lecturas de la imagen variable*. Tese doutoral; Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona (ETSAB), Departamento de Urbanismo e Ordenação do Território (DUOT), Universidade Politécnica da Catalunha, 2006.

⁸ Ver *Paysages Ordinaries, De la protection au projet*, Jean-Pierre Dewarrat; Richard Quincerot; Marcos Weil; Bernard Woeffray. Pierre Mardaga Editor: Sprimont/ Bélgica, 2003.

⁹ Ver *La compréhension des valorisations paysagères, Vers une nouvelle méthode d'analyse des paysages de l'ordinaire*. Évelyne Voulligny e Gérald Domon. Universidade de Montreal, Canadá, 2006, disponível em: http://www.vrm.ca/documents/Paysage_Voulligny.pdf. Acessado em setembro de 2014.

¹⁰ Ver *La planificació del paisatge en l'àmbit local a Europa, Els casos d'Alemanya, França, Països Baixos, Regne Unit, Suïssa i la regió de Valònia, a Bèlgica*. Observatori del Paisatge: Governo de Andorra: Espanha/ Andorra, 2014. Disponível em: <http://www.catpaisatge.net/fitxers/publicacions/PaisatgeLocal.pdf>. Acessado em outubro de 2014.

iniciais ou minoritárias que surgem a partir do questionamento e redirecionamento de posturas já consolidadas pela prática acadêmica e profissional. A tese, assim, se abre à novas leituras e interpretações desde uma perspectiva arquitetônica e urbanística, sem negar, contudo, os avanços dos percursos tradicionais nestas áreas.

1.2.4 SOBRE PLANEJAMENTO

“Planejamento”, no contexto desta tese, atende ao ato de planejar de maneira ampla, ou seja, do procedimento de racionalizar sobre a realidade em questão com o intuito de agir sobre ela da maneira coerente levando em conta todas as variáveis que a compõem.

Segundo M.E. Kohlsdorf (2002)¹¹ o conceito de Planejamento:

[...] envolve uma relação entre um sujeito (indivíduo, grupos ou classe social) e um objeto qualquer. Essa relação é de conhecimento para a ação e da própria ação sobre o objeto, onde o planejamento não contém a realização do plano, isto é, a ação efetiva sobre o objeto. Por outro lado, a preparação dessa ação é característica fundamental da atividade de planejamento. Este, na verdade, envolve dois tipos de atividades, muito embora se comprometa com apenas um deles. O tipo de atividade participante do conceito de planejamento é o que denominamos como intelectual, e caracteriza-se por ser um processo de conhecimento (do objeto e de suas características internas e externas), de avaliação (das situações presentes e passadas e das alternativas futuras), e de criação (de soluções e alternativas ao problema identificado). O outro tipo de atividade envolta no planejamento é a de natureza material, caracterizada por ser uma ação preparada (planejada) e responsável pela transformação efetiva do objeto, graças a uma série de atividades programadas com este fim e que constituem o chamado “programa de ação”. O produto do processo de planejamento, portanto, é formado por uma proposta (denominada “plano”), e por um programa de implantação desta. A implementação do planejamento é a fase de transformação do objeto (ação efetiva sobre o mesmo).

¹¹ KOHLSDORF, M. E. *Planejamento Urbano no Brasil: Um esboço Histórico – do Estado Novo ao estado de exceção*. Brasília, FAU UNB, 1976. Revisado em 2002 por Nara Kohlsdorf. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/56155012/Planurbbrasil-Maria-Elaine-Kohlsdorf>.

As referências contidas na tese são essencialmente vinculadas ao campo de conhecimento que recentemente adquiriu autonomia acadêmica em nosso país que é o do *Planejamento Urbano e Regional*. Da mesma forma, alude-se às disciplinas relacionadas, assim como aos órgãos e instituições responsáveis aos quais cabe a ação de *planejar* que têm consequências diretas sobre o espaço.

Cabe esclarecer ainda que, muitas vezes prefere-se a utilização da qualificação *territorial* que não privilegia o “urbano” ou a “região”, mas sim um “território” não específico, admitindo apenas a relação de domínio (administrativo, simbólico, etc.) que este último conceito carrega para compor o texto¹². Não interessando de forma direta a esta tese discutir em profundidade tais conceitos, embora se admita suas diferenças, opta-se pela interpretação simples e direta dos termos exemplificada acima, com exceções que são apontadas localizadamente no contexto do trabalho.

1.2.5 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A APRESENTAÇÃO DESTA PESQUISA

Como poderá ser notado no decorrer de todo trabalho, primou-se por apresentar todas as citações e referências diretas em língua portuguesa de modo a facilitar a leitura do volume. Da mesma maneira, registra-se que todas as traduções contidas no texto são traduções livres de parte do próprio autor, pelo que se omite a expressão “tradução nossa” junto às referências, exceções feitas àquelas já traduzidas ao português ou cujos originais se dão em português lusitano.

Vale esclarecer ainda que, buscando uma sequência acessível de concatenação de ideias, esta investigação estrutura-se desde uma perspectiva que vai do universal ao específico, apresentando inicialmente o surgimento e o

¹² Nesse sentido, o referencial analítico principal assenta-se sobretudo na hipótese de Lefebvre (*Espacio y Política*, 1976 p. 25-31): a de que o espaço desempenha uma função na estruturação de uma totalidade, como um instrumento político à medida em que é apropriado, transformado em território. A representação do território está, assim, sempre a serviço de uma estratégia projetada. O Estado Nacional, a sociedade nacional e a estrutura territorial compõe a totalidade, com múltiplos centros federados de poder, múltiplos núcleos de atores públicos e privados e uma estrutura territorial que se torna mais densa – como no centro-sul do Brasil – à medida que reflete a multiplicidade de poderes específicos e seus projetos de desenvolvimento sobre territórios determinados.

desenvolvimento do conceito de paisagem, demarcando em seguida seus desdobramentos teóricos contemporâneos em direção à constituição das relações destes com a arquitetura e com o planejamento territorial, cuja questão patrimonial encontra-se incluída, e aplicada finalmente ao estudo de caso indicado.

1.3 PANO DE FUNDO E RESTRIÇÕES DO TEMA

O decorrer do século XX assistiu uma valorização expressiva e progressiva do *patrimônio* no mundo ocidental, chegando a ser comparada com uma “*cruzada*” pelo geógrafo e historiador norte-americano David Lowenthal (1998). Françoise Choay (2001) também dedica uma obra que se tornou referência no assunto ao abordar o que chamou de processo de “inflação patrimonial”. Ao mesmo tempo em que se popularizou, o patrimônio assumiu também uma abordagem prática, acionando juízos de valor que ultrapassam em muito seus limites disciplinares, geralmente como resultado de “necessidades” econômicas, sociais e ideológicas (POULOT, 2009, p.9-10).

Da mesma forma e vinculada a este fenômeno, a paisagem participa ativamente deste contexto. Muitas vertentes disciplinares e outras oriundas da prática administrativa vão contribuir para aproximar (ou desvincular, como argumentam alguns autores) “patrimônio” de “paisagem” como nova forma de concebê-lo. Tais abordagens são essencialmente derivadas dos estudos culturais na década de 1960, da crise ambiental pouco mais tarde, e retomadas nas duas últimas décadas com a necessidade de uma maior implicação social (NOGUÉ, 2010). A paisagem então ressalta um status ‘cultural’, passando a fazer parte de iniciativas de gestão do patrimônio ou recriando formas de combinação em contexto territorial ao redor do mundo ocidental (SABATÉ BEL, 2004).

Especialmente nas últimas duas décadas a paisagem tem sido estudada por sua capacidade de significação cultural como meio de entendimento do território, servindo de base para planos de regulamentação e ordenação em

diversas escalas, essencialmente em alguns países da Europa e na América do Norte.

No Brasil, só recentemente o tema volta à luz academicamente, após ter sido desqualificado entre outras coisas por sua equivocada associação à estética essencialmente, em um período conturbado política e socialmente¹³. Como resultado, a paisagem como *problema acadêmico* em nosso país não segue um curso semelhante a outros países ocidentais. Há pouco mais de cinco anos, porém, nota-se um crescente interesse pelo tema com a multiplicação de investigações em diversas frentes disciplinares, bem como já podem ser contabilizados alguns Laboratórios e Grupos de Pesquisas específicos, além da inserção gradual de centros acadêmicos em redes científicas internacionais sobre paisagem.

Apesar da crescente demanda atual, as investigações relacionadas à paisagem ainda não dão conta de descortinar todo o potencial de correlação com outros conceitos que o tema possibilita e que permitiria explorar as afinidades com outros campos do conhecimento, por exemplo o do Planejamento Urbano e Regional. Em termos profissionais e operativos a lacuna é mais perceptível, seja por motivos ligados às deficiências de formação que em geral apontam a incipiente preocupação pelo tema, seja pela conjuntura política administrativa que tradicionalmente é despreparada, ou mesmo ignora as possibilidades operativas do tratamento da paisagem como vetor de qualidade espacial e ambiental¹⁴.

Em relação ao desenvolvimento dos conceitos – paisagem e patrimônio –, em termos cronológicos, é perceptível uma tentativa de convergência de abordagem (tanto teórica quanto operativa) que os aproxima, apontando para um tratamento que vincula temas tradicionais em escalas diferenciadas, assim como novas questões a partir de uma visão territorial. Esta abordagem integrada alimenta o questionamento de paradigmas que permeiam

¹³ VERDUM, Roberto. Notas de aula da disciplina “Paisagens”, *PAGUS* - Laboratório da Paisagem, Departamento de Geografia, UFRGS: Porto Alegre, 2014. [Não publicado].

¹⁴ CASTRIOTA, Leonardo. Notas de aula da disciplina “Urbanismo e Paisagem Cultural”, Tópico Especial PROPUR – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFRGS: Porto Alegre, 2011. [Não publicado].

sistematicamente a atuação da arquitetura e do planejamento (como também de outras áreas do conhecimento) desde o final do século XX.

Deste modo, os *questionamentos* a que se refere esta tese podem ser debatidos a partir de diferentes perspectivas que transcendem questões de escala. De forma prática, trabalhar com a paisagem exige um contexto institucional (formativo) e político (administrativo e jurídico) complexo que recém começa-se a abordar. Em termos conceituais, e essa é uma das pretensões deste trabalho explorar, a amplitude do tema *paisagem* possibilita novas interpretações sobre matérias consolidadas, como por exemplo, as relações entre patrimônio e planejamento.

Da mesma forma, o surgimento e os desdobramentos da consciência ambiental em termos de preservação de recursos e de biodiversidade somam-se aos discursos ligados à preservação do patrimônio cultural, que passam a requisitar também o 'natural' como parte de seu escopo, compreendendo a paisagem como portadora daqueles valores. Contudo, se por um lado a crise ambiental influencia na construção de um sentido alargado de patrimônio, por outro lado acaba por subordiná-lo, obscurecendo valores que são autônomos¹⁵ (ambiente sadio/ belo), influenciando decisivamente na dicotomia *homem versus natureza*, e insistindo na separação de elementos que não podem ser entendidos independentemente.

Outro fator determinante para o entendimento do tema, e que também transcende as disciplinas diretamente envolvidas, é o protagonismo social que gradualmente os dois conceitos incorporam no sentido de absorver e ampliar as contribuições e o envolvimento de diferentes grupos, contribuindo para o reposicionamento atual de aspectos teóricos e práticos em relação às noções de patrimônio e de paisagem¹⁶. Este foi um aspecto fundamental no

¹⁵ Paolo D'Angelo manifesta, em *Estetica della Natura: Bellezza Naturale, Paesaggio, Arte Ambientale*, que a experiência estética do homem contemporâneo em relação ao natural ocupa uma posição sumamente importante, mas definitivamente vinculada ao fenômeno de sua perda, e que o pensamento atual de celebração e preservação da natureza ignora sua origem na apreciação estética. D'ANGELO, P. *Estetica della Natura: Bellezza Naturale, Paesaggio, Arte Ambientale*. Press: Università di Messina, 1999.

¹⁶ Elisabeth Meyer discorre sobre a evolução do interesse pela paisagem associada à arquitetura da paisagem (*landscape architecture*), mostrando três pontos paradigmáticos na forma de entendê-la e atuar sobre ela: Primeiramente através de um viés estético, onde o pitoresco era o centro das atenções; posteriormente revisto por meio do conhecimento e interesse científico, sobretudo originado na geologia e mais tarde na ecologia e finalmente

desenvolvimento de trabalhos anteriores (em seguida explicitados) que conformam o ponto de partida desta tese, permitindo considerar a paisagem como patrimônio e incitando a busca das relações subjacentes a este fenômeno. Atualmente a ampliação de meios mais democráticos para gestão do patrimônio e/ou da paisagem é um tema recorrente de investigação, ao mesmo tempo em que seus limites operativos são testados dentro da arquitetura e do planejamento.

Nogué ressalta o status que a paisagem assume em nossa cultura atualmente ao participar *“nos processos de criação e/ou consolidação da consciência de identidade e identificação territorial”* (NOGUÉ, 2008, p.10-13).

Com efeito, a paisagem tem um papel relevante na cultura contemporânea, muito mais que habitualmente se reconhece. [...] Com leves matizes e pequenas diferenças, estes [autores] concebem a paisagem como a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado e reconhecem no mesmo duas dimensões intrinsecamente relacionadas: uma dimensão física, material e objetiva e outra perceptiva, cultural e subjetiva. Qualquer elemento da paisagem, um lago ou bosque, por exemplo, têm uma realidade e uma temporalidade objetivas, próprias e independentes do olhar do observador. Mas bem, uma vez percebidos pelo indivíduo e codificados através de toda uma série de filtros pessoais e culturais, aquele lago ou aquele bosque se impregnam de significados e valores que se convertem inclusive em símbolos. (NOGUÉ, 2008, p.10-11).

absorvendo o individual e específico, a experiência da paisagem. Ver *Site Citations: The ground of modern landscape architecture* (p. 92-129) em BURNS, C. J.; KAHN, A. *Site matters. Design concepts, histories and strategies*. New York: Routledge, 2005.

1.4 HIPÓTESE

A utilização da *paisagem* como instrumento conceitual e operativo permite identificar e refletir sobre questões relacionadas ao entendimento de *patrimônio*, possibilitando considerar que as *paisagens ordinárias* participam na construção de identidades em determinado território tanto quanto ou ainda mais que as paisagens extraordinárias – consideradas especiais sob uma ótica de apreciação (histórica, ecológica, cênica, pitoresca, sublime, etc.) às quais se confere ou se almeja algum tipo de proteção e/ou plano administrativo específico – instigando novos posicionamentos para a prática da arquitetura e do planejamento.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 GERAL

Considerar a *paisagem* em nível teórico e operativo como mais um instrumento de entendimento da relação entre homem e entorno, situando-a como abordagem própria do campo da arquitetura e do planejamento, associada ao entendimento amplo de patrimônio cultural e conseqüente gestão territorial.

1.5.2 ESPECÍFICOS

Identificar possibilidades teóricas que as percepções e representações sociais permitem em relação ao entendimento de patrimônio e paisagem a partir do aprofundamento de trabalhos anteriores;

Empreender perspectivas de interpretação da paisagem associada ao patrimônio que emergem de um deslocamento teórico em relação à prática predominante;

Propor a revisão de valores contidos na paisagem, dedicando às paisagens ordinárias prioridade nas práticas profissionais.

1.6 QUADRO METODOLÓGICO

Esta tese tem como ponto de partida trabalhos e estudos anteriores, cujos meios e resultados constituem seus elementos fundamentais. Neste contexto destacam-se o Plano Ambiental da Quarta Colônia (Bevilacqua et al. Santa Maria: UFSM, 2009), e a dissertação Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS, (SCHWERZ, J. P., 2009). O primeiro foi realizado entre os anos de 2007 e 2009 a partir de uma demanda do Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional¹⁷ que contemplasse os municípios integrantes do consórcio. O segundo foi desenvolvido entre os anos de 2007 e 2009 junto ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, baseado no primeiro e utilizando como estudo de caso um dos municípios, Agudo, cujo aprofundamento configura objeto de análise desta tese. Os antecedentes que propiciaram material para o desenvolvimento da presente tese são contextualizados a seguir.

1.6.1 O PLANO AMBIENTAL DA QUARTA COLÔNIA NO CONTEXTO DO CONDESUS

A *Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul* teve sua ocupação moderna em meados do século XIX, a partir da iniciativa do Governo Imperial de interiorizar a povoação da Província e desenvolver a região através da agricultura em pequenas propriedades, com a mão de obra livre de imigrantes europeus. O nome, propriamente, se deve à fundação da Colônia Silveira Martins, a *quarta colônia* de imigrantes italianos¹⁸ fundada no estado junto à Serra de São Martinho na região central do Rio Grande do Sul, em 1887. A mesma região, porém, já havia recebido levas de imigrantes alemães anteriormente, mais precisamente em 1857, com a criação da *Colônia Santo*

¹⁷ Bevilacqua [et. al.], 2009). Plano Ambiental da Quarta Colônia. Santa Maria: UFSM, 2009.

¹⁸ Depois de Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves, Conde D'Eu, agora Garibaldi, e Fundos de Nova Palmira, atual Caxias do Sul.

Ângelo, atualmente município de Agudo, consorciada politicamente à Quarta Colônia.

A Quarta Colônia de Imigração (que deixou recentemente o adjetivo *italiana* para referir-se também às diferentes etnias que formaram historicamente a região) totaliza uma área de 2.923Km² e abriga uma população estimada em 59.117 habitantes, que se dividem entre nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Restinga Seca e Silveira Martins.

Esses municípios são caracterizados pela pequena propriedade rural familiar, com população urbana e rural distribuídas proporcionalmente, de origem étnica marcadamente constituída por descendentes de italianos e alemães, com baixo grau de industrialização e economia baseada na orizicultura, fumicultura e produção de leite. Atualmente estes municípios contam com uma instância própria de representação política intermunicipal, o Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS).

O CONDESUS foi oficialmente constituído em 1996 como entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Assume, assim, o papel de planejar, captar recursos e executar por meio de parcerias, ações, projetos e programas que visem o desenvolvimento equilibrado dos nove municípios membros. No final da década de 80, porém, alguns dos municípios já atuavam de forma consorciada em projetos de valorização de seu patrimônio cultural e natural.

O consórcio vem desenvolvendo, a partir de então, inúmeros projetos em parceria com outros órgãos, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), entre outros.

Entre estes, a parceria com a Universidade Federal de Santa Maria tem sido de extrema importância e repercussão. A UFSM, representada por diversos Centros e Departamentos de Ensino, juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o CONDESUS, elaborou o *Plano Ambiental da Quarta Colônia*, que consistiu na elaboração dos Planos Diretores de cada um

dos municípios integrantes do consórcio, assim como de um *Plano* de desenvolvimento regional que orientasse e unificasse tais planos e possíveis desdobramentos. O *Plano Ambiental*, elaborado entre 2007 e 2009, demonstrou avanços em relação à integração destes municípios, inclusive em nível estadual, servindo de exemplo para outros municípios brasileiros e estimulando trabalhos científicos em diversas áreas. Um de seus maiores progressos, entretanto, foi a multidisciplinaridade com que foi conduzido, abarcando de forma comprometida campos diferentes de conhecimento, articulação política e participação pública.

Neste contexto cabe apontar a participação do autor desta tese como coordenador da *Equipe de Patrimônio Cultural* do referido Plano desde seu início. Como resultado deste trabalho foi elaborado um expressivo inventário do patrimônio construído, inédito até então para estes municípios, configurando uma importante base de dados para a elaboração do Plano, assim como fonte de registro histórico. Deste trabalho emergem parte das questões tratadas na presente tese.

1.6.2 O PLANO AMBIENTAL DA QUARTA COLÔNIA E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A fase inicial de *diagnóstico*¹⁹ do Plano Ambiental contou com uma etapa exaustiva de aplicação de entrevistas aos moradores dos municípios envolvidos com objetivo de traçar o perfil socioeconômico da população. O mesmo questionário englobou questões orientadas aos objetivos específicos dos diferentes campos disciplinares que participavam da elaboração do Plano. Neste contexto, a equipe responsável por explorar o tema do *patrimônio cultural* (direcionada inicialmente para a elaboração de um “inventário de varredura” focado em exemplares arquitetônicos relevantes) propôs questões no citado questionário, conforme explicado na sequência.

O questionário socioeconômico foi elaborado pela equipe de sociologia integrante do quadro multidisciplinar de profissionais e pesquisadores

¹⁹ O método utilizado na elaboração do Plano, assim como as análises e os gráficos e relatórios correspondentes podem ser consultados, em parte, no próprio plano de desenvolvimento regional: Bevilacqua [et. al.], 2009. *Plano Ambiental da Quarta Colônia*. Santa Maria: UFSM, 2009.

envolvidos no Plano, dirigida pelo professor Clovis Schmitt Souza. A escala socioeconômica empregada foi a da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME), que combina itens de conforto familiar com o nível de instrução do chefe da família, resultando em uma classificação em cinco categorias, denominadas classes sociais, A, B, C D e E.

A distribuição dos questionários correspondeu percentualmente ao número de domicílios nos municípios da Quarta Colônia segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao ano de 2008-2009, conformando uma pesquisa tipo *survey* nas zonas rurais e urbanas dos municípios pertencentes ao projeto. O universo da pesquisa tomou em consideração aproximadamente 2,0% da população, aplicada proporcionalmente às zonas rurais e urbanas dos municípios envolvidos.

A partir da base de dados do Censo do IBGE do ano 2000 foi construída uma *amostra não probabilística estratificada proporcional por cotas* e distribuída internamente pelas quadras no perímetro urbano dos municípios, e a escolha do domicílio visitado seguiu o critério de sorteio. No perímetro rural, o critério de seleção dos entrevistados foi a homogeneidade das comunidades rurais de todos os municípios a partir da base de dados das prefeituras e identificados nas *comunidades locais*. As aplicações foram do tipo domiciliar, sendo que os entrevistados foram selecionados dentro de critérios estatísticos garantindo a aleatoriedade na escolha, com possibilidades iguais de sorteio. Poderia ser respondida por qualquer morador da casa que fosse maior de 16 anos e que residisse na localidade. O universo de pesquisa foi distribuído conforme apresentado na tabela abaixo.

TABELA 1 – Distribuição da população por município e número de questionários aplicados

Município	Área do Município		Total	Questionários	
	Área Urbana	Área Rural		Área Urbana	Área Rural
Agudo	6.626	10.088	16.714	151	58
Dona Francisca	2.200	1.372	3.572	107	51
Faxinal do Soturno	3.747	2.596	6.343	-*	57
Ivorá	763	1.615	2.378	64	56
Nova Palma	2.898	3.534	6.432	111	54
Pinhal Grande	1.345	3.151	4.496	70	32
Restinga Seca	8.213	8.187	15.595	135	56
São João do Polêsine	1.132	1.570	2.702	64	51

* O questionário relativo à área urbana de Faxinal do Soturno foi aplicado em projeto anterior e utilizado como fonte no Plano Ambiental.

FONTE: Plano Ambiental da Quarta Colônia (Relatório etapa diagnóstico), 2009.

O questionário foi composto por questões abertas e fechadas e abordou características sócio-ocupacionais dos moradores, rotina de deslocamentos, relação com o meio natural, associativismo (participação política, engajamento social, etc.) e aspectos relativos ao patrimônio cultural sem caracterizá-lo formalmente. As perguntas específicas sobre patrimônio tiveram o objetivo de avaliar a representatividade de elementos tradicionalmente assinalados como “patrimônio”, mas também para desvelar outros ainda não incluídos nesta categoria de forma explícita: por um lado perceber o nível de *conhecimento* e *reconhecimento* dos entrevistados em relação ao seu próprio município e sua região, evidenciando os diferentes discursos compartilhados, ou ainda apontar características impensadas, ou improváveis como importantes para a população local de maneira geral, como de fato, ocorreu. Foram sete questões diretamente direcionadas à percepção sobre patrimônio (38^a à 44^a), configurando a parte final do questionário que tinha, ao todo, 44 questões:

Perg. 38: Você diria que seu conhecimento sobre seu município seria: (LER AS OPÇÕES)

<i>a) Muito bom</i>	<i>1</i>
<i>b) Bom</i>	<i>2</i>
<i>c) Regular</i>	<i>3</i>
<i>d) Ruim</i>	<i>4</i>
<i>e) Me considero um desconhecedor</i>	<i>5</i>

Perg. 39: Se você tivesse que apresentar seu município para um visitante, que aspectos/características você destacaria?

Perg 40: Sobre estes aspectos você diria que se sente identificado por ele? Por qual motivo?

Perg. 41: Para você quais municípios fazem parte da região da Quarta Colônia: (NÃO LER AS OPÇÕES)

Perg. 42: Qual município da região da Quarta Colônia você conhece melhor e mais visita? (NÃO LER AS OPÇÕES)

Perg 43: Sobre os municípios da região da Quarta Colônia você diria que: (LER AS OPÇÕES)

<i>a) Conhece muito bem</i>	<i>1</i>
<i>b) Conhece bem</i>	<i>2</i>
<i>c) Conhece muito pouco</i>	<i>3</i>
<i>d) Não conhece</i>	<i>4</i>

Perg 44: Agora vou citar um conjunto de aspectos relacionados aos municípios da região da Quarta Colônia? Na sua opinião, qual a que melhor caracteriza a região? (LER AS OPÇÕES) (MARCAR APENAS UMA OPÇÃO)

<i>a) culinária típica</i>	<i>1</i>
<i>b) religiosidade</i>	<i>2</i>
<i>c) paisagem da região</i>	<i>3</i>
<i>d) festas</i>	<i>4</i>
<i>e) construções</i>	<i>5</i>
<i>f) artesanato</i>	<i>6</i>
<i>g) Outro. Qual</i>	<i>7</i>

Em Agudo, a aplicação dos questionários foi levada à cabo entre agosto e setembro de 2008. A questão específica P.38 investigou o conhecimento do entrevistado em relação ao seu município, sendo a resposta importante para balizar as respostas das perguntas seguintes. A questão P.39 ansiava que o entrevistado destacasse elementos materiais (ruas, praças, parques, igrejas, museus, pontos de interesse, etc.) e/ ou imateriais do município (festas, comidas, roupas, hábitos, etc.). A questão seguinte, P.40, objetivou levantar o grau de identificação própria do entrevistado em relação ao(s) elemento(s)

citado(s) na resposta anterior. As perguntas P.41, P.42 e P.43 buscaram medir o grau de conhecimento do entrevistado em relação aos demais municípios que compõe a Quarta Colônia, investigar se há reconhecimento e identificação territorial qualquer e que tipo predomina (política, histórica, étnica, geográfica, etc.). Por fim, a questão P.44 induziu o entrevistado a escolher o aspecto, dentre os tradicionalmente associados à região, que melhor a representasse.

As respostas foram analisadas em relação às palavras que se relacionam à paisagem como referência direta ou indireta, no caso das questões abertas e diretamente no caso das questões fechadas. A seguir, foram listadas e quantificadas, mostrando a proporção com que aparecem. A partir das informações decorrentes dos questionários, procurou-se identificar o significado da paisagem percebida pelos atores sociais ao longo do desenvolvimento do Plano Ambiental associada aos procedimentos das diferentes equipes. Posteriormente, com a aplicação de entrevistas foi possível um cruzamento entre estas informações, aprimorando o nível de análise em relação aos valores contidos ou ligados à paisagem.

1.6.3 RECORTE EMPÍRICO: PATRIMÔNIO E PAISAGEM EM AGUDO-RS

O material produzido e as análises decorrentes da elaboração do Plano Ambiental suscitaram o desenvolvimento de diversos trabalhos acadêmicos, onde se destaca a dissertação de mestrado “*Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS*”, defendida em 2009.

A dissertação explorou a possibilidade de reflexão sobre um contexto real de trabalho relacionado à identificação do patrimônio cultural de um dos municípios integrantes do Plano, Agudo, de onde resultou uma surpreendente **relação entre paisagem e patrimônio** a partir das percepções coletadas para a investigação. Ainda que não fosse o foco da pesquisa naquele momento, a paisagem assumiu protagonismo por meio de diferentes tipos de apropriação (referência geográfica, de memória e/ou simbólica), a ponto de conformar a justificativa central para o desenvolvimento da presente tese. As conclusões,

distendidas posteriormente em diferentes produções de cunho acadêmico²⁰, assim como também questões que o possível tratamento prático do tema demanda, também conformam meios desta investigação. Essa conjuntura também justifica a escolha do tema e do recorte empírico desta tese, que utiliza o município de Agudo, no Rio Grande do Sul, para demonstrar e problematizar questões associadas ao referencial teórico.

De fato, o desenvolvimento da investigação confronta visões especializadas e vulgares em relação à *paisagem* como fenômeno patrimonial, procurando evidenciar parâmetros alternativos de atuação na área em que esta tese se inscreve. A pesquisa, portanto, não pretende avaliar ou valorar a paisagem, mas explorar diferentes posições sobre o tema, pondo ênfase na construção social da paisagem por acreditar que é subestimada ou subutilizada como ferramenta de interpretação e entendimento do espaço. Pretende-se, com isso, uma leitura mais completa, que subsidie intervenções mais coerentes na paisagem desde o ponto de vista técnico.

1.6.4 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGUDO

Agudo é um dos municípios integrantes da Quarta Colônia desde o início do Consórcio em 1996. Sua origem remonta à fundação da Colônia Santo Ângelo em 1857, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes alemães assentadas na região do Cerro Chato, à margem esquerda do Rio Jacuí. Nasce da iniciativa do Governo Imperial de interiorizar a ocupação da Província, e desenvolver a região através da agricultura em pequenas propriedades, com a mão de obra de imigrantes europeus. Esteve atrelada como colônia ao município de Cachoeira do sul e permaneceu vinculada a este como Distrito, emancipando-se em 1959.

²⁰ Schwerz, João Paulo. *Apreensão da Paisagem como Patrimônio a partir do olhar comum: estudo de caso em Agudo-RS*. Anais do I Colóquio Iberoamericano Paisagem cultural, patrimônio e projeto – Desafios e perspectivas: Belo Horizonte-MG, 2010; *Aprehensión del paisaje como patrimonio a partir de la mirada común*. Anales XIV Convención de Ordenamiento Territorial y Urbanismo – Cultura, Territorio y Ciudad: Habana-Cuba, 2011; *Valores e conflitos na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo-RS* (p.213 -234) em: CASTELLS, Alicia e NARDI, Leticia (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea*: Editora da UFSC, Florianópolis, 2013; *Da paisagem ao planejamento do território – possíveis relações entre 'território' & 'poder' e 'cultura' & 'paisagem'*. Anais do XV ENAMPUR: Recife-PE, 2013.



Imagem 01: Localização do Estado do Rio Grande do Sul e de Agudo. **Fonte:** Elaboração própria a partir de base georreferenciada; 2014.

Geograficamente o município de Agudo apresenta uma situação bastante diversificada. Agudo está implantado na interface da depressão central do Rio Grande do Sul e da Serra Geral, o que caracteriza seu relevo como sendo de ondulado a montanhoso, variando de 0 a 700 metros de altitude. O clima da região é temperado úmido e apresenta precipitação média anual variando entre 1.500 a 1.750 mm. Em relação à vegetação, a região apresenta predominância da Floresta Estacional Decidual, com resquícios de vegetação da Mata Atlântica. O solo de maneira geral tem textura argilosa, com grande capacidade de drenagem. Agudo tem uma relação de proximidade muito forte com o principal rio da região, o Jacuí, que condicionou sua localização e todo seu desenvolvimento.

Segundo dados de 2013 da Fundação Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), Agudo tem pouco mais de 16.600 habitantes distribuídos por seus 536 km² de área, resultando em uma densidade demográfica de 31,2 hab/km². No entanto cerca de 60% de sua população está estabelecida na área rural do município, o que condiciona sua base econômica, caracterizada pela pequena propriedade rural e pelo baixo grau de industrialização.

A estrutura econômica do município está baseada, fundamentalmente, em um pequeno número de cadeias produtivas agroindustriais, que são responsáveis, direta e indiretamente, por grande parte da renda gerada na região, essencialmente a orizicultura e a fumicultura.

Agudo apresenta uma formação histórica peculiar, povoada a partir de meados do século XIX por levas sucessivas de imigrantes de origem europeia. É um município com marcadas influências germânicas que persistem desde sua fundação. Mesmo vencido o isolamento geográfico que caracterizava as colônias do sul do Brasil, apresenta ainda a maioria da população descendente de etnia germânica e vivendo em zona rural; em geral seus habitantes sustentam o idioma de origem, festas e muitos costumes produtivos e alimentares que distinguem o município e conferem a ele uma elevada qualidade de vida. Em um espaço naturalmente diversificado, imigrantes e seus descendentes produziram um território com características sociais, produtivas e construtivas que configuram paisagens particulares, mas que talvez não se encaixem nos padrões de excepcionalidade tradicionais a ponto de merecer uma “nomeação”, ou proteção segundo os parâmetros patrimoniais utilizados comumente. Numa outra perspectiva, também são paisagens que demandam atenção tendo em conta as transformações que vêm sofrendo, dado que participam ativamente como referências locais.

1.6.5 ENTREVISTAS

A investigação vislumbra refletir sobre o trabalho de inventariação em andamento na Quarta Colônia vinculada ao Plano Ambiental, aprofundando teoricamente sobre os meios e procedimentos adotados, e também discutindo métodos e resultados. Para isto, aplicou em Agudo uma série de entrevistas que visaram complementar o material já observado no Plano Ambiental.

Foram aplicadas um total de doze entrevistas formais dirigidas à cidadãos residentes do município de Agudo que tivessem vivido toda ou grande parte de sua vida no município (zona rural e/ ou urbana). Foram selecionadas pessoas que representassem diferentes classes sociais, faixas de idade (ainda que com ênfase em pessoas de idade elevada), ocupações e escolaridade, gênero e local de residência. A maioria dos entrevistados foi escolhida a partir de

proximidade anterior e de indicações destas pessoas, mas também foram entrevistados cidadãos ao acaso, durante os levantamentos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e novembro de 2008, e foram gravadas com a permissão dos entrevistados.

As entrevistas foram de tipo *aberta*, ou seja, direcionadas ao tema patrimônio, com flexibilidade para que o entrevistado dissertasse sobre o tema questionado ou outros afins, objetivando uma maior derivação nas respostas e possibilitando relações de análise que o citado questionário sociocultural não alcança. Foi elaborada uma lista prévia com perguntas básicas sobre a história do município, de forma a coletar e os elementos de referência identitária.

Buscou-se construir uma ambiência informal e de confiança entre entrevistador e entrevistado que pudesse permitir derivações discursivas, transcendendo aquelas que configuram um padrão. Procurou-se captar o olhar mais individual possível do entrevistado sobre a realidade, muito embora se saiba que os elementos do discurso individual possam ser pré-condicionados pela memória coletiva do local que, por sua vez, pode ter sido apropriada acriticamente.

Além das entrevistas, também foram utilizados dados e informações contidos nos relatórios e documentos resultantes de um grande número de assembleias populares realizadas em diferentes etapas de elaboração do Plano, algumas das quais o autor oportunamente participou presencialmente.

1.6.6 SOBRE O APROFUNDAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

O material descrito até aqui foi essencial para instigar e embasar o desenvolvimento desta investigação, embora não tenha sido produzido para este fim. Com as possibilidades oferecidas pela compilação dos questionários e entrevistas, das análises já realizadas sobre esta base de dados e das lacunas observadas durante o processo, a presente tese buscou subsídios que complementassem o processo de análise pretendido.

Além da coleta de dados e informações descritas anteriormente foram identificados elementos de aproximação conceitual entre os conceitos de paisagem e planejamento do território, paisagem e patrimônio tomando como base autores consagrados no assunto destas áreas de conhecimento, bem

como de outras áreas que tivessem como foco a paisagem através de diferentes olhares tais como filosofia, artes, geografia, etc. Buscou-se ainda contrastar perspectivas clássicas sobre estes temas com outras que contemporaneamente fazem contrapontos às posturas mais tradicionais, buscando um posicionamento crítico atualizado a respeito do tema. Um dos pontos essenciais observados nesta fase foi a crescente importância atribuída às percepções e representações sociais para o entendimento e para a gestão da paisagem, justificando o papel central dado aos questionários e entrevistas no desenvolvimento da pesquisa, cuja base de análise é Luginbühl (2008), detalhado a partir da página 119 (percepções e representações sociais).

Ainda como parte da revisão de bibliografia foram consultados diferentes métodos de análise, interpretação, intervenção e gestão da paisagem. Alguns métodos foram reconhecidamente importantes para as questões abordadas nesta tese. Dentre eles convém citar as *Preservation Briefs*, regulamentações de parques e sistemas naturais utilizadas na América do Norte desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo a de número 36²¹ que trata especificamente da proteção e gestão de paisagens históricas. Também foram examinadas aportações pioneiras que constituíram gradativamente conceitos e formas de atuação internacionalmente acolhidas, culminando com – e inclusive atualizando posteriormente – a *Convenção Europeia de Paisagem* (CEP): os conhecidos Atlas de Paisagem da França e a *Landscape Character Assessment* (LCA) do Reino Unido, além de alguns estudos comparativos entre o tratamento de paisagens na Alemanha, Holanda e Itália, entre outros. Ainda neste contexto destaca-se sobremaneira a experiência dos *Catálogos de Paisagem da Catalunha*²² por reunir contribuições destes e de outros trabalhos de referência no tema, conforme seus próprios elaboradores atestam, e por apresentar em pouco tempo de aplicação resultados bastante interessantes no contexto europeu de planejamento, conforme destacado por seus autores.

²¹ Preservation Briefs 36: *Protecting Cultural Landscapes Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes*. (Disponível em: <http://www.nps.gov/history/tps/how-to-preserve/briefs/36-cultural-landscapes.htm>).

²² Os *Catálogos de Paisagem da Catalunha* foram instituídos a partir da aprovação da *Lei 8/2005 de Proteção, gestão e ordenação da paisagem*, iniciativa do parlamento catalão para adequação legal ao *C.E.P.* do qual a Espanha é signatária. A elaboração dos Catálogos está a cargo do *Observatório da Paisagem da Catalunha*, órgão específico vinculado ao *Departamento de Política Territorial e Obras Públicas de 'Estado'* criado neste mesmo contexto para pôr em marcha a política de paisagem na Catalunha.

Também foram analisadas iniciativas nacionais que se aproximam com os conceitos centrais da tese. Neste contexto destacam-se os trabalhos do IPHAN com a *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*, e o *Zoneamento Ecológico-Econômico* (ZEE) coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA); em escala estadual foi examinada a metodologia que resultou no *Mapa das Unidades de Paisagem Natural do Rio Grande do Sul*, elaborado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Estes trabalhos foram importantes para a contextualização do problema e das alternativas de tratamento jurídico-administrativo em nível nacional. Paralelamente, preparando os trabalhos de campo, a revisão contou com a atualização de dados primários (economia, população, etc., e mapas base) compilados no IBGE e na Fundação Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE).

Paralelamente foram consultados diferentes arquivos públicos e privados com o objetivo de analisar qualquer tipo de informação que demonstrasse as transformações espaciais expressivas pelas quais o município passou – sobretudo mapas –, assim como catalogar representações de qualquer tipo e de qualquer tempo relacionada à paisagem (livros de literatura e poesia, trabalhos acadêmicos, canções tradicionais, fotografias antigas, quadros, matérias de jornais, publicidade, etc.). No município de Agudo foram analisados documentos presentes na Biblioteca Municipal Aldo Berger, no Centro Cultural Brasileiro-Alemão e Arquivo Histórico Pastor Rudolf Brauer, além de arquivos privados, dos quais se destacam os arquivos fotográficos de Erni Böek e de Tilo Hentschke. Também foram contabilizados os registros fotográficos ligados ao tema expostos em casas e comércios particulares, como por exemplo, o Restaurante Schüller e a Pousada Germânica. Ainda no município de Agudo foram visitadas três escolas – duas na sede, uma estadual pública e uma privada, e uma pública municipal no interior²³ – para uma aproximação ao tipo de informação sobre paisagem e/ou patrimônio que são repassados e produzidos a respeito (material didático, maquetes produzidas pelos alunos,

²³ Foram visitadas: Escola de Educação Básica D. Pedro II (sede), Escola Estadual de Ensino Básico Professor Willy Roos (sede) e Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Maio (Linha Teotônia), todas no ano de 2013.

etc.). Em municípios circunvizinhos, sobretudo os integrantes do consórcio, também foram pesquisadas informações que tivessem associação ao tema em escala territorial/ regional: São João do Polêsine (Arquivo do CONDESUS), Faxinal do Soturno (Arquivo de Fotos de Faxinal do Soturno e Museu distrital de Nova Treviso), Nova Palma (Centro de Pesquisas Genealógicas Padre Sponchiado). Além destes, o Arquivo de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre, possibilitou um trabalho detalhado de pesquisa e catalogação de mapas antigos que demonstraram a evolução de ocupação do município e uma grande quantidade de informações associadas.

Os levantamentos de campo foram realizados ao longo do segundo semestre de 2011, e dos anos de 2012, 2013 e segundo semestre de 2014. Cada tipo de informação foi analisado buscando evidenciar elementos referentes e recorrentes associados direta ou indiretamente à paisagem. Quadros e fotos, por exemplo, podem mostrar panoramas e indicar pontos de vista corriqueiros por onde elementos paisagísticos são conhecidos. Ao mesmo tempo, mapas contêm em geral outros dados menos evidentes como toponímias de associação geográfica ou simbólica, elementos paisagísticos de referência (montanhas, rios, florestas ou tipos de vegetação, construções grandes fisicamente e/ou importantes funcional ou historicamente, etc.), caminhos antigos por onde se visualiza o território e conseqüentemente por onde se apreende a paisagem, etc. Obras literárias comumente apresentam histórias, lendas, etc., que permanecem associadas simbolicamente à paisagem, também participando nos modos de como ela é conhecida e reconhecida.

A atenção aos métodos supracitados direcionou as etapas de elaboração seguintes da tese nos diferentes tipos de informações a serem coletadas em campo. Assim foi realizado um minucioso levantamento fotográfico percorrendo os principais caminhos e ambientes do município de Agudo, com especial atenção para os elementos citados nos questionários e nas entrevistas. Foram realizadas fotografias tamanho padrão e tipo “panorama” para registrar e analisar os elementos que conformam as paisagens de Agudo. Foram percorridos mais de oitocentos quilômetros (800 km) somente dentro do município ao longo dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, anotando que alguns caminhos foram percorridos mais de uma vez. Foram realizadas mais de quatro

mil fotografias digitalizadas (4.000) georreferenciadas, das quais somente uma pequena fração foi selecionada para vinculação em mapa temático específico desenvolvido com o software ARQGIS. Estes dados permitiram materializar um panorama dos diferentes tipos de paisagens e daqueles tipos mais recorrentes segundo um olhar técnico, que mais à frente seria contrastado com os elementos paisagísticos decorrentes da análise dos diferentes tipos de representações. Esta parte da pesquisa de campo foi aqui denominada *Mapeamento Arquitetônico Paisagístico do Município de Agudo*, e forma parte dos dados de base das análises apresentadas no capítulo final.

1.6.7 MAPEAMENTO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO DE AGUDO

Estando vinculada definitivamente aos propósitos deste trabalho, a arquitetura local constitui componente elementar para o estudo da paisagem, apresentando por si só possibilidade de leitura histórica e de tendências futuras, como já demonstrado em trabalhos anteriores. Desta maneira, uma das formas de considerar as relações entre arquitetura e paisagem foi vivenciá-las desde uma perspectiva aproximada, percorrendo o território em estudo e buscando aprimorar as análises anteriores considerando aspectos que as fichas de inventário ou pesquisas precedentes não abarcaram.

Paralelamente às análises de entrevistas e outros levantamentos de dados foi elaborado um mapeamento a partir de imagens georreferenciadas, permitindo associar uma grande quantidade de informações espacializadas que fichas tradicionais não permitem facilmente. Ainda que eminentemente técnica, esta leitura tem a vantagem de atualização e compartilhamento imediatos, permitindo também interpretação de dados específicos. As imagens 02 a 06 demonstram sinteticamente a interface do sistema que utiliza suportes básicos como imagens do *Google Earth* associadas com um software *GIS*.



Imagem 02: Detalhe do mapeamento de imagens georreferenciadas sobre imagem de satélite de domínio público, onde cada ponto vermelho representa uma foto localizada a partir de suas coordenadas geográficas. **Fonte:** Edição do autor (2013).

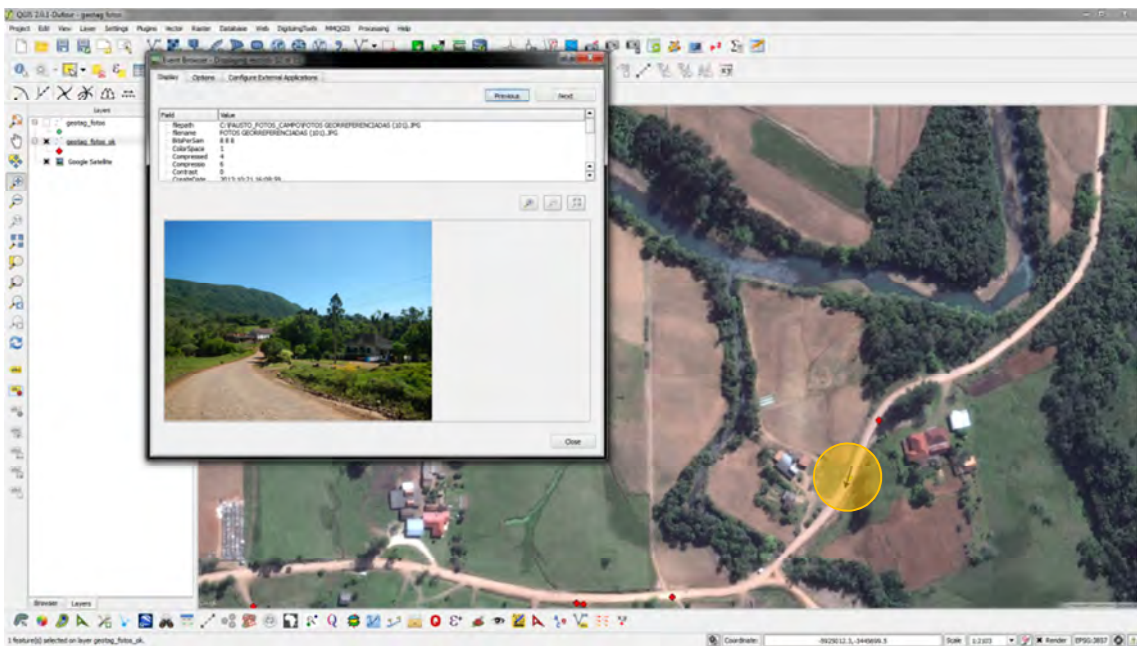


Imagem 03: Captura de tela exemplificando o acesso dos dados e imagens do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo. A seta (destaque laranja) indica a imagem selecionada na tela auxiliar, direção e ângulo da perspectiva. Na tela auxiliar podem ser informados, além das coordenadas, qualquer atributo ou tipo de informações complementares. Os pontos vermelhos indicam os outros pontos de fotos. A vinculação da imagem ao software permite o manuseio de grande quantidade de dados e informações simultaneamente para análises mais rápidas e completas, com a vantagem de atualização a qualquer momento. **Fonte:** Edição do autor (2014).

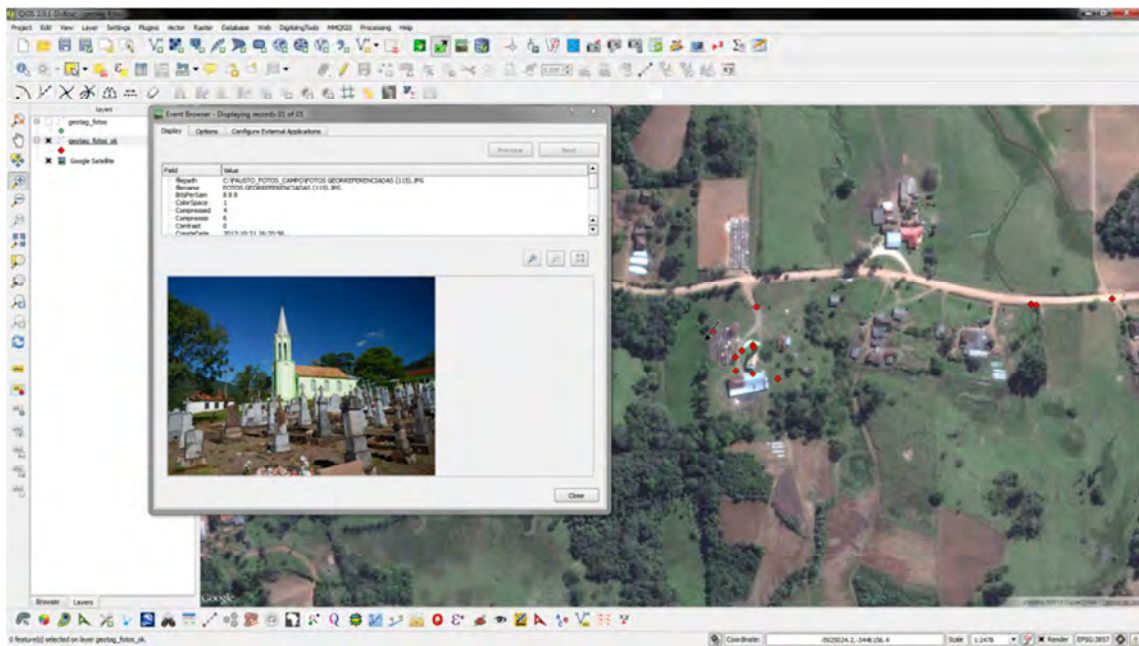


Imagem 04: Captura de tela exemplificando o acesso dos dados e imagens do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo. **Fonte:** Edição do autor (2014).



Imagem 05: Fotografia isolada do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo (Igreja Luterana da Linha Boêmia). **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 06: Fotografia panorâmica do mapeamento arquitetônico paisagístico de Agudo. Imagem vinculada ao software. Neste caso uma vista externa de 180° a partir da porta principal de entrada da Igreja Luterana da Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

As vantagens de contar com dados em diferentes suportes permite explorar, além da linguagem arquitetônica, sua situação em um contexto territorial e inúmeras fotografias, vinculando diversas escalas em uma mesma tela, caso necessário. Possibilita, como neste trabalho, elaborar comparações com as macro estruturas propostas pelas UPNs e aferir composições de lotes e ocupações a partir de revisão bibliográfica²⁴ e de fontes primárias como os mapas históricos encontrados²⁵, fundamentando as análises espaciais e perceptivas que se apresentam à sequência.

Este mapa forma parte do material produzido especialmente para a tese e pode ser consultado e/ou atualizado digitalmente.

1.6.8 EIXOS EXPLORATÓRIOS

Aliado ao contexto dos trabalhos destacados anteriormente, o que delineou o caminho inicial da pesquisa foi a intenção de identificar e delimitar as diferentes paisagens na Quarta Colônia, utilizando os levantamentos de campo já existentes para a identificação e a preservação de seus *valores*, segundo influência dos métodos tradicionais de planejamento e gestão da paisagem. Imaginava-se demonstrar como as paisagens conformam um mosaico que não necessariamente obedece a limites administrativos, direcionando planos e diretrizes específicas para cada um dos diferentes tipos de paisagem em âmbito regional. Contudo, tornou-se necessário reconsiderar as limitações do trabalho pretendido no que se refere as dimensões físicas da área em estudo, assim com as demandas práticas relacionadas aos prazos e recursos disponíveis para finalização da pesquisa. São circunstâncias que demandam readequações visando a viabilidade do trabalho bem como sua efetividade no sentido do uso de um método adequado e pertinente, possível de ajustar-se as novas questões emergentes durante o desenvolvimento da investigação.

²⁴ Sobretudo as análises já desenvolvidas na dissertação de mestrado Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS, (SCHWERZ, J. P., PGAU-CIDADE, UFSC, 2009).

²⁵ Mapas catalogados na Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul entre os meses de julho e novembro de 2013 (registrados por fotografia e posteriormente sobrepostos ao estado atual).

Por outro lado, desde seu início esta investigação esteve acompanhada pela preocupação em relação à preservação da paisagem englobando a arquitetura histórica (entendida amplamente) em seu contexto, o que levou à aproximação com diversas ações e pesquisas em diferentes partes do mundo que tratam deste tema. Entre elas, as definições de *Paisagem Cultural* promovidas pela UNESCO²⁶ e seus sucessivos desdobramentos que alteraram o modo de conceber e agir em termos *patrimoniais paisagísticos* ao redor do mundo, incluindo as recentes iniciativas do IPHAN²⁷ no Brasil.

Influência ainda mais forte no contexto da pesquisa foram os incrementos surgidos em prol da paisagem, essencialmente a partir do contexto europeu²⁸ que provocaram a revisão dos critérios definidos pela UNESCO, e que resultaram iniciativas destacáveis em diversos países, a seguir referidas. É importante ressaltar que, tais iniciativas mais que estabelecer áreas com um regime especial – paisagens excepcionais – buscam abarcar um determinado território em questão regulando-o a partir de seus valores paisagísticos que transcendem os estéticos e históricos: a paisagem está em todo o território, necessitando ser entendida e gerida de acordo com os valores presentes em cada lugar.

Esta última posição foi considerada mais adequada como baliza para esta pesquisa porque indicava a possibilidade de conjugar a questão de preservação do patrimônio em uma escala mais ampla, permitindo identificar as contradições observadas durante alguns anos de trabalho nesta área de patrimônio e depois de alguns estudos desenvolvidos sobre o tema em diferentes lugares, inclusive fora do Brasil.

A experiência acumulada com os *Catálogos de Paisagem da Catalunha*, por exemplo, permite apresentar em pouco tempo de aplicação resultados bastante interessantes no contexto europeu de planejamento. Neste ponto foi

²⁶ Em 1992, celebrando o vigésimo aniversário da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, a UNESCO passa a adotar a categoria de *Paisagens Culturais*, estabelecendo critérios de seleção e instituindo o primeiro instrumento jurídico a reconhecer e proteger paisagens deste tipo.

²⁷ Em 2009 o IPHAN institui por meio da Portaria nº 127 a *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*, apresentando como exemplos – únicos até o momento – dois núcleos coloniais de imigração em Santa Catarina: *Rio da Luz*, em Jaraguá do Sul e Texto Alto, no município de Pomerode.

²⁸ Essencialmente a *Carta Mediterrânea da Paisagem* de 1993, a *Recomendação R9* de 1995 e o *Convênio Europeu da Paisagem*, iniciada em 1994 e formalizada no ano 2000.

fundamental o estágio no exterior²⁹ do autor desta tese, que propiciou o contato direto com a revisão e consequente crítica deste último método citado, assim como da experiência acumulada após os anos de aplicação do documento. A oportunidade de interagir com Centros de Pesquisa³⁰ que fundamentaram a construção a elaboração e a aplicação dos Catálogos da Paisagem adicionou novos horizontes ao desenvolvimento da tese. Naquele momento já se revisavam alguns conceitos bastante aceitos para o tema e até o próprio método baseado em unidades homogêneas, instigando a reflexão sobre a necessidade de metodologias mais adequadas ao contexto da pesquisa.

De fato, aquele aprofundamento teórico possibilitou o aprofundamento da análise crítica em relação ao aproveitamento dos métodos de proteção e gestão de paisagens em determinados contextos (à exemplo do estudo realizado em Agudo-RS). Assim, a aproximação com os métodos mais adiante apresentados, e sobretudo o dos “Catálogos de Paisagem da Catalunha”, podem ser observadas diferenças significativas em termos de escala e de aparato legal, técnico e administrativo em relação à maioria dos métodos que servem como referência para gestão de paisagens. Mais complexo torna-se confrontar o alcance de informação e a consciência cidadã na realidade avaliada, sobretudo em questões de direito à qualidade do espaço e receptividade às mudanças, que também refletem decisivamente em termos de participação cidadã.

Deste modo o andamento da investigação e a reflexão sobre as teorias envolvidas fez com que a questão inicial fosse invertida, renunciando à busca de um método ideal de tratamento da paisagem e seus valores patrimoniais e passando a refletir sobre a paisagem em nível teórico e operativo como uma ferramenta (mais) de entendimento das relações entre homem e entorno. Passa de “Como tratar a paisagem considerando seus valores patrimoniais?” para “Como a paisagem participa na construção de identidades?”.

²⁹ Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES) realizado junto à Universidade Politécnic da Catalunha (UPC) em Barcelona, Espanha, entre os meses de janeiro e julho de 2014.

³⁰ O estágio esteve ligado diretamente com o *Centro de Pesquisas e Projetos da Paisagem de Barcelona* (CRPPB) da Universidade Politécnic da Catalunha, e indiretamente com o próprio Observatório da Paisagem da Catalunha.

O ponto de partida escolhido – as paisagens (ordinárias) como elemento fundamental na construção de identidades – constitui a centralidade conceitual da tese, e abre espaço para derivações práticas sobre os diversos campos do conhecimento que abarcam a temática contemplada na pesquisa.

Além das questões técnicas, esta concepção assumida pela tese resulta num ponto de inflexão conceitual fundamental: a assimilação de debates emergentes que não correspondem aos discursos e aos modelos habituais de entendimento e prática de paisagem prevê um caráter político³¹, não como argumento de tese, mas como postura de pesquisa. A *thesis* (posição), portanto, defende que o cotidiano interessa tanto quanto o monumental, e o significado de “especial” passa a ser relativizado; passa-se de privilegiar a unidade para assumir o heterogêneo, entendendo que o patrimônio, assim como a paisagem, são construídos a partir de intenções, e que nesta disputa há valores que são fundamentais, mas desatendidos, o que neste trabalho defendemos como *paisagens ordinárias*, conforme explicado na introdução e desenvolvido ao final da tese.

A investigação, assim, assume o contexto de mudanças estruturais que vão de encontro à condição moderna de globalização, de crise ecológica, e até certo ponto de mudanças do modo de viver o espaço e o tempo, acarretado pelas novas tecnologias de informação, adotando uma interpretação que confronta a neutralidade e a universalidade para tornar visíveis novas realidades e culturas diversas³². A tese, deste modo, aproxima-se obrigatoriamente a três dos temas que atualmente pautam os conceitos de *patrimônio* e de *paisagem*: sustentabilidade, diversidade e participação, analisadas a partir de três eixos estruturais áreas de arquitetura e urbanismo e de planejamento territorial em relação à paisagem, que são o ontológico, o estético e o ético.

³¹ Concordando com a explicação de Montaner e Muxí em *Arquitectura Y Política* (2014, p.16): “Porque a primeira decisão política é sempre um descobrimento, e porque a primeira decisão política – em qualquer atividade de teoria, história e crítica da arte e a arquitetura – radica no que se visibiliza e no que se ignora, no que se promove e no que se oculta, no que se diz, no que se cala e a quem silencia”.

³² É uma posição referenciada como *pós-moderna* por MONTANER e MUXÍ (2011, p.17) cabendo à intelectualidade a responsabilidade maior pelo momento de mudança.

1.6.9 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A tese está estruturada em sete (7) partes, das quais esta **Introdução** representa a primeira, constando de tema, esclarecimentos conceituais, problematização, hipóteses, objetivos, quadro metodológico e estrutura dos capítulos.

O **Capítulo 2** trabalha sobre o desenvolvimento da **ideia de paisagem** no mundo ocidental em uma perspectiva histórica e abrangente, a partir de autores das áreas da filosofia e história da arte, especialmente. Em sequência cronológica apresenta o estatuto que a paisagem assume na era moderna, quando passa a ser incorporada como problema científico, originando muitas e diferentes abordagens em um ainda crescente número de disciplinas acadêmicas. O final do capítulo expõe a abertura teórica contemporânea pela qual passa a paisagem, vinculada ao momento de revisão conceitual próprio do pós-modernismo, indicando a direção com que a tese se compromete.

O **Capítulo 3** adentra na importância que a paisagem adquire atualmente a partir da construção de uma teoria compartilhada em diferentes áreas do conhecimento. Destaca, neste contexto, o principal caminho de exploração do conceito para esta pesquisa, que associa a paisagem à sua função social. Por fim, a partir da conjuntura geral exposta, o capítulo enfoca os desdobramentos de uma **teoria da paisagem** e as principais perspectivas que incidem nas, e derivam das áreas da arquitetura e do planejamento hoje em dia.

O **Capítulo 4** apresenta e analisa a **vinculação entre paisagem e patrimônio**, demonstrando a proximidade conceitual e operativa entre os conceitos no ocidente e de forma especial em nosso país.

O **Capítulo 5** expõe parâmetros de análise da paisagem, evidenciando **métodos de leitura e interpretação** pré-selecionados de intervenção e gestão da paisagem que englobam a questão patrimonial em contexto internacional. Da mesma forma busca também iniciativas brasileiras em curso no contexto brasileiro que se aproximem conceitualmente dos temas estudados.

O **Capítulo 6** apresenta, a partir da convergência conceitual permitida pelos autores em capítulos anteriores, o estudo de caso, ou seja, **a leitura e interpretação da paisagem em um contexto predeterminado** – o município

de Agudo, no Rio Grande do Sul –, analisando valores e contradições inerentes ao processo de construção social que vincula identidade à(s) paisagem(ns) em questão.

Finalmente, a **Conclusão avalia os alcances e limites** de integração entre os conceitos, as teorias e os métodos considerados desde a área da arquitetura e do planejamento, assim como dos resultados alcançados no capítulo precedente. Neste percurso evidenciam-se também lacunas que apontam a necessidade de aprofundamentos, abrindo caminho para novas possibilidades de pesquisa.

1.6.10 SÍNTESE METODOLÓGICA

À sequência são apresentados dois diagramas esquemáticos a fim de ilustrar a trama de temas e relações que constituem a tese. O primeiro deles situa os conceitos principais da pesquisa em intersecção com as áreas do conhecimento em que o trabalho pretende contribuir. O segundo demonstra a sequência dos assuntos trabalhados nesta investigação desde a ideia geral de paisagem, passando pela interdependência do conceito com a arquitetura, o planejamento e sua vinculação com a noção de patrimônio cultural, de onde se desdobram métodos de leitura e interpretação da paisagem para, finalmente, demonstrar empiricamente como implicam em relação ao recorte predeterminado.

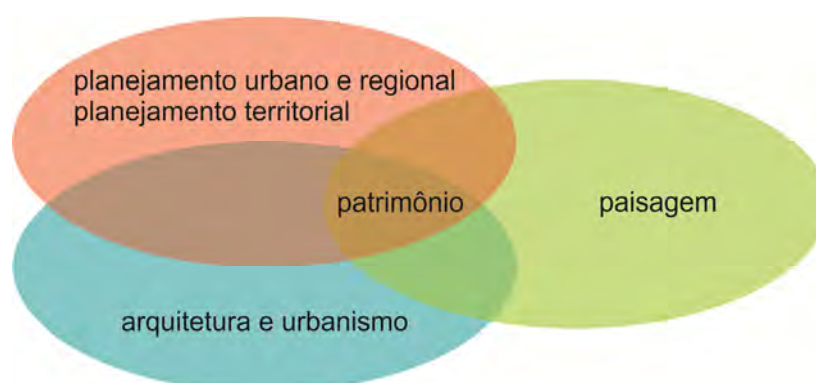


Imagem 07: Diagramas dos temas centrais à tese. **Fonte:** Elaboração própria, 2016.



Imagem 08: Diagrama do encadeamento dos assuntos tratado na pesquisa. **Fonte:** Elaboração própria, 2016.

Conforme explicado, a tese é construída a partir da vinculação entre paisagem e cultura, entendendo que a primeira é sempre resultado – real e/ou simbólico – da segunda como sustentam autores como Augustin Berque, Jean-Marc Besse, Alain Roger, Javier Maderuelo e outros. Assumindo este pressuposto, a pesquisa é construída a partir das relações entre paisagem e patrimônio cultural, buscando um reposicionamento conceitual que possibilita abordagens práticas alternativas para as áreas da arquitetura e do planejamento, demonstradas neste trabalho por autores como Mata Olmo, Àlex Tarroja, Gómez Mendoza, Meyer e Dripps.

Este reposicionamento está relacionado ao entendimento da paisagem enquanto experiência, ou seja, enquanto vivência prática, assim como de todos os seus desdobramentos (político, simbólico, estético, ético, etc.). Conseqüentemente, também se relaciona ao entendimento de que as sociedades, dado seu contexto cultural, geográfico e político são determinantes para a construção das paisagens em questão, contextualizado na pesquisa principalmente por Nogué, Suzman, Pellitero e Varela e Navarro.

Esta aproximação à paisagem é desenvolvida através das maneiras pelas quais as sociedades percebem e representam suas paisagens, conforme

sustentam Luginbühl, Aguiló e Pomar. Este último detalha que há diferenças significativas entre as avaliações realizadas por técnicos e leigos³³, mas indica a complementaridade delas para os estudos da paisagem.

Mais especificamente, o reposicionamento mencionado coloca foco sobre as paisagens comuns, cotidianas ou “*ordinárias*”, como se preferiu designar nesta investigação, baseado essencialmente em autores como J. B. Jackson, Lewis, Meining, Groth e Bressi e Goula. É neste ponto que os conceitos de paisagem e patrimônio cultural se mesclam definitivamente, como analisam Prats, Rivera Blanco e Sabaté, influenciando o entendimento e o tratamento dos temas também no Brasil, como argumentam Castriota e Schlee. As análises sobre Agudo se amparam nesta sequência, utilizando estes critérios e conceitos para perseguir a hipótese proposta.

³³ A tese indica uma designação mais precisa em relação aos seus próprios objetivos a despeito da denominação proposta por Pomar, que classifica as avaliações como “científica” e “social”. Esta questão é melhor precisada no início do Capítulo 6.

TABELA 2 – Síntese de autores, temas e conceitos utilizados

AUTOR	TEMA	CONCEITOS UTILIZADOS
LÓPEZ SILVESTRE, 2006	HISTÓRIA DO CONCEITO	PAISAGEM É PRODUTO DA CULTURA
JAVIER MADERUELO, 2006	HISTÓRIA DO CONCEITO	PAISAGEM É PRODUTO DA CULTURA
AUGUSTIN BERQUE, 2009; 2011	CONCEITO DE PAISAGEM	PAISAGEM É PRODUTO DA CULTURA
ALAN ROGER, 2009	CONCEITO DE PAISAGEM (ARTEALIZAÇÃO)	PAISAGEM É PRODUTO DA CULTURA
JEAN-MARC BESSE, 2010	CONCEITO DE PAISAGEM	PAISAGEM É PRODUTO DA CULTURA
RAFFESTIN, 2005	CONCEITO DE PAISAGEM	PAISAGEM É PRODUTO DA CULTURA
MATA OLMO, 2006	PAPEL SOCIAL E GESTÃO DA PAISAGEM; MÉTODO; GESTÃO TERRITORIAL.	PLANEJAMENTO DA PAISAGEM E GESTÃO DO TERRITÓRIO
TARROJA, 2006,	PAPEL SOCIAL E GESTÃO DA PAISAGEM	PLANEJAMENTO DA PAISAGEM E GESTÃO DO TERRITÓRIO
GÓMEZ MENDOZA, 2008	GESTÃO TERRITORIAL E PAISAGEM	PLANEJAMENTO E PROJETO DA PAISAGEM
ELISABETH MEYER, 2005	IMPORTÂNCIA DO LUGAR	PROJETO DA PAISAGEM
ROBIN DRIPPS, 2005	IMPORTÂNCIA DO LUGAR	PROJETO DA PAISAGEM
NOGUÉ, 2010	PARTICIPAÇÃO SOCIAL; PAISAGEM CONCEITO; MÉTODOS DE ANÁLISE	PAISAGEM COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL
VARELA; NAVARRO, 2008	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA PAISAGEM	PAISAGEM COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL
PELLITERO, 2011	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA PAISAGEM	PRODUÇÃO DO ESPAÇO-PAISAGEM
SUZMAN, 2008	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA PAISAGEM	PRODUÇÃO DO ESPAÇO-PAISAGEM
JOHN BRINCKERHOFF JACKSON, 1970	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO	PAISAGENS VERNACULARES
D. W. MEINING, 1979	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO	PAISAGENS COTIDIANAS
PIERCE F. LEWIS, 1979	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO	INTERPRETAÇÃO DAS PAISAGENS COMUNS
PAUL GROTH; TODD W. BRESSI, 1997	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO	LEITURA E INTERPRETAÇÃO DAS PAISAGENS ORDINÁRIAS
MARIA GOULA, 2005	REVISÃO DO CONCEITO	IMPORTÂNCIA DAS PAISAGENS ORDINÁRIAS
RIVERA BLANCO, 2010	PATRIMÔNIO E PAISAGEM	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS CONCEITUAIS E DE ABORDAGEM
SABATÉ, 2008	PATRIMÔNIO E PAISAGEM	DEFINIÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL
PRATS, 1997, 2004	PATRIMÔNIO E PAISAGEM	REVISÃO CRÍTICA
CASTRIOTA, 2011	PATRIMÔNIO E PAISAGEM	PATRIMÔNIO E PAISAGEM NO BRASIL
SCHLEE, 2016	PATRIMÔNIO E PAISAGEM	PATRIMÔNIO E PAISAGEM NO BRASIL
LUGINBÜHL, 2008; 2009	MÉTODOS DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM	INDICADORES SOCIAIS; PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL
AGUILÓ, 2005	MÉTODOS DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM	VALORAÇÃO DA PAISAGEM
POMAR, 2010	MÉTODOS DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM	VALORAÇÃO DA PAISAGEM

2 A CONSTRUÇÃO DE PAISAGEM COMO CONCEITO

“Environment sustains us as creatures;
landscape displays us as cultures.”

Donald W. Meinig

2.1 PAISAGEM NA HISTÓRIA

2.1.1 A CONSTRUÇÃO DE “PAISAGEM”

A noção de paisagem no mundo ocidental é relativamente recente. Admite-se com frequência que a noção de paisagem aparece na China, no século IV, e na Europa durante o Renascimento³⁴. Aqui se trata essencialmente do percurso que resulta no entendimento de paisagem no Ocidente, que por sua vez apresenta um desenvolvimento particular em termos cronológicos e filosóficos segundo os autores referenciados à continuação. A elaboração histórica que leva ao termo *paisagem* é bastante discutida em relação às suas origens. Ainda assim, uma aproximação é válida, não para a delimitação definitiva do conceito (o que não seria possível dado seu sentido continuamente mutável), mas para um melhor entendimento do “modo de olhar” contemporâneo e suas relações com as disciplinas onde esta tese pretende contribuir.

Alan Roger (2007, p.24) defende a versão bastante difundida de que o vocábulo para definir “paisagem” teria surgido ao final do século XV, e que dará origem, pouco mais tarde, a um gênero pictórico³⁵ autônomo no mundo das artes. Javier Maderuelo (2006a) em sua obra “*El Paisaje – genesis de un concepto*”³⁶ recorre ao desenvolvimento artístico pelo qual passa a *paisagem* para evidenciar a trajetória de aprendizagem visual e interpretativa que o

³⁴ Berque dedica grande esforço para esclarecer como, no mundo oriental, se produziu a ideia de paisagem, onde a palavra *shanshui* equivalente ao conceito de *paisagem* existe desde o século IV. Veja-se a respeito, *Les rasoirs du paysage, de la China antique aux environnements de synthèse*, Hazan, Paris, 1995; *El nacimiento del paisaje em China*, em Javier Maderuelo (Ed.) *El paisaje*, Diputación de Huesca, Huesca, 1997; *En el origen del paisaje*, em: Revista Occidente n 189, fevereiro 1997.

³⁵ Alain Roger apresenta a versão de que a palavra aparece pela primeira vez em francês (*paysage*), em 1493, no *Dictionnaire étymologique et historique du français de J. Dubois, H. Mitterand e A. Dauzat*, utilizada para designar um “quadro que representa um ‘país’” entendido ainda sem sua conotação de *nação*, ligado fundamentalmente ao território.

³⁶ MADERUELO, Javier. *El paisaje: génesis de un concepto*. Madrid: Abada Editores, 2006a, 2ª ed.

homem experimenta ao longo dos séculos para entender e representar o mundo em que vive: “a compreensão do mundo como paisagem, como entidade de desfrute intelectual, aparece assim como uma meta que teve um longo périplo a percorrer juntamente com outras experiências culturais” (2006, p.12).

Por sua vez, Jean-Marc Besse (2010, p.49-50), argumenta que mesmo antes do estabelecimento do modelo artístico havia um “naturalismo empírico” compartilhado por pintores, mas também e principalmente por cartógrafos, médicos, arquitetos, etc. Esta aproximação em relação ao meio – à paisagem – embora distinta de acordo com os interesses específicos de cada profissão, participa de uma aptidão visual comum capital para o estabelecimento de um tipo de visão de mundo ao qual o conceito está associado.

Claude Raffestin prefere utilizar a palavra *genealogia*, para indicar “a construção de uma emergência e uma transformação progressiva do modo de como os homens se representam através da paisagem” (RAFFESTIN, 2005, p.66). Raffestin (2005, p.48 e seq.) defende que todas as civilizações com mais ou menos conhecimento tiveram necessidade de produzir imagens, mesmo que somente mentais, que por si só conformariam *paisagem*. Em seu julgamento, transferir uma visão moderna sobre o passado, estabelecendo condições para relacionar as diferentes visões de mundo que rondam o tema, é extremamente delicado, pois enfatiza o sentimento de nostalgia que gera as representações, o que é, segundo ele, a própria origem da paisagem.

Augustin Berque (2009; 2011) se debruça na história, na antropologia e na linguística para afirmar que nem todos os povos apresentam uma relação sentimental e contemplativa com o entorno em que vivem a ponto de entender *paisagem* como a entendemos hoje; busca demonstrar assim que esta relação é condicionada geográfica e temporalmente. O autor propõe um método comparativo que contempla a evolução das relações que leva ao entendimento de paisagem em analogia ao que se aceita hoje. Para tanto, determina critérios objetivos que evitam – segundo o autor – anacronismos ou etnocentrismos ao examinar o que chamou de “*civilização paisagista*”, que apresenta pelo menos parte destas sete condições essenciais (nesta ordem): 1. Que exista uma literatura (oral ou escrita) louvando a beleza dos lugares; 2. Uma toponímia

indicando a apreciação visual do ambiente; 3. Jardins de recreio; 4. Uma arquitetura disposta para a fruição de uma bela vista; 5. Pinturas representando o ambiente; 6. Uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; e 7. Uma reflexão explícita sobre “a paisagem”.

Berque irá afirmar, mais tarde, que a paisagem é uma “relação particular com o ambiente” que surge em condições específicas. Ainda que seu método tenha passado por periódicas revisões³⁷, sustenta a importância de analisar “a diferença essencial na relação humana com o ambiente” (BERQUE, 2011, p.200). Deste modo, Berque releva que as sociedades humanas antes da modernidade compuseram no mundo inteiro paisagens admiráveis porque possuíam um “*pensamento paisageiro*” (*pensée paysagère*) ainda que muitas delas ignorassem o “pensamento da paisagem” (*pensée du paysage*) que se vincula ao conceito. Para ele, entender esta diferença é fundamental para restaurar um “*pensamento paisageiro*”, noção subvertida a partir do dualismo criado na era moderna, mas fundamental para que se retomem as relações saudáveis do homem com o mundo.

2.1.2 UM NOME PARA PAISAGEM

Berque, assim como Maderuelo, sustentam que a plena concepção de paisagem só está acabada quando da criação de uma palavra específica para defini-la. Este último explica que “*O fato de que uma cultura não chegue a necessitar inventar uma palavra é algo mais que uma mera questão linguística que recorre ao vocabulário, é algo que afeta a sua concepção de mundo*” (MADERUELO, 2006a, p.19). Os autores partem da premissa que a estrutura da linguagem influencia o conhecimento de seus falantes³⁸ de tal modo que

³⁷ Augustin Berque apresenta originalmente sua tese em *Paysage, milieu, histoire: Cinq propositions pour une théorie du paysage*, Champ Vallon, Seyssel, 1994, que serão reproduzidas e reavaliadas posteriormente em diferentes artigos e capítulos de obras à parte como as versões referenciadas aqui: BERQUE, Augustín. *El pensamiento paisajero*. Edición de Javier Maderuelo. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2009, e BERQUE, Augustín, *O pensamento paisageiro – uma aproximação mesológica*. Em: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. (p.200-212).

³⁸ O autor admite a hipótese de *Sapir-Whorf* conhecida como *relativismo linguístico* segundo a qual a estrutura da linguagem determina os modos de pensar da comunidade que a usa. Embora já ultrapassada em seus enunciados mais extremos, como o de que o pensamento e o conhecimento dependem da linguagem, aceita-se que as categorias de linguagem influenciam

“paisagem” só pode ser considerada como um *conceito* acabado quando da definição e fixação do vocábulo próprio que a nomeie. Este percurso de idealização e criação do conceito percorre caminhos disciplinares distintos que se fundem constantemente, como demonstram os autores.

Maderuelo desdobra as conclusões de Berque (2011) para explicar as principais origens do vocábulo “paisagem”. Segundo o autor a palavra será fundada a partir de duas raízes linguísticas diferentes: *Land* (terra) que formará os termos *Landschaft* e derivados nos países nórdicos e modernamente nas línguas de origem saxã. O termo aparece documentado desde o século VIII, com o significado de região ou província, ou seja, área geográfica definida por limites políticos, e que no século XV assumirá o significado de área situada ao redor de um povoado, contorno rural adjacente. O moderno significado do termo, neste caso, não deriva de uma decorrência de sua ortografia, mas sim de um deslocamento de significado.

A outra vertente deriva de uma complexa associação com a raiz latina *pagus*, traduzida como *país*, que também designava originalmente uma unidade territorial rural formada por habitações isoladas que conformavam burgos. À diferença da *civitas*, conformada de forma mais compacta, em maior escala e deliberada por uma administração central, o termo “*país*” e o conceito “*paisagem*” vão surgir, fundamentalmente, de comparações visuais entre a terra de origem (*lugar*, para o autor), e outros territórios³⁹ (MADERUELO, 2006a, p.99-101). Ele mesmo sintetiza as relações entre as cosmovisões que vão formatar nosso entendimento sobre a paisagem:

Estas duas raízes denotam não somente uma diferente construção gramatical, segundo os distintos hábitos linguísticos de duas zonas geográficas, a dos países do norte e a dos do sul, mas também, (...) correspondem a dois modos distintos de entender, ver e representar o mundo. (MADERUELO, 2006a, p.24)

O termo “paisagem”, segundo Roger (2007, p.21-30), aparece pela primeira vez no mundo ocidental ao final do século XV, mais especificamente na França

o conhecimento daqueles que utilizam tal linguagem. Conforme *Benjamin Lee Whorf, Language, Thought and Reality*, MIT Press, 288p, 1956.

³⁹ O autor se refere à grandes deslocamentos, fundamentalmente às Cruzadas, Peregrinações a Roma e Compostela, e também os fenômenos de transumância.

(*paysage*), usado para designar uma “representação de país”. Este termo, conforme o autor, decorre do modelo pictórico holandês *landschapt*, que consiste representar um “país” segundo uma definição (ainda não estética) de uma delimitação territorial. O mesmo autor explica que a palavra paisagem “cuja construção se dá a partir da palavra país” irá servir de modelo a todas as línguas europeias e pode ser encontrada em muitas das línguas ocidentais. Nas línguas de raiz latina, os termos para nomear um território caracterizado pelas suas vistas será encontrado definitivamente em italiano⁴⁰, gerando os vocábulos *paese* e por derivação *paesaggio*, da mesma forma que em francês *pays* e *paysage*.

Embora este condicionamento ao mundo das artes seja uma versão bastante aceita na história da paisagem, muitos autores também concordam que o conceito de paisagem seja uma construção muito mais ampla associada a toda sorte de experiências culturais ao longo dos séculos ao redor do planeta.

2.1.3 UMA HISTÓRIA LINEAR DA PAISAGEM

Conforme Berque (1997, p.11-17), nas origens mesopotâmicas e egípcias da cultura ocidental predominam relações com o entorno e com o território de interesse principalmente utilitárias. As referências literárias e artísticas que preservadas até hoje conformam juízos de aplicação para a agricultura, medicina, geografia, agrimensura, não são suficientes para alcançar a *paisagem* enquanto conceito acabado. Mesmo na Grécia, onde as famosas descrições mitológicas são evidenciadas como marco da literatura ocidental, os atores e atos assumem importância desmedida em relação ao espaço de referência. Maderuelo também se soma à este modo de pensar. Por exemplo, ainda que se reconheça a importância de Epicuro e seu “jardim” na concepção filosófica original de *paisagem*, a herança grega não chegará a estabelecer um conceito, visto que o mundo grego se interessava essencialmente pelo corpo e

⁴⁰ Javier Maderuelo referencia o *Vocabolario Toscano dell'Arte Del Disegno* de Filippo Baldinucci, que em 1681 define o termo “país” (*paese*) já com sua aceção de “paisagem” do seguinte modo: «*Paesi. Appresso i Pittori sono quella sorta di pittura, che rapresentano campagne aperte, con alberi, fiumi, monti, e piani, & altre cose de campagna e villaggio*» (*Países. Para os pintores são aquele tipo de pintura que representam campos abertos, com árvores, rios, montes e planícies, e outras coisas do campo e aldeia*). in: Filippo BALDINUCCI, *Vocabolario Toscano dell'Arte del Disegno*. Accademia della Crusca, Florencia, 1681, p.116. Ed. Facsímile: S.P.E.S. Florencia, s.a. [1981], in: Maderuelo, 2006a, p.24. (T.L.A.).

pela mente, sendo a observação do entorno bastante limitada (MADERUELO, 2006a, p.45-48).

Da mesma forma, na obra *Dez Livros de Arquitetura*, o mais antigo tratado do gênero conhecido, *Vitruvius* recompila os ensinamentos de antigos arquitetos e dedica uma seção do primeiro livro para o que chamou “*Da escolha de paragens sãs*” e outra, do sexto, chamada “*Da situação dos edifícios em relação às paragens*” onde o tema paisagem poderia estar relacionado com mais ênfase. Os livros serão largamente difundidos no mundo romano, mas não apresentam fim que não prático para escolha de sítios que serão ocupados. Em nenhum momento demonstram relação com sua “*Venustas*”, ou preocupação estética de vistas ou contemplação desde o interior ou exterior das edificações, que possa remeter a uma reflexão sobre paisagem, o que Berque considera fundamental para o estabelecimento do conceito. Um ponto interessante nesta relação com a obra do século I A.C. é o termo “*paragem*” que, segundo Maderuelo, em nada se relaciona com a futura “paisagem”. O autor aponta que assim como outros termos durante muito tempo usados como sinônimos de paisagem⁴¹, hoje passaram a ser percebidos como equívocos (MADERUELO, 2006a, p.41-65).

É aceitável, porém, que a noção comece a ser esboçada a partir do século II, sobretudo no mundo romano, a partir do sincretismo das diversas religiões de origem oriental e africana no contexto daquele império, ajudando a moldar uma visão de mundo mais atenta à espiritualidade. Berque (1997, p.7-21) é taxativo ao afirmar que o mundo antigo acabaria por conceber o conceito não fosse o advento do cristianismo e a difusão de uma ortodoxia de pensamento que vai impedir que se “*descubra a paisagem*” antes do Renascimento. Maderuelo compartilha a explicação de que o interesse ascendente pela paisagem acaba sendo freado a partir de uma postura característica do cristianismo em relação ao *natural*.

Ao final do século IV (...) o aparecimento do cristianismo não somente impediu o desenvolvimento de algo tão concreto como a ideia de paisagem, como também, ao desviar a visão do

⁴¹ Maderuelo evidencia os equívocos de tradução das palavras de origem grega *topio* (lugar) e *loca amoena* (lugar ameno), de origem romana *descriptio loci* (lugar dos fatos) ou ainda outras derivações latinas como *tópos* (jardim), *topia* (jardinaria) por paisagem. MADERUELO, Javier. *El paisaje – génesis de un concepto*. Abada Editores, S.L., Madrid, 2005.

mundo e de seus prazeres, encerrando-se no valor da fé cega e nos mistérios sobrenaturais, truncou também o desenvolvimento de uma atividade como o interesse pela cartografia e as representações do território que haviam chegado com Ptolomeu a um alto nível de excelência científica que não se voltou a alcançar novamente até o Renascimento. (MADERUELO, 2006a, p.69).

A conjuntura de gradual ascensão do cristianismo com o declínio paulatino do Império Romano acarretaram o abandono da imitação naturalista na arte e na maneira dos homens se relacionarem com a natureza que desde a época grega se expandia em benefício de um esquematismo simbólico, atrasando o que Maderuelo (2006a, p.75, grifo original do autor) explica como “*pinturas (que) se aproximam com a moderna concepção pictórica de paisagem*”.

Este contexto, que irá se estender pela Idade Média terá, contudo, alguns eventos que serão fundamentais para o desenvolvimento do conceito de paisagem, sobretudo no campo da filosofia e da literatura. No século XIII, como resultado da reinterpretação e da assimilação da filosofia aristotélica que após muitos séculos alcançava todas as ordens religiosas mendicantes e as primeiras universidades, a aceitação das “*sensações provenientes da visão*” vai constituir terreno fértil para a “*criação da paisagem*”. As contribuições iniciais de *São Francisco de Assis* vão ao encontro desta construção, mas outros textos desta época se tornarão essenciais por suas relações com o iminente conceito; é o caso da *Divina Comédia*⁴², de *Dante Alighieri* (1265-1321), texto basal da literatura italiana, a paisagem vai constituir uma base real da ambientação da história evangélica. Outros autores como *Boccaccio* (1313-1375) e artistas como *Ambrogio Lorenzetti* (1290-1348?), *Giotto* (1267-1337) e *Duccio* (1255-1319) serão apontados como fundamentais para o entendimento de paisagem (MADERUELO, 2006a, p.80-85).

Nenhum outro personagem será tão celebrado quanto *Petrarca* (1304 -1374) e o texto de sua *Ascensão ao Mont Ventoux*⁴³, celebrado como instituidor do moderno conceito de paisagem no mundo ocidental por muitos historiadores da

⁴² Mais precisamente os *cantos IV e XXVIII do Purgatório*, conforme explica Maderuelo (2006, p. 83).

⁴³ Francesco Petrarca (1304-1374) poeta e filólogo italiano é tido como um dos fundadores do humanismo. O texto foi produzido em forma de carta e enviado por *Petrarca* em 1336 ao amigo *Augustino Dionigi*, de *San Sepolcro*.

paisagem. Besse (2010, p.22), por exemplo, defende a posição e afirma que o salto de modernidade em Petrarca reside no caráter decisivo da “*experiência pessoal*” apresentada em relação ao mundo geográfico.

Trata-se, na verdade de uma narrativa sobre a experiência simbólica de ascensão ao *Monte Ventoso* com significado de expiação pessoal, mas que não por isso invalida a “*expressão fundadora da interpretação e contemplação da paisagem*” (MADERUELO, 2010a, p.85). Maderuelo defende de forma solene que a interpretação de Petrarca comporta “*o germe do que será a irreversível ascensão da paisagem em nossa cultura*”, quando o poeta expressa que interiorizou o que estava vendo, e sintetiza, à continuação, o conceito vinculado do qual a paisagem derivará modernamente.

Aqui reside realmente a ideia do que é uma paisagem, já que é necessário um tipo de luz interior para contemplá-la, porque a paisagem não é o conjunto de acidentes geográficos, construções geológicas e sucessivos mantos de vegetação que nos rodeiam, mas a interpretação sensível, a interiorização pessoal que podemos fazer destes panoramas que se oferecem à vista. Porque a paisagem é o resultado da projeção emocional sobre o meio, (...), dos valores que nos produzem agrado ou rechaço. (MADERUELO, 2006a, p.87)

Segundo este mesmo autor, contemporaneamente a Petrarca e seu reconhecido texto, uma série de pensadores e artistas iniciam uma gradativa mudança intelectual que retomará a volta do prazer através dos sentidos. O nascente Humanismo, num primeiro momento, dissimula o interesse pela paisagem já que centra toda sua atenção sobre o homem, sendo considerada como algo “*mundano*”, “*intranscendente*”, por isso mesmo pouco relevante para a reflexão intelectual. Foi a partir do interesse pelo vocabulário clássico, com a recuperação e depuração de antigos termos latinos, que se absorve o nível de desenvolvimento intelectual das representações artísticas de outras épocas, entendidas – a partir daí – como ofício mecânico. Neste contexto se absorve, de fato, o significado de termos que haviam sido deslocados, como acontece com o termo “*país*”, que mais tarde será retomado como “paisagem”. Este processo vai exigir uma reorganização complexa da percepção de mundo a partir da criação de categorias de interesse visual que humanistas tiveram que

aprender a adotar, conforme resume Maderuelo (2006a, p.92), “mais que aprender o sentido de antigas e novas palavras aprendeu-se o próprio sentido”. Neste contexto podem ser observadas abordagens historicamente recorrentes que participaram na construção e no entendimento de paisagem. Além da filosofia que predomina através da reflexão das relações do homem sobre o meio, das artes (inicialmente a pictórica), e da literatura, começam a ser delineados tópicos que se tornarão associados à paisagem até os nossos dias condicionando nosso entendimento sobre o tema, como são a *arquitetura* e aquilo que ficará conhecido como *turismo*⁴⁴. Além destas, há ainda outra associação elementar na história da paisagem que se dá através da identificação com determinado território. De maneira marcante na própria genealogia da palavra, derivada de “*pagus*” e “*país*” em suas associações primitivas com “território” como já colocado anteriormente, reflete de forma direta a diferença entre espaços geograficamente diferentes.

O termo país e o conceito de paisagem vão surgir, em boa medida, da comparação entre territórios, da constatação das diferenças visuais e caracteriológicas entre o lugar do qual se procede e aquele ao qual se chega, e da falta da pátria deixada para trás. (MADERUELO, 2006a, p.99).

Maderuelo (2006, p.102) prossegue sustentando que as grandes viagens e ambulações na Idade Média não chegam a acarretar uma dedicação literária ou artística que possa servir de referência para o surgimento da “paisagem” dado seu caráter – material no caso de transumâncias pastoris, ou eminentemente religioso como no caso das Cruzadas e grandes peregrinações. Para o autor, somente as grandes travessias oceânicas e o ambiente verdadeiramente diferente do Novo Mundo foi capaz de produzir uma mudança de atitude perceptiva em relação ao entorno. Intrinsecamente relacionado a isto, assinala-se o surgimento de uma conjuntura comercial como fator desencadeante principal para a concepção de paisagem no século XVI.

⁴⁴ A palavra turista provem de *Tour-ist*, ou seja, aqueles que faziam o *Grand Tour*. Consistia numa experiência de viagem praticada, principalmente, por jovens da burguesa europeia desde a metade do século XVII até começos do XIX. Em geral podia durar mais de um ano e era considerado como o acontecimento final da educação dos jovens. Os principais destinos foram, nesta ordem, o mundo Greco-romano, terras do Oriente próximo (Turquia, Egito e Terra Santa), e por fim Espanha e Marrocos. O *Grand Tour* desta maneira influenciou e deixou vasta bibliografia sobretudo entre autores ingleses, franceses, alemães e centro-europeus. Cfr.: <http://casalector.fundaciongsr.com/story.php?id=745#sthash.d0fhNjic.dpuf>. Consultado em novembro de 2014.

Assim, a partir da constituição de uma classe burguesa com oportunidade de ócio suficiente que permitisse desvincular a natureza como espaço selvagem e perigoso ou exclusivamente de subsistência, houve, segundo o autor, oportunidade para uma relação sentimental “desinteressada”, tópico que será examinado à sequência do trabalho.

É neste contexto que irão se tornar notáveis as viagens por motivos de prazer e conhecimento, que revelarão um papel fundamental na concepção de paisagem: Conforme Maderuelo (2006a) estas viagens foram inauguradas no século XVI pelo humanista francês Michel de Montaigne (1533-1592), com uma preocupação inicial de relatar as obras do próprio homem⁴⁵; à medida que se difundem pelo século XVII, conformam uma verdadeira febre, um ritual de passagem praticamente obrigatório para os jovens de classes privilegiadas, e com isso surge a necessidade de registro dos lugares por onde se passa, por recordação e transmissão. Besse também registra o papel que o “*Grand Tour*” passou a desempenhar no sentido de expandir o conceito de paisagem, sobretudo a partir dos registros de viagens de grandes personagens como Goethe⁴⁶.

Paralelamente, “em um plano físico”, a transformação da arquitetura rural e urbana que deixará de ser exclusivamente utilitária e defensiva para refletir uma nova sensibilidade contemplativa. Besse (2010, p.63) sustenta que a arquitetura das *villas* Renascentistas adquire gradualmente uma atividade contemplativa que até então não demonstrava, passando a incorporar vistas da paisagem como programa. Tais mudanças serão notadas a partir de meados do século XIV nas *villas* italianas da família Médici, e interessam sobretudo pela inflexão em relação ao olhar onde se manifesta um esforço programático em direção ao desfrute e apreciação do entrono. À esta nova sensibilidade, impossível ou impensada até então, se somarão arquitetos como *Michelozzo* (1396-1472), *Vasari* (1511-1574) e eternizada de certa forma por *Alberti* (1404-1472), no famoso tratado *De re Aedificatoria*, impresso após sua morte.

⁴⁵ MONTAIGNE, Michel. *Diario Del Viaje a Italia*. Debate-CSIC: Madrid, 1994. (In: Maderuelo, 2006, p. 138 e seguintes).

⁴⁶ Cfr. BESSE, 2010: *Vapores en el Cielo: El paisaje italiano en el viaje de Goethe*, p.83-113.

O interessante, desde o ponto de vista da formação de uma sensibilidade paisagista, não consiste em analisar as relações formais entre a arquitetura rural e urbana [...], mas em fazer notar de que maneira o olhar a evolução tipológica das *villas* são um reflexo da mudança de atitude e no olhar em relação ao campo, tema que permitirá entender como surge a nova sensibilidade em direção à paisagem. (MADERUELO, 2006a p.113).

A influência desta nova condição estará definitivamente associada ao Renascimento e todos os avanços técnicos e científicos que emergem no período. A perspectiva, que influenciará não só as representações e a organização dos espaços urbanos, mas que, tratando-os como cenário, mudará também definitivamente o modo de ver e de viver no mundo ocidental.

A necessidade latente de expressar uma relação de profundidade estética entre homem e entorno, contida durante séculos, se manifestava finalmente na forma do que se entenderia posteriormente como paisagem. Uma visão intelectualizada ideal, relativa ao espaço “urbano” controlado, por um lado, e o encanto sensorial das formas irregulares e diversas da natureza, que permite a contemplação e recorre à memória, por outro (MADERUELO, 2006a, p.136 e seguintes).

O esquematismo artístico que predominava durante a Idade Média sofre um paulatino processo de transformação que vai cooptar o espaço natural como parte de um convencimento do expectador. Assim, ainda que não se tratassem de “paisagens reais”, os elementos representados são os mais fidedignos possíveis para compor um cenário e tornar a cena crível.

Do mesmo modo que os personagens, os sítios têm que ser também concretos em seus detalhes, mas generalizáveis. Estes lugares representados deviam ser sugestivos, formados por arquiteturas ou paragens ideais, compostos de tal maneira que se reconheceria como os cenários idôneos de cada uma das histórias que representam, mas não deveriam se identificar com nenhum sítio ou construção conhecida, já que vulgarizaria a ação sobrenatural que se mostra. (MADERUELO, 2006a, p. 121).

2.1.4 A PAISAGEM ALÉM DOS QUADROS

O século XVI evidencia um contexto de grandes avanços teóricos e práticos em todo o mundo ocidental, marcando um contraste especialmente no que diz respeito ao entendimento do espaço: Uma visão de mundo a partir do *ideal* platônico se confronta com o *empirismo* aristotélico, que se mantém ao longo de todo Renascimento. Maderuelo (2006a, p.121-125) dedica-se a explicar o desenvolvimento da ideia de paisagem (ainda sem este nome) na arte e arquitetura italiana Renascentista, onde se destaca sua influência na concepção das cidades ideais e na jardinagem que acompanham o período.

Não por acaso é neste período que a pintura de paisagens se desenvolve como uma expressão popular na Europa, acompanhada pela presença crescente da paisagem na poesia, representação teatral, firmando-se sobretudo através das concepções de jardim e parques. Por outra parte, é também neste período, com lembra Cosgrove (1989, p.98-99), que o espaço terrestre estava sendo mapeado a partir de quadrículas e projeções cada vez mais detalhadas; ainda, este é a época em que estavam sendo (re) construídas “racionalmente” grandes capitais como Roma, São Petesburgo e Paris, ou mesmo as colônias de além-mar, configurando *paisagens cartesianamente humanizadas* em territórios diversificados ambientalmente.

Besse demonstra a mudança de “visão de mundo” a partir da representação da Terra, associando a “contemplação” do mundo através de diferentes suportes: a pintura e a cartografia, mas também a arquitetura:

O mapa-múndi, o atlas, mas também o quadro de paisagem não são suportes concretos que permitem realizar, efetuar, no registro da imagem, uma visão global? Não se pode considerar que a representação cartográfica assim como a representação pictórica de paisagem adquirem o valor de uma contemplação filosófica? [...] E as *villas* e a atividade contemplativa que encontra na visão da paisagem seu meio e riqueza. (BESSE, 2010, p.61-63).

Assim, segundo Besse, as paisagens e cidades Renascentistas se oferecem como “teatro”, relacionando a arquitetura e a arte de modos diferentes mas complementares, onde comunicação e experiência se darão de forma *direta* na Villa e *indireta* na pintura; De qualquer modo, mapa e visão da paisagem são portadores de um “novo gênero de experiência do mundo terrestre”.

[...] sob essa palavra, a cartografia, a pintura de paisagem e a *villegiatura* compartilham não somente seus objetos e seus discursos, como seus meios formais [...]. Terra e homem recebem seu verdadeiro estatuto, por uma parte uma imagem, e por outra o que a contempla. Estrutura paradoxal do sujeito e do objeto, que se resume na metáfora (mas também em seu dispositivo formal) de teatro, um teatro em cujo seio o ser humano é ao mesmo tempo ator e espectador, interior e exterior à cena, considerando-a como imagem. (BESSE, 2010, p.64-65, grifo original do autor).

Para os autores acima referenciados, os artistas do período, mesmo dotados do domínio da perspectiva, não criam exatamente *paisagens* (que terão autonomia própria mais adiante)⁴⁷, mas são responsáveis por criar *cenários*. Maderuelo cita a importância de personagens como Alberti (1404-1472) e Leonardo (1452-1519) que acabam por antecipar uma *teoria da paisagem* frente, inclusive, aos seus próprios trabalhos, influenciando o interesse de artistas e arquitetos dos séculos seguintes pelos elementos da natureza e pelo jardim “como materialização de uma ideia na qual experiência sensível e razão andam juntas” (MADERUELO, 2006a, p.161).

Nos dois séculos seguintes o crescente interesse pelo natural irá resultar uma posição de destaque junto às ciências naturais, porém a partir de suas qualidades físicas específicas. Gravuras catalogando as características físicas dos acidentes geográficos mais destacados ao redor do mundo foram comuns durante o século XIX, principalmente na Europa e América do Norte, como exemplificadas pelas imagens abaixo.

⁴⁷ Ainda assim, Maderuelo faz referência à obra de James S. Ackerman que analisa as transformações de composição medievais defensivas em composições renascentistas “contemplativas”. Ackerman cita o jardim de *Fiéssole* (Florença, cerca de 1455) como “[...] o primeiro jardim formal do Renascimento concebido como prolongação da arquitetura” (ACKERMAN, James S., *La Villa. Forma e ideología de las casas de campo*. Akal, Tres Cantos, 1997, p.84. [Apud MADERUELO, 2006, p.117].

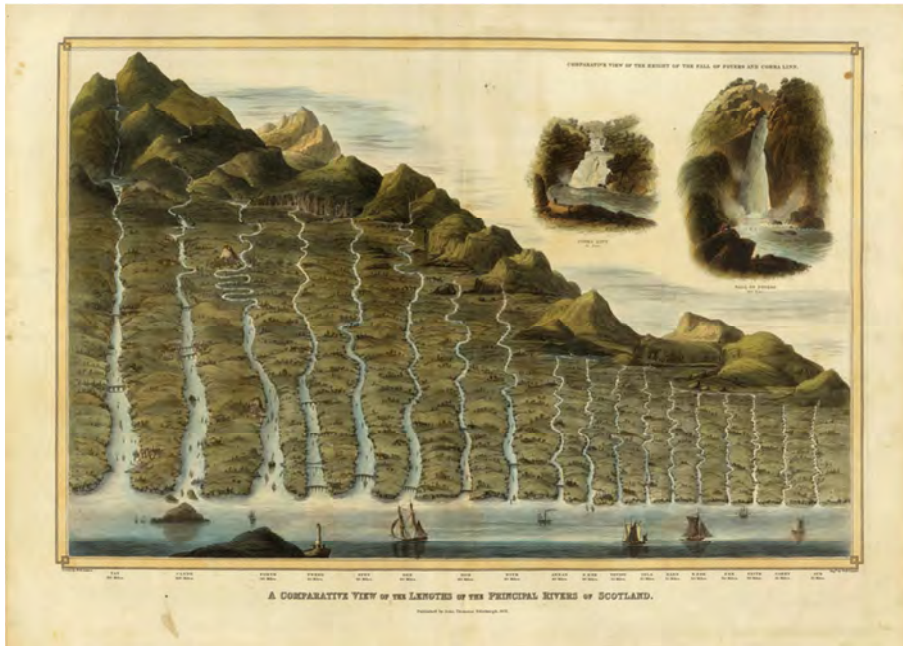


Imagem 08: A Comparative View of the Lengths of the Principal Rivers of Scotland. Publicado em: Atlas of Scotland: John Thomson, Edinburgh, 1822. **Fonte:** http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3A1822_-_William_Home_Lizars_-_Comparative_View_of_the_Lengths_of_the_Principal_Rivers_of_Scotland.jpg

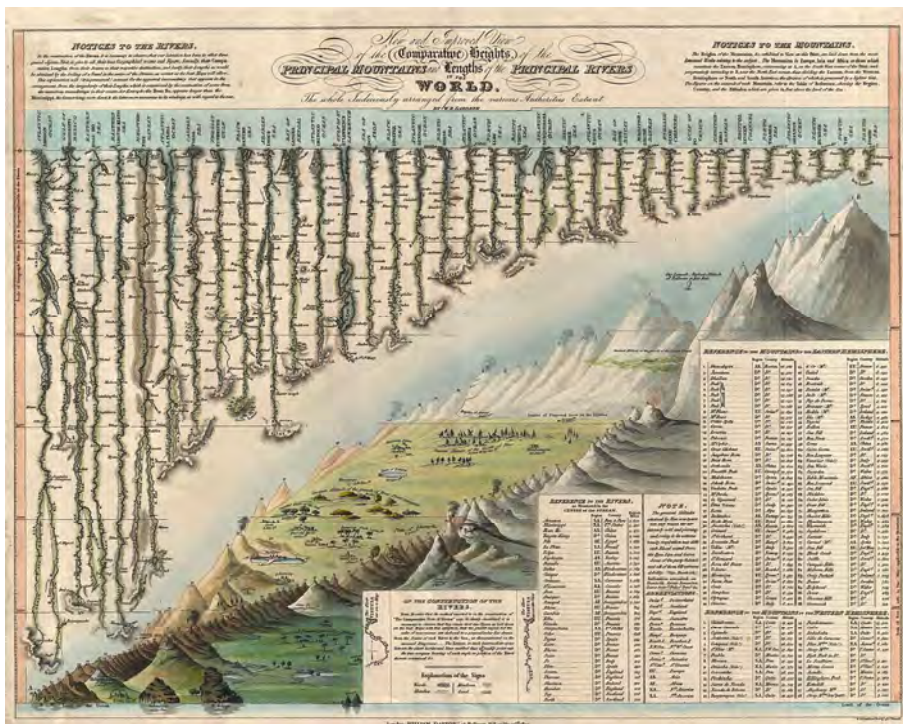


Imagem 09: New and Improved View of the Comparative Heights, of the Principal Mountains and Lengths of the Principal Rivers in the World. Publicado em: Darton and Gardner Comparative Chart of World Mountains and Rivers – Geographicus, 1823. **Fonte:** http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3A1823_Darton_and_Gardner_Comparative_Chart_of_World_Mountains_and_Rivers_-_Geographicus_-_MountainsandRivers-darton-1823.jpg

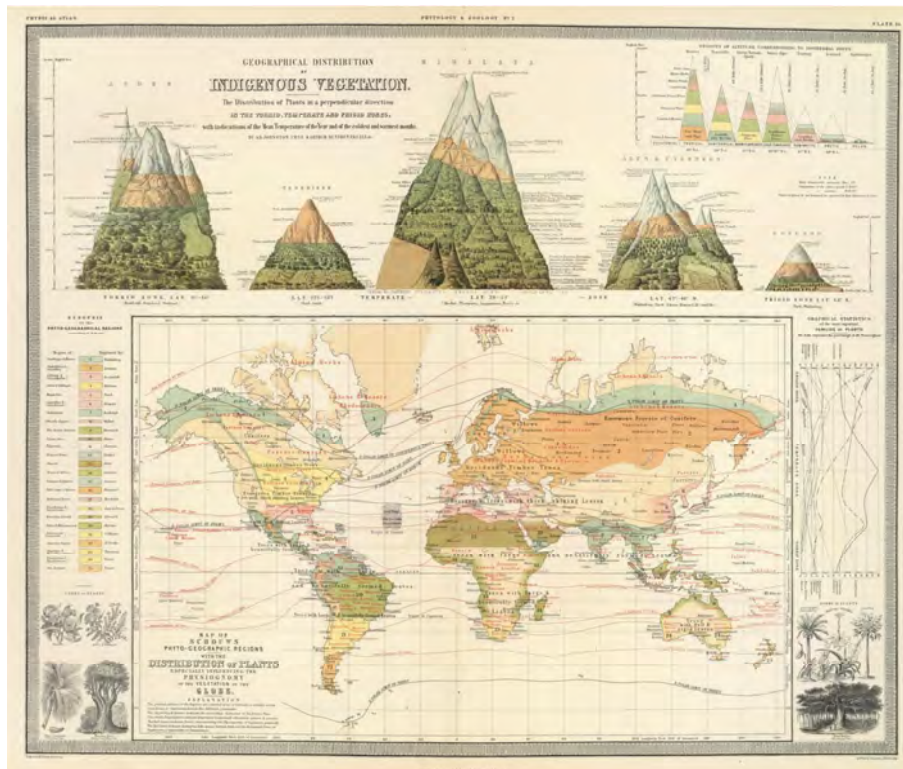


Imagem 10: *Geographical distribution of indigenous vegetation.* The physical atlas of natural phenomena Henfrey, Arthur; Johnston, Alexander Keith; Schouw, Joakim Frederik, 1854. “Phytology & zoology no. 2”, David Rumsey Map Collection. Fonte: <http://mapsandcharts.tumblr.com/page/4>.

Paralelamente, a paisagem também tomará destaque na filosofia, sobretudo a partir de pensadores germânicos como *Georg W. Hegel* (1770-1831), *Friedrich W. Schelling* (1775-1854), *Johann Goethe* (1749-1832) e *Alexander Von Humboldt* (1769-1859), fundadores da *Naturphilosophie*. Esta corrente filosófica surge como reflexão alternativa que buscava “mostrar a proximidade essencial entre o mundo objetivo analisado pela Ciência e a Filosofia da Natureza, e o mundo subjetivo definido pelas Artes e as Humanidades”, uma confrontação manifesta contra a linha *cartesiana-newtoniana* que quantificava e classificava toda e qualquer relação com a natureza (LÓPEZ SILVESTRE, 2006, p.15, grifo nosso).

Neste contexto reconhece-se a importância de investigações e ensaios de personagens que transitam entre o mundo científico e artístico como – e especialmente – *Alexander von Humboldt* (1769-1859) com seus “*Quadros da Natureza*” e *Carl Gustav Carus* (1789-1869) fundamentais para a difusão de um olhar sobre a paisagem definida mais além de uma forma de representação,

mas como identificação sentimental, “certa relação emotiva com os espaços abertos”⁴⁸.

A vasta e diversificada obra de Humboldt materializa uma visão original de paisagem, que será compartilhada entre cientistas e artistas, assim como de pensadores de diferentes áreas no final do século XVIII. De formação polivalente, Humboldt contribuiu decisivamente para uma caracterização tipológica das partes do mundo, destacada por seu rigor científico em explorações *in loco*, mas também pela visão estética que associa as características notáveis de cada região a uma beleza pitoresca.

Segundo este juízo, a “*experiência sentida*” da paisagem é reconhecida subjetivamente pelo homem, resultado de uma identificação primitiva com o ambiente circundante, um “*estado da alma*”. É esclarecedora a passagem de uma carta que Humboldt escreve à Goethe em janeiro de 1810: “A natureza deve ser sentida, [pois] quem só vê e abstrai pode passar uma vida em meio ao vórtice tropical [...] que sem embargo lhe será eternamente alheio”⁴⁹.

Apesar de suas críticas à corrente, Berque (2006) admite a *Naturphilosophie* como uma das únicas duas⁵⁰ manifestações que questionaram o paradigma racionalista no estudo da paisagem. Berque a define como sendo uma corrente destacada do romantismo alemão que, ao contrário do que ocorreu no resto da Europa, estendeu-se para além da arte e literatura, alcançando também as ciências; essa conjuntura permitiu o desenvolvimento de um conhecimento da natureza que não excluía a subjetividade da existência humana. Se por um lado este intuito metafísico portava um avanço ao entendimento, por outro será dobrado à ideologia racionalista de sua época ao ponto de restringir a “paisagem” de volta ao mundo das artes por quase dois séculos. De outra parte, também Alain Roger e Jean-Marc Besse apontam censuras ao modo de

⁴⁸ Citado de Javier Arnaldo (edição). *Cartas y anotaciones sobre la pintura de paisaje*. Visor, Madrid, 1992, por LÓPEZ SILVESTRE, Federico. *Pensar la historia del paisaje*. (09-52) in: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje e Historia*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2009.

⁴⁹ Em GEIGER, Ludwig (Ed.). *Goethes Briefwechsel mit Wilhelm und Alexander von Humboldt*, Hans Bondy: Berlim, 1909, p. 305, citado por LÓPEZ SILVESTRE, Federico. *Pensar la historia del paisaje*, em: MADERUELO, Javier (dir.). **Paisaje e Historia**. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2009, (p.16), tradução nossa.

⁵⁰ A outra teria sido, conforme Berque (2006, p.204), a Escola de Kyoto, dirigida por Nishida Kitarô (1870-1945).

relação com o natural estabelecido pela corrente (ROGER, 2008 e BESSE, 2010).

De todas as maneiras, a *Naturphilosophie* estenderá sua influência durante parte do século XIX e será retomada no século XX, sendo considerada a origem comum das disciplinas que modernamente estudam a paisagem, conforme sustenta López Silvestre (2009, p. 9-52).

2.2 PAISAGEM E MODERNIDADE ⁵¹

As pesquisas históricas sobre a filologia do termo paisagem convergem no sentido de situar seu aparecimento ocidental no final do século XV, durante o Renascimento, que põe em evidência o elemento paisagístico na pintura, com o que, em geral, o termo então se associa. Em contraste com a raiz nórdica “*Land*”, que remete originalmente o termo à forma de um território ocupado e trabalhado, o latino “*pays*” e suas derivações mais recentes estarão relacionadas à figuração, onde semanticamente os dois cursos irão coincidir. A dispersão do termo distingue um terceiro sentido, desdobrado da produção artística da natureza, ou conforme Serrão (2011, p.14): “o aspecto geral de uma porção de território que se oferece à vista de um observador”.

A necessidade de atribuição de um nome específico para uma realidade (ou parte dela) constitui através deste uma diferente imagem do mundo, onde os

⁵¹ Admitem-se aqui os entendimentos complementares de Nogué e de Berque para o termo: “‘Modernidade’ como cultura própria do mundo ocidental dos últimos séculos, sem esquecer suas raízes anteriores e enfatizando na segunda metade do século XX.” (NOGUÉ, 2008, p.10); “<<Modernidade>> pode ser entendida de várias maneiras, algumas contraditórias a outras. Me atenho a uma definição que vincula esta noção à revolução científica do século XVII, a qual instaurou o que se pode chamar de paradigma ocidental moderno-clássico (<<POMC>>). Este supõe, por um lado, ontologicamente, o dualismo cartesiano, i.e., a dicotomia entre sujeito (o mundo interior da *res cogitans*) e objeto (o mundo exterior da *res extensa*); e por outra parte, cosmologicamente, o espaço e o tempo absolutos postulados por Newton em suas *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1687).” Berque ainda completa: “No que nos concerne aqui mais diretamente, o POMC instaurou o princípio de um espaço homogêneo, isótropo e infinito: o espaço puramente quantitativo das coordenadas cartesianas, o que é por excelência estranho ao espaço do mundo sensível que percebemos na paisagem. Em efeito, a paisagem, muito ao contrário, oferece a nossos sentidos um espaço heterogêneo, orientado, limitado por um horizonte” (BERQUE, 2006, p.188-189).

sentidos se combinam, consagrando um dualismo entre real e representado que persistirá modernamente.

Para além dos conteúdos que acompanham a história da palavra, estes significados assinalam grosso modo duas orientações de estudo divergentes, em grande medida reflexo da bifurcação dos saberes entre ciência e arte, típica da Modernidade. Enquanto fenómeno natural, a paisagem será objeto de exame direto: pela cartografia, no desenho de zonas específicas do espaço terrestre, e pela geografia física, na classificação topográfica das regiões do mundo segundo as diferentes morfologias, incluindo a ação dos elementos modeladores, mares e ventos, e dos fatores climáticos. Enquanto produção de imagens, acompanha a história da cultura artística através das concepções plásticas e estilísticas que nela se foram exprimindo e configuraram a evolução dos modos expressivos e dos seus subgêneros acadêmicos: marinhas, bucólicas, campestres... (SERRÃO, 2011, p.14-15, grifo original do autor).

A separação à que se refere a autora será alimentada com o desenvolvimento da epistemologia, onde a paisagem das ciências naturais e a paisagem das ciências humanas conformarão objetos teóricos distintos.

2.2.1 A PAISAGEM COMO PROBLEMA

Serrão esclarece que a origem da visão de mundo que conforma a ideia de paisagem, “a visão de mundo *enquanto paisagem*” só emerge no início do século XX. Caberá à Georg Simmel (1858-1918) a fundação de um posicionamento da paisagem *como problema*, remetendo ao ensaio “*Filosofia da Paisagem*” de 1913, um novo entendimento “que abandona o eixo natureza/ arte em que a Modernidade a enquadrara para a descrever como uma forma espontânea de apreensão do mundo” (SERRÃO, 2011, p.10 e seq.).

A obra de Simmel está essencialmente baseada no tema que se tornará central ao longo da moderna história da paisagem, anunciando a ruptura entre natureza e cultura como a origem da paisagem. O autor se detém em explicar a analogia entre natureza e paisagem destacando a relação entre a parte e o todo. Simmel considera um equívoco sustentar que o “sentimento de natureza” nasce com a época moderna, associado ao Romantismo do período. Para ele, “o que é recente é o gosto pela ‘paisagem’, justamente porque sua criação exigia afastar-se previamente deste sentimento unitário ante a natureza como

um Todo” (SIMMEL, 1913/ 2013, p.9-10, grifos originais do autor). As relações de nível mítico (deslumbramento, espanto, etc.) ou utilitárias em relação à natureza estão presentes ao longo da história da humanidade, mas o caráter desta relação era natural, ou “interno”, ou seja, até certo momento da história, homem e natureza funcionavam em uníssono.

Que a parte se converta em um todo independente e se contraponha ao todo original esgrimindo direitos próprios constitui quiçá a tragédia mais radical do espírito – tragédia que alcança todos seus efeitos na época moderna ao atribuir-se a direção do processo cultural. (SIMMEL, 1913/ 2013, p.10, grifos originais do autor).

Simmel destaca que este “dualismo” entre o todo (natureza) e a parte (paisagem) suscita uma infinidade de conflitos e desgarros em termos sociais, espirituais e morais, mas que, ao mesmo tempo a paisagem “segue estando ligada, sem contradição, ao todo unitário da natureza” (SIMMEL, 1913/ 2013, p.11).

Ao expor sua definição de paisagem, esclarece também a origem das diferentes percepções que guiam o acontecimento ‘paisagem’.

[...] a paisagem surge quando uma série de fenômenos naturais que se encontram sobre um pedaço da crosta terrestre é reagrupado conforme a um tipo específico de unidade – uma unidade distinta da que possam considerar o olhar do sábio com seu pensamento casual, a do adorador da natureza com seu sentimento religioso, a do camponês ou o estrategista com suas considerações finalistas. (SIMMEL, 1913/ 2013, p.12, grifo original do autor).

A questão que o autor introduz, e este é o avanço no pensamento de Simmel, é saber o que é determinante na conformação da paisagem.

A questão de certa profundidade que se coloca é a de saber se a [...] tonalidade espiritual da paisagem se baseia objetivamente no estado psíquico, no sentimento reflexivo do observador ou nas próprias coisas da natureza, coisas que carecem de consciência. Ou, dito de outro modo, como pode a *Stimmung*⁵² ser um fator essencial, inclusive o fator essencial, que agrupa os elementos de uma paisagem em uma unidade sentida, quando a paisagem possui uma tonalidade espiritual

⁵² Simmel utiliza a palavra de origem germânica “*Stimmung*” para definir qualidades intrínsecas à paisagem. Uma tradução aproximada neste contexto seria “*espírito*” ou “*estado de espírito*”. (N.A.).

somente ao ser vista como unidade e não antes, na mera presença ou soma de elementos díspares? (SIMMEL, 2013, p.18).

A posição de Simmel é original porque remete o surgimento da paisagem à uma forma sensível de apreensão do mundo, subvertendo o determinismo artístico ao qual o tema estava formatado. Coloca-se em cheque, assim, a associação “contemplativa desinteressada” à paisagem, ampliando o grau de associação do conceito.

2.2.2 A RETOMADA DA PAISAGEM

Para Simmel a paisagem configura uma classe de pensamento derivada da “categoria englobante da Natureza”, uma totalidade espacial e temporal contrastante com o que seria uma parte de natureza, deixando de corresponder em si mesma como objeto perceptivo delimitado. Serrão sintetiza que com Simmel a paisagem passa a ser tratada como uma maneira de apreender o mundo natural de uma forma que permite converter a diversidade de elementos em um todo homogêneo, que resulta destes elementos, mas não corresponde à sua mera soma.

Com esta posição, a paisagem deixa de ser um dado inquestionável para se apresentar como um problema que deve ser esclarecido enquanto formação anímica e compreendido nas principais configurações em que histórica e culturalmente se encarnou. (SERRÃO, 2011, p.17).

Autores significativos precedem o desenvolvimento do tema, reclamando atenção sobre a ideia de paisagem. É o caso dos geógrafos alemães Friedrich Ratzel (1844-1904) cuja obra está vinculada com a fundação da Geopolítica, e de Otto Schlütter (1872-1959) que propõe *landschaft* como área definida por uma inter-relação harmoniosa e uniforme de elementos físicos, a quem se atribui mais tarde a criação do termo “paisagem cultural” (SABATÉ, 2008, p.250). Em que pesem as severas críticas à produção teórica de Ratzel e Schlütter, tachada de determinista, a defesa da interpretação que geram suas contribuições reside na alegação de que a história humana é produto de um processo dinâmico de adaptação ao ambiente, e não exatamente resultado direto deste sobre os homens. De qualquer modo, suas posições serviram para

discutir o papel do entorno na cultura humana, interpondo questões aos emergentes estudos da paisagem⁵³. Também é o caso de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), conhecido como pioneiro da Escola Francesa de Geografia, que distingue o conceito de “fisionomia” e que defende a tese da incidência mútua entre natureza e sociedade. Besse (2010, p.123) coloca que esta significação é tida como fundamental para a geografia do início do século XX, e contribui para uma reflexão abrangente sobre o conceito de paisagem na medida em que propõe pensar o território como uma “expressão”, como testemunho humano, mas aplicável também à natureza, já que é igualmente mediada pelo homem.

O primeiro quarto do século XX assiste uma retomada da paisagem por meio de autores provenientes (principalmente) do campo da Geografia, onde se destacam os nomes de Carl Sauer (1889-1975) e Joachim Ritter (1903-1974), conhecidos como fundadores, respectivamente, da Geografia Humanista e da moderna Teoria da Paisagem. As principais obras destes autores reacendem o debate a partir da retomada de posições teóricas originadas na *Naturphilosophie*, mas definem duas correntes de abordagens distintas, uma mais voltada para a *morfologia* da paisagem, e outra que prioriza a *simbologia* da paisagem.

López Silvestre (2009) adverte o quanto é equivocado reduzir as posições da história da paisagem a um embate entre objetivistas e subjetivistas dada a complexidade do tema, ainda mais por entender que a ambiguidade faz e deve fazer parte dos estudos da paisagem. Entretanto, são abordagens com matizes diferentes e que efetivamente participaram na construção do entendimento de paisagem que se tem hoje, pelo que se torna importante uma aproximação histórica.

Uma das abordagens privilegia a análise da paisagem a partir de suas formas materiais, demonstrando a preocupação em investigar como a cultura humana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma os territórios. A obra

⁵³ Notas de aula disciplina *Políticas Territoriais Contemporâneas*, Dep. Geografia, UFRGS, 2012. [Não publicado].

clássica de Sauer, “*A Morfologia da Paisagem*”⁵⁴ de 1925, tem a originalidade de introduzir o *tempo* como variável fundamental, apresentando grande destaque ao que chamou de *paisagem cultural*: “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1925/ 1998, p.59).

Sabaté atesta que Sauer e seus discípulos da escola de Berkeley desenvolveram a ideia de paisagem vinculada a um lugar concreto, caracterizado por uma cultura estável. É nesta conjuntura que se desenvolve uma metodologia indutiva de identificação de padrões de migração cultural baseada na pesquisa histórica (recompilação de dados, mapas antigos, relatos de viajantes, títulos de propriedade), em entrevistas e na análise dos elementos tradicionais da paisagem, sobretudo construções e cultivos (SABATÉ, 2008, p.250 e seq.). É neste contexto que se destaca o trabalho de John Brinckerhoff Jackson (1909-1996), geógrafo fundador da “*Landscape*”, revista americana publicada entre 1951 e 1968 que influenciou uma geração de estudiosos de diferentes áreas. Jackson se imbuíu das aspirações de Humboldt ao mesmo tempo em que absorveu os propósitos do movimento conservacionista iniciado no século XIX por George Marsh⁵⁵ para constituir uma visão, incomum até então, de valorização das *paisagens cotidianas* – sobremaneira importante para a justificação desta tese. Seu trabalho ajuda a fundamentar a corrente norte-americana que defende a utilização de uma perspectiva histórica para o estudo do espaço, considerando fortemente o impacto do ser humano sobre o ambiente (LÓPEZ SILVESTRE, 2009, p.20).

A outra corrente está voltada para o estudo dos aspectos simbólicos da paisagem, que aceita diferentes graus de subjetividade na pesquisa. Uma das obras mais celebradas nesta linha de pensamento é de 1962, e trata-se do discurso de posse de Ritter como reitor da Universidade de Münster sob o título

⁵⁴ SAUER, C. O. *A Morfologia da Paisagem*. Em: CORREA, L. R.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. [original: *The morphology of landscape, Publications in Geography*, University of California, v.2, nº2, 1925, p.19-54].

⁵⁵ George Perkins Marsh (1801-1882) foi diplomata norte-americano, considerado fundador do movimento conservacionista e precursor do conceito de sustentabilidade. (N.A.).

“Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna”⁵⁶. Segundo Lópes Silvestre (2009, p.44), Ritter inicia a recuperação contemporânea da paisagem recorrendo à tradição romântica de Schelling, Carus e Humboldt, e assim como Simmel conforma uma linha de pensamento que sugere a paisagem como categoria derivada do mundo natural. Ainda que Ritter se diferencie de Simmel ao tomar a paisagem como categoria estética, ambas se posicionam contrárias à versão que defende a invenção da paisagem a partir da perspectiva artificial da pintura renascentista. Ambas as teorias também admitem o afastamento entre o homem *moderno* e natureza como origem da paisagem (assunto que será retomado a partir do capítulo seguinte). Ainda que com resultados distintos, ambas teorias fornecem argumentos que são indispensáveis para esta pesquisa, como evidencia Serrão:

Mas para a filosofia da história de Joachim Ritter, a evolução que consumou o divórcio de Homem e Natureza não pode ter retorno. A civilização, obra do homem e mediatizada pelo trabalho, afastar-se-á cada vez mais da origem arcaica e procurá-la-á em seus substitutos aparentes: a paisagem campestre, o jardim e o parque público ou, ainda mais longe, nas paisagens agrestes que atraem o viandante explorador, ou nas paragens exóticas e paradisíacas prometidas pela publicidade ao turista atual. (SERRÃO, 2011, p.18, grifo original do autor).

Dentro da linha de pensamento iniciada por Ritter, porém mais recente, deve ser destacados os trabalhos de Simon Schama (1945 -) e Denis Cosgrove (1948-2008) que aprofundam, a partir da geografia, questões como cultura e simbolismo associados à paisagem. Schama⁵⁷ em sua obra mais distinta, “*Landscape and Memory*” (1995), expõe a paisagem como produto de uma construção cultural compartilhada, onde mitos, memórias e aspirações participam do resultado, ou seja, a cultura impõe significados à natureza constituindo assim as paisagens. Cosgrove, por sua vez, critica a tradicional postura da geografia em tentar explicar padrões de ocupação e atividades sem

⁵⁶ RITTER, J. Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna. Em: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [original: *Landschaft. Zur Funktion des Ästhetischen in der modernen Gesellschaft*. Em: *Schriften zur Förderung der Westfälischen Wilhelms, Universität zu Münster*, Heft 54, 1962].

⁵⁷ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996. (Tradução Hildegard Feist) [original *Landscape and Memory*, 1995].

considerar simbolismos. Ele explica que só na década de 1970, impulsionada por movimentos sociais amplos – questões ambientais, sociais e de gênero – “um pequeno número de geógrafos” começa a trabalhar com tais demandas, iniciando uma transformação da “geografia humana” em “geografia humanística” (COSGROVE, 1989/ 1998, p.97). Cosgrove compara conceitos centrais da geografia e considera o conceito de paisagem valioso para essa mudança porque, para ele:

Ao contrário de *lugar*, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de *meio ambiente* ou *espaço*, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos. (COSGROVE, 1989/ 1998, p.100).

Cosgrove reconsidera posições provindas da geografia cultural, sobretudo na importância central dada às formas visíveis da paisagem e o próprio conceito de cultura, para sustentar que o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Partindo deste pressuposto, o autor propõe a decodificação de das paisagens adotando uma categorização que confronta as “paisagens da cultura dominante” com as “paisagens alternativas”, estas últimas por sua vez compostas pelas “paisagens residuais”, “emergentes” e/ ou “excluídas”. A contribuição do autor (inclusive diretamente para esta investigação) também reside na incorporação de chaves metodológicas para a apreensão dos símbolos que “todas as paisagens” contêm:

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não humanizadas paisagens do meio ambiente natural. Estas últimas são, frequentemente, símbolos poderosos em si mesmas. (COSGROVE, 1989/ 1998, p.108, grifo original do autor).

Mais recentemente ainda, também provindo da geografia humana e da mesma forma relacionando paisagem e território ao conceito de *poder*, Claude Raffestin (1936 -) propõe que a paisagem é produzida a partir do que chamou de *programas de observação*; para Raffestin “a paisagem em substância não é

uma realidade material, mas uma construção mental que deixa clara a relação do homem com o território” (RAFFESTIN, 2005, p. 7). Sua contribuição é importante porque demonstra o quanto a concepção de paisagem é dependente das *imagens*, sejam elas artísticas, científicas ou somente mentais.

O caminho da paisagem em direção à modernidade também comporta considerações provindas diretamente da arquitetura, ou pelo menos delineadas a partir da influência desta. Pellitero (2011) destaca o fascínio artístico que floresceu após meados do século XIX de nomes como Monet e Pissaro, ou literário com Baudelaire pelas paisagens urbanas; no final do mesmo século Camillo Sitte⁵⁸ (1843-1903) despontava como um teórico urbano preocupado com a preservação das formas tradicionais das cidades europeias. Ainda há que se citar a importante contribuição norte-americana para o tema a partir dos célebres arquitetos paisagistas Frederick Law Olmsted (1822-1903), Calvert Vaux (1824-1895) e Horace Cleveland (1814-1900), reconhecidos tanto através de seus projetos quanto de seus escritos, influenciando definitivamente iniciativas como foi a *City Beautiful*, e a fundação da *American Society of Landscape Architects*, já em 1899.

O destaque pela questão urbana enquanto paisagem atinge, em meados do século seguinte, dois importantes arquitetos que acabam por alcançar uma extraordinária influência para gerações posteriores de arquitetos e arquitetos paisagistas. Gordon Cullen⁵⁹ (1914-1994) e Kevin Lynch⁶⁰ (1918-1984). O primeiro apresenta sua proposta de avaliação da “paisagem urbana” através da *perspectiva serial*, preocupado com o resultado do impacto estético e emocional a partir de três eixos: a *visão* de forma dinâmica (sequencial ou *serial*), o *lugar*, ou sentido de localização (dentro, aberto, etc.) e o *conteúdo* (cores, texturas, escalas, etc.). Lynch ficou reconhecido por utilizar pesquisas empíricas de percepção em relação à legibilidade da cidade, associando os

⁵⁸ SITTE, Camillo. A Construção da Cidade Segundo seus Princípios Artísticos. Ática: São Paulo, 1992. [título original: Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen, Viena, 1889].

⁵⁹ CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 1983. [Título original: Townscape. Reinhold Pub. Corp., 1961].

⁶⁰ LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [Título original: The Image of the City. Cambridge MA: MIT Press, 1960]; e LYNCH, Kevin. A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70, 1981. [Título original: Good City Form, MIT Press, Cambridge MA and London 1981].

principais elementos cognitivos presentes no espaço. Sabaté (2008, p.270) equipara os critérios de projetos utilizados atualmente para o desenvolvimento de *paisagens culturais* aos cinco elementos de sua sintaxe, e ainda que Lynch não tenha se referido literalmente à *paisagem*, abordou questões diretamente relacionadas desde a arquitetura e o projeto urbano, como a presença do tempo e da história nas cidades e a demanda visual dos espaços associados às transformações que a velocidade impunha naquele momento⁶¹.

2.2.3 PAISAGEM ENTRE A CIÊNCIA E SENTIMENTO

Como visto, a concepção de paisagem é originada – e segue definitivamente atravessada – por um *modo de ver* o mundo natural, seja ele artístico, físico ou simbólico. De modo complementar, a era moderna manifesta uma natureza transformada por impactos cada vez mais significativos, onde “prevalece a imagem geral de um mundo dominado pela presença humana, [...] um mundo onde o natural se teria definitivamente retirado” (SERRÃO, 2011, p.20). A paisagem, assim, assume uma condição sintética, exigindo um cruzamento de noções que a situam na interseção entre o natural e o cultural: “Natureza e cultura passam a ser os polos conceituais da pensabilidade desta noção compósita, implicando um misto do que é em si (inato) e do que é operação humana (adquirido)” (SERRÃO, 2011, p.20).

Como também visto anteriormente, a paisagem é retomada dentro das ciências com grande força a partir da geografia. Entretanto, a filosofia e a estética serão responsáveis por empreender outra frente que por sua vez revisa a postura na qual se encontrava a paisagem, permitindo uma contribuição fundamental que resultará nesta qualidade híbrida que o conceito adquire atualmente.

A condição de desvalorização à que o “belo natural” é gradativamente submetido desde o Romantismo⁶² em função de um “belo artístico” ideal, marginalizando uma estética da natureza por quase dois séculos. Isto levará o conceito de paisagem a um status quase exclusivamente artístico,

⁶¹ Appleyard, Donald, Lynch, Kevin and Myer, John R., *The View from the Road*, MIT Press, Cambridge, MA, 1964.

⁶² Referimo-nos ao *Romantismo* enquanto movimento artístico, político e filosófico ocidental em voga no final do século XVIII e grande parte do século XIX. (N.A.).

estabelecendo através de representações – inicialmente pictóricas e literárias – imagens canônicas a partir das quais o conceito será discutido modernamente, conforme sustenta Serrão (SERRÃO, 2011, p.23 e seq.).

Segundo a autora, “a viragem no sentido do reconhecimento da autonomia da natureza começará, em âmbito estético, no final da década de 60” (SERRÃO, 2011. P.25). Esta mudança será iniciada com o trabalho de Ronald Hepburn (1927-2008), que contraria a filosofia de linguagem e funcionalidade do objeto artístico, defendendo a necessidade de pensar a natureza fora do modelo estético dominante (SERRÃO, 2011. P.25). A partir da década de 1970, sob influência do trabalho de Theodor Adorno (1903-1969), materializa-se uma corrente de pensamento que denuncia o antropocentrismo dissimulado dos padrões artísticos tradicionais relacionados ao natural. Adorno interpreta este sintoma como tentativa de superar o entrave natural *subjetivo* a fim da reafirmação humana através da técnica. Sobre a categoria de paisagem Jörg Zimmer sintetiza o pensamento deste influente pensador:

[...] Adorno (1980) destacou que o belo natural não existe nunca independentemente da consciência sócio-histórica de cada época. A paisagem cultural é um enlace objetivo e inseparável da beleza natural e artificial. É uma configuração desta consciência sócio-histórica estendida no espaço. (ZIMMER, 2008, p.31).

Dentro do grupo de estudiosos que mais especificamente se dedicaram à paisagem como objeto destaca-se Rosario Assunto (1915-1994), autor fundamental da escola italiana de paisagem que somente no final da década de 1980 tem seu trabalho retomado e largamente reconhecido. É apontado como o pensador que mais aprofundou o entendimento de paisagem em seu sentido amplo, da ontologia à estética, assim como, da mesma forma, apresentou critérios precisos para definição de paisagem, insistindo, por exemplo, na noção da *temporalidade* como essencial para a apreensão da paisagem. Serrão ajuda a entender a absorção desta característica associada ao conceito: “Na experiência estética o tempo da vida humana enlaça-se num tempo mais amplo, que é natural e histórico, simultaneidade de passado, presente e futuro” (SERRÃO, 2011, p.28).

Contribuição decisiva para os estudos da paisagem que toma forma a partir dos anos 1980 se dá a partir da América do Norte, onde se destacam Jay Appleton (1919-2015), Allen Carlson (1927 -) e Arnold Berelant (1932 -), autores fundacionais da derivação da estética filosófica conhecida como Estética Ambiental (*Environmental Aesthetics*). Essa corrente surge notadamente a partir da preocupação pública e sobretudo acadêmica com a degradação do meio ambiente. Os primórdios da investigação nesta área trabalhavam essencialmente com pesquisas empíricas baseadas na apreensão pública do meio ambiente, em oposição às técnicas de avaliação e planejamento da paisagem utilizada em gestão ambiental, consideradas insuficientes e demasiadamente preocupadas com as propriedades formais, criticando a ênfase na “beleza cênica”. Com perspectivas levemente distintas, mas fundada numa ontologia, esta corrente entende que o ambiente abrange todos os âmbitos da vida, natural ou construídos, pregando a desvinculação da estética meramente representacional, insistindo na valorização dos sentidos e condicionando a estética aos ambientes e atividades mais cotidianos (CARLSON, 2015). Serrão resume a posição da Estética Ambiental em confronto direto ao domínio do *visual* na estética filosófica tradicional:

A tese tantas vezes repetida pelas teorias culturalistas de que o homem modela as paisagens fez esquecer que as paisagens também nos modelam. Salubres ou poluídas, plenas ou pobres de estímulos, não se veem “da janela”, mas percorrem-se e atuam positiva ou negativamente sobre nós. (SERRÃO, 2011, p.29)

Paralelamente à Estética Ambiental firma-se outra corrente igualmente significativa para o status que assume a paisagem no mundo ocidental atual: A Estética da Natureza (*Ästhetik der Natur*) ou Estética Ecológica (*ökologische Ästhetik*) de influência alemã, onde se distingue a produção de Gernot Böhme (1937 -) e Martin Seel (1954 -). Assim como a Estética Ambiental, a Estética Ecológica surge em resposta à crise ambiental, mas à diferença daquela rejeita a imagem moderna da natureza como objeto de conhecimento científico ou de “prazer desinteressado”, de contemplação estética. O conceito de natureza aqui engloba o homem através de sua materialidade. Böhme⁶³ apresenta uma

⁶³ Serrão faz referência à BÖHME, G. *Für eine ökologische Naturästhetik*. Frankfurt am Main, 1989, e BÖHME, G. *Atmosphäre: Essays zur neuen Ästhetik*. Frankfurt am Main, 1995.

leitura do conceito de *atmosfera* em substituição à categoria do *belo* para definir o espaço, que se torna esteticamente bom a partir do bem estar da humanidade e da natureza em fusão. Seel⁶⁴ confronta Simmel ao propor refletir sobre que *natureza* integra hoje as paisagens, tratando a questão da “naturalidade da natureza”, ou como reconhecê-la a partir de sucessivas artificializações. Seel sustenta um conceito “problemático” de natureza ao invés do “canônico” de Simmel para implicar o atual estado de alteração da natureza assim como a competência sobre seu futuro.

As “teorias culturalistas” referidas anteriormente conformam a corrente que defende uma vinculação primeiramente estética sobre o meio natural, de onde sobressaem os nomes de Nicolas Grimaldi (1933 -) e Alain Roger (1936 -), já citado. Para esta corrente, as paisagens são os sítios “inventados” e consagrados pelas artes, sobretudo a literatura e a pintura, a partir das quais formariam a memória coletiva como símbolos e lugares excepcionais (SERRÃO, 2011, p.20). Alain Roger desenvolve a tese da “*dupla artealização*” (*double artialization*), que consiste em entender que a paisagem enquanto realidade natural é uma simples extensão de terra, um lugar no espaço desprovido de valor, e que somente o adquire quando *artealizada*, ou seja, interpretada pela arte e cultura humana. É dupla porque pode se dar de duas maneiras, *in situ*, onde a operação é direta em forma de ação física sobre o espaço como são os casos de jardinagem e *land art*; e *in visu*, em que a percepção estética se dá por mediação indireta modelada por diferentes formas de representação artística, como pintura, fotografia, etc.

O entendimento circunscrito de cultura condicionado à arte é confrontado por outra linha de pensamento que concebe cultura como o efeito continuado do trabalho de determinada comunidade na transformação do solo. Aparecem como referências desta corrente Eugenio Turri (1927 -) e Augustin Berque (1942 -) que sustentam a paisagem também como criação cultural, mas compreendida como uma soma de elementos subjetivos, coletivos, que dão significado ao solo físico (SERRÃO, 2011, p.21).

Ultrapassa o pensamento destes autores, assim como outros que se incluem nesta linha, a reflexão de que homem e natureza se afastaram durante a

⁶⁴ Serrão faz referência à SEEL, M. *Eine Ästhetik der Natur*. Frankfurt am Main, 1990.

modernidade, sobretudo nas sociedades pós-industriais, pregando uma retomada de consciência da função mediadora do homem em transformar o território em paisagem. Berque, autor fundamental da Geografia Cultural apresenta, desde a década de 1980, uma série de conceitos associados à paisagem que serão tomados como referência e oportunamente revisados por autores da área (inclusive por ele mesmo), resultando de grande valia para a área de estudo e particularmente interessantes para embasamento desta tese. É dele o clássico texto Paisagem Marca – Paisagem Matriz⁶⁵, onde sustenta que o duplo estatuto da paisagem: *marca* porque expressa uma civilização, mas também como *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, os quais canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. Mais recentemente Berque⁶⁶ se dedica a explicar a mudança de cosmovisão (e suas consequências) instaurada na modernidade; em “*La mouvance*”⁶⁷ explica que a paisagem é uma relação sempre móvel, não necessariamente pela ação do tempo e dinâmicas físicas, mas porque resulta de um contínuo deslocamento onde coincidem o que se percebe e o que é percebido (LÓPEZ SILVESTRE, 2009, p.40-41). Berque também elabora conceitos como *mediância* (*médiance*)⁶⁸ para explicar as interações dinâmicas que constituem os *meios* (*milieux*) de implantação das comunidades, valorizando a percepção do homem não como artista autônomo, mas, ao contrário, a partir do trabalho comum que o conecta com a terra (ambiente) (SERRÃO, 2011, p. 21-22).

Em uma posição que poderia ser considerada intermediária às posições acima citadas, Jean-Marc Besse (1936 -) e Paolo D’Angelo (1956 -) também vão assumir que a paisagem tem sempre um componente subjetivo e cultural distinguível porém inseparável de outro que é, complementarmente, objetivo e físico. Ambos aceitam as diferenciações de objetivo como inerentes às disciplinas que se dedicam ao estudo da paisagem, mas denunciam uma visão

⁶⁵ BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

⁶⁶BERQUE, A. Cosmofanía y paisaje moderno. Em: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Pensamiento*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2006; (p.187-208).

⁶⁷ BERQUE, A. *La mouvance*. École d’Architecture de La Villette: Paris, 1999.

⁶⁸BERQUE, A. *Médiance. De milieux en paysages*. Belin, RECLUS: Paris, 1990/ 2000a e BERQUE, A. *Écoumène. Introduction à l’étude des milieux humains*. Belin: Paris, 2000b.

cientificista ou demasiadamente especializada para tratar o tema, pregando uma abordagem integrada. Besse⁶⁹ dedica-se a estudar culturas espaciais contemporâneas com ênfase na paisagem. Apresenta uma tentativa de classificação de abordagens que seguem a compilação das principais distinções disciplinares sobre o tema, ainda que previna – e defenda – o necessário entrelaçamento entre elas. Besse⁷⁰ detém-se a estudar a autoridade dos sentimentos nos estudos da paisagem, sustentando a ideia de experiência como fundamental para o entendimento do conceito. Paolo D’Angelo⁷¹ critica de forma contundente a redução conceitual que resumiu a paisagem à seus atributos formais ou objetivos, ou exclusivamente ecológicos, provinda das ciências; critica, da mesma forma, a desvinculação entre a estética e a conservação da natureza assim como a subordinação da primeira sobre esta última produzida nestes âmbitos. Ao mesmo tempo em que acusa uma ausência teórica sólida da questão do belo natural, D’Angelo observa a crescente sensibilidade em relação à paisagem (natureza) que também reside na experiência perceptiva. Defende que o componente estético é intrínseco às diversas atividades que se dedicam ao planejamento e ao projeto das paisagens, assim como necessário para sua tutela, e, portanto, deve ser objetivado. Contudo, D’Angelo entende a paisagem como *identidade estética do lugar*, tomando a estética como uma qualidade *intersubjetiva* inerente à *todos* os lugares, deslumbrantes ou monótonos, resultado sempre da interação histórica entre formas naturais com formas produzidas pelo homem, o que lhe atribui suas distinções.

De maneira sintética podemos dizer que a paisagem, seja como conceito teórico ou experiência prática, é atravessada historicamente e chega aos nossos dias concentrada em três grandes eixos de pensamento: ontológico, estético e ético (SERRÃO, 2011, p.33). Estas posições essenciais contêm os atributos que foram sendo associados evolutivamente ao conceito originado na

⁶⁹ BESSE, Jean-Marc. *La sombra de las cosas*. Ed. Federico López-Silvestre. Tradução de Marga Neira. Editorial Biblioteca Nueva: Madrid, 2010; BESSE, Jean-Marc. *Las cinco puertas del paisaje. Un ensayo de una cartografía de las problemáticas paisajeras contemporáneas*. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y pensamiento*. Madrid: Abada Editores, 2006. P.145-171.

⁷⁰ Notas da conferência de Jean-Marc Besse no *II Seminario Internacional Teoría Y Paisaje: Paisaje y emoción – El resurgir de las geografías emocionales*. Universidad Pompeu de Fabra: Barcelona, Espanha, março de 2014 [não publicado].

⁷¹ D’ANGELO, P. *Estetica della Natura: Bellezza Naturale, Paesaggio, Arte Ambientale*. Press: Università di Messina, 1999.

afinidade imprescindível com a natureza (de dependência e posse inicialmente, temor e encantamento em seguida, forçoso afastamento e finalmente nostalgia); passa pela interposição visual onde tomará vulto enormemente, impondo um caráter que se sedimentará ao longo do tempo e, por fim, chega à iminente necessidade de reflexão e reposicionamento de todas estas relações.

2.3 POR UMA PAISAGEM PÓS-MODERNA⁷²

Como apresentado, pode-se apontar a origem da paisagem em um período histórico em que o mundo ocidental conhecido atravessa uma significativa transformação, sobretudo em âmbito socioeconômico. A reorganização complexa do sistema produtivo iniciada neste período tem como consequência uma autonomia generalizada da exploração da terra pelas sociedades, relacionando, portanto, o nascimento da “paisagem” com um tipo separação entre homem e meio natural, como observa Serrão (2011, p.33).

Da mesma forma, como evidencia a história e a genealogia do termo, a paisagem está relacionada aos atributos territoriais de forma visual, que será responsável pela afirmação do gênero pictórico pelo qual a palavra se difundiu. Este, por sua vez, também tem a inegável contribuição do entendimento da paisagem através de propriedades estéticas do território, decorrente do “modo de ver”, ou, mais profundamente, de um “novo” modo de ver que reflete uma percepção diversa de relação com o mundo.

No momento histórico reconhecido como modernidade, revivem-se tais perspectivas sob um diferente momento civilizacional onde a desvinculação

⁷² Assume-se aqui a versão de Nogué: “Entendemos por pós-modernismo uma corrente de pensamento própria das artes e ciências sociais que questiona o projeto científico inerente à modernidade e seus supostos valores universais. Se questiona a suposta objetividade do discurso científico e também da suposta universalidade de determinados conceitos e valores, olhando com certo ceticismo estas grandes categorias, estes grandes discursos teóricos supostamente capazes de explicar tudo e em qualquer canto do planeta: se questionam, definitivamente, as chamadas metanarrativas, seguindo neste ponto a Lyotard e Foucault. Se enfatizam, em troca, a diferença, a diversidade, os ‘outros’ discursos, as ‘outras’ vozes (as alternativas, as marginais): daqui o protagonismo que adquiriram no pós-modernismo os discursos feministas, os étnicos ou os chamados pós-coloniais, no marco do que, nas ciências sociais anglo-saxãs se conhece desde tempos por *cultural studies* (fruto, por sua vez, de um radical *cultural turn*, de um completo giro cultural acadêmico)” (NOGUÉ, 2008, p.15-16, grifos originais do autor).

com o ambiente natural é ainda mais violenta. As reações estéticas e científicas (com raras exceções) acabarão determinando a paisagem através de sua possibilidade de ser reconhecida, insistindo e sedimentando características objetivas de **homogeneidade** e privilegiando a **visão** como sentido primordial, impondo – propositalmente ou não – modelos **universais** para o juízo e a fruição da paisagem.

Agora, sob uma lógica *pós-moderna*, sob os efeitos de uma “nova” reorganização produtiva atrelada à extrema mobilidade e dispersão geográfica, à flexibilidade dos mercados e à inovação tecnológica, vive-se uma nova concepção do espaço e do tempo onde a “cultura deixa de ser vista como um conjunto relativamente uniforme e normativo de crenças, valores, atitudes, comportamentos e produtos” (NOGUÉ, 2008, p.16-17). O impacto nas práticas políticas e econômicas, nas relações sociais e culturais, determinado pela relatividade do tempo do alcance das informações e das distâncias interfere decisivamente na *posição* dos territórios e lugares: é potencialmente fácil tornar-se destino de uma indústria multinacional assim como de um turista (HARVEY, 1989/ 2008; NOGUÉ, 2008, p.18). Nogué de certa forma repreende o renovado interesse pela paisagem decorrente deste processo:

[...] ainda que na nova fase de evolução do sistema capitalista o espaço e o tempo tenham se comprimido, as distâncias tenham se relativizado e as barreiras espaciais tenham suavizado, o território – os lugares – não somente não perderam importância, mas aumentaram sua influência e seu peso específico nos âmbitos econômico, político e cultural. Precisamente, quando parecia que ia suceder justamente o contrário, estamos assistindo um excepcional processo de revalorização dos lugares que, por sua vez, gera uma competição entre eles inédita até o momento. Daqui a necessidade de singularizar-se, de exhibir e ressaltar todos aqueles elementos significativos que diferenciam um lugar em relação aos demais, de ‘sair no mapa’, definitivamente. Tudo isso explica o renovado empurrão que adquiriu a paisagem em determinados círculos. (NOGUÉ, 2008, p.18, grifo original do autor).

O alcance mundial destes impactos acaba por estandardizar hábitos e produtos tanto quanto territórios, afetando a identidade dos lugares. Neste contexto a paisagem adquire relevância especial, abrindo novas possibilidades de interpretação e revisão das características historicamente associadas

(impostas) a ela, e até mesmo da própria condição dos objetivos em seu estudo. A concepção de paisagem, agora, transcende necessariamente sua forma e passa a ser entendida e estudada ao mesmo tempo como metáfora, explorando seu complexo simbolismo.

Para entender uma paisagem é necessário entender suas representações escritas e orais não somente como ‘ilustrações’ de dita paisagem, mas como imagens constitutivas de suas significações. Seguindo a lógica pós-moderna, a construção e apreensão da realidade é um constante jogo de linguagens, significações e representações. O mundo e seus múltiplos lugares e paisagens podem ser lidos como textos e, no marco da desconstrução, a intertextualidade se converte no novo discurso. Dado que dito discurso não é estável nem inquestionável, mas difuso e volátil, a aposta consiste em examinar como ditos textos são lidos por múltiplos leitores (no caso da cidade, seus habitantes, seus visitantes, seus expectadores); em analisar como está codificada a informação (quais são os signos e as mensagens) tendo em conta que, ante relações de poder determinadas, diferentes pessoas podem interpretar ditos códigos de maneiras muito variadas. Definitivamente, a pós-modernidade gerou uma particular concepção do espaço e do tempo, uma particular forma de organização do território e, evidentemente, uma paisagem, umas paisagens. O pós-modernismo encontrou na paisagem – e sobretudo na paisagem gerada pela pós-modernidade – um interessante ponto de reflexão. (NOGUÉ, 2008, p.19-20).

Suzman (2008) discorre sobre a hibridez na construção da paisagem referenciando a teoria de Latour⁷³, para quem a modernidade se explica a partir de uma maneira dicotômica de pensar baseada em processos de “tradução” e “purificação”; ainda assim, nunca deixou de produzir objetos híbridos, demonstrando uma contradição inerente à modernidade. É a partir desta conclusão que Suzman propõe trabalhar a ideia de paisagem, tesionando o que chamou de “pares dicotômicos” inseparáveis da construção do conceito, evidenciando as diferenciações entre *paisagem material e pictórica*, entre *realidade e representação*, entre *natureza e cultura*, e entre *o mundo dos conceitos e o dos valores*. Segundo a autora, “Talvez isto permita aproximar-nos da hibridez inerente à construção da ideia de paisagem, constitutiva das construções conceituais da modernidade, algo que só foi reconhecido na pós-modernidade” (SUZMAN, 2008, p.276).

⁷³ Suzman faz referência à obra mais célebre de Bruno Latour: “*Jamais fomos modernos*”. A primeira edição é francesa: “*Nous n’avons jamais été modernes*”, de 1991.

Em relação aos dois primeiros pares Suzman analisa que o condicionamento visual originado no gênero artístico, de onde se difunde a palavra, está tão enraizado que é impossível até agora constituir materialmente uma paisagem sem a mediação dos significados associados a ele. Desenvolvendo a linha de raciocínio, isto é baseado no fato de que a imagem pictórica é mediada por processos de construção mental, de onde se considera a interdependência entre tais aspectos. Esta complexa relação é evidenciada a partir de trabalhos que demonstram a assimilação da pintura de paisagens associada a determinados tipos de apropriação territorial e de legitimação política⁷⁴, instigando a autora a afirmar que a “[...] produção material das paisagens e representação pictórica se vincula com os próprios processos sociais envolvidos na constituição do gênero (material e pictórico) da paisagem.” (SUZMAN, 2008, p.278). Deste modo Suzman assume uma posição crítica em relação à concepção de paisagem associada historicamente à atividade contemplativa (visual somente), onde a apreciação estética é isenta:

[...] a figura da paisagem provavelmente constitua um último momento no pensamento ocidental no qual visibilidade e conhecimento de mundo podiam aparecer unidos: o olhar estaria mediando na relação entre mundo e representação. As análises recentes se ocuparam em desvendar a falta de correspondência entre realidade e representação destacando o papel que jogou o olhar na construção das paisagens. (SUZMAN, 2008, p.278)

Hoje se entende que a atividade contemplativa é complexa, e o expectador não somente olha, mas ao mesmo tempo envolve outros sentidos, memórias, expectativas e desejos, implicitamente ou explicitamente fazendo uso de imagens e símbolos diversos. O reconhecimento do olhar como componente mediador não só evidencia a diferença entre a *realidade* e a *representação*, mas também diferencia objeto e sujeito (a *realidade* e o *expectador*) e seus papéis na constituição da paisagem: ambos são necessários, porém atuam de forma separada (SUZMAN, 2008, p.279).

Seguindo a confrontação dos pares dicotômicos enunciados, Suzman demonstra que a oposição entre natureza e cultura também perde o sentido na

⁷⁴ Ver COSGROVE, Denis. *Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista*. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, nº. 34, 2002; (p.63-89), e MITCHELL, W. J. Thomas. *Imperial Landscape*, em: MITCHELL, W. J. Thomas. *Landscape and Power*, Chicago: The University of Chicago Press, 2002 (p.5-34).

compreensão do moderno conceito de paisagem, já que a *cultura* mesma atribui significados às paisagens, construindo-as como *natureza*: “[...] as sociedades erigiram desde jardins até parques nacionais colocando em jogo uma estratégia cultural que consiste em fazer parecer como natural a natureza construída” (SUZMAN, 2008, p.279).

O último dos “pares” de Suzman faz ressalvas aos *valores* como componentes importantes na atribuição de significados à paisagem atualmente para além das materialidades e representações supracitadas. As categorias estéticas do *belo* e do *sublime*, ou ainda da *nostalgia* ao “natural”, historicamente associadas à paisagem desde uma perspectiva contemplativa seguem sendo buscadas, individualmente ou absorvidas por finalidades de alcance universal. A propósito ressalta-se que o conceito de *paisagem* acabou incorporado como critério de patrimonialização por parte da UNESCO, e que processos de patrimonialização deste tipo, assim como de patrimonialização em geral, se tornaram estratégias comuns de legitimação para sua transformação em atrativos turísticos através de credibilidade científica⁷⁵.

Se espera que a atividade contemplativa produza no espectador sensações associadas ao belo, ao sublime, à nostalgia. Talvez a análise desta dimensão esteja faltando na interpretação daquelas paisagens apresentadas desde a literatura crítica até os processos de globalização como mercantilizados. Estas se convertem essencialmente em objeto de consumo da atividade turística e, muitas vezes, se *patrimonializam*. A orientação ao mercado define sua construção como parque temático, como objeto isolado de seu contexto espaço-temporal. (SUZMAN, 2008, p.280-281, grifo nosso).

Sendo uma estratégia originada em processos econômicos, ainda que legítimos, é necessário que seja debatida em seus significados e consequências, dado que as finalidades de tais processos priorizam padrões e valores universalmente aceitos, muitas vezes descontextualizados e subvertendo valores e padrões locais evidentemente melhor adaptados ao local. Ao analisar esta contradição, Suzman aponta razões para a dependência estética na criação de paisagens:

⁷⁵ A este respeito ver: BERTONCELLO, Rodolfo; CASTRO, Hortensia; Zusman, Perla. Turismo y patrimonio: una relación puesta en cuestión, em: BERTONCELLO, R. e FANI CARLOS, Ana (Coord.), *Procesos territoriales en Argentina y Brasil*, Buenos Aires: Instituto de Geografía, 2003 (p. 277-291).

Frente a isto, os espectadores vivem diversidade de experiências pouco categorizáveis na medida em que guardam relação com sentimentos e valores próprios. É muito difícil que o espectador fique preso nas condutas esperáveis e é sobretudo esta variedade de experiências o que garante e legitima os processos de encenação postos em jogo em sua construção. Sem esta busca individual do belo e do sublime ou da nostalgia, a relação entre economia e paisagem desmoronaria. (SUZMAN, 2008, p.281).

Resulta que as diferenças entre paisagens materiais e representadas são tênues, já que nelas confluem e interatuam cenários, espectadores e olhares. Para a autora, a insistência no *belo*, no *sublime* ou na *nostalgia* é o principal indicativo de semelhança entre as paisagens produzidas na modernidade e as que são produzidas na atualidade (SUZMAN, 2008, p.282).

A partir da década de 1990, sobretudo a partir das ciências sociais, despontam estudos que passam a privilegiar certos aspectos da constituição da paisagem enquanto conceito. Desde a arquitetura e a geografia a análise das formas será chave no estudo da paisagem, de onde se “tem procurado identificar os processos sociais e as formas espaciais ou as formas sociais e os procedimentos espaciais que caracterizam as paisagens da pós-modernidade” (SUZMAN, 2008, p.282). Neste contexto muitos textos exploram a variedade de paisagens que surgem a partir das abordagens que relacionam processos e formas. A proposta reunida por Suzman destaca as “paisagens supérfluas”, as “paisagens de fronteira”, as “paisagens derivadas” e as “paisagens de destruição” como principais representantes daquelas constituídas a partir das mudanças marcantes observadas no mundo atual, que decorrem e interligam, por sua vez, os citados processos de globalização com novos ensaios conceituais a partir das ciências:

[...] uma das perspectivas de análise que buscou quebrar com a hibridez conceitual da paisagem outorgou importância às formas. [...] hoje estas formas são analisadas a partir de sua vinculação com processos econômicos, sociais e políticos de caráter global ou local. Trabalhos realizados desde perspectivas pós-modernas [...] deixaram de lado a análise da relação entre processos sociais e formas espaciais ou processos espaciais e formas sociais, para orientar a discussão da noção de paisagem em direção a um caminho diferente. Preferiram se concentrar em sua abordagem como texto que, ao ser relacionado com outros textos e com o contexto, pode

ser decodificado e dar conta de um conjunto de significados sociais. (SUZMAN, 2008, p.286).

A análise das principais abordagens que se centraram nas *formas* para explorar a paisagem evidencia duas tendências, responsáveis, segundo Suzman, pela controvérsia epistemológica em torno do conceito. Assim, podem ser distinguidos trabalhos que utilizam o conceito de maneira metafórica, designado como “conceito guarda-chuva” por Suzman (2008, p.290), pela capacidade de abarcar outros conceitos com conotações espaciais. Estes trabalhos seriam responsáveis por explicar as vivências dos sujeitos em relação às transformações espaciais que os afetam, afastando-se dos trabalhos que adotam uma perspectiva estética para entender as implicações sociais intrínsecas a ela. Numa primeira aproximação, esta última em relação à primeira, incorporaria uma quantidade limitada de sujeitos na construção da paisagem, supondo que não são todas as classes que possuem uma bagagem cultural para produzir e vivenciar experiências estéticas (SUZMAN, 2008, p. 290).

Mais recentemente esta visão que contrapõe ou isola a dimensão estética em relação às outras abordagens começa a ser revista. Sendo a estética um elemento constitutivo de relações de classe, entremeada por categorias como estilo de vida, gostos e padrões de consumo, as paisagens passam a ser entendidas como parte do capital cultural, carregando todas as práticas intrínsecas a ele, onde se destacam também as excludentes. Neste sentido, é necessário ponderar que distintos setores sociais (classe, gênero, religião, etnia e nacionalidade) também participam legitimamente na construção e concessão de significados estéticos às paisagens. Desconsiderar isto seria supor uma divisão social entre os sujeitos que somente podem resolver questões vinculadas ao plano das necessidades e sujeitos que podem dedicar-se a produzir e desfrutar de experiências estéticas (SUZMAN, 2008, p.290). Por outro lado, esta capacidade de envolver a dimensão estética no estudo da paisagem passa a ser uma maneira de entender melhor a sociedade atual com capacidade de interferir positivamente na solução de contradições e conflitos a partir das disciplinas que orientam esta tese:

Conceitualizar a paisagem desde o plano estético não significaria, pois, despojá-la de sua potencialidade para o estudo das tensões que observamos na sociedade atual, mas, pelo contrário, implicaria entender que as categorias do belo, sublime ou pitoresco também participam das lutas políticas, ou seja, se fazem presente na hora de construir relações de poder. (SUZMAN, 2008, p.291).

Assinalado este contexto, a paisagem será contemplada a partir de três frentes bem marcadas que buscam explorar de (maneira complementar) a hibridez inerente ao conceito: Primeiramente associada à algum tipo de nostalgia, de algo que foi ou está sendo perdido e que culmina em um interesse de preservação, seja da “natureza”, da “cultura”, ou ainda de sua mescla:

[...] a construção de paisagens não somente se associa às transformações materiais do mundo atual, mas ao interesse por preservar nostálgicamente alguns elementos arquitetônicos ou alguns âmbitos representativos de uma natureza supostamente prístina. A nostalgia pelo passado pareceria justificar a ativação e proliferação de processos de patrimonialização e a construção de paisagens denominadas culturais. (SUZMAN, 2008, p. 291).

Outra frente está associada à preservação da natureza como recurso e base de vida futura. A preocupação ecológica, portanto, também baliza o apreço pela paisagem:

[...] tanto a nostalgia pelo passado como o interesse por conservar a natureza aparentemente prístina, desembocam em processo de construção de paisagens. A partir daqui, certos lugares são considerados dignos de preservação, se tornam bens escassos e entram em conflito por apropriação social. A natureza e a história valorizadas esteticamente em forma diferencial no espaço se conformam, como nunca antes, em um âmbito de conflito social. (SUZMAN, 2008, p.292).

Finalmente, a autora também aponta o aumento dos deslocamentos populacionais como promotores da produção e reconhecimento (visual, fotográfico, literário) de novas paisagens, e compara analogamente com o desenvolvimento do olhar paisagístico no XVIII a partir das viagens de conhecimento e os meios de reprodução disponíveis à época, que irão divulgá-las também pelos novos meios de comunicação.

Sem embargo, a perda do sedentarismo nos está dando a oportunidade também de construir outro tipo de paisagens; de sair daquelas propostas elaboradas pela cultura espetáculo para construir linhas de fuga. Neste sentido, o encontro com o 'outro' que se dá através dos deslocamentos atuais pode adquirir um caráter menos superficial, distante e hierárquico que aqueles que tiveram lugar no final do século XIX. Se trata de um desafio que temos por diante e que, talvez, nos permita dar outra conotação a hibridez inerente à ideia de paisagem, no marco de uma construção horizontal em colaboração com o 'outro'. (SUZMAN, 2008, p.293)

3 CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM COMO TEORIA

"We can think, therefore we are able to see
an entity called landscape."

Yi-Fu Tuan

3.1 PAISAGEM E CONTEMPORANEIDADE

3.1.1 A PAISAGEM NA CULTURA CONTEMPORÂNEA E A RELEVÂNCIA DE UMA TEORIA DA PAISAGEM

As relações entre o homem e o meio em que habita são inatas; ainda assim, são contextualizadas temporal e geograficamente, além do que também são conformadas culturalmente. Em meio a estas relações, surge o que se convencionou denominar "*paisagem*".

Sabe-se que à paisagem foram associadas diferentes alegorias que transcendem o simples e conhecido meio físico onde se vive: foi tomada como território selvagem e hostil, até se tornar modelo para as manifestações humanas, assumindo status contemplativo e por vezes aludindo a um ambiente ideal que pode nunca ter existido; assim demonstram os estudos de Simmel (1913/2013) ou mais recentemente de Alain Roger sobre o tema (2009, p.91-120), apontando o momento histórico quando recai um verdadeiro interesse sobre determinadas geografias e se dá a "invenção" da paisagem alpina, marítima ou mesmo desértica, que se difundirá através de quadros, mas também escritos literários e filosóficos para a Europa e mundo ocidental.

Por outro lado, a paisagem se faz na relação do homem com o meio em que vive de maneira inseparável, e é possível que esta inseparabilidade seja mesmo a própria *paisagem*. Uma relação que, antes de adquirir um significado principalmente estético, possuía um significado territorial associado objetivamente com o espaço em que se vive:

Nesta perspectiva [...], a 'paisagem', a princípio, não é definida como a extensão de território que se descobre com um olhar desde um ponto de vista elevado, segundo a fórmula que se fez clássica desde o século XVII na história da pintura. É entendida como espaço objetivo de existência antes que como vista abarcada por um sujeito. (BESSE, 2010, p.53).

De qualquer modo, a paisagem se manifesta como visão e representação de mundo associada a diversos elementos que envolvem da estética à política. Implica, assim, sempre um modo de percepção da realidade que é ao mesmo tempo individual e coletivamente construído, fruto de uma resposta temporal e contextualizada para um fenômeno inexoravelmente dinâmico.

Também assinala-se que paisagem atualmente é objeto de estudo de diversos campos do conhecimento e, sendo assim, se presta a muitas e diferentes interpretações de acordo com os objetivos de cada um deles. Se em suas origens a paisagem (como visto no capítulo I) estava ligada às artes, à identificação com determinada porção de terra (ou território), à arquitetura e até mesmo ao que virá a delinear o que conhecemos como “turismo”, hoje alcança muitos desdobramentos em diferentes disciplinas que também a tem como objeto. Todas elas (história da arte, ecologia, antropologia, psicologia, além de muitas outras) conformam uma complexa rede de informações e questões que interferem de certa forma na construção desta pesquisa, ainda que por procedimento sejam apenas tangenciadas.

Joan Nogué introduzindo o livro *El Paisaje en la Cultura Contemporánea* (2008) que reúne as contribuições mais significativas de um seminário específico em 2003⁷⁶, sintetiza assim os encaminhamentos sobre o papel atual da paisagem e os principais direcionamentos para seu estudo:

De efeito, a paisagem tem um papel relevante na cultura contemporânea, muito mais que habitualmente se reconhece. [...] com leves matizes e pequenas diferenças, estes [autores] concebem a paisagem como a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado e reconhecem nele duas dimensões intrinsecamente relacionadas: uma dimensão física, material e objetiva e outra perceptiva, cultural e subjetiva. Qualquer elemento da paisagem, um lago ou bosque, por exemplo, têm uma realidade e uma temporalidade objetivas, próprias e independentes do olhar do observador. Mas bem, uma vez percebidos pelo indivíduo e codificados através de toda uma série de filtros pessoais e culturais, aquele lago ou aquele bosque se impregnam de significados e valores que se convertem inclusive em símbolos (NOGUÉ, 2008, p.10-11).

⁷⁶ NOGUÉ. Joan (ed.). *El paisaje en La cultura contemporánea*. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2008.

A partir dos estudos apresentados na referida obra nota-se uma associação contundente entre a notoriedade que adquiriu a paisagem sobretudo no contexto pós-moderno, resultado, para Nogué, da “crise de autenticidade evidenciada pela tensão entre o autêntico e o simulacro”. Fica especialmente visível a associação entre este novo status que a paisagem assume e o “papel da paisagem nos processos de criação e/ ou consolidação da consciência de identidade e identificação territorial”, assim como nos artifícios de identificação patrimonial que se desenvolveram na modernidade (NOGUÉ, 2008, p.13). Tais associações de cunho espacial e suas causas e consequências influem especialmente neste estudo, preocupação já demonstrada por Nogué:

Os lugares não desapareceram, mas sim receberam o impacto das telecomunicações, da maior velocidade dos sistemas de transporte, da mundialização dos mercados, da standardização das modas, dos produtos, dos hábitos de consumo. Até que ponto foi afetada a identidade dos lugares *‘tradicionalis’*, baseados em uma *‘cultura territorializada’*, em uma paisagem identitária de base territorial? (NOGUÉ, 2008, p.18-19, grifo original do autor).

Javier Maderuelo ressalta algumas evidências importantes que surgem no contexto atual dos estudos de paisagem, observando em seguida a necessidade contemporânea de definir “uma historiografia, uma fenomenologia e uma epistemologia próprias da paisagem”:

A primeira delas é a qualidade teórica da paisagem, a carga conceitual que possui o termo e que conduz a um pensamento que se perfila, segundo passa o tempo e se acumulam experiências, como específico e autônomo, separado das especulações sobre a natureza e o espaço que se manifestaram na filosofia durante o século XIX e primeira metade do XX. (MADERUELO, 2010, p. 346).

Na confrontação das principais correntes de pensamento aprecem pontos em comum, principalmente no que se refere à vinculação *‘cultural’* do conceito, ou seja, a paisagem é, sempre, fruto de uma interpretação, o que torna impossível dissociar os contextos espacial e temporal no qual é percebida. Por outro lado, há muitos pontos contraditórios ou insuficientemente esclarecidos para dar a questão por encerrada, alimentando continuamente a discussão sobre uma *teoria da paisagem*.

Claude Raffestin se propõe a explicar o processo de produção paisagística, que resulta em uma teoria da relação que os homens têm com a realidade material expondo a relação do homem com o território:

A produção da paisagem em quanto imagem da realidade material, seja sobre um plano artístico seja sobre o científico, obedece a diversas teorias que se podem definir como programas de observação. [...] A paisagem em substância não é uma realidade material, mas uma construção mental que deixa clara a relação do homem com o território. (RAFFESTIN, 2005, p. 7).

Federico López Silvestre discute a importância de uma teoria da paisagem que define como “a disciplina que, além de definir o conceito, se pergunta pelos critérios que levam as pessoas a valorizá-lo de um ou outro modo” (2011)⁷⁷. O autor explica que estes critérios podem ter diferentes naturezas que em abordagens mais sofisticadas deverão aparecer imbricados, mas que o principal é ter tais critérios, ainda que não sejam objetivos, nem universais nem tampouco imutáveis, previamente pensados para cumprir seu papel de orientar intervenções no mundo real, dado que cada vez mais se intervêm paisagisticamente sem a devida reflexão prévia.

Seguindo com esta linha de pensamento, o autor elenca três das principais razões que justificam e impulsionam uma contemporânea teoria da paisagem: Primeiramente para delimitar a noção de paisagem e para vislumbrar e ajudar a estabelecer critérios que orientem a intervenção ou a não intervenção em entorno. Um segundo aspecto é ressaltado na atualidade desta própria teoria, respondendo problemas de seu tempo, qual seja a indevida e desregrada apropriação global do mercado e do consumo sobre as paisagens e os lugares. Por fim, para López Silvestre (2011), uma teoria da paisagem é necessária porque toca a educação do olhar, a capacidade de expressar o vínculo cultural, sensível e emocional que nos une e nos rodeia, ou com palavras do autor “de despertar nossa capacidade de amar adormecida”.

⁷⁷ López Silvestre, F. *¿Para qué sirve la teoría del paisaje?* Disponível em: http://catpaisatge.net/esp/butlleti/but_observador.php?idReg=532&num=31&ed=Octubre_Diciembre%2011. Consultado em julho de 2011, tradução nossa.

3.1.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA “TEORIA DA PAISAGEM”

Como apresentado nos primeiros capítulos desta tese, o conceito de paisagem percorre uma longa trajetória até atingir sua elaboração atual. Apesar – e em função – da consolidação que experimenta em nível acadêmico, profissional e institucional atualmente, observa-se que é um conceito que segue expandindo seus limites teóricos.

A partir do “surgimento” da paisagem ligada ao mundo das artes no século XV, o conceito se desenvolve a partir do século XIX contrastando interpretações subjetivas com as perspectivas positivistas com origem nas ciências naturais. Nesta conjuntura, as ciências humanas (e principalmente algumas correntes da geografia) vão assumir uma posição “intermediária” que, desde a década de 1960, acolhem certo grau de subjetividade como variáveis de trabalho, como vão observar Varela e Navarro (2008).

Ao final do século XIX, a ideia “moderna” de paisagem passa a vincular um caráter fisionômico, ou seja, faz referência aos elementos recorrentes que identificam e estabelecem certa homogeneidade à partes de território, apresentado desde uma perspectiva descritiva e com caráter de inventário. Em meados do século XX um entendimento de paisagem a partir de sua “evolução” estabelece uma etapa “pós-moderna” da paisagem, que passa a ser concebida a partir da relação entre habitante e lugar (VARELA; NAVARRO, 2008).

Os mesmos autores afirmam que a fase atual dos estudos da paisagem aponta, de forma geral, duas amplas linhas de entendimento, uma histórico-social e outra fenomenológica. A primeira corrente considera a paisagem como produto da interação entre homem e natureza ao longo da história, bem como das relações socioeconômicas no espaço, ressaltando o caráter dinâmico que estes pressupostos contêm. A concepção fenomenológica parte de seus fundamentos (*significado e intencionalidade*) para considerar a paisagem como uma construção simbólica e social derivada da experiência humana frente ao mundo.

Em complemento, Aguiló e Gorostizaga (2005) ressaltam que os estudos sobre a paisagem em âmbito acadêmico se direcionam nos últimos anos a três grandes áreas: a preocupação por uma melhor compreensão fenomenológica

da paisagem; a elaboração de uma perspectiva complexa do funcionamento e da estrutura da paisagem; e a expansão dos estudos etnográficos da paisagem.

Maderuelo (2006b, p.246), por sua vez, insiste sobre a necessidade “de definir uma historiografia, uma fenomenologia e uma epistemologia próprias da paisagem”. O autor avalia as diferenças de postura nas correntes mais destacadas de estudos da paisagem representadas por Europa e América do Norte. Segundo o autor revive-se um dualismo nesta área, que atualmente contrapõe o idealismo europeu que segue sustentando um “enfoque cultural e uma vontade teórica” ao pragmatismo americano a partir de “posições ecologistas e abordagens economicistas e participativas” (MADERUELO, 2006b, p.247).

Frente ao contraste de um “pensamento paisageiro” e uma “ação paisagista”, Maderuelo aponta uma visão aberta para explorar o potencial que o tema admite:

Do mesmo modo que a ciência atual está tentando dar o salto desde a análise de fenômenos pontuais isolados ao estudo holista da complexidade, as investigações sobre paisagem devem assumir a complexidade fenomênica como base de partida de qualquer investigação, superando os temas comuns da transdisciplinaridade e da transversalidade. Se trata agora de formar investigadores que estudem e analisem a paisagem desde uma visão plural, sem deixar-se seduzir pelas particularidades e miudezas de uma disciplina específica, superando as limitações metodológicas e ideológicas que determinam cada área de conhecimento. Se trata agora de tentar superar os condicionantes técnicos para afiançar a visão cultural da paisagem. Afirmando que a paisagem é cultura. (MADERUELO, 2006b, p.247).

Jean-Marc Besse se dedica a estudar o que chama de “culturas espaciais” na época moderna e contemporânea com referência especial à paisagem. Ao aprofundar o conceito, expõe a fragmentação profissional e acadêmica das diferentes disciplinas que têm a paisagem como campo de estudo. Segundo Besse (2006) são pelo menos cinco as entradas ou “portas” que se propõem à definição de paisagem: como representação cultural, como território produzido pelas sociedades no curso da história, como sistema que articula elementos naturais e culturais em uma totalidade objetiva, como espaço alternativo de

experiências sensíveis às diversas formas de objetivação, e finalmente como contexto de projeto, cristalizada na atuação profissional de arquitetos, paisagistas, etc. O autor previne, porém, que essas diferentes versões frequentemente se superpõem e se articulam entre si, ainda que sejam distinguíveis.

Mesmo com as distinções ressalvadas pelo próprio autor, López Silvestre critica contundentemente a individualização das abordagens sobre a paisagem⁷⁸. Para este último, a separação por disciplinas não é necessária e se torna até contraditória no caso de estudos da paisagem, ainda que demonstre apreço por perceber, no ensaio de Besse:

[...] sensibilidade e franco interesse por delimitar no os estudos de tudo o que afeta o território, mas, especificamente os estudos que têm algo que ver com isso que chamamos paisagem – algo mais complexo que afeta, por igual, sujeito e objeto –. (LÓPEZ SILVESTRE, 2009, p.10-11).

Mesmo sem um consenso, utiliza-se aqui a delimitação proposta por Besse por ser uma compilação de fôlego sobre as diferentes abordagens que acompanham o tema desta pesquisa. Ao mesmo tempo em que revela tendências de aproximações científicas atuais, estabelece alguns parâmetros para enfrentar a confusão conceitual que acompanha o termo⁷⁹.

Conforme a diferenciação proposta pelo autor, a primeira entrada entende paisagem como uma realidade mental, um ponto de vista, uma maneira de pensar e perceber como dimensão mental do ser humano. Assim, a paisagem não existe em si mesmo, mas sim em sua relação com um sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma dimensão da experiência cultural do

⁷⁸ López Silvestre cita os trabalhos de Besse (*Las cinco puertas del paisaje*, em: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y pensamiento*. Madrid: Abada Editores, 2006. P.145-171), Jean-Robert Pitte (*Histoire du paysage français*, Tallandier, Paris, 1983) e François Béguin (*Le paysage*, Flammarion, Paris, 1978) como exemplos que apresentam uma compartimentação disciplinar em relação à paisagem. [LÓPEZ SILVESTRE, Federico. *Pensar la historia del paisaje*. Em: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje e Historia*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2009 (p.10-11)].

⁷⁹ Para Maderuelo o uso generalizado de “paisagem” comumente deriva em formas e interpretações adaptadas equivocadamente nos mais diversos âmbitos em que é empregado, tornando-a vítima de um abuso e um desgaste semântico que acarreta a necessidade de esclarecer a quem se refere quando utilizada: “*Esta diversidade de interesses demonstra que o conceito paisagem se estendeu, mas em troca, o termo que o designa diluiu sua capacidade de referir-se a algo concreto e preciso. Seu conteúdo se dilatou de tal maneira que corremos o risco de não saber muito bem a quem nos referimos exatamente quando pronunciamos a palavra paisagem*” (MADERUELO, 2006, p.37, tradução nossa).

mundo: a paisagem nos fala dos homens, de seus olhares e de seus valores, e não propriamente do mundo exterior. Para estudar a paisagem nesta perspectiva, Besse (2006, p.149-150) indica que a análise deve ser feita a partir do discurso, dos sistemas filosóficos estéticos e morais. Neste sentido não há distinção entre paisagem real e paisagem representada. Pode também ser abordada de forma ampla como representação cultural, coletiva e/ ou individual, onde as ciências humanas direcionam a ideia de paisagem no interior de uma questão geral sobre a cultura e a sociedade. Assim, a construção da paisagem também é econômica, religiosa, filosófica, científica, etc., ou mesmo estética, porém dentro de uma perspectiva de seu valor ou função na cultura.

A paisagem também pode ser tomada a partir de um ponto de vista histórico material, definida como um território produzido e praticado pelas sociedades a partir de intenções diversas (políticas, econômicas, culturais). Este é, por exemplo, um dos critérios decisivos adotados pela UNESCO⁸⁰ para declaração de um sítio como *paisagem cultural*. Contudo, nesta perspectiva, o valor paisagístico não é essencialmente estético, mas apresenta valor a partir da soma das experiências e práticas que determinado grupo humano desenvolveu em determinado lugar. Nesta concepção, afirma Besse (2006, p.151), há flexibilidade na distinção entre a esfera artística e as esferas sociais e culturais. John Brinckerhoff Jackson (1909-1996), geógrafo e autor de referência na área de paisagem e fundador da revista *Landscape*, revista americana publicada de 1951 até 1968 que influenciou uma geração de estudiosos de diferentes áreas, desenvolveu grande parte de seu vasto trabalho tratando das paisagens cotidianas, definidas por ele como “vernáculos”. Para o autor, são estas paisagens comuns que formam identidade, sendo a condição determinante de “nosso estar no mundo, no sentido mais solene do termo” (JACKSON, 2010, p.166).

A terceira linha de entendimento segundo Besse é aquela que trata a paisagem como substrato físico material por sobre a ação e o pensamento humanos.

⁸⁰ Em 1992, a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, a UNESCO passa a adotar a categoria de *Paisagens Culturais*, estabelecendo critérios de seleção e instituindo o primeiro instrumento jurídico a reconhecer e proteger paisagens deste tipo. Ver <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>.

Besse (2006, p.155 e seq.) destaca “uma espécie de naturalismo” anacrônico, remetendo à crítica da “*realidade sintética*” de J. B. Jackson. Alguns estudiosos do assunto ainda defendem a distinção entre paisagem como elemento natural e paisagem como produto social, o que permitiria estudar a paisagem a partir de sua *forma*, de sua *estrutura* e de sua *função*:

A paisagem também é o vento, a chuva, a água, o calor, o clima, as rochas, as espécies vivas que rodeiam os humanos: em uma palavra, todo o entorno material e vivo cujas evoluções são mais ou menos afetadas pela ação e pensamento humanos, mas, é preciso reconhecer também, que existe e se desenvolve sem o ser humano, um entorno que existia antes que o ser humano e que de uma forma ou outra lhe sobreviverá. (BESSE, 2006, p.156-157).

Complementa ainda, a partir deste posicionamento que:

Todos esses elementos interagem constantemente entre si, o que significa que a paisagem é ante tudo isso uma totalidade dinâmica, evolutiva, percorrida pelos fluxos cuja natureza, intensidade e direção são muito variáveis, atribuindo-lhe por isso uma temporalidade própria. (BESSE, 2006, p.159).

De forma geral, este tipo de abordagem enfrenta severas críticas de campos como filosofia e antropologia, assim como de todos os outros campos que de algum modo buscam a superação do dualismo tradicional entre homem e natureza, defendendo uma posição híbrida e associação do humano e não humano.

A entrada seguinte é aquela em que a paisagem é entendida por meio da fenomenologia, tomada como uma realidade, uma relação entre sujeito e objeto que pode ser entendida através das ciências ou através da “*experiência*”:

“Segundo esta quarta perspectiva, a paisagem pode ser entendida e definida como o acontecimento do encontro concreto entre o homem e o mundo que o rodeia. A paisagem é, em primeiro lugar, neste caso, uma ‘*experiência*’” (BESSE, 2006, p.161, grifo original do autor). A *experiência*, assim, remete à determinada maneira de estar no mundo que é expressa pela relação direta, imediata e física com a natureza mediada por seus elementos (ar, terra, água, luz, etc.), e perceptível através dos sentidos, da emoção e da imaginação, uma combinação que a ciência moderna havia desprezado deliberadamente, segundo Besse.

Finalmente, a abordagem que, por princípio interessa especialmente a esta pesquisa (e que será retomada com mais detalhe à sequência), é aquela tomada desde uma expectativa projetual. Essa relação, segundo Besse, permite recorrer à paisagem como uma “tomada de consciência de que o espaço não é uma página em branco, mas sim um palimpsesto” (2006, p.166). O autor explana que pensar a paisagem, para o profissional que se atém á problemática “paisageira”⁸¹, é a busca dos possíveis conteúdos do real:

A problemática paisageira consiste em pensar a cidade a partir de suas relações e em sua integração com seu solo, seu território, seu meio natural. Permite retecer os vínculos entre a cidade e seu sítio, entre a cidade e seu território, a cidade e seu meio natural. (BESSE, 2006, p.167).

A tese de dupla artealização de Roger (2009, p.23 e seq.) consiste em entender que a paisagem não existe enquanto realidade natural, ou seja, é um lugar no espaço desprovido de valor, e que somente o adquire quando *artealizada*, ou seja, interpretada pela arte e cultura humana. Neste contexto interessaria aquela *in situ*, onde a operação é concreta em termos de transformação do espaço.

Raffestin, por outro lado, lembra que símbolos e significados mudam ao longo do tempo na interpretação da paisagem usando o exemplo do caráter sagrado da montanha ou da floresta que inspirou medo e prazer em diferentes contextos espaço temporais. Como resultado de uma mudança que se dá nas categorias ou nos mediadores altera, também, a *representação*, seja ela física ou simbólica. Este fato, para o autor, fundamenta uma derivação no pensamento “duplo” de Roger:

O olhar, quando vai além do mundo material, as suas morfologias e seu funcionamento para entrar no mundo do sentimento e da emoção, opera uma representação. Este mecanismo é muito complexo pois *representar*, não copiar, mas caracterizar, não quer dizer imitar, mas *interpretar*. (RAFFESTIN, 2005, p. 17, grifo nosso).

⁸¹ Augustin Berque, geógrafo e orientalista francês formula o neologismo “paisageiro” (*paysagère*), adotado por Jean-Marc Besse (entre outros autores) para referir-se à uma aproximação à paisagem que transcende a relação direta ou meramente prática sobre ela, ou à uma sabedoria que foi desenvolvida desde a *experiência* de fazer paisagem, como a explica Javier Maderuelo no prólogo de *El pensamiento paisajero*, Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2009, p. 12.

Desta maneira, conforme Raffestin, acontece a passagem do mundo material (daquilo que Roger define com “*in situ*”) ao mundo do sensível para “inventar e permitir” a paisagem (a representação que Roger define com “*in visu*”), mas aponta uma terceira dimensão, o caminho de volta que chama de “*in intellectu*”, ou seja, o sistema que se processa em nossa mente de reconhecer a paisagem (o mundo material) a partir de representações.

[...] creio que seja indispensável introduzir uma terceira dimensão, aquela do “*artialisation in intellectu*”. O mundo do logos pode recriar o “ver” naturalmente através de esquemas, imagens ou outras representações, todavia isso parece considerar mais as relações que outros aspectos do fenômeno. (RAFFESTIN, 2005, p. 19, grifo original do autor).

Se consideramos as três dimensões acima citadas, fica justificado o estatuto *cultural* da paisagem como construção *condicionada* continuamente (seja ela material e/ou mental), assim como, ao mesmo tempo, *condicionante* dinâmica das manifestações humanas. A paisagem justifica assim sua importância teórica, ao possibilitar a apreensão das relações do homem com seu meio, e mais que isso, apresentando um número formidável de perspectivas destas relações proporcional ao contexto cultural em que se insere. Neste contexto cabe ter em consideração toda a carga cultural acumulada individualmente e em grupo – analogamente ao que Berque (2006) se refere como “cosmovisão” – ao perceber ou mesmo vislumbrar uma paisagem, especialmente seu efeito e consequências associados àquelas disciplinas que se dedicam ao estudo e à intervenção sobre a paisagem.

Nogué nota que somos constantemente atingidos por imagens de paisagens, fato tão comum atualmente que chega a condicionar nossa percepção: “A apreciação estética da paisagem é um fato cultural no qual o que se sabe (a informação visual sobre a paisagem) condiciona e questiona o que experimenta (a própria vivência da paisagem)” (NOGUÉ, 2008, p.12, grifo original do autor). Agora a concepção de paisagem passa por uma percepção que transcende sua forma, deve ser entendida ao mesmo tempo como metáfora e considerando seu complexo simbolismo.

A paisagem, desta forma, entrelaça definitivamente natureza e cultura, pois carrega uma dimensão derivada da experiência estética, por um lado, e por outro uma dimensão ética, relativa ao uso prático da natureza. Nogueé (2008, p.20-21) também defende que por ser um ponto de encontro entre estas duas dimensões, uma paisagem criada através de critérios que comprovem equilíbrio entre natureza e interesse humano é capaz de influenciar a consciência moral a respeito, catalisando e multiplicando atitudes de uma relação adequada entre natureza e sociedade humana.

Por isso é muito difícil falar de uma *prática da paisagem* exclusiva ou apartada por disciplinas. Primeiramente porque – retomando a história do conceito –, a corrente que deu a base científica moderna para o desenvolvimento de tais disciplinas da paisagem⁸² a entendia como uma espécie de elo entre o mundo físico e o mundo sensível, aspecto que permanece comum ao *corpus* teórico utilizado até hoje. Por outro lado, e esta é uma postura mais recente (e de certa forma ainda marginal em termos práticos), se constata que como a *ação* é intrínseca à paisagem, e essa por sua vez existe entre a *percepção* e a *representação*, aquela ação sobre a paisagem nunca é isenta de carga simbólica, seja individual e/ou social.

Constata-se, porém, que há uma convergência de três vertentes nos estudos da paisagem, e que estas buscam extrapolar os limites da visão moderna sobre o tema. Adriana Serrão também enfatiza tal centralidade de abordagens da paisagem: “a **ontologia**, na determinação da essência e das qualidades intrínsecas da paisagem; a **estética**, quando atende aos diferentes modos de apreciação e valoração; e a **ética**, ao tomar posição sobre o sentido, as possibilidades e os limites do agir humano” (SERRÃO, 2011, p.10, grifo nosso).

De acordo com Besse, o “*paisagista*” se situa em uma lógica de ação sobre o mundo que considera seu contexto – ou que deveria – a partir das três direções essenciais anteriormente citadas, onde “cada vez mais contribuem para modificar os questionamentos sobre a cidade, sobre sua identidade e seu devir” (2006, p.166-167).

⁸² Cfr. López Silvestre (2009, p.6-15) e Berque (2006, p.204) referenciados anteriormente no Capítulo I, p.11, a *Naturphilosophie*, corrente de pensamento de origem germânica iniciado no final do século XVIII, influenciará definitivamente o desenvolvimento filosófico e científico da *paisagem*.

Aqui as diferentes disciplinas de projeto e/ ou desenho – arquitetura, paisagismo, urbanismo, planejamento urbano, etc. –, são mediadoras da paisagem no sentido de que todas têm em comum a lógica de ação física sobre ela, além da reflexão que deve acompanhar este procedimento. Mesmo com matizes distinguíveis a ponto de seguirem caminhos independentes acadêmica e profissionalmente, estas disciplinas compartilham muitos conceitos e podem funcionar conjuntamente na prática, ainda que sejam regidas por prioridades hierarquicamente diferentes.

Uma perspectiva interessante no sentido de explicar e justificar a vinculação das disciplinas supracitadas com a paisagem é apresentada por Miguel Aguiló. Em “*El paisaje desde la acción*”, ele propõe analisar dialeticamente a paisagem de uma posição oposta, isto é, como se comporta a “ação” frente ao “pensamento ou a reflexão”. De fato em uma primeira aproximação *ação* e *pensamento* são atitudes que se comportam como dois polos extremos na maneira de afrontar o conhecimento da paisagem, mas, conforme o autor, “em seguida se aprecia que o pensamento reflete desde o já atuado, e que a ação se realiza desde o pensamento e nunca é neutra” (AGUILÓ, 2006, p.209).

Um ponto importante de sua análise reside na constatação de que parece que pensar sobre a ação é menos trabalhoso, exige menos comprometimento que a própria ação. Além disso, constata que atualmente um reflexo do pensamento é que este apresenta uma postura que vai contra a ação sobre a paisagem, e isso é um equívoco que se baseia em duas questões superficialmente analisadas: O primeiro é fundamentado no impacto da atuação humana sobre uma suposta *paisagem natural*⁸³, o segundo se refere à perda de paisagens consideradas de certo “*valor paisagístico*”, também questionável na visão do autor:

Prescindindo agora das dificuldades de tal valoração, e no que se refere a esta discussão entre pensamento e ação, parece claro que a ação tende a concentrar-se nos sítios mais

⁸³ Aguiló afirma a inexistência de *paisagem natural* ao destacar a *raiz cultural* de todas as paisagens: “*Esta simples constatação tem valor somado de destacar a raiz cultural de toda paisagem. De fato, pode afirmar-se sem excessivas precauções que a paisagem natural simplesmente não existe e que qualquer paisagem é, necessariamente, cultural em tanto que pelo menos foi conhecida, catalogada, estudada, protegida ou reformada para sua conservação*” (AGUILÓ, 2006, p.213, tradução nossa).

valiosos, de acordo com uma impecável lógica mercantilista. (AGUILÓ, 2006, p.211).

Neste ponto, o autor faz referência a uma terceira perspectiva remetendo ao pensamento heideggeriano de “*construir é habitar*”⁸⁴, que comporta uma interpretação ontológica de atuação sobre a paisagem (o mundo, em última instância). Sua conclusão é que o direito de atuar sobre a paisagem tem limites como qualquer outro direito, e por isso deve ser atingido a partir da relação com os outros direitos dos demais, assim como sua manutenção futura. A esta síntese, o autor classifica como “ação reflexiva”.

Esta aproximação da ação à reflexão, por via de sua limitação consciente, obriga a incorporar à discussão as possibilidades ou capacidades do mundo para seguir absorvendo o imparável crescimento da humanidade. Evitando a generalização desta questão, para não se afastar excessivamente da paisagem, a discussão deveria incorporar o contraste dos três critérios clássicos de **eficiência**, **equidade** e **sustentabilidade**. (AGUILÓ, 2006, p.212, grifos e).

Voltando sua atenção sobre as relações entre homem e meio, Aguiló destaca a intrínseca atitude ativa do homem como característica fundamental para a construção e o entendimento do conceito de paisagem. Sem retomar as diversas posições históricas que se debruçam sobre o conceito, pode-se dizer que há duas características fundamentais que acompanham este tema. Primeiramente há um momento perceptivo formador da ideia de paisagem: “frente à ideia de país, como realidade compreensível de tudo o que se apresenta no território [...] a paisagem surge como resultado da consideração desde fora desta realidade” (AGUILÓ, 2006, p.213). Porém há um segundo momento que é maior em termos temporais e que compila a ação do homem sobre seu mundo, com isso “a paisagem funciona com um *arquivo histórico* da ação do homem e, para sua interpretação, se desenvolveu toda uma disciplina [...]” (AGUILÓ, 2006, p.213). Neste sentido, a paisagem se distingue do território – região ou país de onde deriva etimológica e conceitualmente – por ser uma visualização desta realidade concreta, sendo a expressão sensível das

⁸⁴ O autor faz referência ao pronunciamento de *Martin Heidegger* “*Bauen, Wohnen, Denken*” (Construir, Habitar, Pensar) em 1951 em conferência na “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Este texto está disponível em português por tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback em: http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf.

relações entre homem e meio “como resultado sensorial compreensivo de toda a atividade sensorial do homem frente a um meio que contem o sedimento de sua cultura” (AGUILÓ, 2006, p.214).

[...] a paisagem tem um valor operativo fundamental que a vincula decididamente com a ação. Utiliza-se para orientar-se, para reconhecer o mundo e situar-se nele. Integra a atividade sensorial, que guia e determina o modo de atuar do homem em seu entorno, com suas atuações anteriores. É, portanto, um trâmite real, concreto, necessário e objetivo, que liga o homem a seu próprio mundo: representa a mediação vital entre homem e ambiente. (AGUILÓ, 2006, p.214).

Desta maneira a vinculação entre *paisagem e ação* é a mesma que vincula *homem e ambiente*; a conclusão que se adianta é que a “ação” é um valor associado à paisagem, pois não existe paisagem sem ação. Disto depreende-se que o acúmulo das ações do homem na paisagem é a base do interesse sobre ela, como afirma Aguiló (2006, p.232). Esta constatação possibilita sustentar uma *teoria da paisagem* que contemple o real, o objetivo, a ação/intervenção, associada por princípio à arquitetura e ao planejamento do território desde um ponto de vista teórico, ou como preferiria Aguiló, “reflexivo”, como tentamos demonstrar a seguir.

3.2 UMA “OUTRA” ENTRADA À PAISAGEM

Como lembram Varela e Navarro (2008), a *paisagem* ingressa em uma nova etapa de apreciação sob contexto pós-moderno em meados do século XX, dando espaço a uma concepção de paisagem como *sistema*, ou seja, considerando a relação dialética entre habitante e lugar. Assume-se o homem como ator fundamental além de elemento biológico ou subjetivamente relacionado e integrado à paisagem, que por sua vez deixa de ser entendida como realidade física e objetiva para ser concebida como “construção social” (VARELA; NAVARRO, 2008).

Apesar da tentativa de Besse em determinar as cinco abordagens (“portas”) mais recorrentes nos estudos contemporâneos da paisagem, o próprio autor

adverte sobre os frequentes entrelaçamentos entre os diferentes enfoques e observa o grande avanço que aportam o conceito. Segundo ele:

Trabalhar hoje a questão da paisagem desde um ponto de vista teórico pressupõe que se aceite abordar, ao menos provisionalmente, a justaposição e a superposição mal ordenada desses diferentes discursos e pontos de vista sobre a paisagem. (BESSE, 2006, p.146).

Portanto, a diferenciação de entradas à paisagem fica relativizada se confrontada com a já significativa produção gerada no contexto híbrido ao qual Besse faz menção. Os avanços na produção crítica e na gestão da paisagem já confirmam a coexistência de abordagens mistas, superando limitações disciplinares e possibilitando novas tomadas de posição a partir de experimentos transversais com origem em distintas áreas (arte, arquitetura, biologia, geografia, etc.), tanto em âmbitos institucionais de governo quando acadêmicos e profissionais.

Provavelmente a perspectiva mais cultivada atualmente – pelo menos em termos conceituais, já que a prática, mesmo com resultados significativos, apresenta dificuldades acentuadas – seja aquela que busca integrar a *percepção* e a *representação* da paisagem através do envolvimento direto daqueles que a habitam, integrada ao contexto administrativo do território.

3.2.1 A FUNÇÃO SOCIAL NO ENTENDIMENTO DA PAISAGEM

Joan Nogué, professor de Geografia Humana na Universidade de Girona e Diretor do Observatório da Paisagem da Catalunha (ambos na Espanha) desde sua fundação em 2005, reúne uma série de ensaios sobre o papel que as sociedades vêm assumindo nos debates e na gestão do território, sobretudo através do conceito de paisagem. A obra “*La construcción social del paisaje*” (2007)⁸⁵ analisa a primazia dada à visão na cultura ocidental, traço característico da modernidade e do racionalismo que determinam a forma de ver e entender a paisagem que ainda é hegemônica, e que, por sua vez, a

⁸⁵ NOGUÉ, Joan (ed.). *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2007.

caracteriza como uma “construção social” (NOGUÉ, 2007, p.17-18). O argumento comum que pode ser destacado é a *visibilidade*; neste caso “visibilidade” conceitualmente desdobrada a partir de suas múltiplas faces, ou seja, a “visibilidade perceptiva” como define um dos autores. De fato pode-se falar melhor de *invisibilidade*, a negação de paisagens que fogem das arquetípicas e que podem manifestar-se de maneiras ainda pouco ou não compreendidas.

Segundo Nogué, as formas de *olhar* a paisagem são “múltiplas, simultâneas e diferentes”, sendo até mesmo, muitas vezes, contraditórias. As paisagens são, deste modo, construídas socialmente a partir de relações de poder (em sentido amplo – gênero, classe, etnia, etc.). Este processo, a forma de “olhar” a paisagem é “extremamente complexa e nela interatuam muitas identidades sociais diversas, e não só isso, mas também influem fatores tais como a estética dominante em um momento e lugar determinados” (NOGUÉ, 2007, p. 12).

A obra se desenvolve, assim, entendendo a paisagem como um “olhar”, uma “maneira de ver” e de interpretar, e justamente por isso assume que os olhares não costumam ser gratuitos, são construídos e respondem a uma determinada forma de apropriação do espaço:

Os olhares sobre a paisagem – e a própria paisagem – refletem uma determinada forma de organizar e experimentar o território. Assim, a paisagem contribui a naturalizar e normalizar as relações sociais e a ordem territorial estabelecida. (NOGUÉ, 2007, p. 12).

Sendo a paisagem um conceito definido a partir de suas conotações culturais, pode ser interpretado como um código dinâmico de símbolos; estes símbolos podem nos dizer coisas sobre o passado, sobre o presente e até mesmo sobre o futuro, pois sua legibilidade semiótica estará sempre vinculada à cultura que os produziu e produz. Esta cultura, por sua vez, entendida como um sistema de significações conduzidas por mediadores e representações, possibilita à paisagem um papel fundamental na medida em que a objetiva e a naturaliza: “a paisagem não somente reflete a cultura, como é parte de sua constituição. E por isso mesmo – e sobretudo – um produto social”. (NOGUÉ, 2007, p.21, grifo original do autor).

Pomar (2010) entende que o território tem um caráter patrimonial e deve ser avaliado a partir de seus diferentes “bens”: vegetal e mineral, social, produtivo, etc. Da mesma forma, destaca que o método tradicional de descrição e identificação da paisagem é um primeiro passo imprescindível, mas ressalta a necessidade da “valoração”⁸⁶ dos bens contidos no território, assim como o uso de indicadores para estudos da paisagem, sobretudo porque direciona políticas de atuação: “urbanísticas e meio-ambientais preferentemente, mas também culturais, pela estreita relação de muitas paisagens com o patrimônio cultural” (POMAR, 2010, p.76).

O autor avalia os avanços mais recentes no estudo da paisagem por parte do Convênio Europeu da Paisagem, onde o conceito assume uma destacada dimensão social, pois é entendido como componente fundamental de bem-estar, o que justifica plenamente a necessidade do envolvimento direto da sociedade para sua gestão: “O reconhecimento da paisagem como elemento importante de qualidade de vida leva implícita a ideia de sua participação nos processos de ordenação do território e a necessidade de seu estudo e valoração” (POMAR, 2010, p.79).

Neste contexto, a valoração da paisagem pode ser abordada a partir de duas perspectivas distintas (mesmo que funcionem de maneira complementar), a saber, científica e social⁸⁷. A primeira será tarefa de especialistas no tema, seja em sua abordagem global ou a partir de disciplinas parciais, geralmente mediante sistemas indiretos, por meio de diferentes fatores e/ ou indicadores; a segunda é realizada pela população comum envolvida, normalmente por meio

⁸⁶ Toma-se a tradução direta do castelhano “valorar” relativamente inusual no português, e esclarecemos dois termos bastante associados, mas que apresentam diferenças significativas neste contexto: **va-lo-rar** - *verbo transitivo*: 1. Emitir juízo de valor acerca de. 2. Apreciar, estimar; ponderar. ("**valorar**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/valorar> [consultado em 04-12-2014]); **va-lo-ri-zar** - *verbo transitivo*: Dar valor ou valores a; aumentar o valor ou o préstimo de. ("**valorizar**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/valorizar> [consultado em 04-12-2014]); **a-va-li-ar** - *verbo transitivo*: 1. Determinar o valor de. 2. Compreender. 3. Apreciar, prezar. *verbo pronominal*: 4. Reputar-se. 5. Conhecer o seu valor. ("**avaliar**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/avaliar> [consultado em 04-12-2014]).

⁸⁷ O termo “social” não denota uma oposição à perspectiva “científica”, visto que também se apoia em parâmetros desenvolvidos e testados cientificamente, apenas diferencia a competência técnica dos especialistas no tema com o entendimento comum em relação à paisagem, compartilhada entre “percepção” e “representação social” no contexto apresentado à sequência. Por isso preferiu-se substituir os termos, como explicado no Capítulo 6.

de questionários e entrevistas, vinculada a sistemas valorativos diretos, onde a “percepção” e as “representações sociais” se apresentam como principais parâmetros (LUGINBÜHL, 2008; 2009; POMAR, 2010). Luginbühl ainda explica que para materializar este tipo de valoração os questionários devem ser estratificados por universos de populações suficientemente representativos. Ao mesmo tempo é importante detectar opiniões de pessoas que não sejam habitantes, mas que sejam *usuários* deste território. Da mesma forma, é conveniente realizar entrevistas com maior nível de detalhe com *atores* representativos do território estudado. “Não se trata somente de conhecer a valoração estética, mas também detectar os indicadores sociais da paisagem mais destacados” (LUNIGIBÜHL, 2009, p. 56 e seq.).

Pomar ressalta que a diferença essencial entre a valoração social e científica reside na percepção estética subjetiva, no caso social, e pretensamente objetivável, no caso da científica. Para isso o autor argumenta que o objetivo não deve ser determinar que paisagem agrada mais ou menos, sendo que tal valoração não leva em conta as preferências estéticas dos técnicos que integram as equipes de trabalho, e sim determinar que paisagem, “em função de alguns critérios predeterminados, sistematizados e objetivos, obtém mais ou menos valoração” (POMAR, 2010, p.82).

O autor estabelece as diferenças entre as valorações científica e social, sustentando que é necessário um “adestramento” para olhar a paisagem do ponto de vista técnico, e marca que muitos somente conseguem (ou se restringem a) expressar sua relação com a paisagem a partir de um vago “gosto” ou “não gosto”. Pomar utiliza os termos “paisagem objeto” e “paisagem imagem” para demonstrar os diferentes pontos de vista envolvidos no duplo processo de valoração. Neste contexto, explica que a “paisagem objeto” não é facilmente entendida pela população em geral, e que o artifício de comparação de paisagens pode apresentar valorações contrárias num estudo científico. Tendo em conta tudo isto, este autor também sugere a complementaridade entre as duas posições, sustentando que não se opõem:

Não há porque contrapor ambas as valorações, mas por de manifesto suas diferenças, objetivos e aplicações. O ideal é, na medida do possível, integrá-las, já que ambas representam duas das vertentes fundamentais dos estudos paisagísticos.

Neste sentido, convém recordar que a paisagem é o que é (paisagem objeto), e o conjunto de caracteres que a constituem não varia em função de quem os olhe, mas cada pessoa a percebe de uma maneira particular (paisagem imagem), distinta, subjetiva, condicionada culturalmente, de maneira que uma mesma paisagem recebe uma pluralidade de olhares. (POMAR, 2010, p.82, grifos originais do autor).

3.2.2 PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PAISAGEM E AS PAISAGENS ORDINÁRIAS

Luginbühl explica que o interesse da comunidade científica pelas representações sociais da paisagem ou por sua percepção só acontece na década de 1960⁸⁸, por consequência de conflitos entre os grupos sociais em reação a resoluções institucionais que modificavam substancialmente a paisagem. Os pesquisadores perceberam que os diversos atores sociais, mais que atores políticos ou institucionais e mesmo técnicos, motivam e justificam suas posições sobre a paisagem apelando a percepções ou representações. Luginbühl afirma, neste contexto, que se torna impossível entender o que acontece entre atores opostos “sem analisar as formas com que estes atores se representam ou percebem a paisagem” (LUGINBÜHL, 2008, p. 143).

Luginbühl sustenta a importância da utilização destas categorias nas práticas territoriais, ilustrando como se formam e como participam na conformação das paisagens. Ele demonstra como “representações”, “percepções” e “práticas sociais” são categorias científicas fundamentais que formam parte das ciências sociais e vêm sendo utilizadas atualmente em disciplinas, a princípio inusitadas, como podem ser a ecologia ou administração. Os estudos de

⁸⁸ Na História Cultural, que também tem como um de seus objetos de estudo a paisagem, a incorporação das representações pelos historiadores é atribuída, segundo Sandra Pesavento (2005), às formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, elaboradas no início do século XX. Ambos estudaram, nos chamados povos primitivos atuais, as formas integradoras da vida social construídas para manter a coesão dos grupos, e identificaram que essa coesão surgia através de representações em forma de normas, instituições, discursos, imagens e ritos, que ajudavam o grupo a dar sentido à vida e a dar explicações sobre o mundo. “Os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade” (PESAVENTO et al., 2008, p. 13).

paisagem, por sua parte, só recentemente se apropriou destas categorias, podendo-se destacar iniciativas na França e na Espanha na década de 1980⁸⁹.

A despeito de tais exemplos, os avanços metodológicos permaneceram restritos por longo período até que formasse parte de uma linguagem comum entre investigadores desta área. Deste modo, o autor critica as formas tradicionais de consulta que supõem captar a complexidade deste processo a partir de preferências estéticas (LUGINBÜHL, 2008, p. 144 e seq.).

A categoria de percepção vem sendo utilizada com ênfase no mundo anglo-saxão, especialmente nos Estados Unidos e Canadá, mas também tem reflexos significativos na Europa por causa do Convênio Europeu da Paisagem, que define “Paisagem designa uma parte do território tal como a **percebem** as populações [...]”⁹⁰ (C.E.P., 2008/ 2000).

Luginbühl distingue as categorias:

A percepção se refere ao processo pelo qual um indivíduo <<percebe>> a paisagem, ou seja, capta a paisagem; processo que se considera aqui sobretudo como um processo neurossensorial e psicológico e ligado ao funcionamento do cérebro enfrentando a visão de uma paisagem. A percepção, neste caso, se centra no indivíduo e está muito pouco ligada aos efeitos das relações sociais no processo de interpretação de uma paisagem por um indivíduo. (LUGINBÜHL, 2008, p. 146, grifo original do autor).

Enquanto que:

A categoria <<representações sociais>> é muito diferente. Se refere mais ao grupo social que ao indivíduo, sem por isso desatendê-lo; mas segue sendo um indivíduo que pertence a um grupo social. Quando nos referimos às representações sociais da paisagem, devemos pensar *no que representa* a paisagem para um grupo social. As representações sociais remetem a uma construção simbólica coletiva do objeto

⁸⁹ Augustin Berque (1998), em seu artigo “Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural”, escrito em 1984, destaca o inventário das representações como um dos procedimentos chave no estudo da paisagem. Para o autor, em síntese, estudar a paisagem a partir das representações é fazer as seguintes perguntas: como tal paisagem é percebida? Como tal sociedade evoca e idealiza sua relação com a natureza (pintura da paisagem, literatura, jardins, etc.)?

⁹⁰ Tradução do *Instrumento de Ratificação do Convênio Europeu da Paisagem (nº 176 do Conselho da Europa), feito em Florença em 20 de outubro de 2000*, BOE núm. 31 de 5 de fevereiro de 2008, consultado em novembro de 2012, disponível em: <http://hombreyterritorio.org/archivos/legislacion/4-espacios-prottegidos/ConvencionEuropeadelPaisaje.pdf>

paisagem. Agora bem, esta construção está profundamente marcada pelas relações sociais, seja entre indivíduos, seja entre grupos sociais. (LUGINBÜHL, 2008, p. 146, grifo original do autor).

Em se tratando de representações, fica entendido que os indivíduos representam a paisagem não somente com analogias à sua própria experiência – outras paisagens e territórios vividos e visitados – mas também interferem as relações que mantêm com outros grupos e/ ou com relação às pessoas que convivem cotidianamente. Assim, a maneira como os indivíduos representam a paisagem está entrelaçada ao que pensam os demais, ou seja, “a construção simbólica da paisagem passa por essa confrontação com as construções simbólicas de outros atores” (LUGINBÜHL, 2008, p.147).

Luginbühl considera que as representações sociais da paisagem se organizam em três diferentes níveis de “apropriação ou de construção da cultura”⁹¹. O primeiro nível de “cultura” se organiza em torno a “modelos paisageiros”⁹², ou seja, referências simbólicas elaboradas durante a história das relações sociais com a natureza e permite enquadrar a paisagem em uma categoria estética.

Assim, a cultura paisageira do indivíduo se alimenta, por um lado, do que <<aprende>> ou <<retém>> do conhecimento acadêmico, através dos meios de comunicação que servem de veículo ou constroem imagens ou representações de paisagem: a pintura, a literatura, o cinema, a publicidade, a televisão, a fotografia, etc., incluída a ciência. (LUGINBÜHL, 2008, p. 148, grifo original do autor).

O segundo nível de “cultura” é construído a partir da vivência com o lugar onde se permanece, e se constrói pela relação do indivíduo com a natureza pela experiência (observação, tato, olfato, paladar, audição), e também pela memória social. “É a cultura do lugar de vida.” Ainda que não seja dependente de modelos, está igualmente ligada às relações sociais locais na medida em que é através delas que a sociedade constrói coletivamente essa cultura, por meio de interações e/ ou conflitos internos (LUGINBÜHL, 2008, p.148).

⁹¹ Toma-se aqui o termo <<cultura>> como “o conjunto de conhecimentos dos quais se apropria o indivíduo ou os que elabora em sua experiência vital e em sua confrontação com a materialidade natural” (LUGINBÜHL, 2008, p.147).

⁹² Na tradução preferiu-se manter a expressão utilizada pelo autor para definir imagens arquetípicas de paisagens ainda que “paisageira”, neste caso, entre em franca contradição com as proposições utilizadas por Augustin Berque anteriormente expostas. O termo “paisageiro”, para Berque, vincula uma associação cosmológica com o mundo, uma maneira pessoal de experienciar uma paisagem.

Finalmente, o terceiro nível das representações é individual. É formado por meio da experiência paisageira pessoal, onde contam “[...] as paisagens que tenha conhecido, as que tenha memorizado e que pode ligar com acontecimentos da sua vida que tenham contribuído para qualificá-los, a dar-lhes valor” (LUGINBÜHL, 2008, p.149).

Segundo o autor, a existência desta escala permite compreender as contradições próprias às representações sociais em um mesmo indivíduo, pois, funcionam concomitantemente e às vezes podem gerar contradições, já que o indivíduo “extraí de cada nível de cultura os elementos que se relacionam com a paisagem considerada” (LUGINBÜHL, 2008, p.149).

Neste contexto, há que se entender a importância da construção histórica dos “modelos paisageiros”. Estes modelos estão associados, segundo Luginbühl, ao panorama econômico e social no qual foram criados e irão se impor como modelos estéticos a partir de sua associação estética, ainda que sua origem seja primariamente territorial, política e jurídica.

O bucólico e o pastoril constituíram os dois primeiros modelos paisageiros da Europa posto que a economia se fundava essencialmente na agricultura. Mais tarde, no século XVIII, com motivo do desenvolvimento industrial, se inventarão outros modelos paisageiros, o sublime e o pitoresco [...]. Sem embargo, os modelos anteriores não desaparecem. (LUGINBÜHL, 2008, p.159).

Aplicando e analisando uma grande quantidade de entrevistas desde a década de 1980⁹³, o autor observa que hoje “a paisagem se massificou” dado que praticamente todos os indivíduos viajam e registram paisagens, além de compartilhar todo este material com pessoas próximas, no qual adicionamos a facilidade de acessar essa quantidade de material produzido mesmo sem relações pessoais (Luginbühl, 2008, p.161). Mesmo assim, explica, a paisagem ainda assume o sentido com o qual aparece no século XV, ou seja, é sempre bela, ao menos inicialmente. No decorrer do processo de entrevista, onde as perguntas acabam impelindo um raciocínio mais aprofundado, os modelos acabam questionados:

⁹³ O autor registra como corpus de análise as 1.200 entrevistas não dirigidas aplicadas na França, Espanha, Europa central e países do norte europeu. (N.A.).

Mas à medida que se desenvolve a reflexão e se trazem referências a paisagens reais, esta dimensão utópica se enfrenta ao real e as paisagens perdem às vezes sua beleza; se convertem em paisagens da vida cotidiana ou das viagens, vistas aqui e acolá e fazendo-se questionáveis. (LUGINBÜHL, 2008, p. 161-162).

Luginbühl observa uma recorrência muito significativa em relação às respostas, repetindo padrões que ajudam a entender esta paisagem e embasar políticas próprias; cita um caso típico em seus estudos, onde a paisagem aparece associada à “beleza ou fealdade” e à “liberdade ou coação”, cada um destes elementos com seus próprios significados através de “percepções” individuais, mas que comprovam a correlação de uma construção compartilhada na medida em que “representam” coletivamente uma atitude frente à paisagem. Fica evidenciada a complexidade e a importância destas categorias para o estudo da paisagem ao remeterem às três dimensões – estética, social e ecológica – a partir do entrelaçamento simultâneo dos três “níveis de cultura” (LUGINBÜHL, 2008, p.163).

Recorrendo ao caso das sociedades vitícolas de *La Côte* na Borgonha, França, o autor ilustra um exemplo do que chamou de “um processo de elaboração de uma cultura paisageira por parte de uma sociedade local” (LUGINBÜHL, 2008, p.166 e seq.), e apela pelo reconhecimento de paisagens que estão à margem dos cânones. Segundo ele, este é um testemunho da capacidade de sociedades locais de revestir simbólica e esteticamente um lugar transformando-o em paisagem sem recorrer à elaboração de modelos historicamente desenvolvidos.

[...] são testemunhos de idênticos processos de elaboração estética popular em lugares a priori não reconhecidos como paisagens segundo a estética canônica: campos, matagais, terrenos, por exemplo, ou simplesmente, *lugares da vida cotidiana*. Esta escala local das representações sociais da paisagem aporta uma nova luz ao complexo âmbito da paisagem e permite justificar a extensão da ação da paisagem a todas as paisagens, sejam quais sejam [...]. (LUGINBÜHL, 2008, p. 176, grifo e).

Segundo Luginbühl, a diferenciação de níveis das representações sociais da paisagem “rompe com a oposição natureza/ cultura, que tem sido um dos fundamentos das investigações sobre as relações com a natureza”. Existem

culturas que foram forjadas segundo um processo cognitivo empírico de aprendizagem a partir de sua relação (produtiva e/ou contemplativa) com a natureza, “e, precisamente, uma das falhas do ordenamento das paisagens reside em esquecer-las ou, talvez, inclusive em ignorá-las” (LUGINBÜHL, 2008, p.177).

Finalmente, a utilização destas categorias se mostra ainda mais fundamental na medida em que integra o campo da ação política das paisagens cotidianas, no que convergem diretamente com as hipóteses apresentadas para esta investigação.

As paisagens do cotidiano são, efetivamente, aquelas para as quais é mais necessária a ação política, porque foram desatendidas, sendo, sem embargo, as que pratica a grande maioria da população do mundo. (LUGINBÜHL, 2008, p. 177).

Esta posição passa a ser fundamental no desenvolvimento desta tese, pois expressa o entendimento da paisagem como patrimônio e seu papel nas sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, é a vinculação mais direta com a postura de planejamento pretendida pela tese. Mais ainda, a síntese apresentada por Luginbühl explicita de forma clara a importância das paisagens cotidianas, ou ordinárias (conforme explicações anteriores), que emergem como questão essencial a partir do estudo de caso apresentado no Capítulo 6 da tese.

Donald W. Meinig (1979) explica a importância e a necessidade de focar este tipo de paisagem na introdução de um livro “*The Interpretation of Ordinary Landscapes*”, de 1979, que funda academicamente a preocupação pelo tema tornando-se seminal para seu aproveitamento e desenvolvimento em distintas áreas, especialmente na arquitetura e urbanismo:

Especificamos paisagens comuns para indicar nosso interesse principal na superfície contínua que podemos ver ao nosso redor. Não podemos, é claro, estudar tudo, mas podemos tentar ver todos estes elementos estudados em contexto, como sendo partes de um conjunto que está em criação e alteração contínua que forma os processos inconscientes da vida diária como forma de projetar a paisagem. Na medida em que nos concentramos em determinadas paisagens, estamos lidando principalmente com a cultura vernacular. Neste sentido, o estudo da paisagem é um acompanhamento dessa forma de

história social que procura compreender a rotina das vidas das pessoas comuns. E, de fato, a relação com a história social é ainda mais próxima apesar de começar com o "presente palpável", com o que podemos ver, que a interpretação vai exigir mais do que pode ser visto em um simples olhar e uma preocupação para além dos objetos palpáveis em si mesmos. O significado do comum raramente é óbvio. (MEINING, 1979, p.6).

Aqui se pode notar uma contradição interessante para a manutenção desta tese: a vertente de estudos que consolida a expressão "paisagem cultural" a partir da década de 1970, ao considerar todas as paisagens como simbólicas e portadoras de expressões culturais, dedicando obras integralmente ao entendimento das paisagens comuns, afasta-se da mais recente acepção que transforma "paisagens culturais" em porções especiais da superfície terrestre.

Um dos textos da obra anteriormente citada é especialmente indicado para tratar do fato de que o comum não é fácil de ser entendido: Pierce F. Lewis publica "*Axioms of the landscape*"⁹⁴ por considerar que a maioria das pessoas (*americanos*) sequer nota a possibilidade de "ler" as paisagens. No texto indicado o autor expõe que, embora relacionada com beleza a paisagem engloba tudo, pode ser relacionada à tudo o que se vê, ressaltando que toda paisagem tem significado cultural, não importando quão comum a paisagem possa ser. Pierce relaciona as paisagens a uma biografia involuntária que reflete gostos, valores, aspirações e mesmo medos em formas tangíveis. Ainda que faça analogias de leitura à de um livro, Meining previne que ler paisagens não é uma tarefa fácil porque as paisagens comuns parecem confusas e desorganizadas, não denotando serem lidas (LEWIS, 1976; 1979, p.12).

Ponderando que, em geral, necessita-se de ajuda para ler as paisagens, sobretudo aquelas mais cotidianas, Lewis distende os axiomas⁹⁵, sete ao total,

⁹⁴ LEWIS, Pierce F. Axioms for Reading the Landscape. Some Guides to the American Scene em: *The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*, Donald W. Meining (ed.). Oxford University Press: New York, 1979. *Axioms of the Landscape*, foi originalmente escrita para Teaching the Landscape. Journal of Architectural Education (vol. 30, September 1976, p. 6-9).

⁹⁵ Mesmo que assuma ter subvertido o termo "axioma", ou seja, uma verdade que não precisa ser demonstrada porque é evidente, Lewis compila o que explica como ideias para leitura da paisagem, derivadas da sua experiência como docente por entender os postulados somente passam a ser óbvios após serem conhecidos. Lewis também esclarece que fala das paisagens americanas por ser um cidadão estadunidense e vivenciar tais paisagens, indicando que os mesmos preceitos podem ser aplicados em países distintos, e que os cidadãos de cada lugar saberiam fazer as devidas contextualizações.

como caminhos para interpretar as paisagens – cotidianas – americanas. O primeiro deles refere-se à *paisagem como pista da cultura*, estabelecendo a relação básica de interdependência entre os dois conceitos:

A paisagem feita pelo homem – todas as coisas comuns que os seres humanos têm criado e colocado sobre a terra – fornece fortes evidências do tipo de pessoas que são, foram, e estão em processo de se tornar. Em outras palavras, a cultura de qualquer nação está involuntariamente refletida em sua paisagem vernácula comum. (LEWIS, 1976; 1979, p.15).

Junto a este axioma Lewis desdobra uma série de consequências (corolários) sustentando que a paisagem não se altera sem que se altere a cultura, que está relacionada mais à cultura dos lugares que propriamente à sua geografia. Também defende que as paisagens mudam por imitação, ou seja, difusão de gosto, e que isto ocorre mais rapidamente entre centros urbanos e entre classes mais abastadas do que em zonas afastadas. É necessário entender a “raiz do gosto”, que diz muito sobre as paisagens, possibilitando predizê-las a partir do mapeamento de como ideias e gostos se difundem (LEWIS, 1976; 1979, p.15-18).

A segunda proposição remete à equivalência entre as paisagens desde a perspectiva do axioma anterior, ou seja, não há paisagem mais ou menos importante em se tratando de cultura: A cultura é tudo, uma unidade. Faz-se ressalvas em relação à elementos destoantes isolados (um edifício arquitetonicamente excêntrico num raio de muitos quilômetros, por exemplo). Por outro lado, se não são isolados podem dizer muito, independente do gosto pessoal de quem interpreta estes elementos/ paisagens. Por outro lado, o autor explica que não é por terem a mesma importância que as paisagens têm a mesma facilidade de entendimento (LEWIS, 1976; 1979, p.19).

O axioma das coisas comuns indica que as paisagens comuns são difíceis de serem estudadas a partir dos meios acadêmicos tradicionais, que geralmente se dedicam aos elementos extraordinários (utiliza o exemplo da arquitetura a partir de edifícios icônicos). Neste sentido, o autor salienta a necessidade do estudo das paisagens sem um preconceito moral ou estético. Indica, para esta exploração, leituras alternativas não acadêmicas como relatos de viajantes, revistas turísticas e propagandas (LEWIS, 1976; 1979, p.19-22).

Outra constatação de Lewis tem relação ao papel da história para a leitura das paisagens comuns. As paisagens são heranças do passado e construídas majoritariamente no passado, por isso deve-se conhecer o contexto cultural em que estas paisagens foram construídas, sobretudo em relação ao nível de tecnologia e comunicação que permitiram a paisagem de ser conformada (utiliza o exemplo de máquinas agrícolas). Associa à questão histórica com grandes acontecimentos (uma guerra, por exemplo) que são capazes de modificar definitivamente as paisagens (LEWIS, 1976; 1979, p.22-23).

O quinto axioma relaciona os elementos da paisagem a seus contextos, ou seja, avalia que tais elementos podem ter pouco significado se estudados isoladamente, como a arquitetura “menor” que adquire importância pela unidade que forma com as construções equivalentes. (LEWIS, 1976; 1979, p.24-25).

À sequência Lewis expõe sobre a relação entre paisagem e ambiente físico, o que pressupõe que para estudar as paisagens deve-se ter conhecimento básico sobre os elementos físicos que a conformam. Denuncia, neste contexto, a presunção tecnológica contemporânea que sobreleva aspectos ambientais na construção e transformação das paisagens, alertando que isso acarreta um custo (LEWIS, 1976; 1979, p.25-26).

O argumento do último axioma avalia que, ainda que todos os elementos que compõem as paisagens transmitam mensagens, não o fazem de forma óbvia; para isso algumas perguntas diretas podem direcionar sua leitura: O que parece? Como funciona? Quem fez? Por que? Quando? O que pode contar sobre o funcionamento da nossa sociedade? O autor insiste em interpretar as paisagens comuns desta forma mesmo que não apresentem verdades categóricas porque estas respostas não estão escritas em livros, e ainda que estivessem tampouco podem apresentar um retrato definitivo em se tratando de paisagem. De fato, as evidências visíveis que nos permitem ler a paisagem estão em todo lugar, ao nosso redor, e ainda que não possam dizer tudo sobre uma cultura, podem tranquilizar a alma, segundo o autor (LEWIS, 1976; 1979, p.26-27).

Outro capítulo deste mesmo livro que é muito esclarecedor na busca por entender as paisagens cotidianas e que acabou influenciando uma série de

estudos no tema chama “*Beholding Eye - Ten Versions of the Same Scene*”,⁹⁶ de D. W. Meinig. Meinig explica que duas pessoas não veem a mesma paisagem, mas sim os mesmos elementos que as caracterizam em termos de número, forma, dimensão, etc., e que as associações vão muito além (MEINING, 1979, p.33-34).

Para isso, o autor distende dez diferentes dimensões que a paisagem abrange, numa tentativa de compreender as distintas possibilidades de interpretação derivadas de seus arranjos. Apresenta, assim, a paisagem como *natureza*, como *habitat*, como *artefato*, como *sistema*, como *problema*, como *riqueza*, como *ideologia*, como *história*, como *lugar* e como *estética*. As explicações convergem em muito com aquelas apresentadas por Lewis acima descritas.

As categorias apresentadas por Meinig não são definitivas, ou seja, não necessariamente estão presentes em todas as paisagens, ou podem, pelo contrário, absorver novas. Da mesma forma, não têm necessariamente o mesmo peso equivalente e invariável para a análise das paisagens, sendo adaptáveis às particularidades de cada contexto estudado.

Dentre os autores pioneiros no estudo das paisagens comuns destaca-se o já citado John Brinckerhoff Jackson, cuja trajetória acadêmica consistente consolida o estudo do tema a partir da década de 1970. Sua produção e a revista que fundou e dirigiu por muitos anos, *Landscape*, influenciou e segue influenciando gerações de estudiosos no assunto paisagem, a contar pela disseminação e utilização constante de suas referências.

Ao direcionar seus estudos para as “paisagens vernaculares”, Jackson discerne a importância da megaestrutura ambiental criada e organizada pelo homem definida por ele como “paisagem pública”⁹⁷. As instalações e modificações no ambiente físico que as comunidades organizadas necessitam para funcionar, ou seja, a paisagem pública, apresenta quatro elementos essenciais que são as *fronteiras*, as *estradas*, os *lugares públicos* e os

⁹⁶ MEINING, D. W. **Beholding Eye. Ten Versions of the Same Scene** em: *The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*, Donald W. Meinig (ed.). Oxford University Press: New York, 1979. *The Beholding Eye* foi originalmente escrito para *Landscape Architecture* (vol. 66, January 1976, p. 47-54).

⁹⁷ Jackson anota que o mais correto seria referenciar como “paisagem política”, mas adverte que o termo está associado mais à política e políticos que à cidadania, e por isso elege a palavra “*pública*” como mais efetiva para discutir a questão.

monumentos. Ao sustentar que esta paisagem é invariavelmente resultado de um processo histórico, Jackson expõe os objetivos para os quais são (ou podem ser) criados e mantidos, e o valor de seu pleno entendimento tanto para a interpretação quanto para o projeto de paisagens:

Em algumas sociedades seu propósito primeiro é ajudar a manter seu estado fisicamente intacto. Em outros seu propósito é também o de assegurar certa qualidade de vida dos cidadãos – promover civilização. [...] a paisagem pública pode mudar e de fato muda, e é por isso que é de interesse para nós neste momento: devemos mudar a paisagem pública existente se queremos mais uma vez ter uma identidade política. (ZUBE, 1970, p.153-154).

Sem hierarquizar os elementos, Jackson elucida seus papéis em relação histórica e contemporânea. Aqui cabe notar que, mesmo decorridos muitos anos da publicação original deste texto, aborda temas com uma perspectiva admiravelmente atual.

Em se tratando de fronteiras, o primeiro componente desdobrado por Jackson, por exemplo, a possibilidade cada vez maior de um mundo globalizado permite, ao menos em teoria, unir pessoas e ideias, ainda que isto tenha consequências políticas. O autor lembra que a palavra “fronteira” significa “*aquilo que une*”, permitindo ao mesmo tempo condições de individualidade pessoal e coletiva em confronto a qualquer tipo de exploração. Jackson também nota que as gerações presentes compartilham esta convicção utilizando-a em suas vidas cotidianas (ZUBE, 1970, p.154-155). Se as fronteiras no passado tinham a função de assegurar autossuficiência, agora estão mais relacionadas à interdependência. Como tal, é um tema de aprofundamento para todo planejador (ambiental).

Outro elemento da paisagem pública que necessita reflexão, segundo o autor, é a estrada (ou rodovia). A estrada “se tornou o símbolo mais familiar de gregarismo informal” (ZUBE, 1970, p.155), por se tratar de uma instalação que conecta as paisagens públicas, permitindo a unidade. Discorrendo sobre a função histórica das estradas, Jackson elabora que a intenção primária era a de atingir uma unidade social antes de servir ao fim comercial. O autor insiste nesta distinção sustentando que uma estrada como facilidade econômica (ou turística) é pensada – locada e desenhada – conforme um tráfico

predeterminado. Ainda que absorva alguma utilidade pública, seu interesse deriva majoritariamente de seus construtores e principais usuários. Ressaltando que não há nada de errado com este tipo de estrada, é necessário perceber que a estrada como utilidade pública tem outro sentido: funciona como uma instituição social, como estímulo à unidade e como um direito de cada cidadão mesmo que não seja utilizada frequentemente, e apesar de não poder arcar com seus custos sozinho (ZUBE, 1970, p.155-156).

O terceiro componente fundamental da paisagem pública indicado por Jackson é o lugar de encontro público, cuja função deve ser sobremaneira importante para os planejadores. Estes espaços podem assumir distintas formas, algumas mais produtivas que outras. Ainda que as funções historicamente endereçadas aos espaços públicos sejam necessárias (parques infantis, parques, estacionamentos, etc.), para Jackson a função primordial para um lugar de ajuntamento coletivo em termos de paisagem pública é prover a consciência sobre uma identidade cidadã. O autor denuncia a indiferença para com esta questão política, além de salientar a necessidade de aumentar a quantidade dos lugares de encontro/ ajuntamento público em todas as comunidades (ZUBE, 1970, p.157-158).

A última propriedade da paisagem pública levantada por Jackson diz respeito aos monumentos, caracterizados normalmente como construções de caráter público, projetadas para manter presente a memória de uma pessoa ou evento. Recapitulando as formas que assumem, Jackson avalia que “estamos mais e mais inclinados a considerar como monumento um ambiente inteiro – um parque, um bosque de árvores, um auditório.” (ZUBE, 1970, p.158). Jackson avalia a tendência de transformar parques naturais (enquanto área distinta dos parques urbanos) em monumentos, indicando que estes parecem passar a absorver funções similares às dos antigos arcos triunfais ou cemitérios. Desta forma o autor faz um contraponto com o papel do lugar de encontro público que deve funcionar como uma lembrança do presente, e sustenta que o monumento, independente da forma que assuma, permanece com a função de lembrar o passado, como símbolo das origens de uma comunidade. Segundo Jackson a função dos monumentos transcende a questão recreativa, devendo comportar um caráter de lembrança e ter a qualidade de fazer pensar, o que

coloca tanta importância quanto dificuldade em seu projeto apropriado (ZUBE, 1970, p.159).

Além da possibilidade de leitura que a análise das quatro características da paisagem pública de Jackson instiga, a questão projetual é um ponto recorrente pelo qual o autor defende que o desenho inteligente destes elementos tem a capacidade de valorizar a existência pública.

Elas podem nos ajudar a identificar-nos como membros ativos da comunidade política e dar-nos forma permanente e criativa à nossa sociedade. A megaestrutura ambiental [...] fornece instalações para uma forma de vida civilizada; ela então promove a paisagem privada, o reino privado. Uma paisagem pública funcionando propriamente permite a paisagem privada de se especializar e de atingir individualidade. (ZUBE, 1970, p.159-160).

Mais além da questão estética, o autor defende que os aspectos permanentes da paisagem são aqueles que mais importam, tornando provável a assimilação da beleza inerente àquelas características simbólicas.

3.2.3 O PAPEL SOCIAL NA GESTÃO DA PAISAGEM

Muitos autores refletem sobre o interesse atual sobre a paisagem nos mais diversos âmbitos. Não deixa de ser uma situação paradoxal, conforme denuncia Mata Olmo (2006, p.18), que por um lado seja notável uma demanda social crescente por paisagens de qualidade, enquanto que, por outro, sejamos cúmplices da deterioração sem precedentes de conjuntos paisagísticos valiosos. Se até pouco tempo a visão e as iniciativas mais destacadas sobre o tema se davam associados à proteção da natureza, agora começam a aparecer de forma ampliada, num contexto de crescente participação cidadã em ações políticas pela paisagem, sendo englobadas cada vez mais no desenvolvimento de métodos aplicados à diferentes escalas.

A questão paisagística emerge com força coincidindo com um debate aberto sobre o governo do território, sobre seus aspectos técnicos e administrativos e mais sobre sua capacidade de formular projetos sustentáveis democraticamente assumidos. (MATA OLMO, 2006, p.18 e seq.).

A justificativa para tal fato, conforme o autor, é que o potencial maior da paisagem para o planejamento territorial não só contribui para a melhora de valores especificamente paisagísticos, “mas para implicar a população, através da relação vivida e sensível com o território que a experiência paisagística supõe, na tarefa de elaborar modelos territoriais democráticos” (MATA OLMO, 2006, p. 22).

Tarroja (2006, p.43 e seq), da mesma forma, destaca a mobilização social cada vez mais reiterada sobre as transformações da paisagem como um dos mais significativos motivos do renovado alcance do conceito. O autor também aposta em uma “nova cultura da gestão inteligente do território” para superar equívocos na “tradição estritamente física ou urbanística do território”. Para isso, é necessário:

[...] intervir sobre as duas complexas vertentes de onde surge o próprio conceito de paisagem: por uma parte, os processos sociais e econômicos que geram sua transformação (a lógica produtiva que origina as paisagens); e, por outra, a formação das valorações sociais e culturais da paisagem (mutantes no espaço e no tempo) como elemento de qualidade de vida e identidade. (TARROJA, 2006, p. 48 e seq., grifo original do autor).

Tarroja explana que a paisagem vincula o modelo de uso e ocupação física do território com o modelo de desenvolvimento social e econômico predominante no território. Partindo deste pressuposto, o planejamento do território deveria assumir que a paisagem “está viva e em contínua transformação, e que [...] todas as paisagens são culturais, ou seja, construídas pela sociedade, tanto no que se refere a suas formas como às suas valorações e percepções” (TARROJA, 2006, p. 47). Este ponto é crucial para o desenvolvimento da linha de raciocínio desta tese porque o autor sugere que “paisagens hoje pouco valoradas e valorizadas podem ser um patrimônio cultural e um recurso econômico no futuro” (TARROJA, 2006, p. 47 e seq.), afirmação em total consonância com os objetivos desta tese.

Deste modo, Tarroja sustenta que o conceito de paisagem é estratégico para desenvolver uma “nova cultura territorial da sociedade”.

Em efeito, à diferença da linguagem técnica da ordenação do território e do urbanismo, a paisagem não só resulta um

conceito aparentemente acessível e compreensível para muitos estratos de cidadãos, como que também tem um forte componente identitário coletivo e de sensibilização com as transformações do território, definitivamente de vinculação dos cidadãos com o território (seja aquele em que reside ou que visita ocasionalmente). (TARROJA, 2006, p. 50).

Segundo ele, a proximidade da paisagem com as pessoas é oportuna para facilitar o interesse, implicação e grau de exigência dos cidadãos em relação às transformações do território, e ainda:

[...] criar diálogo, debate e fomentar a participação cidadã, promovendo uma democracia mais participativa e deliberativa; e fomentar a cultura territorial da sociedade através da educação (da paisagem e nela) e dos meios de comunicação (divulgação e sensibilização). (TARROJA, 2006, p. 50, grifos originais do autor).

3.3 CONEXÕES DE UMA “TEORIA DA PAISAGEM” PARA A ARQUITETURA E PARA O PLANEJAMENTO

Até este ponto demonstrou-se a trajetória histórica e os contextos que sustentam a importância conceitual da paisagem, especialmente direcionando-a para as disciplinas que originam esta tese. Considerando a amplitude de possibilidades que a paisagem oferece como área de estudo, sintetizam-se a seguir os principais argumentos que balizam o tema conforme autores referenciados:

Verifica-se inicialmente a condição “cultural” associada intrinsecamente à paisagem. Ainda que a paisagem seja concebida a partir de duas dimensões *distinguíveis* – uma física e objetiva e outra cultural ou subjetiva – elas não são *separáveis* como explica Nogué (2008). Ainda que dependa do conceito de cultura estabelecido por cada corrente, há sempre uma carga cultural que é contextualizada espacial e temporalmente em qualquer aproximação à paisagem. Essa carga cultural é demonstrada pelo que Roger (2009) define como “artealização” que pode se dar de maneira ativa sobre a paisagem, ou de maneira indireta por esferas representacionais e simbólicas de todos os tipos,

na qual Raffestin (2005) debruça especial atenção sobre o papel da *imagem* que tem alcance determinante no entendimento do mundo físico. Seguindo a mesma linha, Nogué (2008) sustenta que a *imagem como modelo de paisagem*, a “paisagem arquetípica”, funciona como condicionante prévio da percepção do real, influenciando decisivamente a experiência da paisagem. Neste contexto, as imagens, qualquer que seja o suporte, devem ser apreendidas como uma forma de discurso, uma maneira de representar e, portanto, carregada de sentido, que por sua vez possibilitam diferentes interpretações.

Em segundo lugar, e como consequência desta carga cultural inerente ao conceito de paisagem, concorda-se que é improvável – e desaconselhável – a independência disciplinar total em seu estudo, como atesta o trabalho de Besse (2006). Paralelamente, o autor compila abordagens recorrentes (*portas*) identificando onde se apresentam a maioria dos estudos dedicados à paisagem, evidenciando a recorrência de três dimensões centrais ao tema, a saber: ontológica, estética e ética, conforme abreviado por Serrão (2011). Desdobrando as peculiaridades que distinguem os enfoques teóricos da paisagem chega-se ao caráter *ativo* nas relações entre homem e meio do qual a paisagem deriva. Sendo a *ação* uma qualidade inerente à paisagem, justifica-se a necessidade de uma base teórica que sustente as disciplinas de projeto que se ocupam dela a partir de uma posição “reflexiva” tendo como premissas questões de eficiência, equidade e sustentabilidade conforme ilustra Aguiló (2006).

Nesta conjuntura destaca-se o interesse *histórico* na paisagem, o qual é composto pelo acúmulo das ações humanas como mais um processo “natural”, ou mais corretamente, ontológico. Põe-se ênfase, além disso, na ação sobre a paisagem como *potencial*, concluindo por configurar as dimensões estética e ética que o tema contém. Besse descreve o paradoxo vinculado ao projeto de paisagem ao “criar algo que já estava ali”, associando o existente ao projetado:

Projetar a paisagem seria ao mesmo tempo colocá-la em imagens ou representá-la (projeção) e imaginar o que poderia ser ou chegar a ser (projeção). Esta ambiguidade, ou esta circularidade, é constitutiva da própria ideia de projeto no pensamento da paisagem. Põe em relevo as duas dimensões

contidas no ato de projetar: testemunhar, por uma parte, e modificar, por outra. (BESSE, 2006, p. 168).

Como referenciado anteriormente, Besse (2006) propõe uma perspectiva de aproximação à paisagem desde a ação que seria comum às *disciplinas de projeto* em particular (arquitetura, planejamento, paisagismo, etc.). Tal perspectiva é – deveria ser – contextualizada a partir de três enfoques, a saber: pensar a intervenção em integração com seu *solo*, com seu *território* e com seu *meio natural*. Outros autores e profissionais de referência na área de projeto, da mesma forma, dedicam-se a explorar estes eixos de reflexão, confirmando marcos bastante claros para a teoria contemporânea da paisagem.

3.3.1 O “SÍTIO”: A QUESTÃO LOCAL E A COMPREENSÃO DE PAISAGEM

Uma destas balizas considera que o *solo* possui uma “espessura” que não é somente material, mas também simbólica, ou seja, entende os efeitos de uma superposição de diferentes tempos históricos, mas simultaneamente contém um esboço de seu futuro (BESSE, 2006, p. 166-167). O pressuposto transfere importância ao “sítio”, ao “lugar”, ou ao “chão” dependendo da posição dos autores, mas que em essência faz referência às qualidades intrínsecas do espaço sob análise; por sua vez, este *pedaço de território* é pensado sempre em relações cada vez mais complexas em diferentes escalas e através de diferentes mediadores. Esta abordagem que é comum a todas as disciplinas de desenho ganha ênfase em relação à paisagem, desempenhando um papel identitário que funciona sobretudo em sua dimensão temporal (ou histórica), ligando-a intrinsecamente, portanto, à concepção de *patrimônio*.

Este contexto fica evidenciado na obra de autoria das investigadoras norte-americanas Carol Burns e Andrea Kahn intitulado *Why Site Matters*⁹⁸ (2005) que desvenda as maneiras de abordar o “sítio” ou o “lugar” através das disciplinas relacionadas com projeto, e mostra que, desde a perspectiva do projetista, a primeira coisa que importa é o sítio. O estudo demonstra que um lugar específico oferece a base material para o desenvolvimento do projeto e

⁹⁸ BURNS, C. J.; KAHN, A. (orgs.). *Why Site matters. Design concepts, histories and strategies*. New York: Routledge, 2005, p. xiv-xviii. Os diversos autores utilizam diferentes conceitos (solo, chão/ sítio/ lugar) para dissertar sobre suas posições, mas que conforme as organizadoras seguem uma linha convergente e coerente em relação à proposta geral do livro.

que a postura dos projetistas proporciona uma base teórica frente a estas questões. Existe, assim, um “*pensar o sítio*” geral, próprio de cada disciplina, e um “*pensar sobre o sítio*” que dota um sítio específico com suas características físicas de um entendimento conceitual.

Burns e Khan (2005, p. XIV-XVIII) explicam o sítio a partir de três extensões: a primeira é a “*área de controle*”, ou a delimitação de posse do sítio, a segunda é a “*área de influência*” que são os sistemas que atuam sobre o sítio e que não necessariamente estão contidos em seus limites, e finalmente a “*área de efeito*”, ou áreas que sofrem o impacto do projeto além do próprio sítio. As autoras exemplificam a complexidade do *sítio* a partir de que ao mesmo tempo em este necessita ser delimitado para sofrer a ação de projeto, precisa livrar-se desta delimitação para ser compreendido e transformado pelo projeto, cujas implicações incluem períodos de tempo originados no passado e que se aplicam ao futuro.

Na mesma obra destacam-se ainda dois ensaios dedicados diretamente ao pensamento sobre o *sítio* desde um ponto de vista teórico que se relaciona com esta tese. Elisabeth Meyer em *Site citations: the grounds of modern landscape architecture*, e Robin Dripps em *Groundwork* percorrem historicamente a questão mostrando a carga cultural que o entendimento do sítio possui como estratégia de projeto, destacando uma forma de abordagem não tradicional, dando espaço aos temas não centrais como recurso de análise e intervenção.

Neste último, por exemplo, a proposta do autor é desenvolver uma consciência da estrutura do lugar, ou do *chão* (*ground*) no sentido físico concreto do termo, que possa se tornar a conexão com o projeto. Tal consciência pode ser alcançada literalmente através de sua estrutura e processos físicos, mas também como metáfora (intelectual, poética, política, etc.) através de padrões que se interceptam e se sobrepõem para formar a base de pensamento e ação (DRIPPS, 2005, p.59 e seq.). O texto citado apresenta uma análise histórica sobre as diferentes abordagens do “chão” e suas consequências que servem para discutir, posteriormente, as qualidades vinculadas a uma posição *marginal* na avaliação do solo que, segundo o autor, são capazes de conferir equilíbrio à intervenção se corretamente associadas.

Neste contexto, sustenta que a análise histórica que fazemos hoje privilegia justamente as rupturas de um padrão cotidiano, colocando ênfase sobre fenômenos que representam intervalos de tempo muito pequenos (guerras, catástrofes) em relação aos fatos que a “*história vernacular*” torna, por recorrência, importantes.

[...] a história vernacular dá maior peso à prática. O que o historiador moderno consideraria como um evento histórico apropriado é nada mais do que a interrupção ou perturbação da boa execução da maquinaria *cotidiana* de fundo. Estas exceções demandam, compreensivelmente, mais atenção, mas como elas continuam a ser distinguidas de seu contexto normativo de apoio, elas se tornam cada vez mais isoladas, objetivadas, e desprendidas de tudo o que lhes deu o significado. Como outra consequência, eventos genuinamente significativos se tornam difíceis de reconhecer como sendo especiais quando removidos do campo de fundo que serviu para registrar as suas diferenças em relação ao típico. (DRIPPS, 2005, p.62, grifo).

As sustentações do autor também focam estruturas concretas quando distende “*onde está o chão*”, relacionando uma série de produtos humanos associados com o pensamento e ação sobre o território que confere particularidades para o sítio e que podem guiar decisões de projeto:

Fora da cidade, estruturas agrícolas reais e vestigiais criam um padrão de campos, limites e estradas rurais. Esse padrão pode ser frequentemente encontrado em mapas mais antigos e traçado em fotografias aéreas atuais. Quando essas imagens são comparadas com uma condição presente que tomou um rumo de desenvolvimento diferente, muitas vezes é possível entender como muitas decisões de planejamento foram respostas não reconhecidas a esses padrões mais antigos. É claro que os padrões originais foram o resultado de observações muito agudas sobre a topografia local, hidrológicas e climáticas, e estruturas foram modificadas por consequentes movimentos de pessoas e animais. A escala e orientação destes antigos padrões agrícolas tornam-se guias confiáveis para o desenvolvimento contemporâneo, ligando esta à sensibilidade ecológica que era uma parte da vida anterior da terra. (DRIPPS, 2005, p.70-71).

Ao mesmo tempo critica que os “vazios” não são desenhados como figura, apresentando-se em geral como espaços residuais desvalorizados em geral (DRIPPS, 2005, p.73), e que por isso apresentam potencial como projeto.

Segundo ele, o chão adquire significado quando é capaz de ser entendido dentro de um sistema complexo no qual o projeto pode ter papel fundamental.

Quando valorizado como um produto cultural, tanto quanto como recurso natural os processos, conexões, histórias e significados do *chão* assumem um papel diferente. As estruturas sociais, políticas e físicas mais facilmente apreendidas que dão à uma cultura a sua particularidade são postas em relação com a imensa e menos compreensível escala do processo natural. As intenções descontínuas e fragmentadas que sempre competem por autoridade cultural também podem possuir um grau de coerência em virtude de estarem aliadas com as estruturas contínuas dos sistemas operando em território espacial e temporal muito maior. Por sua vez, a estrutura do *solo/ chão* é colocada em contato com o artifício humano e torna-se inteligível como parte deste mundo. (DRIPPS, 2005, p.64, grifo e tradução nossos).

Elisabeth Meyer dedica-se inicialmente a uma revisão da importância do pensamento sobre sítio em diferentes períodos associados à criação e o desenvolvimento das disciplinas de projeto, sobretudo a de arquitetura da paisagem⁹⁹ (*landscape architecture*), e esboça uma crítica sobre a consideração simplesmente retórica que as disciplinas de desenho e projeto têm com o *sítio*¹⁰⁰ na atualidade. A autora sustenta que a interpretação coerente do sítio pode interferir decisivamente na divisão entre análise racional e a passagem criativa para o projeto:

O interesse com o sítio permeia o processo de projeto, deixando sua fase de análise pré-conceitual compartimentada. Este reposicionamento de interesse desafia a divisão moderna entre análise racional do site e desenho conceitual criativo e intuitivo: projeto como interpretação do sítio, e sítio como projeto, não superfície para o projeto. (MEYER, 2005, p.93).

⁹⁹ Arquitetura da paisagem (*Landscape Architecture*) se ocupa de planejar, desenhar e gerir a paisagem. É uma profissão de base estética que se apoia no entendimento do entorno, para o qual são necessários conhecimentos de geologia, de composição dos solos, de hidrologia, botânica, horticultura e ecologia, assim como de biologia, química e física. Surgiu a partir do desenho de jardins com o que segue vinculada. A principal diferença entre elas é que a arquitetura da paisagem tem um caráter mais aberto e público, se ocupando da relação entre as atividades humanas e o entorno natural. HOLDEN, Robert; LIVERSEDGE, Jamie. *An Introduction to Landscape Architecture*. 1ª edição espanhola. Art Blume, S.L.: Barcelona, 2014, p. 08-16. A arquitetura da paisagem não existe autonomamente, até o momento, no Brasil, estando parcialmente incorporada na arquitetura e urbanismo por meio do que se trata como *paisagismo* (N.A.).

¹⁰⁰ Optou-se pela tradução "sítio" (*site*) e não "lugar" (*site*) pela compatibilidade de escala de acordo com as explicações que seguem no capítulo (N.A.).

Meyer (2005, p. 92-129) discorre sobre a evolução histórica do interesse pela paisagem associada à arquitetura da paisagem, mostrando três pontos paradigmáticos na forma de entendê-la e atuar sobre ela: Primeiramente através de um viés estético onde o pitoresco era o centro das atenções; posteriormente esta postura é revista por meio do conhecimento e interesse científico originado na geologia/ topografia e mais tarde na ecologia; e finalmente absorvendo o individual e específico, ou segundo a definição da autora, a *experiência* da paisagem.

Ela também evidencia como o conhecimento sobre a especificidade do sítio foi fundamental para a consolidação e o prestígio das profissões de projeto no século XIX; da mesma forma, associa a marginalização do sítio com certa deturpação destas profissões após metade do século XX, quando critérios contrastantes caracterizaram a arte moderna e o design mundial sintetizando que “[...] a importância do sítio definiu o núcleo da *arquitetura da paisagem*, mas ela nem sempre contribuiu para esta qualidade ser percebida pelos outros” (MEYER, 2005, p.94).

A partir de um percurso histórico que analisa práticas e projetos reconhecidos na Europa e na América do Norte, desde os trabalhos dos primeiros “paisagistas” como Olmsted e Calvert Vaux¹⁰¹, por sua influência na consolidação da profissão, até os principais projetos do século XX. Meyer (2005, p.100-118) relaciona quatro chaves para leitura do sítio como estratégia de projeto: Sítio como contexto (*site as armature/ framework*), sítio como figura (*figuring the site*), sítio como fragmento (*site fragments*) e sítio como experiência subjetiva (*site as haecceity¹⁰²/ phenomenal, temporal experience*).

Sítio como estrutura faz referência à ideia de que o sítio não era uma tela vazia e apresentava uma trama reconhecível a partir de uma leitura onde os acidentes geográficos foram tidos como uma estrutura para criar cenários.

¹⁰¹ *Frederick Law Olmsted* (1822-1903) e *Calvert Vaux* (1824-1895) são distinguidos como pioneiros da *Landscape Architecture* e associados ao reconhecimento da profissão. Foram responsáveis pelo projeto do Central Park em Nova Iorque a partir de 1856, e deixaram um legado de mais de seis mil projetos em várias partes do mundo e cultivados como personagens destacados na história da disciplina.

¹⁰² “*Haecceity*” é uma expressão resgatada pela autora que não tem uma tradução literal em português, mas se refere a uma característica única e original que pode ser entendida por “essência”. (N.A.).

Apesar de que a disposição dos “tipos de paisagem” seguissem categorias estéticas idealizadas (pitoresco, pastoral) é necessário reconhecer que:

[...] na obra de Olmsted e Vaux [...] a prática de projeto **em que o sítio (*site*) não é circunstancial**, mas quadro topográfico ou andaime para a montagem de formas da paisagem e espaços projetados. (MEYER, 2005, p. 106, grifo nosso).

Meyer analisa que com o aumento do conhecimento dos processos naturais, a topografia ganha nova perspectiva, levando a novas formas de ler e projetar o sítio: “[...] o aumento do conhecimento científico sobre o local reforça e complementa preferências estéticas”. Neste contexto a eleição de figuras topográficas específicas vai contrastar com a geometria arquitetônica que será evidenciada como estrutura ou diretrizes em múltiplas escalas, tanto em planos quanto em edificações (MEYER, 2005, p.107).

O passo seguinte nas estratégias de leitura local e de tática de apreensão do sítio ocorre em reação à degradação causada pelo desenvolvimento que ameaçava sítios regionais e toma um elemento da paisagem para representar o todo. Esta postura é patente na visão dominante então explicitada pela autora: “Destilação e fragmentação dos tipos de sítio resistiu e reconheceu a escala da pradaria transposta, uma vastidão ameaçada pela expansão das cidades e da agricultura industrial” (MEYER, 2005, p. 109). Ainda que não fosse inédita ao século XIX, a ideia foi inovada pelas possibilidades de análise e informação das ciências geológicas e ecológicas antes do fragmento ser “enxertado em uma paisagem projetada”.

Todas estas estratégias de projeto – sítio como estrutura, como figura e como fragmento – atendem às características físicas do sítio. Além destes, Meyer explica a importância dos aspectos temporais específicos do sítio que são sua essência particular, pertinentemente indicado como *haecceity* pela autora.

A importância destes fenômenos imateriais característicos na paisagem sempre foi notada. Como poderia ser ignorada? Captar, destilar, e condensar qualidades temporais de um sítio é outra maneira que a leitura do sítio conduz a uma apreensão do sítio. (MEYER, 2005, p.111).

Estes “eventos singulares individuais que se cruzam com os lugares e as coisas onde elas ocorrem” conformam a experiência em paisagem e indicam

uma mudança de postura em relação ao projeto, que busca superar a forma pela ênfase subjetiva na sua percepção.

Mais uma vez, considerar a paisagem projetada através das lentes de leitura do sítio e das práticas de resposta ao sítio é um mecanismo mais eficaz para a emergência de linguagens mais ricas de formas da paisagem e do espaço do que os termos formais e informais. Através da destilação e condensação de fenômenos efêmeros do sítio, arquitetos paisagistas expandem estratégias de leitura do sítio do formal para o experiencial, longe da *paisagem objeto* para a *paisagem sujeito*, ampliando o espacial para incluir o temporal. (MEYER, 2005, p.112, grifo original do autor).

A apreciação em relação ao sítio nasce de uma perspectiva interdisciplinar, de gostos não exatamente correspondidos, mas que impulsionaram uma inflexão na prática de projeto a partir de práticas culturais do século XX, que sugere que uma reavaliação do modo como se lê e trabalha o sítio pode ser uma fonte contemporânea, tanto quanto histórica, de reflexão (MEYER, 2005, p. 100). A vinculação entre sítio e projeto demonstra que o pensamento sobre as especificidades locais requisitou que a *paisagem* tivesse significado não por sua aparência, mas essencialmente pelas associações que desperta, propondo um reposicionamento teórico e prático nas profissões ligadas ao projeto.

A centralidade destas questões à uma antiestética pós-moderna sugere [...] mais do que um resgate histórico das práticas do sítio. É uma reação contra uma perspectiva limitada do que foi interpretada na modernidade como *mainstream*, e um apelo por uma nova história da arte moderna, arquitetura e arquitetura da paisagem. Reformular a história da paisagem moderna, projetada através das lentes do sítio fornece uma perspectiva sobre as teorias influentes e difundidas da especificidade do sítio na arte, na arquitetura e na arquitetura da paisagem do final do século XX. (MEYER, 2005, p.118, grifo original do autor).

É possível, assim, reconhecer uma evolução nos conceitos fundamentais ligados à arquitetura da paisagem que passam pelo aprofundamento do conhecimento científico e reconhecimento da importância estética e ambiental, e ainda que isto possa ser associado à busca por uma identidade nacional ou regional de caráter político, não invalida o legado teórico anglo-saxão. A geografia de maneira ampla e mais tarde a ecologia são as entradas fundamentais para discutir e projetar a paisagem neste contexto. Mais

recentemente, dentro de um processo global, a autora reconhece uma ampliação de caráter social que concede importância ao local e mostra caminhos para novas interpretações na prática do projeto de paisagem.

3.3.2 O TERRITÓRIO COMO “ESCALA” DE ENTENDIMENTO E AÇÃO

Retomando as considerações de Besse sobre os direcionamentos dos estudos e práticas na paisagem (2006, p. 166 e seq.), ressalta uma renovada consideração do *território* em relação ao tema a partir da ampliação de escala de intervenção e, sobretudo, na articulação entre as diferentes escalas envolvidas. Conforme o autor é o fato que permite considerar a complexidade de relações entre o espaço urbano e o espaço rural considerando suas diferentes formas, temporalidades e lógicas funcionais.

Ao se aprofundar na história do conceito Besse já evidencia que a ligação territorial esteve originalmente na constituição da palavra paisagem. O autor explica que “antes de adquirir um significado *principalmente* estético, a palavra possuía um significado territorial e geográfico”, já que apresentava originalmente sentido jurídico e político em associação com a “província”, “pátria” ou “região” (BESSE, 2006, p.52, grifo original do autor).

Conforme Àlex Tarroja (2006), o “redescobrimto da paisagem” está vinculado com as necessidades de entender e regular as transformações às quais os territórios estão submetidos e por isso sua importância. Desta forma, três pontos básicos se impõem para debate tanto na opinião pública quanto na própria gestão do território: as novas transformações territoriais e a falta de uma cultura de gestão de espaços abertos não protegidos, novas mobilizações sociais sobre as transformações da paisagem e novas iniciativas de incorporação da paisagem na ordenação e gestão do território (TARROJA, 2006, p.41 e seq.).

Tarroja põe ênfase na abertura conceitual da paisagem em relação à integração de disciplinas para sua abordagem territorial, destacando suas qualidades:

Esta multiplicidade de olhares e aproximações à paisagem outorga ao conceito um potencial e uma capacidade para estabelecer uma aproximação global, integrada, não setorializada

ao território, que articule as inter-relações entre elementos e processos de natureza ecológica, econômica, social, cultural, urbanística, estética, etc. A paisagem aparece, pois, como um conceito especialmente apropriado para expressar a realidade e sua imagem desde a perspectiva da complexidade, sem compartimentá-la, e como um desafio para aprender a gerir a complexidade dos processos territoriais. (TARROJA, 2006, p.46).

As possibilidades que o conceito encerra são ponto de convergência e recorrentes em obras que focam a gestão e intervenção em paisagens. Mata Olmo igualmente defende o potencial entrelaçamento disciplinar próprio do conceito para atingir modelos de planejamento diferenciados, em conformidade com as correntes inclusivas esboçadas por outros autores.

A articulação do objetivo e do subjetivo na especificidade de cada paisagem se perfila hoje [...] como ponto central de encontro das disciplinas interessadas pela questão paisagística e como uma fortaleza do próprio conceito. Porque a convergência na paisagem de objeto e sujeito, de significantes e significados, é uma de suas potencialidades maiores para o planejamento territorial, não só para a defesa e melhora dos valores especificamente paisagísticos, mas para implicar a população, através da relação vivida e sensível com o território que a experiência paisagística supõe, na tarefa de elaborar modelos territoriais democráticos. (MATA OLMO, 2006, p.21 e 22).

Mata Olmo, em *“Un concepto de paisaje para la gestión sostenible del territorio”* (2006), explica a vinculação do conceito em abrangência territorial esclarecendo a importância da paisagem no processo de identificação territorial

A territorialização da paisagem, ou seja, o reconhecimento de que cada território se manifesta paisagisticamente em uma fisionomia, singular e dinâmica e em plurais imagens sociais, faz da paisagem um aspecto importante da qualidade de vida da população; porque a paisagem é, antes de tudo, resultado da relação sensível da gente com seu entorno percebido, cotidiano ou visitado. Por isso mesmo, a paisagem é também elemento de afinidade e de identidade territorial e manifestação da diversidade do espaço geográfico que se faz explícita na materialidade de cada paisagem e em suas representações sociais. Trata-se de uma diversidade que resulta da articulação do físico, biológico e cultural em cada lugar, um patrimônio valioso e dificilmente renovável, que não deve ficar eclipsado por esta outra *diversidade*, a biológica, politicamente mais

assumida até agora e integrada no todo paisagístico. (MATA OLMO, 2006, p.18 e 19).

A paisagem aparece como uma questão crítica e paradoxal em nossa sociedade atual; por um lado há uma grave e crescente degradação de paisagens onde se perdem conjuntos valiosos e tramas históricas, além de profundas modificações nos sistemas naturais, e por outro se apresenta uma demanda, também crescente, de debate científico e social que coincidem pela qualidade das paisagens. Paralelamente a tudo isso, a questão paisagística vai influenciar e vem se reafirmando em muitos países através de formas revisadas e/ ou alternativas de governo do território, tanto sobre aspectos técnicos como administrativos, ampliando a abertura democrática na formulação de projetos territoriais, aprofundada especialmente através de duas políticas setoriais, que são a conservação da natureza e a preservação do patrimônio (MATA OLMO, 2006, p.17 e seq.).

Apesar do avanço no tratamento da questão paisagística exposto, o autor analisa a falta de integração teórica entre as disciplinas que se dedicam ao tema e critica, sobretudo, uma convergência maior em relação a uma teoria que ampare a intervenção na paisagem.

Não obstante, se carece até hoje de uma teoria e de um conceito de paisagem amplamente compartilhado pelas disciplinas e saberes que se ocupam de seu estudo e de seu tratamento projetivo e ordenação. (MATA OLMO, 2006, p.20).

Tarroja também considera que questões fundamentais inerentes ao conceito de paisagem – a análise das formas do território como resultado das interações histórico-especiais entre sociedade e entorno e como expressão das percepções e valorações sociais e culturais sobre o território – não são devidamente consideradas desde um enfoque territorial (mesmo no contexto europeu de onde provém a crítica). Segundo ele, são “dois aspectos frequentemente esquecidos demais na tradição de ordenação estritamente física ou urbanística do território” (TARROJA, 2006, p.46). Conforme o autor, somente a partir da conexão entre estas duas aproximações que se faz capaz uma nova cultura de gestão que põe em evidência o potencial do tratamento territorial da paisagem:

Assim, a única forma realmente efetiva de preservar estes valores passa por intervir sobre as duas complexas vertentes de onde surge o próprio conceito de paisagem: por uma parte, os processos sociais e econômicos que geram sua transformação (a lógica produtiva que origina as paisagens); e, por outra, a formação das valorações sociais e culturais da paisagem (mutantes no espaço e no tempo) como elemento de qualidade de vida e identidade. (TARROJA, 2006, p. 48).

Baseado nas experiências europeias Mata Olmo sustenta que o avanço em termos de integração das disciplinas vai acontecer no contexto *prático*, a partir de iniciativas (ou tentativas) que focam a paisagem como meio de ordenação territorial. Neste contexto, destaca o papel da gestão territorial da paisagem para o aprimoramento da teoria:

Sobre este assunto – o de uma teoria que sustente a ação – se vem falando insistentemente nos últimos anos, desde o momento no qual os estudos de paisagem saem do âmbito estritamente acadêmico e se implicam nas tarefas de projetar o território com critérios e objetivos paisagísticos. [...] a experiência recente em nosso entorno mais próximo e no europeu, manifesta que os esforços pela convergência de enfoques e pela formulação de métodos úteis para a gestão das paisagens (para a construção de tão reclamado projeto de conhecimento transdisciplinar) procedem mais dos estudos e documentos orientados à ordenação da paisagem em sentido amplo que dos âmbitos propriamente disciplinares. Em outras palavras [...] são os requerimentos da gestão territorial da paisagem os que na prática estão favorecendo a aproximação de enfoques e métodos, na linha interdisciplinar que a paisagem precisa, e a integração explicativa e propositiva das dimensões ecológica, socioeconômica, *histórico-cultural* e estética que toda paisagem alberga. (MATA OLMO, 2006, p.20, grifo e).

De fato, nos últimos vinte e cinco anos a paisagem vem sendo utilizada mais intensamente como importante meio de entendimento do território e base para planos de ordenação. Neste contexto, alguns documentos internacionais vão paulatinamente estabelecendo um marco legal e administrativo que distinguem importância à paisagem em um contexto territorial. Entre eles sobressaem a *Carta da Paisagem Mediterrânea* redigida em Sevilha em 1993 por uma iniciativa conjunta entre Espanha, França e Itália e a *Recomendação R(95)9* sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, proposta pelo *Conselho da Europa* em

1995. Ainda, destaca-se o *Convênio Europeu da Paisagem* (CEP) cujo texto final foi apresentado em Florença em 2000 (sua formulação iniciou em 1994) e teve por objetivo incorporar a dimensão paisagística nas políticas públicas dos países signatários mediante o desenvolvimento de instrumentos de ordenação, gestão e fomento dos valores paisagísticos. De maneira geral todos estes documentos mesclam preocupações institucionais de preservação dos chamados patrimônio “cultural” e “natural” em uma escala territorial.

Esta vinculação entre paisagem e território fica patente no texto que define o conceito: “Paisagem é qualquer parte do território, tal e como percebe a população, cujo caráter seja o resultado da ação e a interação de fatores naturais e/ou humanos” ¹⁰³. Mata Olmo, apoiado no precedente afirma que é:

[...] o Convênio Europeu da Paisagem que assume plenamente o sentido territorial da questão paisagística, ou seja, a ideia inovadora desde o ponto de vista jurídico e político, de que cada território se manifesta na especificidade de sua paisagem, independentemente de sua qualidade e do apreço que mereça. (MATA OLMO, 2010, p.45).

E a partir disto sustenta a relação prática entre os conceitos:

A paisagem tem, pois, uma base material concreta, referida não a noções mais abstratas como espaço, área ou solo, mas a território, ou seja, ao espaço geográfico entendido como marco de vida, apropriado, organizado e vivido individual e socialmente. O território da paisagem não consiste só em sua configuração material, em sua fisionomia; a paisagem surge da relação sensível, da percepção do território (principalmente visual, ainda que não somente), ‘percepção multissensorial de um sistema de relações ecológicas’. (MATA OLMO, 2010, p.45-46, grifo original do autor).

3.3.3 AMBIENTE & PAISAGEM: ENTRE NATUREZA E CULTURA

Besse (2006) ainda esboça uma terceira abordagem dentro daquelas recorrentes a partir do campo projetual. Esta apela à paisagem como reencontro entre *cultura e natureza* (embora o autor faça ressalvas a tal

¹⁰³ Tradução do *Instrumento de Ratificação do Convênio Europeu da Paisagem* (nº 176 do Conselho da Europa), feito em Florença em 20 de outubro de 2000, BOE núm. 31 de 5 de fevereiro de 2008, consultado em novembro de 2012, disponível em: <http://hombreyterritorio.org/archivos/legislacion/4-espacios-prottegidos/ConvencionEuropeadelPaisaje.pdf>

distinção), privilegiando uma postura a partir das questões meio-ambientais atuais.

Este argumento (meio ambiente) se desprende da crise ambiental reconhecida a partir dos anos 1960 especialmente na Europa e Estados Unidos, e foi responsável pelo desenvolvimento de disciplinas autônomas, ainda que estritamente entrelaçadas com a paisagem desde seu viés estético, assim como também daquele operativo. (MARCHÁN FIZ, 2006, p.15).

Conforme já pronunciado no Capítulo I deste trabalho, paralelamente muitos autores manifestam a tensão que acompanha esta posição desde um ponto de vista filosófico, justificando a ânsia de proteção ambiental, assim como a própria construção da paisagem, na relação mal resolvida entre homem e natureza. Besse compartilha desta posição e afirma que a cidade se converteu em um “meio natural híbrido particular” (2006, p.167) quando questões como qualidade da água ou do ar, a qualidade de espaços verdes públicos e uma convivência estimada passaram a ser uma necessidade moderna. Essa cisão entre homem e ambiente, ou, entre natureza e cultura acompanha o desenvolvimento dos estudos da paisagem como abordado no capítulo precedente.

Retomando o mote ambiental, a posição de destaque que a proteção do ambiente assume em termos institucionais ao redor do mundo é patente, assim como sua vinculação com a mais recente proteção da paisagem. Mata Olmo aborda a questão a partir de seus desdobramentos territoriais, ressaltando que a conservação da natureza é uma das políticas setoriais com implicações diretas e importantes em matéria de paisagem (a outra é a conservação do patrimônio) (MATA OLMO, 2006, p.18-19). Sabaté, da mesma forma, aponta que a proteção da paisagem (e também do patrimônio) toma forma a partir de seu alcance institucional, ou seja, das possibilidades políticas práticas de preservação e gestão que alcançam um nível global no final do século XX (SABATÉ, 2008, p.252).

Como exemplo mais amplo deste contexto podemos citar o *National Park Service* norte-americano, provavelmente o mais conhecido sistema de gestão de parques, cuja origem remonta à da criação do parque natural de *Yellowstone* em 1872. Consolidado em 1916 como órgão federal, atualmente

administra mais de quatrocentos parques naturais e também é responsável pelo patrimônio nacional que inclui desde sítios arqueológicos até comunidades tradicionais. O pioneirismo na criação de legislações específicas e sua larga trajetória de gestão destes tipos de espaços faz do *National Park Service*¹⁰⁴ exemplo de marco jurídico-administrativo para diversos países e organismos que tratam do tema, incluindo a salvaguarda de paisagens. É um claro exemplo de como a ênfase ambiental se entrelaça com a paisagem no percurso de meios administrativos de gestão.

No Brasil, não obstante as precursoras iniciativas de proteção ambiental, tendo como referência Código florestal de 1965 (Lei nº 4771), os reflexos da questão ambiental se fazem sentir no início da década de 1980 a partir da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/ 1981). A grande maioria das 17 leis ambientais brasileiras foi promulgada a partir de 1979. Por outro lado é interessante notar que a primeira regulamentação específica é o Decreto Lei nº 25 de 1937 que organiza a “Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana”. No contexto atual, a iniciativa de maior alcance em termos de planejamento tem sido o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) criado em 1981 e desde 1999 a cargo do Ministério do Meio Ambiente. Tal Programa busca subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental e do uso do território nacional a partir do zoneamento ambiental em diversas escalas de acordo com as intenções de abrangência (federal, estadual, municipal/ local) e operação (estratégica e tática). Em sua metodologia¹⁰⁵ fica evidenciada a ênfase geográfica e ecológica a partir de indicadores estritamente científicos que privilegiam uma leitura ambiental onde a escala 1/250.000 é utilizada como parâmetro para a “unidade territorial básica” (UTB), produto da intersecção dos sistemas naturais com o uso antrópico.

¹⁰⁴ Ver: <http://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/briefs/36-cultural-landscapes.htm>, disponível em <http://www.nps.gov/history/>, acessado em julho de 2014.

¹⁰⁵ MMA. Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. - Brasília: MMA/SDS, 2001. 110p.

Em outro extremo, a partir do destaque dado ao fator ambiental (nem sempre bem justificado) nota-se certa desconsideração pela qualidade estética da paisagem. Deste modo, são cada vez mais frequentes posições que trabalham em um contexto de crítica e revisão teórica que censuram este renovado interesse pela paisagem somente a partir da tensão ecológica, que por sua vez, de forma bastante contraditória, subordina uma aproximação estética ou mesmo determina a desvinculação estética entre paisagem e natureza.

No entanto, não se trata de desprezar a amplitude que os estudos ambientais contêm no sentido de impulsionar os estudos e o entendimento de paisagem, nem tampouco de hierarquizar abordagens; como assumido na introdução, uma das premissas desta tese é apresentar uma construção teórica comprometida em termos ambientais. Porém, atuando desde a arquitetura, a função estética tem uma importância significativa, sobretudo se queremos demonstrar que a beleza pode atualizar nosso entendimento de paisagem. Mais que isso, em nosso entendimento estas duas questões só podem ser conduzidas idealmente de forma integrada.

Para explicar essa relação destoante entre paisagem estética e paisagem ética, Paolo D'Angelo (1999; 2011) percorre historicamente o modo como foi considerada a “beleza natural” na filosofia e na estética e as resultantes relações no entendimento atual de paisagem, refletindo sobre as tendências ambientais e artísticas recentes. Uma das teses apresentadas em “*Estetica Della Natura – Belleza naturale, paesaggio, arte ambientale*” é que nenhum outro momento da história deu tanta ênfase à beleza natural: “buscada cotidianamente, perseguida em viagens, reproduzida em imagens, *protegida na paisagem*, elevada [...] a valor primário”, e nunca antes foi tão destruída e degradada. Para D'Angelo, por isso, o sentimento pela beleza natural é “sempre nostalgia por alguma coisa que foi perdida, substituição, idealização daquilo que está em perigo” (D'ANGELO, 1999, *introduzione*, p.X, grifo e).

Não obstante o cancelamento filosófico do belo natural produzido nos séculos passados foi também o período do nascimento dos primeiros movimentos de defesa da natureza – que segundo o autor significaram por muito tempo a defesa da *beleza* da natureza, sendo que a defesa da *natureza* veio depois –, quando os primeiros parques e reservas naturais, as primeiras legislações e a

tutela da paisagem foram consolidados. Passando por estas questões, o objetivo do autor é saber *hoje* o que significa o *belo natural*, no que trazemos a discussão por sua vinculação explícita com a paisagem, assim como de seu entendimento e tratamento na atualidade.

Na experiência estética do homem contemporâneo a natureza ocupa um lugar tanto mais importante quanto menos compreendido e questionado, e nos parece chegado o momento não somente de entender porque, mas de começar também a preencher o vazio teórico no qual o fenômeno da apreciação estética da natureza se meteu até agora. (D'ANGELO, 1999, *Introduzione*, p.X).

O problema colocado pelo autor reside na ausência da discussão filosófica e artística da beleza natural durante quase todo século XX, sendo retomado, conforme o autor, somente na metade dos anos 1980¹⁰⁶. A passagem a que o autor se refere não é uma consequência do debate estético contemporâneo, não tem sua origem na reflexão artística. D'Angelo defende que a questão chega à filosofia como “fenômeno colateral à difusão do pensamento ecológico e à voga dos movimentos ambientalistas” (D'ANGELO, 1999, p.68).

É deste contexto que se desprendem termos como ‘ambiente’ e ‘estética ambiental’ (*Environmental Aesthetics*) decorrentes da teoria norte-americana, bem como ‘estética ecológica’ (*ökologische Ästhetik*) e ‘estética da natureza’ (*Ästhetik der Natur*) de influência alemã. D'Angelo salienta que não por acaso o “novo interesse” pela beleza da natureza se manifeste primeiramente e de maneira mais acentuada nos países que precocemente difundiram as

¹⁰⁶ D'Angelo faz referência às seguintes obras e respectivos autores: Allen Carlson, *Appreciation and the Natural Environment*, in <<Journal of Aesthetics and Art Criticism>>, 1979 (XXXVII), n.3; Nature, Aesthetic Judgement, and Objectivity, *ivi.*, 1981 (XL), n.1; B. Sadler, A. Carlson (Org.), *Environmental Aesthetics. Essays in Interpretation*, University of Victoria Press, Victoria (Canada) 1982; J.L. Nasar. *Environmental Aesthetics. Theory, Research, and Applications*, Cambridge University Press, Cambridge-New York, 1988; S. Kemal, I. Gaskel (Org.), *Landscape, Natural Beauty and the Arts*, Cambridge University Press, Cambridge-New York, 1993; A. Berelant, *The Aesthetics of Environment*, Temple University Press, Philadelphia, 1992; Id., *Living in the Landscape: New Essays in Environmental Aesthetics*, University Press of Kansas, Lawrence, 1997; G. Böhme, *Für eine ökologische Naturaesthetik*, Suhrkamp, Frankfurt a.M., 1989; Id., *Natürlich Natur. Über Natur im Zeitalter ihrer technischen Reproduzierbarkeit*, Suhrkamp, Frankfurt a.M., 1992; J. Zimmermann (Org.), *Ästhetik und Naturerfahrung*, Fromman-Holzboog, Stuttgart-Bad Cannstadt, 1996; Y. Sepänmaa. *The Beauty of Environment. A General Model for Environmental Aesthetics*, Suomalainen Tiedekatemia, Helsinki, 1986; S. Goldvitch, *Icebreakers: Environmentalism and Natural Aesthetics*, in <<Journal of Applied Philosophy>>, 1994 (XI); H.M. Schönherr, *Zwischen Dekoration und Wende der Rationalisierung. Thesen zum Verhältnis von Ökologie und Ästhetik*, in <<Rivista di Estetica>>, 1986 (XXVI).

temáticas ecológicas e onde os movimentos ambientalistas apresentaram relevância política e social mais rapidamente, Estados Unidos e Alemanha (D'ANGELO, 1999, p.69). Pouco mais tarde entra em cena o papel da 'ética ambiental' resignificada pelo movimento ecológico. Da mesma forma, a ética ambiental se origina na "crise ecológica" e das emergências ambientais, ganhando ressonância por meio da publicização ambientalista e distinguindo-se logo como campo autônomo de investigação. Conforme o autor também é indicativo o fato de que houve um retardo no tratamento deste tema (ética ambiental) em relação à difusão do pensamento verde. A passagem a seguir sintetiza a preocupação de D'Angelo em relação à substituição estética que se produz nas áreas do *conhecimento natural* que ajudou a criar:

De fato, enquanto é demasiado óbvio que a ecologia como disciplina científica prescindia de nossa percepção estética da natureza, é menos óbvio que o ambientalismo não tenha quase nunca invocado a necessidade de proteger a natureza *também como fonte de beleza*. Pode-se notar, ao contrário, uma espécie de indiferença e de suspeita do ambientalismo nos confrontos das argumentações de tipo estético, e a tendência a considerar os discursos sobre a beleza natural como inadequados em relação à situação atual, na qual está em jogo a própria sobrevivência da natureza. (D'ANGELO, 1999, p.69-70, grifo original do autor)

Este aspecto integrado estritamente com o tema da tese, nota a desvinculação quase total da *paisagem* como fundamento conceitual em campos especializados afins, visto "a escassa propensão dos ambientalistas a falar de *paisagem*" como afirma o autor, que completa:

O termo vem considerado pesadamente conotado de condicionamento esteticista, atrasado em relação aos conceitos da ecologia, de todo traduzível nos termos mais 'científico' de ambiente. A proteção do ambiente absorve em si aquela de paisagem, a ponto de fazer crer que o segundo conceito possa internamente compreender o primeiro. (D'ANGELO, 1999, p.71, grifo original do autor)

Avançando no pensamento do autor, outra passagem que exemplifica a condição submissa do argumento estético em relação às áreas e disciplinas comumente associadas à paisagem, onde destacamos oportunamente o contexto patrimonial:

[...] podemos dizer que a paisagem em sentido estético é aqui inteiramente absorvida no ecossistema. Por medo de cair no esteticismo, se refuta toda consideração estética autônoma, ou seja, sempre se reporta a uma dimensão puramente naturalista que se dá sempre, ou também em uma dimensão *histórico-cultural*. (D'ANGELO, 1999, p.75-76, grifo nosso).

Tudo isso, segundo D'Angelo (1999, p.71), incide diretamente sobre as iniciativas políticas e sociais em matéria de ambiente, e como não poderia deixar de ser, também em relação ao desenvolvimento operativo e administrativo da paisagem. Uma evidência desta conjuntura é ressaltada por Rafael Mata Olmo em "*Un concepto de paisaje para la gestión sostenible del territorio*", que reconhece a abordagem "biológica" predomina no contexto de intervenção territorial, apesar de defender a paisagem como categoria de aplicação: "Trata-se de uma diversidade [...] que não deve ficar eclipsada por esta outra *diversidade*, a biológica, politicamente mais assumida até agora e integrada no todo paisagístico" (MATA OLMO, 2006, p.18 e 19, grifo original do autor).

Contraditoriamente à situação atual, D'Angelo lembra que a estética foi origem e finalidade destacada quando do início da preocupação de salvaguardar parques naturais, fazendo uma analogia (que interessa sobremaneira à investigação) com o anseio de proteção à bens de interesse histórico e artístico.

Não há dúvida, por exemplo, que historicamente a proteção da beleza da natureza tenha sido apresentada, inicialmente, como extensão da proteção da beleza artística. Os parques naturais foram frequentemente considerados, quando se começou a sentir essa necessidade, com o equivalente do museu. (D'ANGELO, 1999, p.108).

Esta analogia apresenta afinidades e neste contexto se torna extensível à *criação* de paisagens, como manifesta J. B. Jackson quando explica a origem dos parques projetados em *Discovering the Vernacular Landscape* (1984). Destacamos também nesta curta passagem o tipo de preocupação social que conduzia tais projetos, evidenciando uma perspectiva marcadamente distinta da que hoje se apresenta, como à continuação tenta-se sustentar.

[...] o parque paisagístico, apesar de sua aparente falta de formalidade, estava destinado a um público consciente das

características estéticas do projeto, que pretendia um contato com a natureza e que esta estivesse socialmente disciplinada. (J. B. JACKSON, 1984/ 2010, p.232).

Apesar disso, D'Angelo é incisivo em sustentar que a paisagem mantém sua importância em termos estéticos, apenas obnubilado por um deslumbramento em relação aos temas relacionados (ecologia, ambiente), gerando uma espécie de preconceito, disfarçando uma necessidade e uma intenção legítima de beleza que originalmente reside ali.

[...] não significa que o ambiente tenha suplantado a paisagem em senso estético. [...] O interesse pela ecologia é frequentemente um interesse estético disfarçado¹⁰⁷. A defesa da natureza *boa* é geralmente uma defesa da natureza *bela*, mas se crê mais produtivo, mais sério, mais adequado à dramaticidade da situação não confessar as próprias raízes estéticas. (D'ANGELO, 1999, p.72, grifo original do autor).

Porém, a crítica não reside na defesa da natureza em si, mas essencialmente no modo autônomo em como esta se manifesta, relegando a discussão e a importância estética da natureza a segundo plano. A experiência estética nesta conjuntura nunca apresenta valor em si e, portanto, não é capaz de, por si só, fundamentar exigência de proteção, aparecendo como argumento complementar (quando tanto) aos mais potentes e respeitáveis oferecidos pela biologia e ecologia.

O autor denuncia que no contexto da *ökologische Ästhetik* alemã, assim como da *Environmental Aesthetics* anglo-saxã, o procedimento geral “vai da exigência de defender a natureza à procura de motivações para fazê-lo” (D'ANGELO, 1999, p.73), e analisa a fragilidade das duas correntes segundo sua pretensa relação com uma estética do natural. A corrente norte-americana se propõe analisar o papel das qualidades estéticas do ambiente, mas perde-se ao lidar com o que considera os limites da beleza natural, ou seja, sua escassa institucionalização, sua aversão a submeter-se à parâmetros compartilhados. Ao não aceitar a *subjetividade* do argumento, produz-se um deslocamento radical em seu entendimento, objetivando-o sobre um plano mais científico (ecologia), onde frequentemente se perde a *experiência* estética da natureza, a própria premissa da *Environmental Aesthetics*.

¹⁰⁷ D'Angelo utiliza originalmente a palavra francesa “*deguisé*”. (N.A.)

Por sua vez, a corrente de estudos de origem germânica também apresenta um desvio considerável em relação à uma abordagem estética, ou como ressalta o autor, “assinala a passagem a outra ordem de problema” (D’Angelo, 1999, p.80). Assim, o autor critica a proposta da *ökologische Ästhetik*, onde se sustém que a atitude estética frente à natureza contribui à salvaguarda da própria natureza. Para D’Angelo, essa posição marca a dissolução de uma estética da natureza em uma ética ambiental generalizada, renunciando uma análise estética por um discurso onde o ponto de referência passa a ser moral, fugindo da competência institucional original pretendida pela *Estética Ecológica* (D’Angelo, 1999, p.87).

Marchán Fiz levanta a discussão de que a arte também se impõe ao belo natural de forma equivocada. Para ele, “na oposição ‘ilustrada’ entre a natureza e a cultura, entre a beleza natural e artística, a experiência estética moderna se voltou preferencialmente, se é que não exclusivamente, em direção à segunda” (MARCHÁN FIZ, 2006, p.11). Se a natureza funcionou sempre como fonte de interpretações, o século XX relegou o belo natural a uma “estética do artifício”, fruto do que o autor designa como “estética positiva” (MARCHÁN FIZ, 2006, p.15). Esta posição pragmática com a pretensão de conciliar apreciação estética da natureza conferindo um papel de destaque às ciências, sobretudo a ecologia, é a origem da *Estética Ambiental* e da *Estética Ecológica*, e, conforme o autor, foi o que “frustrou durante muito tempo uma reflexão sobre a paisagem” (MARCHÁN FIZ, 2006, p.15).

Outros autores nesta mesma linha de pensamento refutam uma abordagem à paisagem desprovida de intenção estética. Alain Roger, por exemplo, em “*Breve Tratado del Paisaje*” (2007), deixa clara sua recusa em aceitar qualquer pretensão por parte da *ecologia* e do *naturalismo* de se constituírem em estética da paisagem; o primeiro por sua índole científica de entender a paisagem como realidade física e biológica, contrária ao entendimento operativo perceptivo que o autor elabora, e o segundo por considerar que a paisagem tem valor estético inato, ignorando que a paisagem é uma aquisição cultural que possui uma gênese histórica conhecida.

D’Angelo assinala recursos para o impasse entre natureza e cultura pregando que não é só possível uma estética ambiental que englobe natureza e arte,

como esta relação é, desde sempre, inter-relacionada: “o mundo da arte e o da experiência estética da natureza são historicamente entrelaçados” (D’Angelo, 1999, p.107-108). No entanto, ao defender uma estética comum, “Uma mesma estética pode dar conta da experiência estética da natureza e daquela da arte”, faz uma ressalva importante que remete ao ponto de discussão que finaliza o primeiro capítulo desta tese: “mas é necessário que se supere a ideia do *caráter desinteressado* de nossa relação com uma e outra” (D’ANGELO, 1999, p.104, grifo nosso).

Ao demonstrar o descaso e as distorções entre natureza e cultura produzidas nos âmbitos especializados – e que retêm consequências em âmbitos institucionais e sociais – D’Angelo advoga por uma aproximação estética à natureza (paisagem) que se desvia da objetividade clássica ao alegar que “a experiência do ambiente nos ensina precisamente que no ambiente nós estamos sempre imersos sem possibilidade de objetivá-lo” (D’ANGELO, 1999, p.104). Sustenta que em razão da experiência paisagística *todos os sentidos* estão envolvidos, “não somente os que protegem nossa distância das coisas”, como a visão e a audição, mas também o tato, o olfato e o paladar, “que ao invés nos ligam estritamente às coisas” ((D’ANGELO, 1999, p.104). Finalmente, é na compreensão da “experiência” onde o autor define sua posição em relação à proteção da natureza e afiançando uma aproximação à paisagem em termos estéticos:

Na realidade, a experiência cotidiana nos mostra sim que existem muitas razões de proteção da natureza que não podem ser fundamentadas esteticamente, mas nos mostra também que pelo menos um ambiente no qual podemos experimentar uma satisfação de tipo estético é um ambiente saudável e vivível. (D’ANGELO, 1999, p.76).

4 PAISAGEM & PATRIMÔNIO: A PAISAGEM COMO CATEGORIA DE PRESERVAÇÃO

“A landscape is a space deliberately created to speed up or slow down the process of nature. As Eliade expresses it. It represents man taking upon himself the role of time.”

J. B. Jackson

Semanticamente a palavra “patrimônio”¹⁰⁸ está relacionada à transmissão de posses de família, tendo origem em estruturas jurídicas e econômicas, portanto. Contudo, a palavra assumirá também um conceito mais amplo, passando a estar associada a bens de interesse comum, o que acontece ao final do século XVIII conforme Choay (2001). Esta noção irá desenvolvendo-se durante todo o século XIX e afirmando-se no XX por meio de qualificações como “histórico”, “artístico” e “cultural”. Choay chega a fixar uma data para o surgimento do fenômeno e coloca o valor nacional como inspirador das medidas de preservação, referindo-se ao momento revolucionário francês no final do século XVIII.

O uso clássico do conceito de patrimônio é perceptível em todas as sociedades modernas, tendo forte relação com a formação e consolidação dos Estados Nacionais a partir da ideia de um *patrimônio comum*. Legitimada pelos discursos que participam desta criação, sua utilização irá determinar o conjunto de bens¹⁰⁹ representativos de determinado grupo social, e que por sua vez servirá a diferentes propósitos (CHOAY, 2001; GONÇALVES, 2003).

Gonçalves (2003) analisa patrimônio como uma categoria de pensamento, refletindo sobre as limitações e as possibilidades que essa noção oferece ao desenvolvimento social de determinado grupo. Embora o autor aponte a relação entre patrimônio e a construção ideológica das nações, ressalta que,

¹⁰⁸

patrimônio | s.m.1. Herança paterna.

2. Bens de família.

Bens necessários para tomar ordens eclesiásticas. "patrimônio", in Dicionário *Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/patrim%C3%B4nio> [consultado em 14-07-2015].

¹⁰⁹ Segundo a Carta de Burra (1980) do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios: O termo *bem* designa um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence.

como categoria, não é uma invenção moderna, fazendo-se presente desde sociedades primitivas, de onde se depreende sua importância para a vida social de qualquer coletividade.

Neste contexto, os *discursos* são a peça-chave para legitimação do patrimônio, geralmente articulados em nome de uma totalidade que pretendem representar, e relacionados de forma fundacional (muitas vezes mítica) perante o grupo. Usualmente, tais discursos são concebidos em meios intelectuais ou em ambientes políticos e ideológicos correspondendo a construções de identidades específicas. Por outro lado, sendo uma questão de juízo de valor e, conseqüentemente, uma construção, torna-se legítimo na medida em que é capaz de representar determinada coletividade. Assim, há que se ressaltar que o(s) sentido(s) de patrimônio é (são) sempre contextualizado(s) cultural e historicamente, conforme aponta Gonçalves (2003).

Contemporaneamente o conceito de patrimônio cresce em complexidade e amplia-se em sentido a partir de questionamentos sobre o “discurso” patrimonial tradicional, assim como de novas interpretações sobre identidade e representatividade.

Mais além da questão nacional, o patrimônio toma frente na questão associado à produção do espaço em escala global a partir de outros componentes significativos como ambiente e turismo, participando como protagonista em renovações e requalificações urbanas, ou ainda como elemento de integração territorial com a criação de parques patrimoniais, itinerários históricos, ou, mais recentemente, de paisagens culturais ao redor de todo mundo (SABATÉ, 2008). Introduzindo “*Paisaje y Patrimonio*” Maderuelo vê a relação evolutiva que associa estes dois conceitos e apresenta um panorama que sintetiza a necessidade e as dificuldades inerentes à sua abordagem conjunta:

As discussões que desde o século XIX têm animado as diferentes correntes de pensamento desenvolvidas em torno aos conceitos de patrimônio, conservação, restauração e reabilitação serão de utilidade também para ‘pensar a paisagem’, mas é necessário entender as diferenças que separam uma obra de arte, determinada por seu estado de finitude, e uma paisagem determinada por suas qualidades de evolução e transformação. (MADERUELO, 2010, p.8, grifos originais).

Associados ao fenômeno de ampliação semântica contínua, os dois conceitos centrais à tese – paisagem e patrimônio – veem-se entrelaçados a partir da contradição de alcançarem contemporaneamente uma abrangência conceitual e espacial incomuns, que condicionam e difundem coetaneamente características e valores universalizantes colocando em cheque a questão identitária. Da mesma forma que tal entrelaçamento impele e permite novas abordagens como categoria de pensamento e de ação, carece que estas sejam criadas e desenvolvidas de forma integrada.

4.1 DO PATRIMÔNIO “HISTÓRICO E ARTÍSTICO” À PAISAGEM: SÍNTESE DO PERCURSO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Choay (2001) apresenta uma análise das teorias que balizam a criação e o desenvolvimento da disciplina de restauração desde o século XIX, quando a prática de intervenção em edifícios históricos funda a disciplina. Rivera Blanco (2010), por sua vez, recorre o percurso apresentado por Choay examinando as relações teóricas que irão associar o conceito de patrimônio ao de paisagem. Estas se estabelecem de forma gradual, basicamente a partir do desenvolvimento dos métodos de intervenção com a percepção da importância do “entorno”, que garantiria a leitura e apreciação eficaz da edificação em questão, garantindo sua autenticidade e originalidade, conceitos basais da área.

Contrariamente ao pensamento e à prática de Viollet-le-Duc, um dos fundadores da restauração no século XIX, o monumento será tratado cada vez menos isolado em função da valorização de sua ambiência. John Ruskin, contemporâneo de Le Duc, sustentava que todos os momentos históricos do monumento são importantes, adicionando valor a intervenções de diferentes épocas agregadas direta ou assessorialmente àqueles, o que incidiu sobre a forma de percepção também do entorno. Ao final do século XIX, com Camillo Boito, o conceito de patrimônio passa a incorporar edifícios da *Idade*

*Moderna*¹¹⁰ imprimindo novas perspectivas sobre o monumento e sua ambiência. Entretanto, somente no século seguinte, será estabelecida decisivamente esta relação.

No início do século XX Gustavo Giovannoni estabelece o debate sobre centros históricos, inaugurando um olhar sobre as “arquiteturas menores”, mais adiante designadas como vernáculas. Já naquele momento se defendia a necessidade de expandir a visão sobre os monumentos, abarcando as relações espaciais e volumétricas, simbólicas e formais que integram os grandes monumentos, expressos nos planos reguladores em que trabalhou¹¹¹. Em 1931 esta postura será oficialmente assumida na Carta de Atenas, documento de recomendações produzido pelos mais destacados restauradores da época, que funda o que se costuma chamar de “restauração científica” estabelecendo um marco regulador de alcance internacional. O desenvolvimento gradual de uma consciência a respeito do papel das arquiteturas vernáculas ou populares será efetivamente consolidado na Europa do pós-guerra, a partir de casos práticos de revalorizações de numerosos núcleos, deslocando parcialmente a perspectiva clássica de patrimônio. Entre outros documentos de relevância internacional elaborados neste contexto se destaca a Carta de Veneza, de 1964, ratificando as noções de centro histórico e ambiência urbana.

Ainda na década de 1960 o desenvolvimento da teoria da arquitetura e do urbanismo alcança aportes importantes relacionados ao entendimento de patrimônio. Aldo Rossi lança “Arquitetura da Cidade” (1966) provocando uma renovação da importância da arquitetura histórica como inspiração para a modernidade clássica. Outra iniciativa de contexto europeu decisiva para o conceito de patrimônio foi o Plano de Bolonha, que assentou novas bases operativas de “intervenção” e “reabilitação”, atribuindo à arquitetura do passado e aos núcleos antigos uma importante participação na produção de uma arquitetura contemporânea.

¹¹⁰ Boito refere-se às edificações renascentistas, então tomadas como modelo nacional na Itália em complementação aos vestígios e obras consideradas como bens de interesse, normalmente dos períodos greco-romano e medieval.

¹¹¹ Conformam exemplos o “plano regulador” do Bairro do Renascimento em Roma, e da cidade de Bari.

Tal ampliação do conceito e dos significados do patrimônio serão sentidos em muitas frentes ainda nos anos 1960. A partir da França o reconhecimento da arquitetura do ferro e vidro, ao mesmo tempo em que são incorporadas também obras racionalistas modernas como também arquitetura singela. Paralelamente, corroborando com esta posição aparece uma importante produção teórica, sobretudo norte-americana, preocupadas com a paisagem desde uma perspectiva espacial, como já destacado no capítulo anterior. Em uma frente, estes debates estão associados à construção das cidades (ainda que em contexto diverso do europeu), com autores como Kevin Lynch e Gordon Cullen; em outra, relacionados às grandes transformações territoriais que imprimem novas formas de viver e de ver os lugares, onde sobressai John Brinckerhoff Jackson, entre outros.

Foi uma mudança substancial que aproximava a necessidade de considerar patrimônio e, por consequência, salvaguardar as manifestações imóveis mais recentes, dos séculos XIX e XX, que, em alguns casos [...] revolucionavam todos os significados legislativos e de propriedade intelectual: menos de cem anos de antiguidade, autor ainda vivo, materiais e formas modernas, espaços sem consideração valorativa... (RIVERA BLANCO, 2010, p.21).

Há de se ressaltar as outras “frentes” que influenciam a ampliação semântica e determinam novos valores, sobretudo aquelas que irão configurar a partir desta mesma época (década de 1960) um renovado interesse à paisagem desde um ponto de vista patrimonial, conforme já notado nos capítulos anteriores.

Por um lado, o fenômeno do turismo, surgido no século XVIII com a intenção de “ver paisagens” (MARTINEZ-NOVILLO, 1999, p.13) e relacionado fortemente com os viajantes escritores do XIX, dentre os quais Rivera Blanco lista os restauradores Le Duc e Ruskin (além de Goethe), associado definitivamente e cada vez mais com “paisagens pitorescas dignas de ser recolhidas pelas artes” (RIVERA BLANCO, 2010, p.14).

Por outro, a questão ambiental que se impõe gradativamente desde diferentes frentes e acaba englobada nos discursos e práticas patrimoniais, assim como se sobressai em relação ao entendimento e tratamento da paisagem desde uma perspectiva patrimonial, por vezes de forma equivocada, como bem ilustra Maderuelo:

A dinâmica do meio ambiente se trama como um enredo complexo de interações entre as situações bioclimáticas e a capacidade da humanidade para aproveitar os recursos. Até uns cinquenta anos essa capacidade de exploração era limitada e não parecia provocar desequilíbrios preocupantes, mas o desenvolvimentismo dos anos sessenta do século passado começou a mostrar de que maneira se podia chegar a situações irreversíveis. A consequência foi um interesse pela 'conservação' da paisagem, similar ao que havia surgido meio século antes pelo 'patrimônio' histórico e artístico. [...] Mas essa apressada consciência de deterioração nos fez cair em uma dupla cadeia de 'mal-entendidos'. Primeira, que qualquer atuação antrópica traz como consequência degradação, e segunda, que a paisagem deve ser conservada como um bem patrimonial. (MADERUELO, 2010, p.7).

Tal conjuntura promove o surgimento de entidades internacionais de excelência na área como a UNESCO, o Conselho da Europa e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que se comprometem em relação aos movimentos arquitetônicos e patrimoniais que promovem a nova concepção de patrimônio que transcende o objeto específico, abrangendo sistemas territoriais com estatuto próprio. No início da década de 1970 a UNESCO toma a frente do debate com a Convenção do Patrimônio Mundial, onde se protegem os sítios históricos e também paisagens – aquelas então consideradas mais excepcionais no mundo – assumindo uma relação complementar entre bens de interesse artístico e histórico com bens naturais. O processo de assimilação territorial como categoria patrimonial irá se complementando por uma série de convenções internacionais como a de Berna em 1979, ou em âmbito europeu como a de Granada em 1985, de onde se estabelecem três tipos de patrimônio, monumento, conjunto e sítio, assim considerado a partir de uma delimitação concreta (RIVERA BLANCO, 2010, p.21-22).

Ao final dos anos 1980 a própria UNESCO encabeça a Declaração do Patrimônio Imaterial, reconhecendo e estabelecendo formalmente a proteção da cultura tradicional e popular e enriquecendo sobremaneira a noção do que se entende oficialmente por patrimônio.

Na década seguinte toma forma a figura da "paisagem cultural", absorvida e difundida pela mesma UNESCO, explicada pela força da relação entre elemento natural e fenômenos artísticos, religiosos ou culturais mais que por

vestígios materiais. O entendimento e a utilização do termo geram ambiguidade, suscitando o aprofundamento do debate e seguidas revisões conceituais e operativas. A Carta de Nara em 1994, por exemplo, serve de reposicionamento em relação ao eurocentrismo que havia guiado a consideração de patrimônio nos últimos dois séculos (RIVERA BLANCO, 2010, p.24). Além de introduzir novas figuras complementares como os “itinerários culturais”, a Convenção focou a homologação de diferentes paisagens ao redor dos cinco continentes, buscando uma equidade manifesta. No ano 2000, após um trabalho continuado de revisão, a Carta de Cracóvia estabelecerá pontos de convergência conceitual e operativa das paisagens como patrimônio, tratando da interação entre homem, natureza, ambiente físico e história, focando na regulamentação adequada de compatibilização territorial e valores essenciais.

No mesmo ano a Convenção Europeia de Paisagem apresenta como resultado a constituição de uma normativa articulada em quatro capítulos onde se desenvolve a definição e aspectos gerais das paisagens (objetivos da convenção, âmbito de aplicação e definições), políticos e legais, cooperação internacional entre os países signatários e aspectos formais. Esta reunião dada em Florença se mostrará outro passo determinante, servindo de parâmetro para iniciativas em curso no resto do mundo em relação à preservação e gestão de paisagens.

O processo de revisão e adequação de valores patrimoniais segue em curso, como atesta a retificação do Convênio supracitado, em 2008. Ainda que as organizações à frente do processo sejam constituídas normalmente a partir de referências e iniciativas europeias e norte-americanas, muitos países, inclusive orientais, acabam instituindo matizes próprios sobre o quê e como considerar patrimônio.

4.1.1 DA PEDRA E CAL À PAISAGEM CULTURAL

O Brasil segue uma conduta institucional semelhante às que ditaram a relação com o patrimônio mundial, ressaltado certo anacronismo em determinadas questões e pioneirismo em outras. O processo de reconhecimento oficial do patrimônio no Brasil está vinculado à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em meados da década de 1930. A instituição teve sua origem num meio de intensas mudanças políticas, econômicas e, principalmente, culturais que resultaram na criação do SPHAN – atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – e da primeira lei¹¹² de proteção do patrimônio no país em 1937, que assim define o “patrimônio histórico e artístico nacional”:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] os monumentos naturais, bem como os sítios e **paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.** (BRASIL, 1937, Artigo 1º, grifo nosso).

A partir de então, o órgão inicia uma atuação prática em prol do patrimônio cultural brasileiro, onde se destacam nomes importantes da política, da história e da cultura do Brasil como Lucio Costa, Luis Saia, Aloísio Magalhães e Sílvio Vasconcelos, além de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema e até mesmo o ex-presidente Getúlio Vargas, sob cujo mandato se desencadeia a base de toda ação. Até hoje é a instituição responsável pela proteção, preservação e valorização em nível nacional, e principal baliza para Estados e Municípios gerirem bens de relevância mais restrita.

No Brasil ainda é bastante comum que quando se fale em patrimônio seja associado exclusivamente aos monumentos arquitetônicos vinculados ao período colonial brasileiro (igrejas, casas oficiais, fortes e conjuntos urbanos com certa unidade formal). No meio técnico, esses bens são conhecidos como

¹¹² BRASIL. Decreto-Lei n°25 de 1937, Artigo 1º e parágrafo 2º.

bens de *pedra e cal* – referência aos materiais tradicionais de construções luso-brasileiras. De fato essa visão foi bastante difundida porque reconheceu como expressão maior da história nacional as construções de um passado colonial, visão que perdurou até a década de 1980, pelo menos, e que ainda hoje baliza o senso comum a respeito.

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) analisa a trajetória de trabalho do Instituto ao longo de mais de sessenta anos, e divide-o em dois grandes “momentos”. A fase inicial ou *momento fundador*, que compreende as décadas de 1930-1940, e o *momento renovador*, nos anos 1970-1980. A autora explica que, num primeiro momento, a definição do patrimônio nacional esteve totalmente voltada aos remanescentes do período colonial, e que somente a partir da década de 1970 há uma revisão da visão consolidada até então. Com uma conjuntura social e política mais madura, inicia-se uma ampliação teórico-conceitual, que será amparada legalmente com a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, que propiciou as condições para entender oficialmente e proteger legalmente um conceito mais aberto de patrimônio¹¹³:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e **sítios de valor** histórico, **paisagístico**, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art. 216º, grifo do autor)

Tal ampliação permitiu, por exemplo, englobar entre bens protegidos o patrimônio arquitetônico imigrante, com uma valorização sobre a arquitetura vernácula e proporcionalmente mais simples em termos construtivos, explorados com atenção pelo IPHAN a partir da década de 1980. De forma prática, contudo, o procedimento de preservação segue sendo o tradicional

¹¹³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 216º.

tombamento, não modificando substancialmente o *modus operandi* do Instituto, ainda que contribuísse para a difusão de uma nova perspectiva sobre o patrimônio.

Na carona desta abertura teórica, e existindo uma base jurídica configurada, também toma forma a problemática *imaterial* ou *intangível* que acompanha o patrimônio em diferentes formas de manifestação cultural. Aloísio Magalhães, figura proeminente no IPHAN, influenciaria significativamente a percepção sobre o patrimônio ao desenvolver um trabalho consistente vinculado às referências culturais brasileiras. Seu trabalho à frente do Instituto sustenta a ampliação do conceito de patrimônio ratificada pela já citada Constituição de 1988. Segundo Gonçalves (2003, p.56), Aloísio valoriza as manifestações imateriais “*não por uma suposta exemplaridade, mas como uma parte da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira.*” Há que se notar que o Brasil, que até este momento apresentava certo atraso em relação às práticas internacionais, passa a ocupar uma posição de destaque na discussão internacional a respeito.

No ano 2000, a aprovação do Decreto 3.551, institui o *registro de bens culturais de natureza imaterial*, dá-se um importante passo para tratar a questão. Difunde-se uma nova perspectiva sobre a diversidade cultural do país, com possibilidades de “registro” e proteção específica segundo suas características: a preocupação com expressões de cultura e arte popular, já registrada no projeto de Mário de Andrade para a criação do SPHAN em meados da década de 1930, começava a materializar-se.

Essa ampliação do conceito de patrimônio trouxe novas perspectivas e desafios também do ponto de vista prático da preservação do “novo” patrimônio decorrente desta corrente de pensamento. Diferentemente do *tombamento*, instrumento legal a que são condicionados os bens materiais a serem preservados, o *registro* é um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. A preservação deste tipo de patrimônio também difere essencialmente ao que tradicionalmente ocorre em relação à preservação do patrimônio material, que tem sua fundamentação no sentido de sua autenticidade e de sua permanência. No caso dos bens imateriais, os atributos que os definem são naturalmente mais dinâmicos. Em comum com os bens de

natureza material, os bens selecionados para *registro* são inscritos também em livros¹¹⁴, recebendo a partir deste momento o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”¹¹⁵.

Diferentemente dos parâmetros usados até então, provenientes principalmente do campo das artes, da história e da arquitetura, a definição de patrimônio passa a se basear essencialmente em conceitos antropológicos de cultura que dão ênfase às relações sociais e simbólicas mais que aos objetos. Esta ampliação do conceito de cultura, e por consequência de patrimônio, se presta muito bem para elucidar as diferentes relações estabelecidas a partir do patrimônio. Percebe-se que novas disciplinas focam seus esforços nos sentidos e significados para além do objeto. Chagas (2003, p.97) afirma que *“aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível”*.

Gonçalves (2003, p.97), por outro lado, alega que é muito significativo que a classificação *imaterial* ou *intangível*, como preferem alguns autores, seja utilizada para *“classificar bens tão tangíveis quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos”*. Corroborando com esse pensamento, Londres Fonseca (2005, p.65) também lembra que para que haja qualquer tipo de comunicação é imprescindível um suporte físico e que para todo signo existe sempre, além da dimensão simbólica, a dimensão material. Assim, da mesma forma com que este trabalho acolhe a posição de que natureza e cultura são mais que categorias complementares, se apregoa a relação de indissociabilidade entre patrimônio material e imaterial. Exceções feitas à questões estritamente didáticas, caminha-se para o consenso de que patrimônio deve ser tratado em sua complexidade.

A reboque do debate internacional, apoiada em um renovado interesse de um número crescente de disciplinas, sobretudo aquelas responsáveis direta e indiretamente pela transformação propriamente do espaço (arquitetura, planejamento e turismo), o país absorve também a concepção de paisagem

¹¹⁴ Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro de Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

¹¹⁵ BRASIL. Decreto-Lei n° 3.551 de 2000.

como patrimônio. Inicialmente de forma restrita aos meios acadêmicos, mas em seguida esboçando iniciativas institucionais a respeito, especialmente aqueles voltados à preservação do patrimônio.

Até este momento no Brasil a paisagem foi tratada de forma assessoria pelos órgãos de preservação, em geral sem uma definição clara e muitas vezes vinculada como entorno ou pano de fundo de bens protegidos. A partir de 2006, no entanto, o IPHAN soma-se à discussão e engloba a paisagem em sua estratégia de ação em iniciativas como o *Projeto Cariri*, no Ceará, onde a noção de paisagem foi utilizada para a delimitação da área de estudo, e como elo de integração para os bens protegidos nos *Roteiros Nacionais de Imigração*, em Santa Catarina.

Ribeiro (2007) apresenta uma retrospectiva do modo como a paisagem foi tradicionalmente trabalhada pelas instituições de preservação no Brasil, e aponta alguns aspectos que devem balizar qualquer abordagem sobre a paisagem como um bem patrimonial:

Se quisermos utilizar essa categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado. Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existem. [...] É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado. (RIBEIRO, 2007, p.111).

A cumulativa assimilação de valores a serem preservados vai constituindo-se também em termos conceituais, o que implica uma noção não acabada de patrimônio, distante daquela idealizada e ainda notada em meios especializados em diferentes graus. Da mesma forma, a integração de conceitos complementares, como o de paisagem, por exemplo, passam a exigir um desdobramento em nível operativo, resultando um incremento técnico, jurídico e administrativo como demonstra o percurso histórico que acompanha o tema.

Castriota (2011) considera as transformações conceituais e práticas ocorridas em contexto internacional para analisar dificuldades de abordagem que afetam diretamente a conservação do patrimônio no Brasil. Para ele há uma tensão que se revela a partir de três fatores que são acelerados e se manifestam de forma contundente nos dias de hoje ainda que sua origem seja anterior: um deslocamento cronológico e hierárquico no campo dos valores; a ampliação do próprio conceito que abrange o imaterial, e finalmente o aparecimento de novos atores que influenciam decisivamente as questões de gestão deste patrimônio, cada vez mais complexa e abrangente.

A partir desta constatação, o autor elabora um modelo teórico que segue a evolução da concepção de patrimônio relacionado à abordagem específica de atuação segundo três eixos estruturadores: *Preservação*, *conservação* e *reabilitação*, sendo que cada um destes eixos pressupõe cinco categorias de análise que são conceito (1), objeto (2), marco legal (3), atores (4) e profissionais envolvidos (5).

Segundo a síntese proposta por Castriota (2011), o conceito inicial de patrimônio era aplicado à bens isolados ou coleções de objetos selecionados segundo sua excepcionalidade estética e/ou histórica, voltado à edificações isoladas, em geral. Juridicamente o instrumento de proteção é o *tombamento*, cabendo ao Estado a atitude praticamente exclusiva de preservação, sendo que os profissionais envolvidos eram majoritariamente arquitetos e historiadores (estes ainda em menor número). Em relação à experiência brasileira, este período remete aos primórdios da criação de um instituto responsável pelo patrimônio na década de 30 e os desdobramentos da Lei 25 de 1937. Conforme já notado, esta etapa histórica é marcada pela promoção de uma identidade nacional através da preservação da arquitetura monumental colonial, principalmente.

Em um segundo momento, essa noção inicial é ampliada para incluir grupos de edificações, núcleos históricos juntamente com espaços públicos. Tal noção é contemplada por instrumentos pioneiros para áreas de conservação como a *Lei Malraux* francesa, de 1961 e o exemplo norte-americano do *Civil Amenities Act*, de 1967, onde o Estado, apesar de ser ainda o ator central, atua como promotor e regulador para a participação da iniciativa privada; em outra frente,

esta etapa é marcada pelo início da abertura do tema à participação cidadã. Da mesma forma a gama de profissionais envolvidos se diversifica, incluindo além de arquitetos e historiadores outros cientistas sociais (sociólogos, antropólogos, etc.), e contando ainda com a participação gradativa de planejadores urbanos. Este momento inicia, conforme Castriota (2011), na década de 1960 com o *Plano Urbanístico e Socioeconômico de Bolonha* e da experiência similar aplicada em Salerno, ambos na Itália e que, apesar do atraso e distorções com que chegam ao país, acabam tendo reflexos no modo lidar com as questões de preservação. Ainda há que se levar em consideração experiências como a de Barcelona com o exitoso plano que na década de 1980 conseguiu unir na prática os esforços de participação da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, e do exemplo tupiniquim de revitalização do bairro do Recife, que inaugura no país uma visão abrangente sobre a questão de preservação e gestão do patrimônio.

A etapa seguinte, segundo Castriota (2011), amplia ainda mais a noção de patrimônio que então passa a compreender o imaterial e o natural. Além de grupos de edificações e núcleos históricos inteiros, abarca também paisagens urbanas e rurais, assim como itinerários estruturados historicamente, bem como uma série de manifestações culturais amplamente representativas. Neste sentido, é dada ênfase à participação cidadã e à parceria público-privadas, onde o Estado passa a ser ator coadjuvante. Ao mesmo tempo surgem novos instrumentos para viabilizar tais parcerias, e onde se destacam novos profissionais ligados à administração e gestão, além dos já citados. Este terceiro período refere-se ao atual juízo de patrimônio com uma preocupação nas políticas mais amplas que sustentem sua preservação. No Brasil o início da atuação dentro deste contexto inicia-se efetivamente a partir de 1988, com uma ênfase maior a partir do ano 2000, através de marcos legais próprios, conforme notado anteriormente.

Especificamente em relação ao tratamento patrimonial da paisagem, pode-se situar a experiência brasileira em uma fase de ajustamento. Com as incertezas típicas de todo começo, assim como de diferenças contextuais determinantes em relação à países com tradição no tema. Ainda que com certa defasagem temporal, nota-se esforço institucional em contemplar a paisagem e

acompanhar mais de perto os avanços na área que apontam à uma abordagem espacial e administrativa ampla.

4.1.2 PATRIMÔNIO COMO PAISAGEM *VERSUS* PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO

Efetivamente nos últimos vinte e cinco anos a paisagem vem sendo utilizada como meio de entendimento do território e base para planos de ordenação. Neste contexto, alguns documentos internacionais vão paulatinamente estabelecendo um marco legal e administrativo que distinguem importância à paisagem em um contexto territorial. Entre eles sobressaem a *Carta da Paisagem Mediterrânea* redigida em Sevilha em 1993 por uma iniciativa conjunta entre Espanha, França e Itália e a *Recomendação R(95)9* sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, proposta pelo *Conselho da Europa* em 1995. O tratamento territorial paisagístico começa a ser considerado em escala internacional desde um ponto de vista jurídico e político em 1999 com a *Estratégia Territorial Europeia (ETE)*, que assumia a necessidade de tratar e gerir paisagens de interesse excepcional (GÓMEZ MENDOZA, 2008, p.32).

O passo definitivo, com uma visão mais abrangente sobre o tema é alcançado pelo *Convênio Europeu da Paisagem (CEP)* cujo texto final foi apresentado em Florença em 2000 (sua formulação iniciou em 1994) e teve por objetivo incorporar a dimensão paisagística nas políticas públicas dos países signatários mediante o desenvolvimento de instrumentos de ordenação, gestão e fomento dos valores paisagísticos em escala territorial.

É o CEP [...] que assume plenamente o sentido territorial da questão paisagística, ou seja, a ideia inovadora desde o ponto de vista jurídico e político, de que todo território é paisagem, de que cada território se manifesta na especificidade de sua paisagem, qualquer que seja sua qualidade e o apreço que mereça. O CEP não define o que é bonito ou feio e não associa a paisagem à experiências estéticas necessariamente positivas, o que supõe uma mudança de rumo fundamental para as políticas e programas. (GÓMEZ MENDOZA, 2008, p.32).

De maneira geral todos estes documentos mesclam preocupações institucionais de preservação dos chamados patrimônio “cultural” e “natural” em uma escala territorial. Martins (2008) analisa as diferenças conceituais no

entendimento de paisagem nos textos citados acima, e anota os enfoques comuns que balizam o termo e seu tratamento. Aponta, assim, a *interação entre homem e natureza*, ou seja, a paisagem é expressão formal da relação sensível dos indivíduos e das sociedades em um tempo e um espaço topograficamente definido; além disso, em relação à *percepção do espaço*, estabelece-se que a paisagem é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território apropriado pelo homem é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; outro ponto que se mostra comum é quanto à atribuição de valor, de onde se admite que a paisagem deva ser considerada portadora de significado cultural, pois por ela são definidas sensibilidades, práticas, crenças e tradições e à ela são atribuídos valores de ordem afetiva, de identidade, estética, simbólica, espiritual ou econômica.

Joaquín Sabaté (2008), professor de urbanismo na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona e fundador do *Laboratório Internacional de Paisagens Culturais*, ilustra como a estreita ligação entre patrimônio e paisagem culminou modernamente com o que se convencionou chamar de *paisagem cultural*. Conforme o autor o conceito foi herdado da geografia, essencialmente dos estudos de *Carl Sauer*¹¹⁶ e de *John Brinckerhoff Jackson*, a quem o autor se esforça em referenciar, assim como a outros estudiosos do século XX que contribuíram no desenvolvimento do tema. Rivera Blanco também remete à Sauer e à Jackson para explicar a origem e o entendimento atual que o conceito carrega:

Em seu significado contemporâneo e a nível internacional [...] a 'paisagem cultural' começa a ser definida no começo do século XX. De fato, no ano de 1925 o geógrafo Carl O. Sauer defendia que a "paisagem cultural é a transformação de uma paisagem natural por um grupo cultural. Cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural o resultado". O conceito foi maturado durante as décadas seguintes e nos anos 60 John B. Jackson e Pierce Lewis sustentam que todas as paisagens são

¹¹⁶ As investigações de Sauer sobre Paisagens Culturais se estendem em textos e congressos, como o que organiza em 1955, denominado "*Man's role in changing the face of the Earth*". Em seus estudos analisa as transformações territoriais pelo homem, os efeitos de sua ação sobre a água, terra, comunidades bióticas, consumo de matéria prima, etc. Outra obra relevante de Sauer será publicada em 1956 nos Anais da Associação de Geógrafos Americanos "*Education of a Geographer*", onde defende a necessidade de observar e refletir sobre o significado de cada paisagem. Nota de Sabaté ao referir-se sobre o mesmo assunto em outra publicação: De la Preservación del Patrimonio a la Ordenación del Paisaje. Revista Ambiente Digital, nº 98.

inerentemente culturais, ou seja, que dizer paisagem cultural é um pleonasma, e somente 'paisagem' é suficiente para entender tudo (e isto inclui as rurais desde as granjas, pontes ou caminhos tradicionais até centros comerciais ou autoestradas, e cada momento histórico vai criando novas paisagens). Ainda assim [...] às vezes se entende o cultural radicado na existência de determinados valores culturais ou estéticos de um acontecimento ou atividade histórica, pessoa ou grupo que se apresenta associado à paisagem. Sem embargo, parece mais atrativo considerar que as ideias de paisagens culturais não devem ser aplicadas tanto a um especial tipo de paisagem – já que todas são – mas a uma especial maneira de ver as paisagens que enfatiza a interação entre homem e a natureza ao longo do tempo. (RIVERA BLANCO, 2010, p.16-17, grifos originais).

O fato é que o legado de Sauer e Jackson influenciará a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) no final do século XX, quando o *conceito Paisagem Cultural* passa a ser incorporado. A mesma Convenção de 1992 que assumiu o conceito também definiu diferentes classificações para a categoria, configurando o parâmetro para trabalhos que pretendam abranger essa dimensão patrimonial: *paisagens claramente definidas*, aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, como jardins e parques construídos por razões estéticas; *paisagem evoluída organicamente*, aquela que resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e que desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo; e *paisagem cultural associativa*, aquelas que têm seu valor dado em função das associações que são feitas à elas, mesmo que não haja manifestações materiais de intervenção humana (FOWLER, 2003, p.19).

Sabaté chama atenção para o fato – sobremaneira interessante para esta investigação – de que o conceito nasce com uma “perspectiva muito mais administrativa, preservadora e política do que acadêmica ou orientada ao projeto” (SABATÉ, 2008, p.252). Neste mesmo contexto Sabaté examina que, mesmo para as principais instituições que o adotam, o termo acompanha algumas ressalvas:

E, ainda que goze de reconhecimento oficial, ainda hoje a expressão 'paisagem cultural' constitui um termo pouco comum para um conceito relativamente opaco. Sirvam como exemplo

as definições relativamente complexas de paisagem que propõe a UNESCO¹¹⁷, ao aprovar em 1992 um instrumento de reconhecimento e proteção de valor universal. Tampouco resultam mais esclarecedoras as categorias estabelecidas pelo National Park Service¹¹⁸, a entidade que mais paisagens culturais promoveu ou amparou. (SABATÉ, 2008, p. 252-253, grifo original do autor).

De todos os modos, é notável que o conceito seja forjado a partir de uma preocupação eminentemente patrimonial, evidenciando já na década de 1970 a necessidade e esforços de preservação do patrimônio “natural e cultural” e do relativamente recente *patrimônio industrial* em vários países, sobretudo europeus, resultando uma série de novos termos e conceitos que pretendem uma abordagem em escala mais ampla dos temas naturais e culturais presentes nos territórios.

No calor desta preocupação se desenvolve na Inglaterra, França e Alemanha a arqueologia industrial, ou seja, o estudo científico do patrimônio industrial. Inicia-se com os ‘palácios da indústria’, mas logo se estende a manifestações menos singulares e a interpretação em geral de paisagens de trabalho. Ao mesmo tempo se levantam diversos museus relacionados com a antropologia nos países nórdicos [...] surgem os eco-museus na França, Noruega e Suécia, e os primeiros planos de interpretação na Inglaterra. Pouco mais tarde se acunha o

¹¹⁷ A UNESCO distingue três categorias de Paisagens Culturais: “Clearly Defined Landscape”: Paisagem criada pelo homem (Jardins, parques), comumente associado a edifícios religiosos e monumentos; “Organically Evolved Landscape”: Paisagem surgida por motivos sociais, econômicos, administrativos ou religiosos, que evolui em sua forma e componentes; “Associative Cultural Landscape”: Paisagem que mostra uma forte vinculação cultural, religiosa ou artística com elementos naturais, mais que uma clara evidência física, geralmente insignificante, ou mesmo ausente. Em base a estas definições foram nominadas uma trintena de paisagens culturais em todo o mundo. De la Preservación del Patrimonio a la Ordenación del Paisaje. Revista Ambiente Digital, nº 98.

¹¹⁸ O National Park Service define assim os quatro tipos de paisagens culturais que gestiona: “Historic Site”: Paisagem significativa por sua relação com um acontecimento histórico, uma atividade ou um personagem (campos de batalha, propriedades e casas presidenciais); “Historic Designed Landscape”: Paisagem projetada por um paisagista, mestre jardineiro, arquiteto ou um horticultor, de acordo com certos princípios de desenho, ou por um jardineiro aficionado trabalhando segundo um estilo ou tradição reconhecidos; Dita paisagem pode ser associada com uma pessoa, uma tendência ou um acontecimento significativo na arquitetura da paisagem, ou ilustrar um desenvolvimento importante na teoria e prática da arquitetura da paisagem (parques e campus); “Historic Vernacular Landscape”: Paisagem que evoluiu com o curso da sociedade cujas atividades e ocupação lhe deram forma (fazendas históricas, aldeias rurais, complexos industriais, paisagens agrícolas); “Ethnographic Landscape”: Paisagem que contém diversos elementos naturais e culturais, que a gente, essencialmente seus habitantes, reconhece como recursos patrimoniais (sítios sagrados, estruturas geológicas). Preservation Briefs, nº36, Disponível em: <http://www.nps.gov/index.htm> e <http://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/briefs/36-cultural-landscapes.htm>, consultado em 21.12.2012.

conceito de território museu. (SABATÉ, 2008, p.254, grifo original do autor).

Nesta conjuntura nascem os “parques patrimoniais”, onde se consolida uma prática que se tornará bastante utilizada e espalhada geograficamente, bem anotado por Sabaté na citação seguinte. Além disto, o autor também destaca o desenvolvimento acadêmico que o tema incita através de um grande número de novos programas de especialização e pós-graduação, enfatizando também seus aspectos teóricos e de difusão.

Surgem assim os denominados parques patrimoniais como estratégia de desenvolvimento territorial. [...] e o fazem seguindo um processo bastante comum, que compreende o inventário de recursos, sua hierarquização, e interpretação em função de uma determinada história e a construção de uma estrutura suporte que, mediante itinerários, vincule os recursos entre si e com centros de interpretação, museus e serviços diversos. (SABATÉ, 2008, p.254-255).

O mesmo autor destaca que as paisagens culturais e os parques patrimoniais vêm assumindo um papel crescente em termos de desenvolvimento local, contrariando a lógica dominante dos planos de ordenação do século XX; os princípios fundamentados no desenvolvimento industrial, no zoneamento e em grandes infraestruturas estão sendo repensados e algumas propostas de ordenação territorial “começam a atender [...] natureza e cultura como parte de um conceito único, patrimônio”, onde as paisagens culturais podem servir para alcançar “entornos mais diversos e carregados de identidade” (SABATÉ, 2004, p.49).

Sabaté sustenta a manutenção do conceito e das práticas associadas ao planejamento e gestão de territórios sob certas condições; defende as paisagens culturais e os parques patrimoniais como uma reação à banalização que atinge paisagens diferenciadas, pela uniformidade formal e segregação do espaço decorrente dos processos de globalização, e adverte que “a fronteira entre um parque patrimonial e um parque temático é muito tênue e pode se borrar facilmente”, complementando que na “sociedade pós-industrial muitas estratégias comerciais estão baseadas na nostalgia e em uma intencional recuperação do passado onde a cidade da ilusão substitui a velha e dura cidade fabril” (SABATÉ, 2008, p. 257).

Mesmo com as ressalvas, a posição do autor é bastante positiva. Sua extensa atuação como um dos principais difusores e pesadores das práticas associadas às paisagens culturais em diferentes países, com atuações como consultor inclusive no Brasil, conforma uma importante base para reflexão. Neste contexto, Sabaté (2008, p.262) deixa em segundo plano o reconhecimento a partir de títulos oficiais, aspiração política de muitos territórios, sobretudo a designação da UNESCO como “*Patrimônio da Humanidade*”. Ressalta que a maioria dos exemplos bem sucedidos consegue ativar a autoestima local e incrementar consideravelmente o número de visitas somente com reconhecimento oficial local, frisando que os principais agentes interessados em valorizar seu patrimônio devem ser os residentes locais, sendo assim o principal recurso e a verdadeira razão para impulsionar uma iniciativa deste tipo.

Sabaté defende uma abordagem territorial da paisagem como substrato de vestígios históricos que merecem ser revelados e valorizados, e que têm relação fundamental não só com processos econômicos, mas principalmente na qualidade e autoestima local. Em relação à gestão e instrumentos necessários para promoção de territórios dentro da lógica analisada, ao contrário do que se pode supor inicialmente, o autor explica que a “análise das iniciativas mais relevantes e exitosas de parques patrimoniais nos demonstra que muitas delas antecedem às leis e marcos administrativos específicos” (SABATÉ, 2008, p.262).

Baseado na sua experiência prática em contexto europeu, Mata Olmo sustenta que o avanço em termos de integração das disciplinas vai acontecer no contexto *prático*, a partir de iniciativas que focam a paisagem como meio de ordenação territorial. Neste contexto, destaca o papel da gestão territorial da paisagem para o aprimoramento da teoria:

Sobre este assunto – o de uma teoria que sustente a ação – se vem falando insistentemente nos últimos anos, desde o momento no qual os estudos de paisagem saem do âmbito estritamente acadêmico e se implicam nas tarefas de projetar o território com critérios e objetivos paisagísticos. [...] a experiência recente em nosso entorno mais próximo e no europeu, manifesta que os esforços pela convergência de enfoques e pela formulação de métodos úteis para a gestão

das paisagens (para a construção de tão reclamado projeto de conhecimento transdisciplinar) procedem mais dos estudos e documentos orientados à ordenação da paisagem em sentido amplo que dos âmbitos propriamente disciplinares. Em outras palavras [...] são os requerimentos da gestão territorial da paisagem os que na prática estão favorecendo a aproximação de enfoques e métodos, na linha interdisciplinar que a paisagem precisa, e a integração explicativa e propositiva das dimensões ecológica, socioeconômica, *histórico-cultural* e estética que toda paisagem alberga. (MATA OLMO, 2006, p.20, grifo nosso).

5 LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE PAISAGENS

“From a postmodern perspective, landscape seems less like a palimpsest whose “real” or “authentic” meanings can somehow be recovered with the correct techniques, theories or ideologies, than a flickering text displayed on the word-processor screen whose meaning can be created, extended, altered, elaborated and finally obliterated by the merest touch of a button.”

Denis Cosgrove, Stephen Daniels

Mata Olmo (2010, p.31) aponta a complementaridade e convergência na evolução dos conceitos e das políticas de patrimônio e paisagem num duplo sentido: manifestos desde os estudos e a ação de conservação do patrimônio, quanto da análise e das políticas do território e paisagem em direção ao fato patrimonial. Numerosos especialistas em patrimônio, assim como recomendações e tratados internacionais demonstram como a paisagem se converteu “em um tipo particular de patrimônio, em sua referência provavelmente mais aberta como expressão morfológica, funcional e simbólica do território, ou de determinado territórios, para ser mais preciso” (MATA OLMO, 2010, p.31).

Seria um equívoco, todavia, uma analogia direta com o conceito e o tratamento clássico de patrimônio, entendendo a paisagem simplesmente pertencente a esta categoria. Como denuncia Maderuelo, há uma diferença fundamental radicada nas qualidades de evolução e transformação desta última:

Seguindo a experiência e a mecânica desenvolvidas por aqueles que se dedicam à ‘conservação’ do patrimônio, se pensa que se a paisagem é considerada como um bem patrimonial, esta deve ser protegida, conservada e restaurada, de forma parecida a como se faz com um quadro ou, talvez por proximidade, com um monumento arquitetônico ou um ‘conjunto monumental’. Mas conservar supõe uma vontade de deter, enquanto a paisagem tem implícita a ideia dinâmica de transformação contínua. (MADERUELO, 2010, p.8).

Todo este processo de ampliação semântica do patrimônio compartilha com a paisagem um arcabouço conceitual de objetos e sujeitos, de realidades

materiais e de representações, ampliando também seus de significados e demandando um reposicionamento metodológico por parte da ação pública, conforme aponta Mata Olmo:

O processo de abertura semântica do patrimônio supõe, no âmbito das políticas públicas, atribuir sentido, valores e ações patrimoniais, além de um amplo repertório de fenômenos imateriais, à peças cada vez mais extensas de território, superando os limites de sítios e conjuntos históricos, que em seu momento constituíram um avanço em relação aos museus e elementos singulares. (MATA OLMO, 2010, p.34).

Muitos países, sobretudo europeus, vêm trabalhando com a paisagem em escala territorial, englobando a perspectiva patrimonial que se quer destacar nesta pesquisa, como inicialmente citado. Assim como se observa uma evolução cumulativa no conceito de patrimônio até associar-se definitivamente com o de paisagem, nota-se que o conceito de paisagem absorve significados e cresce em complexidade demandando também um aprimoramento prático contínuo.

5.1 REFLEXÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE PAISAGEM-PATRIMÔNIO

Paisagem e patrimônio são noções que compartilham, em sua essência, a relação entre objeto e sujeito, entre a realidade material dos fatos artísticos, históricos e geográficos, e suas representações culturais e simbólicas. Desenvolvem-se, pois, em um mesmo terreno de simultaneidade de ideias e sentimentos. Patrimônio se produz [...] em uma situação de tensão entre a razão e o sentimento, entre a reflexão e a vivência. [...] O mesmo pode dizer-se da paisagem, tanto aquela a qual atribuímos *valores patrimoniais*, como das *paisagens comuns, cotidianas*. (MATA OLMO, 2010, p.33, grifo original do autor).

A sequência apresentada neste capítulo evidencia uma expectativa crescente na defesa legal de elementos do patrimônio, que passa a absorver novos significados e atingir concretamente o território, participando ativamente no processo de formulação e/ou consolidação de identidades territoriais. Este fato está associado, por um lado, a reação em relação às transformações – cada

vez mais rápidas – no espaço, mas também na percepção de tempo contemporâneos. O sentimento de nostalgia (D'ANGELO, 1999; RAFFESTIN, 2005; NOGUÉ, 2006; SUZMAN, 2008; MATA OLMO, 2010; SERRÃO, 2011) ativado a partir de diferentes entradas incide de maneira determinante sobre a paisagem, entrelaçando definitivamente estes dois conceitos também na prática.

Segundo Llorenç Prats o fator determinante para que algo se constitua em patrimônio “é seu caráter simbólico, sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade” (PRATS, 1997, 2004, p.29). Mata Olmo alude a estudos recentes sobre a historiografia da paisagem para afirmar que “a identificação e caracterização de estereótipos paisagísticos como imagem imutável do território, aceita comumente por uma sociedade, responde também a processos de reafirmação nacional” (MATA OLMO, 2010, p.36).

A partir dessa constatação, surge a questão a respeito de como um ente potencialmente patrimonializável institui-se em patrimônio propriamente dito. Prats afirma que a “ativação patrimonial” fundamenta-se na eficácia simbólica de referentes patrimoniais, que por sua vez têm origem nos âmbitos da natureza, da história ou do gênio criativo. Esta eficácia simbólica, para o autor, é a capacidade de determinado ente patrimonial “condensar emoções”, isto é, de expressar de “forma sintética e emocionalmente efetiva uma relação entre ideias e valores” (PRATS, 1997, 2004, p.31).

Neste sentido, Prats posiciona-se contra o senso comum que entende a questão de seleção e ativação patrimonial a partir da sociedade como *sujeito coletivo*, e alega que todo processo de patrimonialização é sempre e em última instância um ato de poder:

[...] Não ativa quem quer, mas quem pode [...], em primeiro lugar os poderes constituídos [...]. A sociedade pode aderir e/ou outorgar (ou opor-se ou denegar), concordar uma representação, uma imagem, um discurso [...]; mas (estes) foram elaborados por alguém concreto [...], a serviço de ideias, valores e interesses concretos [...]. Os repertórios patrimoniais também podem ser ativados desde a sociedade civil, por agentes sociais diversos, ainda que para frutificar sempre necessitarão o suporte, ou, pelo menos, o consentimento do poder: sem poder, poderíamos dizer, não existe patrimônio. (PRATS, 1997, 2004, p.35).

Cabe contextualizar que a posição acima se refere a uma etapa inicial de revolução tecnológica, onde agem grandes transformações sociais e urbanas, associadas à substituição veloz de elementos de referência cultural de todos os tipos. Este fato, associado ao sentimento de perda ou nostalgia, acaba potencializando a carga simbólica inerente a tais elementos em função de identidades territoriais. Mata Olmo associa essa conjuntura ao momento atual de “abertura” do patrimônio à paisagem e ao território, tecendo considerações a respeito dos problemas que este novo estatuto carrega:

[...] a ampliação progressiva do patrimônio e a dificuldade de determinar seus limites e sua própria definição respondem ao contexto atual no qual se desenvolve sua proteção e gestão, um contexto muito distinto do que justificou seu nascimento. O presente é hoje de risco e incertezas em todas as escalas; de globalização e banalização dos lugares; de consumo insustentável e desigual de recursos e território, com destruição e substituição massiva de vestígios, saberes, culturas e memória. (MATA OLMO, 2010, p.39).

Esta abertura semântica vai acontecer tanto em termos físicos quanto interpretativos, o que fica evidenciado pelo considerável aumento de tipos e extensão dos entes patrimoniais; da mesma forma, esse desenvolvimento passa gradativamente do elemento isolado ao conjunto, e deste ao território, onde a figura do entorno, agora formalizada, cria possibilidade de integração entre o território e tais entes. Desta forma, perde força a ideia de atuação sobre determinados (poucos) elementos patrimoniais com alta carga simbólica e identitária de perfil ambíguo, passando-se a admitir que “o desafio do patrimônio está hoje no território e em suas representações” (MATA OLMO, 2010, p.39-40).

O entorno do monumento ou do conjunto histórico, artístico ou arqueológico, concebido em um primeiro momento em termos essencialmente visuais, para salvaguardar as vistas ao e desde o fato patrimonial, se converte em um âmbito de geometrias variáveis, no que junto à proteção dos aspectos perceptivos se consideram também aqueles elementos e processos funcionais que dão sentido, que permitem compreender o elemento patrimonial em seu contexto territorial. (MATA OLMO, 2010, p.39-40).

Um marco no entendimento de patrimônio como expressão do caráter e diversidade de lugares e comunidades em oposição à tradicional noção simbólica e singularista é o documento “*Funcões do Patrimônio Cultural numa Europa em Mudança*” (*Fonctions du patrimoine culturel dans une Europe em changement*)¹¹⁹ organizado pelo Conselho Europeu em 2002. De fato, o entendimento de patrimônio expresso na obra é conceitualmente similar à noção contemporânea de paisagem.

A partir da posição defendida no documento busca-se inverter a lógica descrita por Prats (patrimonialização autoritária) em direção a uma “patrimonialização participativa” como forma de avanço da democracia com a implicação de comunidades locais no processo. Esta abordagem também fica evidenciada nas diferenças encontradas na gestão dos recursos patrimoniais, com efeitos significativos no âmbito da conservação, conforme analisa Mata Olmo:

A catalogação, exercício próprio das ações patrimoniais clássicas, perde paulatinamente protagonismo em benefício da caracterização. Nesta mesma linha deve-se entender a superação das iniciativas individuais de conservação em favor da conservação integrada, e o salto de uma ideia de patrimônio ancorada nos sítios na sua integração ao território e a formulação conseguinte de estratégias patrimoniais de âmbito nacional ou regional. (MATA OLMO, 2010, p.41-42).

Estas questões incidem diretamente na demandada revisão sobre o papel do patrimônio como recurso, conhecidos os efeitos negativos de um “patrimônio de consumo”, e do potencial benéfico apresentado por uma aproximação a partir de um “patrimônio de uso”¹²⁰ como estímulo à qualidade de vida das populações locais tanto quanto para seu desenvolvimento econômico; uma abordagem que faz com que valores patrimoniais transcendam museus ou

¹¹⁹ Conséil de l'Europe. *Fonctions du patrimoine culturel dans une Europe em changement*. Estrasburgo, 2002, especialmente em CLARK, Kate; DRURY, Paul. Du monument au citoyen: les fonctions du patrimoine culturel dans une Europe en évolution. Pode ser consultado em [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Publications/ECC-PAT\(2001\)161_FR.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Publications/ECC-PAT(2001)161_FR.pdf)

¹²⁰ Mata Olmo refere-se à diferenciação de *patrimônio de uso* “atento ao direito de apropriação e de desfrute daqueles que constroem, conservam, transformam e transmitem o patrimônio”, ou seja, de seus atores, frente ao *patrimônio de consumo*, utilizada por Pablo Palenzuela Chamorro em *Guía para la puesta em valor del patrimonio del médio rural andaluz*, Consejería de Agricultura y Pesca, Junta de Andalucía, Sevilla, 2000, e: *El patrimonio inmaterial de los poblados de colonización*, em PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, nº52, 2005, p.94-101.

sítios e abarquem territórios extensos, permitindo superar a noção habitual de turismo de visitação pontual por uma noção mais equitativa de retorno social e econômico, de maior alcance espacial (MATA OLMO, 2010, p.42-43).

Conforme Mata Olmo, todo este processo de ampliação de significados e novas práticas protagonizado nas relações entre patrimônio e paisagem carregam dois tipos de limitações, que podem ser assim sintetizados:

A primeira consiste em que, com contadas exceções internacionais, patrimônio cultural e patrimônio natural são tratados ainda de maneira separada e diferente pela maior parte das normas que regulam sua conservação. [...] A segunda limitação consiste no fato de que o patrimônio natural e cultural objeto de legislação específica, além de um tratamento separado, se referem a partes concretas do território, àquelas que têm um 'valor relevante meio-ambiental, paisagístico, científico ou cultural', no caso do patrimônio natural, ou contam com 'interesse' e 'valor' especial no caso do patrimônio histórico-cultural. (MATA OLMO, 2010, p.43, grifos originais).

Ainda, ao sustentar a ideia de que patrimônio não é somente aquele protegido oficialmente, Mata Olmo contrapõe a questão prática inerente ao processo de identificação e seleção, que continua sendo necessária para diferenciar patrimônio e aquilo que não é. Se o que se busca ao fim é um regime coerente de proteção, “é inevitável estabelecer critérios que permitam determinar a relevância de um determinado fato, material ou imaterial, e diferenciar assim o patrimônio e o ‘não patrimônio’”. É precisamente neste ponto que os conceitos de patrimônio e de paisagem fundem-se definitivamente conforme a nova perspectiva em curso (apoiada por esta tese): Mais que individuar valores específicos tais como históricos, artísticos, paisagísticos, etc., as abordagens mais abertas da teoria e prática da preservação do patrimônio se baseiam no “significado para os cidadãos” como critério de patrimonialização, isto é, a capacidade deste bem satisfazer demandas sociais: “São noções muito próximas a de ‘bem coletivo’ que o patrimônio compartilha hoje com o renovado conceito de paisagem [...]” conforme complementa Mata Olmo (2010, p. 44).

Assim, considerando que tornar algo “patrimônio” (identificar/ selecionar/ declarar/ proteger) implica um processo de seleção daquilo que é significativo dentro de um amplo espectro de entes patrimonializáveis e, sendo a paisagem

uma qualidade de todo território (todos os territórios) a partir de seu caráter percebido:

Seu estudo e ordenação não deveriam restringir-se, portanto, ao notável e ao especialmente valioso – a uma seleção de paisagens significativas –, mas estender-se à todas as paisagens, às notáveis, singulares ou exóticas, mas também a paisagens mais habituais, às rurais, às urbanas e periurbanas, à este amplo repertório de ‘paisagens ordinárias’, como foram chamadas recentemente¹²¹, que constituem o cenário da vida cotidiana das pessoas. (MATA OLMO, 2010, p. 44-45, grifos originais).

Esta abordagem sustenta que a paisagem não está associada a uma experiência estética necessariamente positiva, o que a diferencia em termos normativos em relação àquelas de conservação da natureza, de patrimônio e inclusive urbanísticas tradicionais.

Joan Nogué avalia o papel que as imagens exercem em nossa relação com a paisagem. Para ele, as sociedades modernas vivem uma ruptura entre a percepção das paisagens reais e de suas representações que interfere decisivamente no estabelecimento de identidades entre território e grupo social (NOGUÉ, 2008, p.14-15).

As imagens de paisagem são imagens extraordinariamente cotidianas em nosso universo visual e podem chegar a orientar nossa percepção da realidade. A apreciação estética da paisagem é um fato cultural no qual o que se sabe (a informação visual sobre a paisagem) condiciona e questiona o que experimenta (a própria vivência da paisagem). (NOGUÉ, 2008, p.12).

O autor sustenta que o debate entre paisagem e sua representação alcança atualmente especial interesse devido, sobretudo, à *crise de autenticidade*, paradoxo fundamental de nossa época: “A tensão entre o autêntico e o simulacro, entre o original e a cópia se vive com intensidade nesta nova etapa, também no que se refere à paisagem” (NOGUÉ, 2008, p.15).

Num outro extremo, conforme indicado anteriormente, o Convênio Europeu da Paisagem assume política e juridicamente o sentido territorial da paisagem

¹²¹ Mata Olmo refere-se especificamente à: DEWARRAT, Jean-Pierre; QUICEROT, Richard; WEIL, Marcos; WOEFRAY, Bernard. *Paysages ordinaires. De la protection au project*. Sprimont, Liège, Pierre Mardaga, 2003.

sustentado no conceito de que cada território se manifesta na especificidade de sua paisagem independentemente de sua qualidade. O referido documento¹²² define paisagem como “qualquer parte do território, tal e como percebe a população, cujo caráter seja o resultado da ação e a interação de fatores naturais e/ou humanos”.

Segundo a definição – difundida como parâmetro internacional – a paisagem apresenta, além de uma base material concreta, uma relação com o espaço vivido individual e socialmente, cujo entrelaçamento promove um tipo de percepção sensível. No contexto do CEP, cabe marcar que a paisagem vai além da fisionomia percebida e é referida também como caráter derivado das interações entre homem e meio. Mata Olmo (2010, p.46) destaca o termo “caráter” na definição oferecida por conter “um importante conteúdo patrimonial”.

O dicionário Priberam¹²³ associa a palavra à “marca, cunho, impressão”, apresentando a definição de caráter como “o que faz com que os entes ou objetos se distingam entre os outros de sua espécie”. A semelhança é bastante evidente (também em português) com a alusão de Jean-Marc Besse à “marca que se imprime no território” mencionada no segundo capítulo desta tese, segundo a qual o tempo histórico constitui um componente fundamental e decisivo para seu entendimento. Mata Olmo considera o *tempo histórico* a “quarta dimensão” da paisagem e ressalta a necessidade de transmissão das formas do passado, mas de uma forma dinâmica, numa renovação constante a partir de reinterpretções onde arquitetura e planejamento têm papel decisivo. Para Mata Olmo esta dupla função – histórica e prospectiva – é a essência da aproximação patrimonial à paisagem porque reflete o processo de adaptação material e representacional que a paisagem expressa como memória do lugar¹²⁴.

¹²² Traduzido do artigo 3º do *Instrumento de Ratificação do Convênio Europeu da Paisagem*, nº 176 do Conselho Europeu, BOE de 5 de fevereiro de 2008, disponível em: <https://www.boe.es>, consultado em agosto de 2014.

¹²³ “caráter”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/car%c3%a1ter> [consultado em 02-10-2015].

¹²⁴ Mata Olmo faz referência à célebre obra de Simon Schama, “*Landscape and Memory*” (1ª edição de 1995) e em seguida ao trabalho de David Lowenthal “*Paysages et identities nationals*” (1ª edição de 1996), citando: “a memória se localiza e se encontra mais facilmente no espaço que no tempo, em representações locais que em crônicas e história”. (N.A.)

A história se converte deste modo em uma via fundamental de indagação paisagística, e ao mesmo tempo [...] em um objetivo explícito de prospectiva, de planejamento, pelo que na identidade paisagística do território deveriam enraizar-se os projetos territoriais e arquitetônicos. (MATA OLMO, 2010, p.47-48).

O que se nota é que apesar de todo esforço em fundamentar uma abordagem mais equânime sobre todo o território, o CEP ainda sobreleva suas preocupações em relação às paisagens de valor relevante, o que pode ser evidenciado a partir de outro documento próprio de Conselho publicado em 2008. Em suas “*Orientações para a aplicação do Convênio Europeu de Paisagem*” (*Orientaciones para la aplicación del convenio europeo del paisaje*)¹²⁵ o CEP demonstra uma abordagem “patrimonial” para paisagens destacáveis ao mesmo tempo que associa todo o resto das paisagens sem valores universais, as paisagens “ordinárias”, à políticas de gestão, típicas de ordenação territorial e urbanística. Para Mata Olmo é neste ponto que “se estabelece uma diferença ou uma transição, se se prefere, entre política de patrimônio e política de paisagem, sem que isto implique negar quanto se disse até agora sobre a convergência e a cumplicidade dos conceitos e das políticas”. O autor recomenda que o ponto de encontro entre estas possa se dar no aprimoramento da ideia de *proteção* – própria do patrimônio “histórico-cultural” e também associada à “paisagem cultural” – a partir de boas práticas de gestão que permitam uma gradação espacial sem descontinuidades entre *paisagens notáveis*, *paisagens cotidianas* e *iniciativas de melhora* de estruturas paisagísticas deterioradas (MATA OLMO, p.48-49).

5.2 ABORDAGENS: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM

O crescente interesse na elaboração e sistematização de métodos de análise e avaliação evidencia o esforço institucional em atender a paisagem em sua complexidade, que perpassa necessariamente a questão patrimonial. Tal preocupação não pode ser considerada nova, ainda que haja diferenças

¹²⁵*Orientaciones para la aplicación del convenio europeo del paisaje*, (2008). Pode ser consultado em: <http://www.documentacionpaisaje.org/es/content/convenio-europeo-del-paisaje-orientaciones-para-la-aplicaci%C3%B3n-del-cep>.

conceituais radicalmente diferentes desde as primeiras iniciativas de proteção à paisagem conhecidas em países como Holanda, Alemanha e Inglaterra ainda no século XIX.

Os Estados Unidos também apresentam iniciativas históricas em relação ao tema, ainda que as definições e o tratamento da paisagem sejam considerados hoje demasiado pragmáticos. De qualquer forma, o *National Preservations Act*¹²⁶ de 1966 abre precedentes importantes para o tratamento da paisagem desde um ponto de vista histórico, sustentando administrativamente instituições como *National Park Service*, responsável atual pela proteção e preservação dos parques norte-americanos. A publicação mais diretamente associada ao tema desta tese é a *Preservation Briefs – 36*, sobre proteção de paisagens culturais, que orienta o planejamento, tratamento e manejo de paisagens históricas. Trata-se de um rápido manual que apresenta a importância das paisagens históricas no contexto nacional e reconhece quatro tipos de paisagem: “*Historic Site*”: Paisagem significativa por sua relação com um acontecimento histórico, uma atividade ou um personagem (campos de batalha, propriedades e casas presidenciais); “*Historic Designed Landscape*”: Paisagem projetada por um paisagista, mestre jardineiro, arquiteto ou um horticultor, de acordo com certos princípios de desenho, ou por um jardineiro aficionado trabalhando segundo um estilo ou tradição reconhecidos; dita paisagem pode ser associada com uma pessoa, uma tendência ou um acontecimento significativo na arquitetura da paisagem, ou ilustrar um desenvolvimento importante na teoria e prática da arquitetura da paisagem (parques e campus); “*Historic Vernacular Landscape*”: Paisagem que evoluiu com o curso da sociedade cujas atividades e ocupação lhe deram forma (fazendas históricas, aldeias rurais, complexos industriais, paisagens agrícolas); “*Ethnographic Landscape*”: Paisagem que contém diversos elementos naturais e culturais, que a gente, essencialmente seus habitantes, reconhece como recursos patrimoniais (sítios sagrados, estruturas geológicas).

Além dos desdobramentos teóricos de cada um dos “tipos de paisagem”, seguem recomendações que englobam desde o Relatório de Paisagem

¹²⁶ Medida legal acionada pela Secretaria do Interior (*U.S. Secretary of Interior*, atual *U.S. Department of the Interior*) em colaboração com *Technical Preservation Services (TPS)*, *heritage Preservation Services Division*, e *National Park Service*, em 1966.

Cultural (*Cultural Landscape Reports - CLR*), que explica a coleta de material histórico e onde pode ser encontrado com maior frequência e confiabilidade, incluindo toda a sequência de trabalho para o desenvolvimento do *Plano de Preservação*, que deve englobar o *Plano de Tratamento*, *Plano de Manejo* e o de *Interpretação* da paisagem, além da apresentação dos trabalhos de tratamento, guia de manutenção e indicação de pesquisas futuras.

Mais recentes e também bastante conhecidos são os *Atlas de Paisagem* que demonstram as primeiras tentativas de identificar e avaliar paisagens em nível estatal, utilizados desde os primeiros anos da década de 1990 em países como Bélgica, Eslovênia, Espanha e França, cujo método irá se configurar como parâmetro operativo para a maioria das iniciativas posteriores.

Sobre a experiência francesa com os *atlas de paisagem* (*atlas de paysages*¹²⁷), Jean-François Seguin (2009) explica que quando foi aprovada a Lei de Paisagens de 1993, já havia noções teóricas e instrumentos metodológicos para identificar e qualificar as paisagens francesas, mas não havia um método unificado para tal. No ano seguinte, foi designado um grupo de cientistas coordenados por Yves Luginbühl para elaboração de uma metodologia de alcance nacional. Estabelece-se, então, que a análise deve ser feita a partir de uma escala de 1:25.000, capaz de identificar estruturas paisagísticas e as inter-relações tangíveis e intangíveis que as conectam, pondo ênfase na percepção que tem delas seus habitantes. Em uma segunda fase, a caracterização destas estruturas permite, então, identificar “unidades de paisagem”. Delimitadas estas unidades, passa-se a analisar as representações e culturais vinculadas a cada uma delas a partir de quatro tipos de percepção: paisagens reconhecidas (protegidas legalmente), paisagens representadas (literatura, pintura, etc.), paisagens destacadas (guias turísticos), e paisagens percebidas (como os habitantes locais as percebem). Além destes, os atlas franceses também tomam o contexto de transformação e identificação das dinâmicas das paisagens que permite traçar um panorama concreto da situação e determinar os desafios paisagísticos que serão alvo dos “objetivos de qualidade

¹²⁷ O método de aplicação pode ser consultado e copiado a partir da página oficial do *Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia* da França (*Ministère de l'écologie, du développement durable et de l'énergie*) em: <http://www.developpement-durable.gouv.fr/Atlas-de-paysages.html>.

paisagística”, culminando finalmente com uma série de diretrizes para o planejamento em diferentes escalas de administração. À época da publicação de que se fala, haviam sido publicados 69 atlas (dos quais 19 em processo de atualização), sendo que outros 16 seguem em curso. Seguin também analisa que a partir do ano 2000 a publicação do Convênio Europeu de Paisagem, mostra a necessidade de revisão e atualização do método de elaboração dos atlas, contrastando-o com metodologias utilizadas em países vizinhos (SEGUIN, 2009).

Neste contexto também cabe destacar a experiência acumulada em países como Inglaterra e Irlanda com a “Avaliação do Caráter da Paisagem” (*Landscape Character Assessment - LCA*), cuja responsabilidade reside nas instituições britânicas *The Countryside Agency* e *Scottish Natural Heritage*. Uma série de documentos¹²⁸ anteriores e posteriores embasa a formulação do *Guia* principal, de 1993, que apresenta um *mapa das características das paisagens da Inglaterra* que representa um quadro nacional geral para avaliações mais detalhadas, que vem sendo sistematicamente atualizado com o trabalho de instituições como *English Nature* e *English Heritage*, para citar dois exemplos destacados.

Durante muito tempo a partir da década de 1970, o papel da paisagem na ordenação e gestão territorial em contexto europeu recaía sobre uma avaliação finalista de comparação entre paisagens “melhores” que outras. A *Landscape Character Assessment* surge em meados dos anos 1980 como ferramenta para classificação e descrição das características da paisagem, ou seja, enfoca e explica o que faz uma paisagem “diferente” ou “distinta” de outra, como explica o guia¹²⁹ de implementação atualizado de 2002. Atualmente há ainda mais ênfase nos processos de caracterização e avaliação de paisagens no Reino

¹²⁸ São referenciados no Guia os seguintes documentos: *Landscape Assessment: a Countryside Commission approach*. Countryside Commission. CCD 18 (1987); *Landscape Assessment: Principles and Practice*. Countryside Commission for Scotland. (1991); *Assessment and conservation of landscape character: The Warwickshire Landscapes Project approach*. Countryside Commission. CCP332 (1991); *Landscape Assessment Guidance*. Countryside Commission. CCP 423 (1993); *Interim Landscape Character Assessment Guidance*. Countryside Agency/Scottish Natural Heritage (1999);

¹²⁹ *Landscape Character Assessment*. Guidance for England and Scotland. Prepared on behalf of The Countryside Agency and Scottish Natural Heritage by Carys Swanwick, Department of Landscape, University of Sheffield and Land Use Consultants, UK, 2002.

Unido, incorporadas fundamentalmente em diferentes níveis de planejamento estatal¹³⁰.

A Avaliação do Caráter da Paisagem é direcionada a todo tipo de organização ou ator cujas atividades impactam a paisagem, incluindo organizações de governo, usuários e técnicos, objetivando a tomada de decisões coerentes sobre a paisagem em sua complexidade. A orientação é composta de duas partes principais: um guia prático para a implementação do método de avaliação do caráter da paisagem e uma série complementar de artigos que oferecem detalhes de uso e políticas de conservação, gestão e aprimoramento da paisagem num contexto de desenvolvimento sustentável.

A parte de método se estrutura em nove capítulos que descrevem meticulosamente o método, onde vale destacar a aplicação em diversas escalas e a coleta em campo, onde são formuladas fichas cadastrais contendo uma série de informações para caracterização de paisagens. As chaves centrais para entender e aplicar corretamente o *LCA* são, segundo o próprio método: a ênfase no caráter da paisagem, a divisão entre o processo de caracterização e a tomada de decisões, o papel objetivo e subjetivo no processo e o potencial para aplicação.

Há que se chamar atenção para os desdobramentos do *LCA*, onde atuam outras instituições específicas, como o Conselho do Patrimônio (*The Heritage Concil*). O Conselho existe desde 1995 e defende a paisagem como patrimônio fundamental, apresentando um método próprio de análise de paisagens históricas, o *Historic Landscape Characterisation (HCL)*¹³¹. O *HLC* não só complementa o *LCA* recém citado, aprofundando a consideração sobre aspectos históricos das paisagens, como complementa outros registros históricos ambientais que incidem principalmente sobre bens patrimoniais individuais.

¹³⁰ As recomendações da *LCA* já estão incorporadas em diversos Planos e Políticas no Reino Unido: PPG 1 General Policy and Principles (England) 1997; PPG 7 The Countryside - Environmental Quality and Economic and Social Development (England) (1997); PPG 15 Planning and the Historic Environment (England) (1994); NPPG 1 (Revised) The Planning System (Scotland) (2000); NPPG 14 Natural Heritage (Scotland) (1998); NPPG 18 Planning and the Historic Environment (Scotland) (1999); PAN 60 Planning for the Natural Heritage (Scotland) (2000); Rural White Paper (England) (2000).

¹³¹ *Using Historic Landscape Characterisation*. English Heritage's review of HLC Applications 2002 – 03. Disponível em: <https://historicengland.org.uk/images-books/publications/using-historic-landscape-characterisation/>, consultado em 26/08/2013.

A orientação também constitui parte da recente *Estratégia Nacional da Paisagem* do governo britânico, e baseia-se numa variedade de disciplinas (arqueologia, geografia, arquitetura, história, etc.) para descrever e documentar as diferentes paisagens, buscando sua valorização como recurso social. Neste contexto, o planejamento ao qual se propõe o *HCL* não busca apenas gerenciar paisagens protegidas ou icônicas, mas também entender e cuidar dos lugares cotidianos e não protegidos oficialmente.

Outra referência de origem europeia é o estudo de comparação¹³² encomendado pela *Natural England*, instituição do governo inglês ao Centro de Pesquisa holandês *Alterra*, com o objetivo de criar um entendimento mútuo do modelo de planejamento da paisagem em contexto europeu, em convergência com as definições do *CEP*. O estudo é interessante porque além de explicar e unificar termos e definições a respeito, serve de parâmetro operativo dadas as prerrogativas históricas de mais de cem anos no tratamento de paisagem que os três países apresentam (SCHRÖDER *et al*, 2010, p.11).

Basicamente o estudo analisa o contexto dos sistemas de planejamento geral de cada país – marco legal e escalas de atuação pública em relação à paisagem ou onde ela influi diretamente –, para então decompor o sistema de planejamento de paisagens em cinco etapas comuns, descrevendo o escopo técnico em cada uma delas: Identificação, Avaliação, Objetivos, Desenvolvimento do Plano/ Proteção/ Manejo, e Monitoramento da paisagem.

No contexto desta pesquisa é importante ressaltar onde e como entra a participação não técnica no processo de planejamento, sendo que os três estudos de caso estudados apresentam características semelhantes neste quesito. A participação existe, mas restrita a fase de análise, e de maneira geral está muito vinculada ao papel de atores destacados no território (*stakeholders*). No caso da Inglaterra e da Alemanha isto parece condicionar a análise privilegiando uma perspectiva política sobre a paisagem, ainda que isso não fique claro. No caso holandês a participação é mais ampla, com espaço para “atores” tanto como para cidadãos “comuns”.

¹³² SCHRÖDER, Rob; WASCHER, Dirk; ODELL, Simon; SMITH, Chris. Comparing landscape planning in England, Germany and the Netherlands. Policy contexts and three case study plans. Alterra-report 2040, Alterra Wageningen UR: Wageningen, 2010.

Não somente por esse fato, a fase de *avaliação da paisagem* é a que demonstra diferença considerável no estudo comparativo. Os casos da Alemanha e Holanda apresentam valores de julgamento explícito baseado em objetivos políticos, derivados dos planos espaciais regionais, enquanto que no caso inglês a descrição do “sentido de lugar” (*sense of place*) é neutra. No caso holandês a avaliação é feita em larga escala, a partir de toda a área de estudo, sendo que nos outros casos a avaliação é individualizada por “unidades de paisagem”, ou seja, núcleos indivisíveis de “administração” fundamentados no tipo de paisagem.

Cabe aqui uma nota mais aprofundada sobre a experiência holandesa, já que os principais instrumentos que constituem sua política de paisagem têm mais de 30 anos. O “*Memorando da Paisagem*” (*Nota Landschap*), de 1992, segue sendo uma base sólida para a atuação destacada no tema em nível internacional. Curiosamente, o Memorando é fundamentado na segregação funcional, diferenciando claramente as funções pouco dinâmicas vinculadas geralmente ao uso do solo a longo prazo (silvicultura, áreas protegidas e mananciais), e as funções dinâmicas ligadas às tendências de mercado. Segundo Dirk Wascher e Rob Schröder (2009), foi a partir da aplicação do Memorando da Paisagem que a definição e a delimitação das tipologias paisagísticas e as avaliações da paisagem passaram a desempenhar um papel decisivo, ainda que já fossem comuns nos Países Baixos anteriormente. Também conforme estes autores, iniciativas¹³³ decorrentes do Memorando foram fundamentais para o desenvolvimento do tema no contexto europeu. As políticas de paisagem na Holanda congregam três âmbitos de ação política: planejamento territorial – que inclui a arquitetura da paisagem e o planejamento do conjunto do território –, políticas ambientais – vinculadas à conservação e criação de paisagens naturais e espaços verdes –, e políticas culturais – que disciplina a conservação de monumentos históricos e panorâmicas de interesse cotidiano e de qualidades estéticas destacadas. Apesar de todo cabedal jurídico em matéria de paisagem e seus inegáveis avanços na Holanda, Wascher e Schröder (2009) relatam o pouco peso que têm se comparadas à influência de setores econômicos e urbanísticos na configuração da paisagem.

¹³³ Os autores citam explicitamente o Memorando Belvedere, de 1999 e o Manifesto da Paisagem, de 2005. (N.A.).

A Itália também apresenta algumas iniciativas regionais consideradas de excelência ainda que não atenda as exigências do CEP. Isso ocorre porque sua legislação paisagística é regida pelo “Código dos bens culturais e de paisagem” (*Codice dei Beni culturali e del paesaggio*), aprovado em 2004, que só considera objeto de proteção áreas destacadas e separa as políticas de paisagem das do território. Assim, são as regiões que levam a cabo experiências no tratamento de paisagens, atuando autonomamente dentro de seus limites administrativos em relação aos planos paisagísticos, com exceção de paisagens especiais, onde o Estado atua como colaborador. A experiência da Toscana é bastante diferenciada neste sentido, porque inclui a proteção e valorização da paisagem no âmbito do planejamento territorial. Seu *Plano Paisagístico* está baseado em três princípios fundamentais: Integração da preservação da paisagem no planejamento territorial, participação de todas as instituições (do Estado aos municípios, incluindo região e províncias) no processo de planejamento compartilhado da paisagem, e o reconhecimento do valor universal da paisagem toscana em função do desenvolvimento cultural e econômico. O Plano é estruturado em duas partes: uma relativa à gestão e proteção dos bens paisagísticos e uma orientada à avaliação da paisagem, e é elaborado a partir de fichas¹³⁴ que permitem a leitura e a representação dos elementos que configuram as diferentes paisagens. Estes elementos são definidos a partir de dois tipos: “*identitários*”, ou seja, os elementos mais significativos para o reconhecimento das características territoriais, e os “*comuns*”, que incluem as configurações mais estendidas como aspectos da vegetação ou estruturas agrárias recorrentes. As fichas descrevem os elementos configuradores a partir de seus valores (ecológico, históricos, culturais, estéticos e perceptivos), que definirão, por sua vez, os objetivos de qualidade paisagística, com objetivo de orientar de forma concreta a proteção, transformação ou recuperação das paisagens em questão. Num segundo nível encontram-se as fichas das paisagens sob regime especial de proteção de

¹³⁴ As fichas de que se fala estão compiladas sob o nome de “*Atlante ricognitivo dei caratteri strutturali dei paesaggi della Toscana*”, que obedecem à subdivisão regional, que conta ao todo com trinta e oito âmbitos (N.A.)

acordo com a lei italiana¹³⁵, cuja gestão é compartilhada com o Ministério dos Bens Culturais deste país.

Outro caso notável em matéria de planejamento da paisagem é tomado na Suíça, a partir do projeto federal “*Paisagem 2020*” (*Paysage 2020*). Este projeto tem objetivo de conciliar desenvolvimento sustentável e evolução da paisagem a partir dos princípios constitucionais da Suíça e dentro do marco do Convênio Europeu de Paisagem. A fim de definir claramente estas duas noções, o projeto Paisagem 2020 integra dois enfoques distintos: Em primeiro lugar, desde uma perspectiva territorial que se centra no equilíbrio paisagístico e na utilização coerente dos recursos naturais; para isso busca organizar os usos e atividades respeitem a multifuncionalidade de recursos a longo prazo, sem excluir futuros usos. Em segundo lugar, desde uma perspectiva sociocultural, busca contemplar aspectos sociais e emocionais decorrentes das relações entre sociedade e paisagem. A partir destes princípios, foram definidos critérios e indicadores que permitissem delinear a evolução da paisagem suíça baseada em objetivos vinculados ao desenvolvimento sustentável. São ao todo trinta e dois objetivos de qualidade, distribuídos em oito campos de ação, que valem ser citados como referência para os tópicos teóricos já desenvolvidos até aqui: Paisagem e utilização do solo, paisagem e política territorial, paisagem e cursos d’água, espécies e meio natural, ser humano e paisagem (percepção e experiências), participação, instrumentos econômicos e usos dos recursos, e investigação e possibilidades futuras. Cada um destes está associado à uma série de medidas de curto, médio e longo prazo, ou ainda funcionam como base técnica para tomada de decisões em diferentes setores.

Uma análise dos métodos brevemente descritos indica a presença recorrente de determinados eixos que estruturam as políticas de paisagem, dos quais sobressaem a questão ambiental, a questão da preservação histórica e a da participação social, nem sempre direta, mas sempre presente.

Além destas conclusões parciais, um estudo recente comparou as políticas e aplicações de seis países europeus, avaliando limites e possibilidades no tratamento da paisagem em nível local. O documento foi dirigido pelo Observatório da Paisagem da Catalunha e publicado no segundo semestre de

¹³⁵ O chamado “*vincolo*”, que seria correspondente ao “tombamento” no Brasil.

2014¹³⁶ revelando uma série de tendências, compiladas ao final da obra como indicações a serem consideradas para trabalhos na área.

A primeira delas expõe a importância do Convênio Europeu de Paisagem como base para o desenvolvimento de políticas locais, que neste contexto estão se tornando cada vez mais importantes. O documento relata que:

Muitos dos desafios que a Europa enfrenta hoje em termos de paisagem (identidade, individualidade, competitividade, interação, criatividade, desenvolvimento local, empreendedorismo e de investigação) estão sendo enfrentados – e tudo indica que serão cada vez mais – através de implementação de políticas locais. (SALA; MOLES, 2014, p.105).

A segunda expõe sobre o crescente interesse na paisagem em contexto local, explicado, segundo os autores, porque a paisagem representa uma experiência direta do cotidiano, fazendo com que sociedade e instituições locais passem a entender a paisagem como elemento imprescindível para qualidade de vida e autoestima local. Além disso, também é visível em todas as experiências analisadas que a qualidade da paisagem pode funcionar como fator competitivo em termos de individualidade no contexto global, participando também no desenvolvimento econômico local.

Ainda que sejam atributos comuns aos seis países analisados neste aspecto, nota-se que as políticas de paisagem mais bem sucedidas são aquelas com aplicações em todos os níveis de administração, claramente interligadas e baseadas em uma estratégia que proporcione uniformidade para o sistema como um todo. Assim são implementados instrumentos em diferentes níveis de planejamento, otimizando recursos técnicos e financeiros, e possibilitando medidas e projetos definitivos com prazos ideais de implantação. Outra consideração importante, que somente pode ser deduzida a partir da larga experiência de planejamento da paisagem nos países avaliados, diz respeito às escalas de estudo e aplicação. Assim, após o desenvolvimento de uma base de dados sólida e unificada de planejamento territorial, indica-se a necessidade de passar a uma escala urbana que é, em última instância, onde se aplicam os

¹³⁶ SALA, Pere; MOLES, Anna. *La planificació del paisatge en l'àmbit local a Europa. Els casos d'Alemanya, França, Països Baixos, Regne Unit, Suïssa i la regió de Valònia, a Bèlgica*, Observatori del Paisatge, Olot y Barcelona, 2014. Disponível somente em meio digital (catalão) na página web do Observatório: www.catpaisatge.net.

projetos. Os autores destacam o esforço da experiência na Catalunha no desenvolvimento de uma base territorial e citando que determinadas políticas já tem incidência urbana, mas destacam que ainda não é uma escala suficientemente considerada em relação a outros países. A Holanda, por exemplo, possui ferramentas para a regulação urbana¹³⁷ (regulamentação sobre a qualidade estética da paisagem e de projetos de paisagem) que afetam detalhes como volumes, disposição, textura, cor, e a organização de fatores específicos na estrutura da paisagem, etc. A França possui instrumentos como a *Rede Verde e Azul*¹³⁸ e do *Perímetro de Proteção e Valorização dos Espaços Agrícolas Periurbanos*¹³⁹, enquanto o Reino Unido apresenta a *Infraestrutura Verdes*¹⁴⁰ especialmente úteis na organização da paisagem através de planejamento urbano e tornaram-se ferramentas verdadeiras da criação da paisagem e do renaturalização das cidades (SALA; MOLES, 2014, p.107).

Outra consideração importante, apesar de que relativamente consolidada, diz respeito às vantagens da utilização de *unidades de paisagem* como área de planejamento em termos estratégicos locais e desenvolvimento de projetos específicos. Primeiramente porque as unidades definem o território de acordo com as lógicas aplicáveis à paisagem e não à administração formal. Ao mesmo tempo, a necessidade e/ou possibilidade de cooperação supramunicipal para tratamento da paisagem abre probabilidades de integração de objetivos e recursos em termos econômicos e sociais. O estudo nos seis países mostra que os instrumentos analisados funcionam melhor quando aplicados de forma supramunicipal e indica que:

Unidades de paisagem devem, portanto, ser vistas como áreas funcionais de referência que permitam uma transição da generalização à definição, e como componentes básicos territoriais onde as ferramentas de organização e gestão são aplicadas. (SALA; MOLES, 2014, p.107).

¹³⁷ Ver *Beeldkwaliteitplan* (BKP) em: SALA; MOLES, 2014, p.54 e seq.

¹³⁸ Ver *Trame verte et bleue* (TVB) em: SALA; MOLES, 2014, p.46 e seq.

¹³⁹ Ibidem, p.44 et seq. Ver: *Périmètre de protection et de mise en valeur des espaces agricoles naturels et periurbains* (PAEN).

¹⁴⁰ Ibidem, p. 60 et seq. Ver *Infrastructure* (GI).

Neste aspecto destacam-se especialmente os *Planos de Desenvolvimento da Paisagem*¹⁴¹ suíços, os *Planos de Qualidade*¹⁴² holandeses as *Cartas de Paisagem*¹⁴³ e os *Planos de Paisagem*¹⁴⁴ da França e o *Programa de Paisagem*¹⁴⁵ belga.

Mais além do desenvolvimento de políticas e regulações relacionadas à paisagem, o documento enfatiza o papel de recomendações e de “boas práticas”, isto é, exemplos criativos como forma de melhorar a paisagem. Estas recomendações podem ser endereçadas através de manuais ou publicações onde demonstram critérios e orientações úteis para construções, instalações e mesmo processos de autorização para projetos de impacto variável. Os autores afirmam que “esses recursos têm um elevado potencial em termos de sensibilização e na geração de uma cultura paisagística” tanto em instituições quanto entre os habitantes locais.

O documento também destaca que integrar paisagem e planejamento urbano também significa interação e bons níveis de articulação com setores políticos locais; muitas políticas têm impacto decisivo sobre a paisagem (como a agrícola ou turística), fazendo com que seja necessário o envolvimento e sensibilização de todos os setores nos quais a paisagem possa representar uma oportunidade (economia, cultura, educação, inovação, etc.). Além disso, uma política eficaz sobre a paisagem deve transcender parâmetros estéticos e formais, melhorando tanto física-ambientalmente quanto econômica e socialmente os territórios (SALA; MOLES, 2014, p.108).

Neste contexto, o documento destaca também a importância de lidar de forma coerente com o solo não urbanizável. Isoladamente estas áreas não têm impacto, mas no conjunto paisagístico podem afetar significativamente seu caráter. Aqui também se destaca o exemplo holandês com seus *Planos de Qualidade de Paisagem* – que definem critérios muito claros e detalhados para novas construções e reabilitações –, assim como os já citados *Infraestrutura Verde*, britânico, e *Perímetro de Proteção e Valorização dos Espaços Agrícolas*

¹⁴¹ Ibidem, p.64 et seq. Ver *Conception d'évolution du paysage (CEP)/Landschaftsentwicklungskonzept (LEK)*.

¹⁴² Ibidem, p.54 et seq. Ver *Beeldkwaliteitplan (BKP)*.

¹⁴³ Ibidem, p.32 et seq. Ver *Charte paysagère*.

¹⁴⁴ Ibidem, p.40 et seq. Ver *Plans de Paysage*.

¹⁴⁵ Ibidem, p.68 et seq. Ver *Programme Paysage*.

Periurbanos, francês. A França ainda conta com os *Planos de Paisagem*¹⁴⁶ e os *Planos Locais de Urbanismo*¹⁴⁷ como instrumentos de planejamento em escala setorial – definindo como lidar com limites entre as classes de terra –, e municipal – que apresentam um caráter quase projetual para integração de novos desenvolvimentos urbanos. Os autores ressaltam que essa questão é fundamental para o caráter de uma área, conseqüentemente para a unidade de paisagem: se as intervenções são bem executadas fornecem novos valores; se não planejadas com critério, inversamente, prejudicam os existentes.

Outro ponto destacado pelo documento aponta a participação pública (sociedade civil e atores) como “altamente relevante” na maioria das ferramentas de planejamento e gestão analisados. O envolvimento de que se fala pode ocorrer por meio de consultas em diferentes fases do processo de criação e aprovação, compartilhando responsabilidades para implementação de medidas ou até mesmo na implementação de projetos. Também são cada vez mais comuns instrumentos de natureza voluntária promovidos tanto por autoridades como da sociedade civil, e são baseadas em acordos e ações em que os atores, individualmente ou em grupo, trabalham a fim de atingir compromisso assumidos. Atrelado a este ponto está outra consideração importante, relacionada à definição clara e precisa de responsabilidades em todos os níveis para garantir a eficácia de políticas de paisagem em nível local. Isso significa, além “do que fazer”, o como fazer, quando, quanto, quem faz e quem paga, além de como isso é coordenado com outros planos, programas e projetos relacionados. Os programas da Alemanha¹⁴⁸ são exemplares neste caso também, assim como o dos *Parques Naturais Regionais*¹⁴⁹ franceses e a figura do *Coordenador da Paisagem*¹⁵⁰, na Holanda.

O documento também cita a importância de uma estratégia conciliadora ao invés de uma proibitiva para que as políticas de paisagem tenham sucesso a nível local, motivando mais que punindo. Isso promove, segundo as análises da obra, maior aceitação social, fazendo com que atores associem políticas de paisagem antes às oportunidades que restrições. Baseado nas experiências da

¹⁴⁶ Ibidem, p. 40 et seq. Ver *Plans de paysage*.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 78 et seq. Ver *Plan local d'urbanisme* (PLU).

¹⁴⁸ Ibidem, p. 28 et seq. Ver *Landschaftsplan*.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 36 et seq. Ver *Charte du Parc naturel regional*.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 50 et seq. Ver *Landschapsonwikkelingsplan* (LOP).

maioria dos países europeus com Itália, Reino Unido, Países Baixos, Eslovênia, Lituânia, etc., que possuem prêmios nacionais, o documento aconselha motivar iniciativas locais em prol da paisagem através de reconhecimento público.

Outra consideração contida na obra referenciada recomenda que paisagens locais tenham um mapeamento local, ou seja, que possuam uma categoria de mapeamento de nível local que permita tornar a complexidade das paisagens locais inteligível, e que seja capaz de interagir em processos de planejamento urbano. Para isso não é suficiente possuir bons modelos de mapeamento descritivo ou de identificação, mas de representação que são focados especialmente na ação. Os exemplos mais destacados entre os analisados são os *Planos de Paisagem* holandeses¹⁵¹ e franceses¹⁵²; o caso alemão das *Cartografias de Transição*¹⁵³ são excelentes modelos como modelo de representação.

Sobremaneira interessante para esta pesquisa são as considerações a respeito de patrimônio e de paisagens cotidianas. A inovação em relação ao tema consiste em evitar a extrema diferenciação entre paisagens excepcionais e outras menos qualificadas, que são, em geral, aquelas que são diariamente experienciadas:

Já não são aqueles patrimônios institucionalizados, (conjuntos monumentais ou arquitetônicos, por exemplo) impressos na paisagem, mas paisagens que passam a ser patrimônio porque são patrimonializados pelas comunidades, que são construídos através do vínculo e da experiência entre a população e o território, na cotidianidade. Nesse sentido, as políticas de planejamento territorial e urbano devem tomar em séria consideração o patrimônio cultural impregnado na paisagem, sendo documentado ou não, e garantir sua participação no planejamento regional. (SALA; MOLES, p.110-111).

No contexto do estudo destaca-se o exemplo das *Áreas de Valorização da Arquitetura e do Patrimônio*¹⁵⁴ da França e as *Biografias da Paisagem* na Holanda. O documento também aponta a *Caracterização de Paisagens*

¹⁵¹ Ibidem, p. 50 et seq. Ver *Landschapsontwikkelingsplan* (LOP).

¹⁵² Ibidem, p. 40 et seq. Ver *Plans de paysage*.

¹⁵³ Ibidem, p. 28 et seq. Ver *Landschaftsplan*.

¹⁵⁴ Ibidem, p.84 et seq. Ver Aires de mise en valeur de l'architecture et du patrimoine (AVAP).

Históricas (LHC) inglesa, referenciada anteriormente, e a iniciativa *PaHisCat*¹⁵⁵ (*Paistge Històric de Catalunya*), na Espanha, como exemplos úteis para políticas locais de paisagem.

Além de todos estes aspectos brevemente explicados, o documento distingue o fator do financiamento para instrumentos, projetos e implementação de políticas de paisagem. Neste contexto, é importante estabelecer diferentes alternativas de financiamento que também devem envolver novos e diversos atores territoriais. Um dos exemplos citados é o *Fundo Suíço para Paisagem*¹⁵⁶, que financiou aproximadamente dois mil projetos desde 1991, com investimentos na casa dos cem milhões de euros. Também se destaca o programa *1% Paisagem e Desenvolvimento*¹⁵⁷ na França, vinculado à captação de impostos de finalidade específica, evitando assim a dependência de orçamentos públicos regulares. Outra fórmula criativa é a de usar uma porcentagem pequena da loteria nacional para este fim como no caso holandês ou no inglês *Fundo para o Patrimônio da Loteria*¹⁵⁸, criado em 1994. Da mesma forma, a obra ressalta a necessidade de aprimorar a questão de cooperação público-privada em nível local para fomento de projetos e ações em prol da paisagem.

Os autores encerram o documento afirmando que o planejamento da paisagem obriga a assumir muitos pontos de vista, e exige abertura para novas metodologias e instrumentos de interação e participação entre todos os envolvidos. Isso é evidenciado nos exemplos de maior sucesso dentre os analisados, que são aqueles que contam com uma estrutura associativa mais variada e onde a sociedade civil tem um papel destacado nos processos. Outra consideração interessante para tomar em conta indica que em políticas e projetos de paisagem é mais efetivo assumir menos compromissos, focando o compartilhamento de responsabilidades e a obtenção de resultados altamente visíveis, que prosseguir com muitas iniciativas dispersas de caráter geral e sem perspectivas concretas de realização. Finalmente, a obra destaca o incremento (no âmbito europeu) de planejamento e gestão em nível local com a interação

¹⁵⁵ Pode ser conferido na página web do próprio Observatório da Paisagem, em: <http://www.catpaisatge.net/pahiscat/cat/index.php>.

¹⁵⁶ Ibidem, p.104. Ver *Fonds suisse pour Le paysage*.

¹⁵⁷ Ibidem, p.98 et seq. Ver *1% Paysage et Développement*.

¹⁵⁸ Ibidem, p.100 et seq. Ver *Heritage Lottery Fund* (HLF)

entre diferentes setores (planejamento urbano, agricultura, turismo, educação, cultura, etc.), atores (administração pública, âmbitos econômicos, sociedade civil) e disciplinas (geografia, arquitetura, ciências ambientais, cartografia e sensoriamento remoto, sociologia, design, agronomia, etc.), e cita as vantagens desta aproximação:

[...] lugares onde essa convergência de áreas, atores e pontos de vista ocorre em maior medida, onde cada fator fornece um link determinado e empatia para o local, onde os pontos de vista são alargados, que são atribuídos ao caráter e identidade da região, são áreas que fornecem soluções mais inspiradoras, inovadoras e bem sucedidas. (SALA; MOLES, p.111).

5.2.1 O SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESPANHOL/ CATALÃO E OS CATÁLOGOS DE PAISAGEM DA CATALUNHA

A larga tradição em planos de proteção e gestão da paisagem será fundamental para o surgimento das primeiras regulamentações de alcance internacional em prol da paisagem, a partir da década de 1990, consolidando o pioneirismo europeu no assunto. A partir do Convênio Europeu da Paisagem¹⁵⁹ na década de 90, as maiorias dos países europeus se comprometem a incorporar a dimensão paisagística nas políticas públicas mediante o desenvolvimento de instrumentos de ordenação, gestão e fomento dos valores ambientais e culturais de seus respectivos territórios.

A Espanha como signatária impulsiona então uma série de adequações administrativas em nível nacional, enquanto paralelamente alguns experimentos regionais começam a se lançar em termos de políticas de planejamento da paisagem, onde se destaca a iniciativa da Comunidade Autônoma da Catalunha, com a elaboração e aprovação dos *Catálogos de Paisagem da Catalunha*.

Nogué e Sala (2008, p.8), organizadores dos Catálogos de Paisagem da Catalunha, destacam a influência da experiência internacional acumulada na

¹⁵⁹ O Convênio Europeu da Paisagem, ratificado pela Espanha desde 2007/ 2008, teve como objetivo principal impulsionar a criação de instrumentos dedicados exclusivamente à gestão, proteção e ordenamento de todas as paisagens europeias. Texto completo da Convenção em http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscape/VersionsConvention/Default_en.as.p. Acessado em 25/06/2011; E ratificação em: http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/patrimonio/Convenio_europeo_paisaje.pdf. Acessado em 21/09/2015.

área para o desenvolvimento do tema também na Espanha, e sobretudo o papel dos métodos de análise da paisagem pioneiros como os da França, Inglaterra e Holanda para o embasamento da iniciativa catalã. À diferença destas experiências, porém, os Catálogos de Paisagem da Catalunha têm como objetivo final a sua integração no processo de aprovação dos Planos Territoriais Parciais (NOGUÉ e SALA, 2008, p.8).

Este método em especial despontou no cenário internacional devido aos resultados alcançados em pouco tempo de aplicação. Hoje, passados mais de dez anos de sua implementação, já apresenta significativos avanços em relação às políticas de paisagem no contexto europeu. Dada a influência atual deste documento, somado à possibilidade de contato direto com parte de seus idealizadores, apresenta-se um detalhamento do processo de construção do método, seu contexto de formulação técnica e de aplicação administrativa como repertório para o prosseguimento desta tese (APÊNDICE II). À sequência apresentam-se brevemente os itens de relação mais direta com a continuação desta tese.

5.2.2 OS CATÁLOGOS DE PAISAGEM DA CATALUNHA (Síntese do Apêndice II)

Desde 2005 a Catalunha conta com um instrumento chamado Catálogos de Paisagem da Catalunha, elaborado pelo Observatório da Paisagem da Catalunha. O Observatório é uma entidade de assessoramento administrativo da Comunidade Autônoma da Catalunha criado como um centro de estudos para a adequação às recomendações europeias sobre paisagem.

Os Catálogos de Paisagem da Catalunha são documentos técnicos cujo principal objetivo é incorporar a paisagem como referência nas diferentes escalas de ordenação territorial da Catalunha. O sistema de planejamento territorial da Catalunha se configura a partir de três instrumentos de planejamento: o Plano Territorial Geral da Catalunha, os Planos Territoriais Parciais e os Planos Territoriais Setoriais, como explicam NOGUÉ e SALA (2006, p.5 e seq.).

Os Catálogos de Paisagem fazem a conexão entre o planejamento territorial e o urbanístico no que se refere à implementação de políticas de paisagem. Eles são responsáveis por determinar a tipologia das paisagens da Catalunha, seus

valores – patentes e latentes – e estado de conservação, os objetivos de qualidade que devem cumprir, e as medidas para alcançá-los, e devem orientar a integração da paisagem aos instrumentos de ordenação territorial nas diferentes escalas administrativas, em cada um dos sete âmbitos de planejamento.

Além do papel direto no planejamento territorial da Catalunha, os Catálogos de Paisagem também atuam em funções complementares conjuntamente com outros agentes: Cartas de Paisagem, políticas e estratégias setoriais como políticas de conservação da natureza, políticas agrárias sustentáveis e de desenvolvimento rural, políticas de promoção turística, política industrial, de atividades extrativas, de transportes, de telecomunicações, política energética, política da água e de resíduos, políticas culturais e políticas de educação. Os Catálogos ainda oferecem informações básicas para a definição de estratégias regionais ou locais dirigidas ao desenvolvimento sustentável do território (Agendas 21 locais, estratégias de sustentabilidade, etc.).

Além destas funções, os Catálogos também servem como subsídio em campanhas de sensibilização sobre a diversidade paisagística da Catalunha e seus valores ambientais, culturais e estéticos, e para a inserção da paisagem em distintos níveis de ensino na Catalunha. Na mesma linha, promovem os objetivos de qualidade paisagística e a informação paisagística necessária para os processos de avaliação ambiental de políticas, planos e programas, para o estudo de impacto ambiental e de impacto paisagístico de projetos. Por fim, os Catálogos constituem o documento de referência para o desenvolvimento e aplicação do Fundo para a proteção, gestão e ordenação da paisagem, instrumento financeiro do Governo da Catalunha criado pela Lei da Paisagem com a finalidade de melhora paisagística.

Concepção e critérios para elaboração e aplicação dos catálogos da paisagem

A função principal dos catálogos de Paisagem é incorporar diretrizes paisagísticas na ordenação territorial e concretamente nos Planos Territoriais Parciais, que corresponde com o de cada um dos âmbitos de planejamento indicados anteriormente.

Segundo os autores do protótipo que dá origem ao documento, o Catálogo de Paisagem adota uma visão integrada de paisagem, tentando minimizar a distinção tradicional em componentes naturais e culturais, e buscando uma abordagem conjunta. A definição de paisagem é entendida de forma semelhante à definição utilizada pelo Convênio Europeu de Paisagem, ou seja, como uma área tal e como é percebida pela população, cujo caráter é o resultado da interação dinâmica de fatores naturais (como o relevo, a hidrologia, a flora ou a fauna) e humanos (como as atividades econômicas ou o patrimônio histórico). A paisagem é concebida, assim, como uma realidade física e a representação que culturalmente se faz dela: é a fisionomia geográfica de um território com todos seus elementos naturais e antrópicos, e também os sentimentos e emoções que despertam no momento de contemplá-los. O documento ambiciona “a paisagem como um produto social, a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado desde uma dimensão material, espiritual, ideológica e simbólica” (NOGUÉ e SALA, 2006, p.9).

Justificando uma metodologia qualitativa para sua elaboração, os Catálogos da Paisagem da Catalunha partem da possibilidade de existência de diversos “tipos de valores” da paisagem (ecológicos, históricos, culturais, estéticos, simbólicos, etc.) que são atribuídos pelos diversos agentes que nela intervêm e pela população de maneira geral.

No outro extremo, a elaboração de um método qualitativo de valoração de qualidade de paisagem torna-se extremamente delicado para que possa ser válido em termos científicos e aceitável para o conjunto da sociedade. As paisagens têm significados variáveis para a população que a desfruta e, por outro lado, a cada paisagem se pode atribuir diferentes valores em graus distintos, segundo o agente ou indivíduo que o percebe. Isto explica a decisão conceitual e metodológica de evitar a hierarquização de níveis das paisagens e a quantificação de seus valores apreendidos. Conforme Nogué e Sala (2006, p.9) esta é a tarefa mais complexa no procedimento de elaboração dos Catálogos, dado que os valores são resultado das percepções e sensações da população, e como tais são subjetivas ou incomensuráveis.

Outra preocupação fundamental dos Catálogos é que o objeto de análise e de aplicação de resultados é todo território catalão, e não somente os espaços

considerados excepcionais. Desta forma o documento inclui espaços marginais, degradados e cotidianos (paisagens de áreas comerciais ou industriais, por exemplo); engloba ao mesmo tempo espaços naturais e urbanos, rurais e periurbanos, assim como incide sobre águas interiores e marítimas. Da mesma forma, os Catálogos são direcionados a atender a diversidade de percepções e aspirações dos diferentes grupos e minorias que devem igualmente ter direito à paisagem.

A já citada unidade de paisagem é a peça territorial básica de análise dos Catálogos e conseqüentemente sobre a que se fundamenta a política de paisagem na Catalunha. São as unidades territoriais básicas sobre as quais se formulam os “objetivos de qualidade paisagística” instituídos no Convênio Europeu de Paisagem.

Por outro lado, sendo o objetivo dos Catálogos abarcar todo território da Catalunha evidenciando todos os tipos de paisagem – assumindo também a importância das paisagens comuns –, prevê-se um dispositivo de análise chamado de paisagem de atenção especial. Trata-se de uma espécie de detalhamento distinguido para setores com especial complexidade do ponto de vista paisagístico (zonas em rápida transformação de uso), que demandam diretrizes específicas para proteção, gestão e ordenação em escala urbanística.

A ênfase dada à participação pública é uma marca destacada na elaboração dos Catálogos de Paisagem da Catalunha. Conforme orientação do Convênio Europeu de Paisagem, a participação pública é utilizada como ferramenta para a implicação e responsabilização da sociedade no planejamento e gestão da paisagem, superando o papel especialista tradicional para o entendimento da paisagem.

Procedimentos para a elaboração dos catálogos de paisagem e consultas públicas

O procedimento de elaboração dos Catálogos de Paisagem segue cinco etapas: 1) Identificação e caracterização da paisagem; 2) Avaliação da paisagem; 3) Definição dos objetivos de qualidade paisagística; 4) Estabelecimento de diretrizes, medidas e propostas de atuação; e 5)

Estabelecimento de indicadores de seguimento, ainda que até o momento esta última etapa não tenha sido contemplada como originalmente previsto. Cada etapa técnica conta com uma via de consulta popular, e somente após a convivência popular prossegue-se para a fase seguinte (conforme o esquema que pode ser visto no Apêndice II, p.7).

Consultas públicas

Os Catálogos de Paisagem determinam a consulta pública como ferramenta para o envolvimento da sociedade na gestão e planejamento de sua paisagem. O processo de participação tem ênfase na valorização e percepção que o cidadão tem da paisagem (sobretudo os aspectos mais intangíveis) e na consideração de suas ameaças e oportunidades:

Sua importância também reside no fato de que através dos processos participativos se podem detectar os fatores mais perceptivos, identitários e intangíveis da paisagem. Estes fatores que dificilmente se identificariam com os trabalhos técnicos especializados. (NOGUÉ e SALA, 2006, p.28).

O livro *Paisatge i participació ciutadana* elaborado e editado pelo Observatório da Paisagem da Catalunha descreve os instrumentos de participação utilizados para a elaboração dos Catálogos. Também ressalta aspectos essenciais para a realização ideal de um processo participativo que busca estabelecer uma valoração qualitativa como a que os Catálogos objetivam.

A consulta se desenvolve basicamente em três níveis: a) Entrevista direta aos agentes da paisagem, como instituições, especialistas, empresários, sindicatos ou associações culturais e ecologistas; b) Jornadas de trabalho integradas ao processo de consulta dos Planos Territoriais Parciais organizadas pelo Departamento de Política Territorial e Obras Públicas da Comunidade Autônoma da Catalunha; c) Consultas dirigidas a toda sociedade através da página web do Observatório da Paisagem.

Diferentes meios de consulta foram realizados durante a elaboração dos Catálogos para os diferentes âmbitos de planejamento, sendo construídos e repensados ao longo do processo. Os principais foram: *Seções Informativas*, reuniões abertas ao público onde se explica o que são os Catálogos e em que

fase se encontra naquele âmbito, onde também se recolhem opiniões dos participantes; *Oficina abertas*, de duração de um turno onde participam pessoas já iniciadas nas seções informativas que tenham interesse em aprofundar sobre as temáticas relacionadas ao âmbito territorial em questão; *Entrevistas aos agentes da paisagem*, dirigidas aos principais atores da paisagem (instituições, setores econômicos e sociais, peritos, etc.), e que consistem em aprofundar individualizadamente opiniões a respeito às problemáticas, valores, características e desafios em relação ao território analisado; *Oficinas com agentes da paisagem*, que consistem em reuniões de debate temáticas onde participam juntos representantes selecionados de instituições, entes públicos, setores econômicos e sociais e peritos, a fim de compartilhar distintas visões sobre o mesmo tema; *Oficinas com pessoas a título individual*, realizadas a partir de seções de trabalho repetidas (três encontros) com pessoas de distintos perfis para debater sobre valores, problemáticas e desafios das paisagens em estudo; *Estudo de opinião*, focada sobre a percepção e vivência da paisagem através de entrevistas aos habitantes do âmbito territorial estudado; *Caixa da Paisagem*, um endereço de correio eletrônico onde qualquer pessoa pode expressar sua opinião sobre as paisagens; e *Consulta Web*, um questionário online vinculado ao Observatório da Paisagem que busca captar a percepção da população em relação às diferentes paisagens. A página web do Observatório disponibiliza as consultas realizadas a título informativo.

Do processo de consulta se obtém uma base de dados com informações atualizáveis e consultáveis sobre os principais agentes envolvidos na proteção, gestão e ordenação da paisagem da Catalunha, formando o chamado Inventário de Agentes da Paisagem da Catalunha.

5.3 INICIATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil também conta com políticas de paisagem em diferentes níveis de administração, ainda que as iniciativas analisadas não foquem diretamente o tema. Considerando a recém citada tendência internacional que menciona a

necessidade de uma política nacional de paisagem para a orientação do planejamento coerente das paisagens em nível local, busca-se um panorama jurídico-institucional brasileiro em matéria de política territorial que possa incidir sobre a paisagem, desvelando possíveis conexões para o desenvolvimento de uma abordagem paisagístico-territorial mais direcionada.

5.3.1 O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE)

Neste contexto insere-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que nasce com a pretensão de integrar aspectos naturais e sociais na gestão do território, subsidiando decisões de econômico a partir de bases sustentáveis. Segundo sua concepção, busca proporcionar base técnico-científica e operacional ao planejamento em nível federal, por isso também justifica sua apreciação no contexto desta pesquisa.

O Programa tem suas raízes com a aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938) em 1981, que relacionou o zoneamento ambiental entre seus instrumentos de planejamento. Após iniciativas dispersas durante a década de 1980, o Programa Nossa Natureza (criado pelo Decreto nº 96.044 de 12/10/88) lança o *Zoneamento Ecológico-Econômico* (ZEE) com o objetivo de ser estendido a todo território nacional. Em 1999 a coordenação e execução do ZEE é transferida ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), coincidindo com a preocupação do governo federal em incorporar a variável ambiental ao planejamento. A situação do Programa no ano 2000 era incerta, contando que havia sido gerada uma série de zoneamentos regionais fracionados e dispersos com metodologias diferentes, impossibilitando um panorama seguro do contexto nacional¹⁶⁰. A partir de então o ZEE passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 com a denominação de Programa Zoneamento Ecológico Econômico (PZEE), de onde foi promovido um processo de discussão amplo que resultou no documento “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional” em 2001. Este documento, cuja última versão

¹⁶⁰ Considerando-se os ZEE's concluídos e em andamento, à época do diagnóstico, na escala de 1:250.000, foram apuradas cerca de 32 áreas das quais 53% concluídas. Já, na escala 1:100.000 e maior, foram apuradas cerca de 18 áreas, principalmente na faixa costeira, das quais 80% concluídas. Nessa escala regional e/ou estadual, maior ou igual a 1:250.000, o ZEE abrangeu apenas 11% do território nacional. (N.A.).

atualizada é de 2006, sistematiza a metodologia de ZEE, define diretrizes e procedimentos operacionais para implementação do ZEE e formaliza requisitos à execução de projetos de ZEE. Neste contexto foi criada a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE – da qual fazem parte quatorze Ministérios) e um consórcio de empresas públicas (Consórcio ZEE Brasil – composto por quinze instituições como ANA, CPRM – Serviço Geológico do Brasil, Embrapa, Ibama e IBGE, entre outras) consolidando o processo de articulação interinstitucional e regulamentando o ZEE como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (Decreto federal 4.297/2002).

O ZEE, assim, proporciona um procedimento integrado de diagnóstico e fornece diretrizes pactuadas de ação, objetivando que o sistema de planejamento oriente esforços de investimento estatal e civil segundo as peculiaridades de cada zona, que passam a ser tratadas como unidades de planejamento. Convém reproduzir alguns dos objetivos destacados nas Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional (2006) porque, assim como seu objetivo maior, evidencia analogias com os métodos de tratamento da paisagem supracitados:

Identificar oportunidades de uso dos recursos naturais, estabelecendo os parâmetros necessários de exploração e os impactos positivos e negativos;

Elaborar diagnósticos ambientais integrados, analisando as relações sociedade-natureza;

Identificar e analisar problemas ambientais como áreas degradadas por desmatamentos, perda ou degradação do solo e da água por garimpagem, prática inadequada de agricultura e pecuária, usos inadequados ou permissivos das águas superficiais e subterrâneas, pesca e caça predatórias, exploração irregular de recursos florestais e de biodiversidade e o desenvolvimento urbano descontrolado;

Identificar conflitos de interesse no uso dos recursos naturais e as políticas ambientais, bem como a concorrência de uso entre os segmentos sociais;

Identificar e analisar problemas sociais e econômicos vinculados às populações que ocupam os diversos sistemas ambientais brasileiros.

Definir unidades dos sistemas ambientais ou zonas de planejamento, a partir de análise sistêmica dos componentes naturais, socioeconômicas e da base jurídico-institucional;

Propor as diretrizes legais e programáticas de caráter preservacionista, de desenvolvimento econômico e social para cada sistema ambiental identificado e, quando for o caso, de ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos, porventura ocorridos.

O ZEE define escalas de atuação relacionadas à estrutura político-administrativa do país, delimitando os enfoques “estratégico” (político) e “tático” (operacional) para sua implementação e execução. O enfoque “estratégico” é dirigido ao topo da cadeia político-gerencial, onde o ZEE é apresentado como resultado da interação entre ecossistemas, entendidos em suas potencialidades e limitações versus seu uso. Serve basicamente para subsidiar a definição de políticas, planos e programas quanto ao uso e custos dos recursos naturais a partir da análise da dinâmica da ocupação – situação socioeconômica das populações envolvidas – *versus* os sistemas ambientais – caráter e disponibilidade dos recursos naturais –. Este enfoque tem basicamente dois níveis de abordagem escalar, a de *reconhecimento* (igual ou menos que 1:500.000), e as escalas chamadas *intermediárias* (entre 1:500.000 e 1:250.000). A primeira é uma representação cartográfica generalizada que deve funcionar como uma escala de síntese, proporcionando a visualização de grandes estruturas e processos. As segundas são as mais utilizadas até o momento nos projetos de ZEE elaborados. Apesar de não constituírem uma representação definitiva para determinados processos, fornecem uma base relativamente detalhada para análise. O enfoque “tático” fundamenta o gerenciamento de ações de preservação e proteção ambiental em nível local, subsidiando principalmente planos de monitoramento e avaliação de impactos ambientais e planos diretores de áreas de preservação. Trabalha com escalas maiores que 1:250.000, proporcionando maior detalhe de informações. Neste nível de detalhamento o ZEE promove a utilização de um núcleo indivisível de análise chamado “unidade territorial básica” (UTB). Esta unidade é o produto da intersecção entre sistemas naturais e uso antrópico, utilizada em geral para administradores em nível local e órgãos licenciadores ambientais.

De acordo com a lei complementar nº 140/2011 que estabelece normas de cooperação comum em relação ao meio ambiente, a responsabilidade de execução do Zoneamento Ecológico-Econômico deve ser compartilhada entre União, estados e municípios¹⁶¹. Tal encargo é também ratificado com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), cabendo à União a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, e aos estados elaborar o ZEE de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional, e aos municípios a elaboração do plano diretor, observando os ZEEs existentes. Além dos aspectos legais já citados, o Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012) estabelece um prazo de cinco anos para que todos os estados elaborem e aprovem seus ZEEs, conforme a metodologia estabelecida em âmbito nacional.

O Rio Grande do Sul¹⁶² apresenta duas iniciativas em curso, uma de âmbito estadual (ZEE do Estado do RS), coordenada pela Secretaria de Planejamento (Seplan) e Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA), e uma específica para o litoral norte do estado (ZEE do Litoral Norte do RS), coordenada pela Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (FEPAM). O ZEE do estado trabalha em uma escala de 1:250.000 abrangendo uma área aproximada de 281.730km². Tem sua etapa de *planejamento* concluída e com a etapa de *diagnóstico* em elaboração; ainda não iniciou a *proposta de gestão*. Por isso não possui, até o momento, nenhuma normatização, embora a resolução do Conama nº18 de 2013 tenha criado uma Câmara Técnica Provisória (2 anos) para tratar do tema. A ZEE do Litoral Norte do estado, por sua vez, abrange uma área de 3.700km² e foi elaborada na escala 1:100.000. Tem as etapas de *planejamento*, *diagnóstico* e a *proposta de gestão* concluídas, mas ainda não recebeu nenhuma normatização. Ambas seguem pendentes de validação federal.

¹⁶¹ O artigo 23 da Constituição Federal de 1988 prevê a competência comum entre os entes da federação no exercício de questões relativas ao meio ambiente. (N.A.).

¹⁶² Destaca-se abaixo a condição do estado do Rio Grande do Sul devido à relação com o estudo de caso apresentado no próximo capítulo. A situação atual das iniciativas federais e estaduais de ZEE pode ser acompanhada em tabela disponibilizada pelo MMA em sua página web oficial em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80032/Projetos%20de%20ZEE.pdf>, consultada em janeiro de 2015 ou ainda em <http://zeers.blogspot.com.br/>.

O marco legal vigente pertinente ao ZEE é constituído pelas seguintes normas: Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Em seu artigo 9º são relacionados os instrumentos da PNMA, dentre os quais o zoneamento ambiental, posteriormente denominado de zoneamento ecológico-econômico; Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e dá outras providências. No artigo 3º da lei está previsto o zoneamento de usos e atividades na zona costeira; Decreto s/nº de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, e dá outras providências; Decreto nº 4.297/2001, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei no 6.938/81, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE) e dá outras providências; Decreto nº 5.300/2004, que regulamenta a Lei no 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

O ZEE costeiro é posto, no artigo 7º, como um dos instrumentos de gestão da zona costeira, sendo que o anexo I da lei contém um quadro orientador para a obtenção do referido zoneamento; Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre os entes da federação no exercício da competência comum relativa ao meio ambiente, prevista no artigo 23 da Constituição Federal de 1988. De acordo com a LC 140, constitui ação administrativa da União a elaboração do zoneamento ambiental na escala nacional e regional, cabendo aos estados elaborar o zoneamento de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos no nível nacional e regional, e aos municípios a elaboração do plano diretor, observando os zoneamentos existentes; e por fim a Lei nº 12.651/ 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as

Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. O ZEE é abordado nos artigos 11-A, 12, 13 e 14.

5.3.2 AS UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL DO RIO GRANDE DO SUL (UPNs)

Além dos citados projetos de zoneamento que seguem a metodologia federal (ZEE), o estado do Rio Grande do Sul também conta com uma iniciativa própria de mapeamento baseado em unidades de paisagem. O *Mapeamento das Unidades de Paisagem Natural* (UPNs) é, desde 2005, um importante instrumento de gestão ambiental utilizado a partir de 2005 para o licenciamento da silvicultura em âmbito estadual¹⁶³. O trabalho referenciado foi elaborado por técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Fundação Zoobotânica (FZB) e Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA). Importante destacar no contexto desta pesquisa que essa normatização vem a complementar o Código Ambiental Estadual (Lei Estadual nº 11.520/2000) e é, atualmente, a referência não somente para projetos de reflorestamento, mas para todos os projetos de impacto ambiental considerável em nível estadual.

Todo procedimento de delimitação se baseia na subdivisão do território estadual em unidades de paisagem a partir de características naturais homogêneas, refletindo características fisionômicas e paisagísticas que apresentam alto grau de homogeneidade interna, desconsiderando transformações de origem antrópica. Estes pressupostos, segundo seus autores, se justificam por uma série de vantagens, como a geração de unidades que têm limites físicos naturais e não políticos, otimização de dados pontuais (por exemplo, ocorrências de flora e fauna), e ao mesmo tempo permitem o dimensionamento de impactos ambientais em escala regional.

As UPNs são delimitadas por cruzamento de bases digitais de geomorfologia, vegetação original potencial, solo e altimetria, em escala 1:250.000. Os mapas

¹⁶³ O trabalho completo, com seus procedimentos metodológicos e objetivos, assim como instituições envolvidas pode ser consultado na *Biblioteca digital da FEPAM* em: http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp.

obtidos por sucessivos cruzamentos foram submetidos a recorrentes avaliações de peritos de diferentes áreas do conhecimento. Por fim, foram definidas quarenta e cinco (45) UPNs em todo estado, com áreas que variam entre 20.318,44 e 2.786.977,65 ha. O fato de que a classificação resultante ser neutra em relação ao uso antrópico tem como objetivo que as UPNs sejam adotadas, no futuro, como unidades de planejamento, gestão e zoneamento de outras atividades, conforme atestam seus autores.

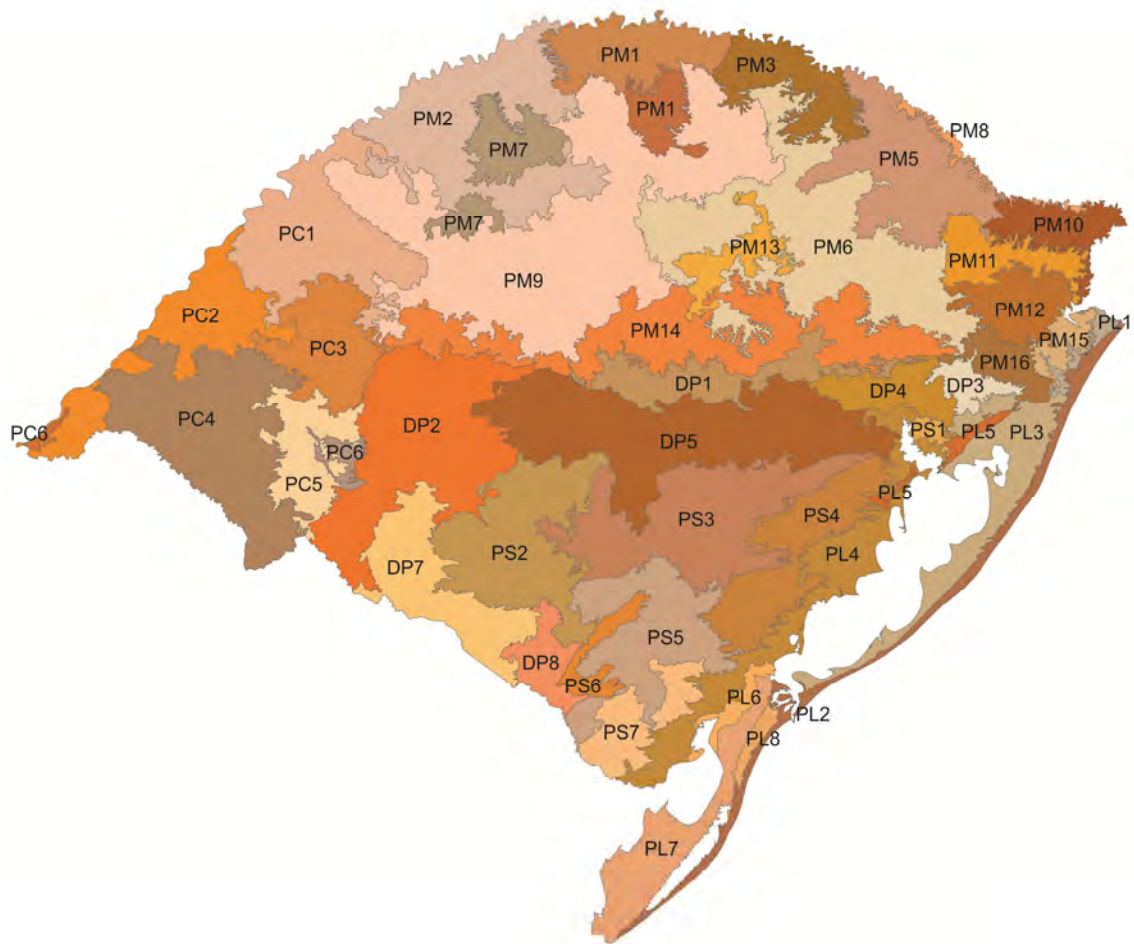


Imagem 12: Mapa das UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL (UPNs) do Rio Grande do Sul (2006), disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa FEPAM (2010).

5.3.3 A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA

Excetuando-se iniciativas de foco exclusivamente (ou essencialmente) meio-ambiental, interessa sobremaneira a esta pesquisa aquelas que possuem conexões mais diretas entre homem e meio, sobretudo a partir de uma perspectiva cultural, em conexão direta com o quadro teórico e metodológico delimitado para a tese.

A experiência mais significativa na gestão da paisagem a partir de uma perspectiva patrimonial se dá após o IPHAN, principal responsável pela proteção e promoção do patrimônio em nível federal publicar, em abril de 2009 a Portaria nº 127¹⁶⁴ que “Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira”.

Foi o resultado de um processo interno ao instituto que começou em 2006, quando o arquiteto paisagista do IPHAN Carlos Fernando de Moura Delphim recomenda a criação da figura legal da *Paisagem Cultural*, destacando a importância de seus significados para a questão de identidade nacional. A principal justificativa de um novo instrumento legal de proteção residia no fato de que o tema era tratado exclusivamente a partir da legislação ambiental, permitindo uma leitura – e conseqüente ação – parcial sobre o assunto. Delphim advogava por uma política para a paisagem brasileira embasada na Política Nacional do Patrimônio Cultural a partir das formas tradicionais de proteção (tombamento, cadastro e registro), e na criação de um instrumento específico para proteção de paisagens culturais baseada em uma forma de gestão compartilhada entre Poder Público e sociedade civil (SCHLEE, 2016).

Até aquele momento, a base legal da instituição era conformada pelo Decreto-Lei nº 25/1937, pela Lei nº 3.924/1961 e pelo Decreto nº 3.551/2000, e considerava as categorias de “monumentos naturais, sítios e paisagens”, “monumentos arqueológicos ou pré-históricos” e “lugares”. Schlee (2016) lista os bens *tombados* pelo IPHAN ao longo dos cerca de oitenta anos de existência da instituição que guardam relação com a nova categoria então proposta: vinte e quatro bens naturais, treze jardins históricos, cinco sítios arqueológicos e um sítio paleontológico. Além destes, também foram

¹⁶⁴ IPHAN. Portaria 127. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: MinC/ Iphan, 2009.

protegidos três bens de natureza imaterial, inscritos no livro de Registro de Lugares.

O “novo” instrumento consiste na atribuição da denominação de *Paisagem Cultural* às áreas e entornos cuja proteção interessa, competência do IPHAN, portanto, onde a principal implicação é a transmutação do *tombamento* em um instrumento *territorial de preservação cultural*¹⁶⁵. O Relatório da Gestão 2006-2010 do Departamento de Patrimônio Material do IPHAN¹⁶⁶ (DEPAM) explica a Chancela:

como novo instrumento de preservação do patrimônio cultural em territórios amplos, singularizados pelo dinamismo do patrimônio e pela interdependência entre natureza e cultura, esse último muitas vezes representado pelas dimensões materiais e imateriais.

A Portaria nº 127 que “Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” define em seu primeiro capítulo o conceito de *paisagem cultural*:

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Interessante notar que o texto da Portaria não se refere somente à bens previamente protegidos como originalmente se previa¹⁶⁷. Por outro lado fica evidenciada a ideia de excepcionalidade que condiciona o documento (“*porção peculiar do território*”).

Também é importante considerar, especialmente no âmbito desta investigação, o quarto artigo contido na Portaria, que versa sobre o pacto de gestão. Este “implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território”¹⁶⁸. A participação da comunidade, assim, não é obrigatória.

A *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira* é, assim, um instrumento criado para complementar a estrutura legal de preservação do patrimônio cultural já

¹⁶⁵ IPHAN. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília: Datil., 2006.

¹⁶⁶ DEPAM. Relatório de uma gestão 2006-2010. Brasília: Datil., 2011.

¹⁶⁷ DEPAM. Relatório de atividades 2º semestre/ 2006. Brasília: Datil., 2006.

¹⁶⁸ IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

existente por meio do comprometimento das partes interessadas. Estrutura-se a partir de um *pacto* que deve – não é condição necessária, mas desejável – reunir o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, e dar origem a um *Plano de Gestão*, compartilhando as responsabilidades sobre o território em questão.

O Plano de Gestão deve conter os programas, projetos e ações dirigidos à preservação dos valores que levaram determinado lugar a ser reconhecido como uma Paisagem Cultural Brasileira. Essa chancela, além de conferir reconhecimento público ao território, permite que o território passe a almejar determinados investimentos exclusivos de bens protegidos em diversos níveis; por outro lado se as determinações assumidas no pacto não forem cumpridas, ou se os valores pelos quais a paisagem adquire maior importância se percam, a chancela pode ser retirada.

No início do mês de maio de 2009, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural orientou a abertura de instrução¹⁶⁹ para a primeira Chancela da Paisagem segundo os moldes da Portaria 127/09. Os núcleos rurais de Texto Alto, no município de Pomerode e de Rio da Luz, em Jaraguá do Sul, ambos em Santa Catarina, foram indicados como *Paisagem Cultural Brasileira*.

Embora o reconhecimento oficial nunca tenha sido levado à cabo¹⁷⁰, este reconhecimento, embora recente, é resultado de um trabalho de identificação desenvolvido desde a década de 80 nas áreas de imigração mais representativas do estado. O trabalho encabeçado pela Superintendência do IPHAN em Santa Catarina tem parceria com o Estado através da Fundação Catarinense de Cultura e das prefeituras de diversos municípios que em parceria criaram oficialmente os *Roteiros Nacionais de Imigração* através de um Termo de Cooperação assinado em 2007. O Termo, já prenunciando o efeito do Pacto, é responsável pelo tombamento de dezenas de bens nas três escalas de proteção e uma série de ações conjuntas para garantir sua

¹⁶⁹ Denominação própria de procedimento oficial da instituição, “instrução” do processo de Chancela, neste caso.

¹⁷⁰ Segundo Andrey Schlee, atual Diretor do Departamento de Patrimônio Material do IPHAN (abril de 2017), após o tombamento de um “conjunto” rural considerável de 23 bens imóveis “isolados”, conforme os moldes tradicionais de proteção, portanto, a relatora indicou o prosseguimento de estudos para o reconhecimento por meio da recente Portaria, mas sem desfecho final. Não há, deste modo, nenhuma paisagem brasileira chancelada oficialmente pelo IPHAN até o presente momento.

preservação que se vê complementada, a partir de agora, com a possibilidade de ser entendida – e protegida – na sua dimensão territorial.

Segundo o IPHAN¹⁷¹ a efetivação do instrumento de chancela abre uma nova possibilidade de tratamento dos diversos temas que afetam a preservação do patrimônio cultural:

A decisão de cancelar a primeira Paisagem Cultural Brasileira em Santa Catarina é um marco para as políticas públicas de patrimônio cultural: desde a sua instituição há dois anos, é a primeira vez que se utiliza o instrumento da chancela. A partir de agora, o IPHAN deve estudar a ampliação da chancela da Paisagem Cultural para outros núcleos rurais que compõem o projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração. (IPHAN, 2010).

Durante o período operacional do instrumento, o IPHAN abriu dez Processos de Chancela, realizando ainda dezoito estudos técnicos e inventários com este intuito. No entanto, devido à complexidade da gestão condicionada à Chancela, nenhum dos processos iniciados foi concluído, resultando na suspensão temporária de todas as instruções a partir de 2013.

Paralelamente ao debate sobre paisagem cultural, outros projetos ideados na instituição há muito tomam novos formatos. Schlee compara as propostas de Aloísio Magalhães na década de 80 (Archenave, itinerários culturais, valorização das indústrias familiares dos imigrantes) com projetos contemporâneos da instituição, como o “*Barcos do Brasil*”, as “*Redes de Patrimônio*” e os já citados “*Roteiros Nacionais de Imigração*”. Todas estas iniciativas consideram “a necessidade de construção e implementação de políticas públicas variadas e articuladas no território, nas quais o IPHAN devia passar a ser apenas um dos agentes-parceiros da comunidade” (SCHLEE, 2016).

Igualmente podem ser notados experimentos com bons resultados tocados por instituições que não se ocupam diretamente de preservação do patrimônio, mas que acabam aplicando estratégias de atuação que aliam paisagem e patrimônio em suas diversas dimensões.

Como exemplo pode ser citado o trabalho desenvolvido a partir de 2007 no município do Serro, em Minas Gerais. O município do Serro tem sua ocupação

¹⁷¹ <http://portal.iphan.gov.br> (acessado em 25.05.11).

iniciada no período colonial português, e apresenta características de um tipo de organização espacial similares à outras cidades de mineração do interior das possessões portuguesas em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, o Serro apresenta historicamente um tipo de agricultura “urbana” muito particular, com marcas espaciais ainda visíveis, mas que tiveram sua influência diminuída ao longo do tempo.

Segundo Castriota (2010) a metodologia utilizada para a preservação da paisagem do serro se baseou essencialmente no entendimento das dimensões estética, funcional e ecológica do território. Tal procedimento levou à uma abordagem a partir de quatro eixos de ação para a preservação da paisagem do município: 1) Salvaguarda das práticas tradicionais de agricultura urbana, 2) reabilitação e recomposição da paisagem (produtiva principalmente) englobando os espaços públicos e privados, 3) programa de fortalecimento econômico e 4) programa de fortalecimento institucional.

Castriota também aponta que a valorização da agricultura urbana, além de retomar uma prática antiga ou “saber” desta comunidade, tem gerado resultados benéficos tanto para a segurança alimentar das famílias envolvidas, quanto para fortalecer vínculos sociais, retomando elementos importantes do patrimônio cultural desta população.

A experiência baseada num entendimento amplo da paisagem e de sua complexidade cultural mostra a possibilidade de integração de elementos que são tradicionalmente abordados pontualmente, com a possibilidade de somar esforços no campo político de forma abrangente tem sua gestão facilitada, conforme explica Castriota:

[...] por um lado, a questão da agricultura familiar, em sua versão urbana; por outro, a questão da preservação do patrimônio cultural, em suas vertentes material (paisagem cultural) e imaterial (técnicas tradicionais), tudo isso perpassado pela perspectiva contemporânea da sustentabilidade. Essa desejável integração entre as dimensões físicas e técnicas e a dimensão cultural é [...] pressuposto das diversas políticas setoriais. (CASTRIOTA, 2010).

6 APROXIMAÇÕES A PARTIR DAS PAISAGENS DE AGUDO

“[...] if we want to understand ourselves,
we would do well to take a searching
look at our landscapes.”
Pierce Lewis

Conforme já explicado na introdução, a tese vale-se do município de Agudo, no Rio Grande do Sul, como recorte empírico para discussão de aspectos levantados ao longo da revisão bibliográfica. Tendo em conta que a paisagem não corresponde obrigatoriamente a delimitações administrativas a justificativa deste recorte se dá, sobretudo, pelo potencial atribuído ao material produzido e coletado em pesquisas anteriores para o mesmo espaço. Este último capítulo se desenvolve a partir de uma análise que busca integrar diferentes camadas de informação, porém estruturada essencialmente na experiência de quem vivencia as paisagens estudadas.

Luis Pomar, ressaltando as iniciativas e todo o esforço que tem sido feito para reconhecer a paisagem como elemento essencial na qualidade de vida, aponta a necessidade de participação nos processos de ordenação territorial, levando em consideração este tipo de valoração. Ao mesmo tempo, previne que existem diferenças significativas entre a valoração social e a científica, sendo que a última “pretende resultar objetivável e se acha peneirada por filtros que escapam ao comum da população e que explicam a diferença entre a observação científica e a percepção vulgar”. Dessa forma, Pomar sustenta a necessidade de trabalhar com ambas de forma complementar e integrada, pois conformam vertentes fundamentais dos estudos paisagísticos (POMAR, 2010, p. 79-82).

A análise apresentada à sequência centra-se em **associar estas duas perspectivas – a científica e a social** – em relação à questão, ou seja, como cada posição avalia e valora a **paisagem**, e como estas posições reagem **em função** de uma apropriação identitária, aproximando-as ou não do conceito de **patrimônio cultural**.

Como já delineado nos primeiros capítulos deste trabalho, especialmente a partir de Simmel (1913/ 2013), Cosgrove (1989), López Silvestre (2006), Augustin Berque (2009; 2011), Jean-Marc Besse (2010) e também por meio da

compilação proposta por Serrão (2011), os primitivos enfoques concernentes à paisagem originam-se na percepção das diferentes e variadas facetas da natureza, sejam a partir de sua dimensão material, física, ou mesmo através dos sentimentos decorrentes desta. É justamente o tensionamento dos limites mensuráveis do mundo visível que resulta em seu estudo científico, onde a paisagem assume relevância modernamente.

De modo complementar, conforme visto com Aguiló (2005), Mata Olmo (2006), Luginbühl (2008; 2009), Varela e Navarro (2008), Pomar (2010) e Nogué (2010), entre outros, considerar a paisagem enquanto construção social, tanto conceitual quanto operativamente é essencial para seu entendimento, e conseqüentemente para seu devido tratamento em termos projetuais, seu planejamento e sua gestão.

Além disso, de forma bastante específica, alguns autores como J. B. Jackson (1970), Pierce Lewis (1979) e Donald Meinig (1997)¹⁷², além dos relacionados na introdução desta pesquisa, instigam um olhar mais detido sobre as paisagens experienciadas diariamente, aquelas que participam, conformam e são conformadas cotidianamente a partir de práticas comuns que espelham um determinado modo de vida.

Para tanto se desenvolvem leituras que buscam entender como estas paisagens se conformaram historicamente e como são reveladas cotidianamente. É uma dupla questão que trata de pôr em um mesmo plano ocupação, usos e evolução do território, assim como suas representações que desde uma ótica social estruturam e põe de manifesto os distintos valores das paisagens. Nesta fase foram compendiados mapas históricos que comprovam as primeiras divisões oficiais de glebas rurais e urbanas, assim como diferentes expressões artísticas históricas (pintura, literatura, fotografia), livros didáticos tradicionais e trabalhos escolares relacionados às diferentes apropriações (práticas e simbólicas) que transformam o território e as formas resultantes herdadas que conformam suas paisagens. Também têm papel essencial os padrões de ocupação e a distribuição histórica de atividades produtivas e as redes de infraestrutura construídas ao longo do tempo. Neste contexto se

¹⁷² Todos os autores supracitados estão relacionados no APÊNDICE II – AUTORES & CONCEITOS FUNDAMENTAIS.

destaca a rede de caminhos, pois eles determinam por onde se descobre, se olha e, portanto, por onde se conhece e reconhece a maior parte do território e suas paisagens. Assim, adicionam-se à análise fotos próprias, mapas esquemáticos, croquis que representam pontos específicos de visuais e diagramas simplificados de ocupação e uso no território considerado.

Os dois eixos que estruturam o estudo de caso, posição *técnica* e posição *comum*¹⁷³ (científico e social) são acionados essencialmente de formas diferentes. O primeiro deriva do Inventário Arquitetônico decorrente do Plano Ambiental, que privilegia uma visão histórica na construção e conformação da paisagem, e do Mapeamento das Unidades de Paisagem Natural da FEPAM (com apoio de mapas temáticos confeccionados para o Plano Ambiental). Esta perspectiva confere uma importância maior sobre a dimensão geográfica e meio-ambiental da paisagem, buscando assim um panorama formal administrativo como parâmetro de análise para o caso em estudo. Seus âmbitos de atuação são mais bem explicados junto ao item 6.1.

A segunda dimensão no estudo da paisagem de Agudo, assinalada como *comum*, deriva dos questionários realizados para o Plano Ambiental, e das entrevistas diretas com os habitantes locais em diferentes períodos e com diferentes modos de coleta, conforme já referenciado anteriormente.

Cabe ainda destacar que a análise apresentada a seguir busca vincular território e patrimônio examinando relações entre as escalas territorial, urbana e arquitetônica, procurando interpretar a paisagem “como uma síntese do território baseada na vida e no trabalho acumulado sobre um espaço (em seus

¹⁷³ Esclarece-se aqui que a análise que segue, assim como toda a elaboração deste trabalho é técnica, desenvolvida por meio de critérios científicos, portanto, e que a incorporação das diferentes posições sociais (representações) se dão pelo fato de consistirem em formas de entendimento e ação no território que, por isso, dizem respeito às áreas da arquitetura e do planejamento. Partindo desta perspectiva, evita-se à designação valorização “*científica*” e “*social*” proposta por Pomar (2010), preferindo-se utilizar o termo “*técnica*” e “*comum*” para evidenciar aquelas posições sobre a paisagem ligadas às administrações oficiais do território, ou seja, aquelas que têm ingerência direta sobre a paisagem e suas transformações. Os termos elegidos derivam de discussão anterior registrada na dissertação “Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS”. Dissertação de Mestrado PGAU-Cidade, UFSC, 2009. O termo “técnico”, assim, tem o sentido de um conhecimento legitimado pela academia, enquanto “comum” refere-se ao conhecimento não acadêmico.

diferentes aspectos: histórico, antropológico e geográfico)”, como demanda Rivera Blanco (2010, p.12, grifo original do autor).

Em consonância com a posição de Pomar (2010), que defende a diferença e a importância de um olhar técnico sobre a questão, busca-se com esta análise relacionar aspectos que sejam perceptíveis mas não evidentes que possam revelar valores que embasem um entendimento mais amplo da paisagem, justificando a preservação de determinados elementos.

6.1 AS REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS DE PAISAGEM E DE PATRIMÔNIO EM AGUDO

6.1.1 AS UPNS

No ano de 2005, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cria, por intermédio de suas instituições competentes, o Mapeamento das Unidades de Paisagem Natural (UPNs), que se torna um importante instrumento de gestão ambiental que complementa o Código Ambiental Estadual, conforme já apresentado junto ao Capítulo 4 (p.204 em diante).

Em suas definições setoriza o território estadual em unidades de paisagem com características naturais semelhantes para que possam ser utilizadas como unidades de gestão ambiental. O Mapa nasce com o intuito de regular o reflorestamento de espécies exóticas no estado, e idealiza-se que esta divisão possa embasar outras atividades produtivas e projetos de grande impacto, funcionando como unidades de planejamento, gestão e zoneamento.

Os critérios de delimitação de tais unidades estão fundados essencialmente em função de aspectos físicos e geográficos, incluindo ainda índices de flora e fauna e indicando sítios de importância paleontológica. Isso condiciona a que os limites das unidades de paisagem não coincidam, necessariamente, com limites administrativos dos municípios, privilegiando a avaliação de impactos em uma escala mais abrangente. Cabe destacar o judicioso trabalho para sua formulação a partir de critérios científicos em diversas áreas do conhecimento, englobando todo tipo de cartografia básica, assim como diversos cruzamentos temáticos. Sendo assim, este mapa compõe atualmente uma ferramenta

científica determinante para o entendimento da paisagem, além de elemento condicionante legal para tomada de decisões sobre o território.

As diretrizes são formuladas e apresentadas para cada unidade, a partir de seções específicas que contemplam áreas protegidas, flora e fauna ameaçada, recursos hídricos, sítios paleontológicos, entre outros aspectos.

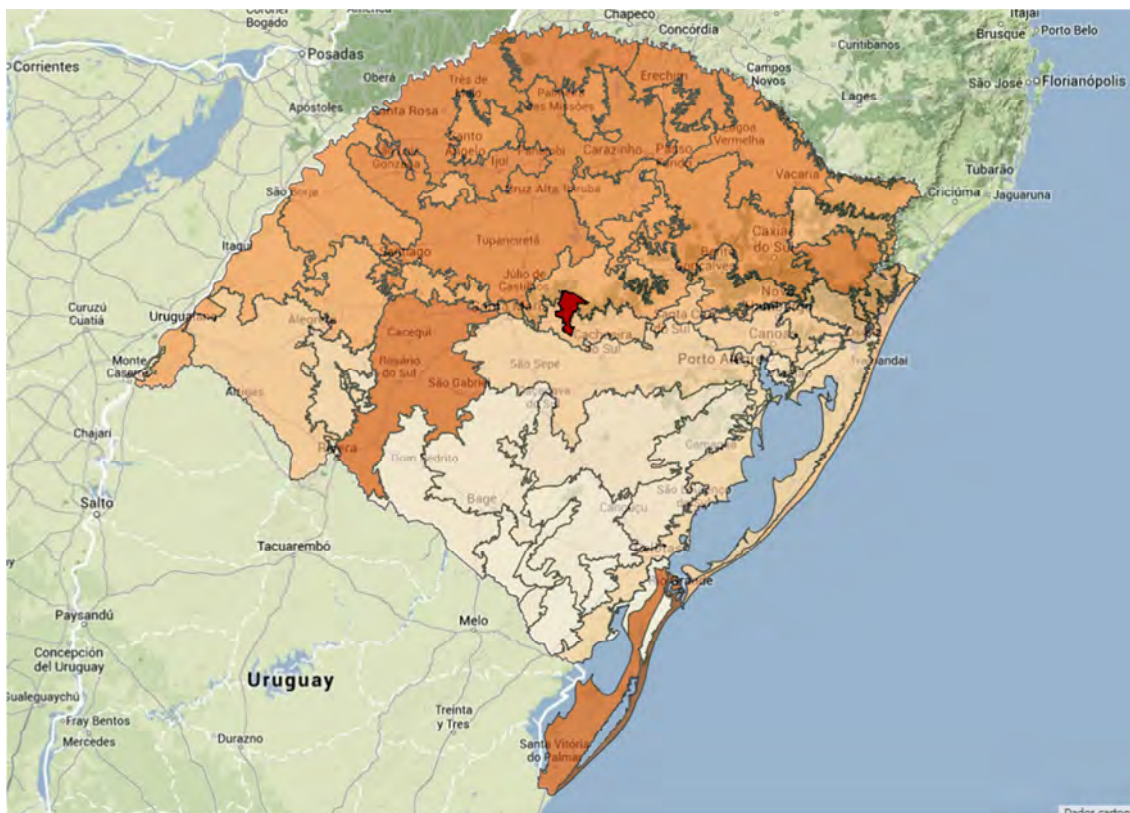


Imagem 13: Situação do Estado do Rio Grande do Sul em relação aos territórios limítrofes com destaque para as UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL (UPNs) do Rio Grande do Sul (2005) e a localização do município de Agudo, ao centro em vermelho. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa FEPAM (2010).

As UPNs e Agudo

Segundo as informações que fundamentam o mapa das UPNs, Agudo está localizado na região central do Rio Grande do Sul e situado, por isso, entre os *Campos da Depressão Periférica Gaúcha* e os *Campos do Planalto Médio, Bacia do Rio Jacuí*. Possui uma população de aproximadamente 18.000 habitantes, dos quais cerca de 60% ainda vive na zona rural. O ponto mais alto está a 600m acima do nível do mar, e o mais baixo a 50m. Há que se ressaltar que Agudo está localizado em uma região incluída como *Área Prioritária de*

*Reserva da Biosfera Mata Atlântica*¹⁷⁴, preservando parcelas significativas de *Floresta Estacional Decídua*, e contando com importante diversidade ecológica. Destaca-se, também, a presença de sítios arqueológicos e paleontológicos de grande relevância científica.

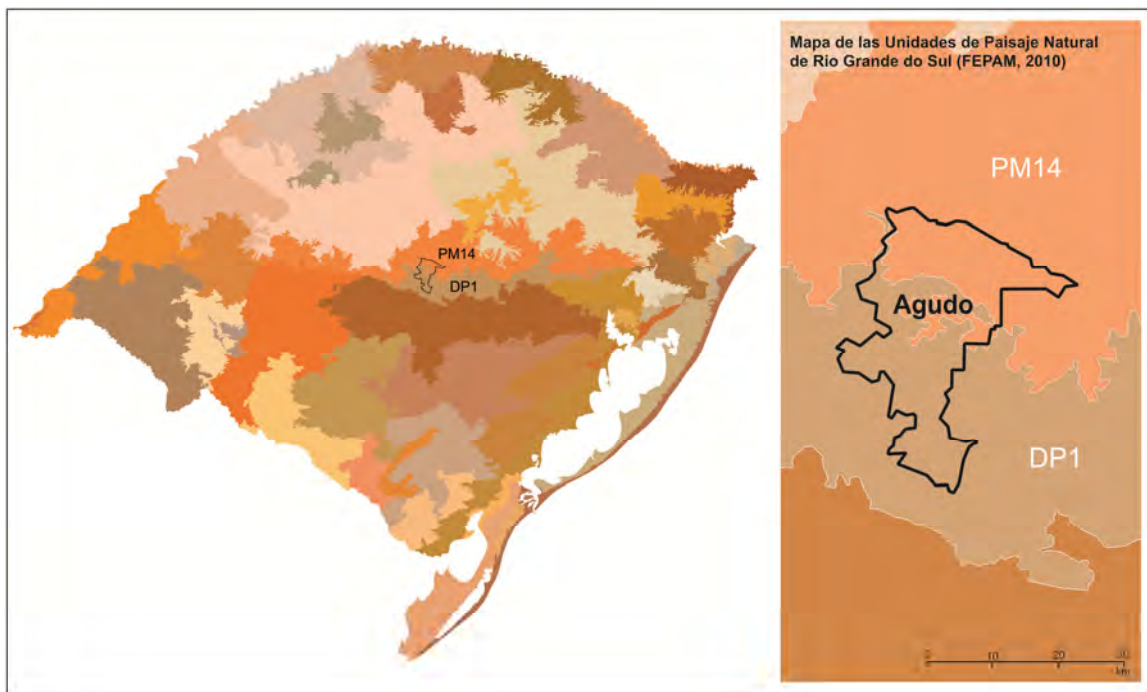


Imagem 14: Mapa das UNIDADES DE PAISAGEM NATURAL (UPNs) do Rio Grande do Sul (2005) com destaque para a situação do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa FEPAM (2010).

O município de Agudo é envolvido por duas das quarenta e cinco unidades delimitadas pelo mapeamento citado: Unidade DP1 (*Depressão Central 1*), englobando aproximadamente os 2/3 meridionais do município; e Unidade PM14 (*Planalto Médio 14*), perfazendo o terço norte do município como se pode ver no detalhe da imagem 14 acima apresentada. A interface entre estas duas unidades se dá de forma recortada, vinculada prioritariamente às diferenças de altura em relação ao nível do mar que ficam visíveis a partir das imagens 15 e 16, assim como de suas decorrências geográficas. À continuação se apresentam descrições e informações selecionadas¹⁷⁵ de cada uma das

¹⁷⁴ Analisando a área de estudo em relação aos grandes biomas brasileiros, o município encontra-se totalmente dentro do *Bioma Mata Atlântica*, e seu limite sul com o município de Restinga Seca conforma a interface com o *Bioma Pampa*. *Plano Ambiental da Quarta Colônia: Mapas temáticos*.

¹⁷⁵ A descrição completa de cada unidade pode ser acessada nos volumes publicados pela FEPAM, e disponíveis na biblioteca digital da Instituição. FEPAM. Zoneamento Ambiental para

unidades de paisagem natural atribuídas ao município de Agudo, segundo a posição institucional referenciada.



Imagem 15: Mapa Planialtimétrico do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009).

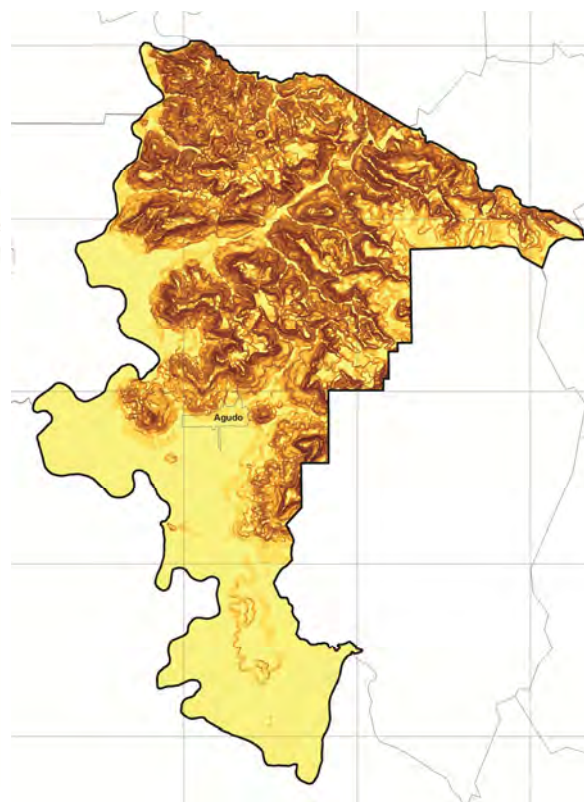


Imagem 16: Mapa Declividades do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009).

Unidade de Paisagem DP1

Principais elementos da paisagem: Região de planície localizada ao norte do rio Jacuí, na Depressão Central, estendida desde Santa Maria até as proximidades de Porto Alegre. Sua vegetação original é Floresta Estacional Decídua de Terras Baixas e sua topografia plana, com altitudes variáveis de 0 a 100m, com morros testemunhos de até 400m, correspondendo ao primeiro nível da pendente abrupta da serra, como possível observar na imagem 17.



Imagem 17: Panorama representativo da UPN DP1 no município de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor, 2013.

Aspectos atuais relevantes: região onde houve supressão quase total de Floresta Estacional, substituída por cultivos diversos com destaque para o arroz nas planícies (várzeas) dos rios. Em geral a região é caracterizada por estabelecimentos rurais pequenos de propriedade mediana, com exceção para a orizicultura, que apresenta áreas com a maior produtividade do estado. Há presença de duas Unidades de Conservação em processo de avaliação e grande ocorrência de sítios paleontológicos agregando complexidade paisagística à região. Há expressiva presença de sítios arqueológicos, registro de cinco espécies de fauna ameaçada e presença significativa de áreas quilombolas.

Objetivos de conservação: conservação dos remanescentes de Floresta Estacional Decídua; conservação dos charcos e áreas úmidas; proteção das áreas de ocorrência de sítios paleontológicos e ambientes naturais associados.

Unidade de Paisagem PM14

Principais elementos da paisagem: região do Planalto dos Campos Gerais, caracterizada pela escarpa sul da Serra Geral, zona de contato entre o altiplano e a depressão central. Sua vegetação característica é a Floresta Estacional Decídua. Apresenta altitudes variáveis entre 50m e 600m e topografia acidentada, onde se destacam os vales dos rios Jacuí apresentado na imagem 18, e Taquari.



Imagem 18: Panorama representativo da UPN PM14 no município de Agudo. **Fonte:** Foto do autor, 2013.

Usos atuais relevantes: A escarpa do altiplano onde se situa toda a unidade apresenta relevo fortemente ondulado a montanhoso, profundamente desgastado pela erosão, com declividade média cerca de 50%. Constitui uma das regiões representativas da Floresta Estacional Decídua que recobre as pendentes sul do altiplano, com remanescentes significativos da zona de amortização da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Especificamente no município estudado essa presença é significativa como se pode notar na imagem 19. É uma região caracterizada pela pequena propriedade rural com atividades diversificadas. Há presença de duas Unidades de Conservação (Parque Estadual da Quarta Colônia e Reserva Biológica do Ibicuí Mirim) e de sítios arqueológicos, de seis de espécies de fauna ameaçada e vinte e três registros de fauna ameaçada. Há presença de áreas quilombolas e terras indígenas. Também contém sítios paleontológicos, dos quais estão mapeados quatro no município de Agudo, apresentados na imagem 20. Tem grande número de registros de atrativos turísticos segundo o levantamento contido no documento.

Objetivos de conservação: conservação do passo de mata remanescente (*Zona Núcleo* e de *Zona de Amortização* da RBMA); conservação das áreas de interesse paisagístico e cultural, especialmente aqueles relacionados à colonização italiana.

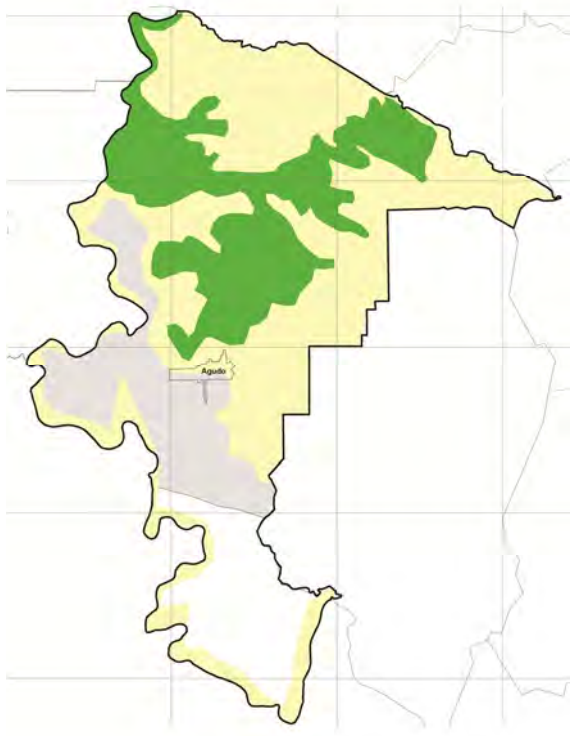


Imagem 19: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009).



Imagem 20: Mapa de sítios paleontológicos do município de Agudo. **Fonte:** Adaptação própria a partir do mapa temático Plano Ambiental Quarta Colônia (2009).

Desde uma análise na escala proposta pelo documento, as UPNs se mostram úteis desde um ponto de vista geral, sobretudo para entender os fatores físicos que condicionam o território. De fato, funcionam porque refletem os padrões visuais mais significativos que são facilmente apreensíveis como macro estruturas de referência para a ocupação humana, como áreas de adensamento populacional, áreas não edificáveis, ou de cultivos preferenciais. Estas macro estruturas, ou padrões paisagísticos, por sua vez, são percebidos eminentemente a partir dos caminhos que geralmente se dão em divisores de água, ou em algum ponto de transição não inundável entre a várzea e o morro e vegetação (mata nativa/ agricultura/ zona urbanizada).

Em outro extremo, para uma avaliação do alcance e dos resultados deste mecanismo de regulação (UPNs) em relação ao município de Agudo, seria necessária uma apreciação dos processos remetidos à análise pelo órgão – o que constituiria outro tipo de foco que não o deste estudo.

Neste contexto, é interessante ressaltar que, embora a delimitação não considere ação antrópica, as diretrizes preveem o “manejo de populações

tradicionais e paisagem”, no que se estabelece, entre outros aspectos, o de “conservar a paisagem típica das unidades, desde onde se deve investigar elementos relevantes por meio da percepção das comunidades locais¹⁷⁶” (FEPAM, 2007, V1, p. 63-64).

Neste ponto, a concepção de paisagem utilizada inicialmente para a elaboração do documento, que na maior parte de seu desenvolvimento é apreensível, acaba por se tornar contraditória, recaindo no problema recorrentemente apontado por grande parte dos autores trabalhados em relação à ambiguidade do termo e suas consequências. Também fica aberta a questão de sobre quem recai a responsabilidade de investigar os elementos relevantes por meio da percepção das comunidades locais, gerando uma série de questões conceituais e operativas, apesar de demonstrar uma preocupação muito pertinente.

Outro ponto pouco esclarecido diz respeito aos mapeamentos temáticos¹⁷⁷ onde se apresentam as áreas indígenas e quilombolas (FEPAM, 2007, V1, p.33) cujo mapeamento se dá de forma superficial, em uma escala de ocorrências e sem uma delimitação precisa. Da mesma forma, os sítios arqueológicos são relacionados quantitativamente, enquanto os sítios paleontológicos (FEPAM, 2007, V1, p.31-32) aparecem indicados individualmente, porém não georreferenciados ou delimitados precisamente. Outros mapas relacionados expõem roteiros e atrativos turísticos (FEPAM, 2007, V1, p.34), assim como a “Valoração do potencial turístico” (FEPAM, 2007, V1, p.35), estabelecendo como critério o número de atrações por município, o que é questionável em se falando de valoração. Da mesma maneira, a indicação sobre a valorização da arquitetura histórica, destacada pelo documento (FEPAM, 2007, V2, p.113), também fica sujeita à estudo específico, mas não fica clara a relação entre estes estudos todos e a utilização do mapeamento das Unidades de Paisagem Natural.

¹⁷⁶ FEPAM. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. V. I: Estrutura, Metodologia e Bases Técnicas; V. II: Restrições e Potencialidades; V. III: Estudos de Flora e Fauna. Porto Alegre, 2007.

¹⁷⁷ FEPAM. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. V. I: Estrutura, Metodologia e Bases Técnicas;

A diferença no nível das informações e a maneira como são apresentadas coloca em dúvida o objetivo de constarem no corpo do mapeamento, já que não demonstram uma clara relação com o resultado final de delimitação das unidades. Seguramente estas informações existem (ou sua grande maioria), e ainda que não seja escopo do documento em análise, a falta de uniformização das informações relacionadas dificulta um entendimento da questão paisagística no caso de sua utilização como unidades de planejamento urbano e regional. Para que funcionasse conforme os fins vislumbrados originalmente, o uso das UPNs ficaria condicionado ao acesso e manejo de uma grande quantidade de dados externos ao documento.

Guardadas as devidas proporções de contexto, vale apontar diferenças significativas em relação aos métodos analisados no Capítulo V. Os Catálogos de Paisagem da Catalunha, como principal exemplo examinado, está elaborado sob uma base de escala 1/1000, permitindo um detalhamento extremo em termos de delimitação de unidades e, por isso mesmo, servindo a contento às diferentes demandas de planejamento independente da escala de atuação. Outra questão determinante se dá pelo grau de subjetividade controlado que a delimitação das unidades absorve a partir da percepção das comunidades envolvidas, justamente a questão que fica indicada retoricamente apenas para as UPNs.

Em relação à este último aspecto, o que se depreende considerando as diferenças fundamentais de contexto é que a delimitação das UPNs somente adquire relevância pública a partir das restrições que condiciona grandes projetos. Em certa medida esta divisão em unidades de paisagem não é considerada para o grande público que sequer conhece sua existência ou finalidades; funciona, assim, quase que ao contrário do que acontece no caso espanhol, onde já absorveu uma importância que permite entender sua importância em relação às modificações do território considerado, e não como um tipo de entrave burocrático-ambiental.

Ainda com todas as ressalvas feitas à utilização das UPNs para finalidades de planejamento e gestão mais abrangentes, o mapeamento das unidades é bastante útil em termos de macro análise, assim como para uma aproximação aos padrões de ocupação e até mesmo para determinação de diretrizes gerais

de expansão urbana. Igualmente, o mapeamento e sua utilização configuram um passo importante para o planejamento em escala territorial, possibilitando um entendimento físico genérico da área de estudo, e permitindo antever tendências de urbanização e produção agropastoril por meio do condicionamento de uso que propõe.

6.1.2 O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Outro documento de suma importância para as pretensões deste trabalho é o *Inventário do Patrimônio Cultural*, também desenvolvido no marco do Plano Ambiental da Quarta Colônia, e que serviu de base para a elaboração dos Planos Diretores dos municípios envolvidos, entre eles, Agudo.

As prospecções foram baseadas em consultas prévias com agentes locais preocupados com as questões culturais dos municípios participantes do Consórcio, mas foi executado integralmente a partir de buscas de campo, ou seja, os técnicos percorriam as ruas e caminhos interiores dos municípios buscando edificações de interesse histórico e cultural. Em algumas ocasiões pessoas locais interessadas acompanhavam os técnicos até propriedades onde se intuía os valores arquitetônicos procurados.

Ainda que tenha sido desenvolvido a partir de uma visão pretensamente ampla de patrimônio – buscando interagir com a questão paisagística, inclusive – este inventário foi desenvolvido com um fim bastante específico de *varredura*, com as restrições de tempo, pessoal e orçamento comuns à este tipo de trabalho. A equipe que o elaborou foi formada basicamente por profissionais e estudantes da área de arquitetura e urbanismo, contando também com uma pesquisa histórica, buscando o rigor científico desejado. Ao mesmo tempo, o trabalho de prospecção foi apoiado largamente na consulta através de questionário (em conjunto com equipe de sociologia), pelo que se pode afirmar que contou com certo grau de participação pública.

O objetivo do inventário foi o de traçar um panorama geral sobre o patrimônio construído, compreendendo melhor sobre tipologias construtivas e quantidade de remanescentes que desse a conhecer valores pouco acessíveis. Além destes campos de informação, foi realizado um documento único contendo

uma síntese de cada uma das fichas, com um breve relato e uma única imagem representativa do imóvel, com objetivo de informar de maneira imediata – tanto à população quanto ao poder público – em que consiste o potencial patrimônio arquitetônico do município tratado. Da mesma maneira, o inventário deveria embasar decisões a serem contidas no Plano Diretor e no Plano Regional a respeito da preservação e valorização deste potencial.

O Inventário de Conhecimento registrou aproximadamente seiscentos e quarenta (640) bens de interesse cultural nos oito municípios levantados, pouco mais da metade nas sedes municipais e o restante nos seus interiores. Foram catalogados diferentes tipos arquitetônicos, desde residenciais e religiosos, passando por educacionais e industriais, espaços públicos como praças e até mesmo cemitérios. Uma quantidade substancial de tipologias arquitetônicas de origem imigrante, sobretudo das etnias alemã e italiana foram “descobertos” pelo inventário, a contar que consistiu no primeiro trabalho sistemático deste tipo nestes municípios abrangidos.

Foram associados ao inventário, como iniciativas para sua expansão futura, uma série de fotografias de utensílios e artefatos industriais e de lazer, jogos tradicionais ligados às etnias de origem correspondentes, incluindo ainda produtos culinários tradicionais, assim como cultivos recorrentes localizados nas hortas e vegetação ornamental dos jardins.

Infelizmente o inventário nunca foi devidamente complementado, como planejado originalmente. O tempo e o recurso disponível para o trabalho não foi suficiente para cobrir todos os municípios idealmente, deixando para trás exemplares significativos de construções de diferentes épocas e técnicas construtivas características das primeiras ocupações de imigrantes que marcam a paisagem de toda região. A esmagadora maioria dos imóveis segue sem qualquer tipo de proteção, à exceção de alguns exemplares significativos e estimados dependentes da boa vontade, consciência e possibilidades financeiras de indivíduos preocupados.

O Inventário de Conhecimento arquitetônico e Agudo

Em Agudo estão inventariados 89 bens, sendo 58 dentro do perímetro urbano e 31 localizados em zona rural. O inventário abarca tipologias e épocas distintas, incluindo um cemitério e até edifícios construídos a partir da década de 1980. A maioria, porém, é composta por edificações residenciais, muitas delas em utilização contínua, e algumas das quais são da mesma família desde sua construção.

Mesmo assim, é bastante comum que as edificações mais antigas estejam descaracterizadas (em diferentes graus), tanto na área urbana quanto na rural. No meio rural, a maioria das que ainda persistem em pé são utilizadas como depósitos de apoio da residência principal. Outras edificações – sobretudo na cidade que tem uma dinâmica construtiva mais acentuada em relação à zona rural – estão sendo descaracterizadas com novas construções que obstruem suas visuais e entorno, denunciando a falta de critérios para reformas, adaptações e ampliações (imagem 21). Mais ainda: alguns deles, como o antigo do cinema (imagem 22), foram demolidos após o término e a entrega oficial do inventário – o cinema apresentava bom estado de conservação e foi demolido para a construção de um supermercado.



Imagem 21: Estado atual do antigo Armazém Treptow. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008). **Imagem 22:** Antigo cinema. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008).

Embora vinculado ao Plano Diretor, nenhuma lei foi regulamentada para que o inventário valesse em grau de proteção, nem tampouco há critérios que atrelem de imóveis de interesse cultural à aprovação municipal antes de demolição, reforma ou descaracterização do entorno. Da mesma infeliz forma, as diretrizes para o Plano Ambiental que incluíam um Conselho conjunto e assistência

técnica especializada compartilhada entre os municípios participantes do Consórcio, visando viabilizar este tipo de assessoramento, complexo individualmente às prefeituras, nunca foi formalizado.

Por outro lado, o inventário indicou para explorações futuras outros aspectos culturais ainda visíveis, associados direta ou indiretamente às edificações, como, por exemplo, padrões paisagísticos de jardins e hortas, muito comuns em toda região, cemitérios, utensílios de trabalho e de lazer, entre outros.

A seguir apresentam-se duas fichas preenchidas do Inventário de Conhecimento de Agudo para exemplificar os aspectos abrangidos que incluem nível de proteção indicado e observações para complementação do registro, no caso da continuação do trabalho de inventário, ou ainda para utilização mais específica deste.

Inventário de Identificação AGU 009 - URB

Projeto

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA 4ª COLÔNIA	
TÉCNICOS RESPONSÁVEIS	Gustavo Bernardi, Lucas Figueiredo Baisch, Tiago P. Gonçalves
DATA	04/09/2008

Identificação e localização da propriedade/ imóvel





CIDADE	Agudo		FOTO 	
LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro			
DENOMINAÇÃO	Biblioteca Municipal			
PROPRIETÁRIO	Município			
ENDEREÇO	Praça Emancipação			
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL		Biblioteca
COORDENADAS GPS				

Breve descrição

DATA APROXIMADA DE CONSTRUÇÃO	Indisponível	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> precário <input type="checkbox"/> em ruínas
CARACTERIZAÇÃO, TIPOLOGIA, TÉCNICA CONSTRUTIVA E MATERIAIS EMPREGADOS (paredes externas e internas, esquadrias, cobertura, pisos, forros, entre outros)			
Volume único Cobertura duas águas cozinha anexa sob o mesmo teto (diferença de inclinação) parte posterior corpo principal coincidente.			
Parede revestida com reboco liso na cor azul.			
Telhado em 2 águas com folha de zinco.			
Janelas (fachada principal) – Casilhões de madeira envidraçados do tipo guilhotina. Verga em arco abatido com a moldura da esquadria acompanhando a curvatura.			
Porta principal – com estrutura engradada de madeira com almofadas na parte inferior e painéis envidraçados na parte superior. Verga em arco abatido e bandeira envidraçada fixa acompanhando a curvatura da verga.			
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS (alterações na planta, inserção de anexos, substituição de materiais, entre outros)			
INFORMAÇÕES ADICIONAIS (riscos, danos, dados históricos, patrimônio imaterial, bens móveis, etc.)			
Casa conhecida da população como "tipo pomerana".			
PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma	PROTEÇÃO SUGERIDA	Nível 1

Inventário de Identificação AGU 009 - URB

Croquis e registro fotográfico

IMPLANTAÇÃO	PLANTA BAIXA
ELEVADOS/ PERSPECTIVAS/ CONJUNTO/ DETALHES	
	
	

Indicações

<input checked="" type="checkbox"/> complementar informações históricas
<input checked="" type="checkbox"/> complementar levantamento arquitetônico
<input checked="" type="checkbox"/> complementar levantamento fotográfico
<input type="checkbox"/> realizar inventário de referências culturais
Outras:
OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Imagem 23: Ficha imóvel urbano Agudo (URB 009). Campos de identificação: Nome do projeto, identificação e localização do imóvel, breve descrição (frente); Croquis e registro fotográfico, observações (verso). **Fonte:** Elaboração Equipe Inventariação do Patrimônio Cultural do Plano Ambiental da Quarta Colônia (2009).

Inventário de Identificação AGU - rur - 002


Projeto

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA 4ª COLÔNIA			
TÉCNICOS RESPONSÁVEIS	Gustavo Bernardi, Lucas Figueiredo Baisch e Tiago P. Gonçalves	DATA	24 / 03 / 2009

Identificação e localização da propriedade/ imóvel

CIDADE	Agudo		
LOCALIDADE/ BAIRRO	Pçada do Rio		
DENOMINAÇÃO	Casa com Tacanica		
PROPRIETÁRIO	Indisponível		
ENDEREÇO	Pçada do Rio		
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial
COORDENADAS GPS			

FOTO



Breve descrição

DATA APROXIMADA DE CONSTRUÇÃO	Indisponível	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> precário <input type="checkbox"/> em ruínas
-------------------------------	--------------	-----------------------	---

CARACTERIZAÇÃO, TIPOLOGIA, TÉCNICA CONSTRUTIVA E MATERIAIS EMPREGADOS (paredes externas e internas, fundações, cobertura, pisos, forros, entre outros)

Volume único cobertura duas águas (calçamento lateral) com tacanicas (frente e fundos). Aberturas de sótão no eito.

Fundação de arenito.

Parede revestida com reboco liso pintado na cor bege.

Telhado em 4 águas com tacanica e com telhas francesas

Janelas com fechamento opaco de postigo e fechamento translúcido de vidraça de madeira. Presença de bandeira.

Porta de madeira lisa com presença de bandeira.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS (alterações na planta, inserção de anexos, substituição de materiais, entre outros)

* anexo lateral posterior em tijolos e madeira cobertura telha cerâmica.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (dados gerais, dados históricos, patrimônio imaterial, bens móveis, etc.)



PROTEÇÃO EXISTENTE: **Nenhuma** PROTEÇÃO SUBERIDA: **Nível 1**





Inventário de Identificação AGU - rur - 002

Croquis e registro fotográfico

IMPLANTACÃO	PLANTA BAIXA
-------------	--------------

ELEVACÕES/ PERSPECTIVAS/ CONJUNTO/ DETALHES

Indicações

<input checked="" type="checkbox"/> complementar informações históricas <input checked="" type="checkbox"/> complementar levantamento arquitetônico <input checked="" type="checkbox"/> complementar levantamento fotográfico <input type="checkbox"/> realizar inventário de referências culturais <input type="checkbox"/> outras:	OUTRAS OBSERVAÇÕES: _____
--	---------------------------

Imagem 24: Ficha imóvel rural Agudo (RUR 002). Campos de identificação: Nome do projeto, identificação e localização do imóvel, breve descrição (frente); Croquis e registro fotográfico, observações (verso). **Fonte:** Elaboração Equipe Inventariação do Patrimônio Cultural do Plano Ambiental da Quarta Colônia (2009).

6.2. AS REPRESENTAÇÕES COMUNS DE PAISAGEM E DE PATRIMÔNIO EM AGUDO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS INTERPRETAÇÕES

A parte final desta tese trata de estabelecer pontos de contato entre as *representações comuns da paisagem* (de Agudo) e sua vinculação identitária, ou seja, tudo aquilo que confere valores coletivos ao suporte territorial material.

Estas representações são analisadas a partir de três subitens: **Paisagem como pista da cultura**, **Paisagem e Imagem** e **Paisagens Ordinárias**. Conforme informado na introdução do trabalho examina-se esta relação entre paisagem e patrimônio com atenção sobre os eixos convergentes aos estudos contemporâneos sobre o tema – ontologia, estética e ética – sem determinar uma separação entre eles.

Sabe-se que as dimensões simbólica, política e econômica revelam-se materialmente no território, mas se dão de forma fragmentada, conformando distintas percepções e representações de caráter identitário associadas à paisagem, conforme considerado por Luginbühl (2008). Tais manifestações identitárias são construções sociais e, ainda que guardem certo nível de fixação e permanência, também são dinâmicas. Prats sustenta que “[...] toda formulação de identidade é unicamente uma versão desta identidade, um conteúdo outorgado a uma determinada etiqueta.” (PRATS, 1997; 2009, p.31). O mesmo autor explica que normalmente distintas versões de uma mesma identidade coexistem, podendo articular-se em relações de complementaridade, oposição ou, menos comumente, ignorando-se mutuamente.

Em termos patrimoniais, as representações podem afetar qualquer tipo de identidade, porém em geral estão associadas às identidades políticas básicas, ou seja, locais, regionais e nacionais (PRATS, 1997; 2009, p.31). Em termos paisagísticos, porém, as representações costumam referir-se à elementos pontuais, ou, por outro lado, não apresentam uma demarcação de limites precisa, variando em função essencialmente de estruturas geográficas claramente identificáveis, como analisado a seguir.

6.2.1 PAISAGEM COMO PISTA DA CULTURA

Os resultados da análise das questões foram relativamente inconsistentes na conjuntura que se propunham inicialmente¹⁷⁸, ou seja, objetivando catalogar manifestações materiais que pudessem ser objeto de proteção legal para o Plano Ambiental, conforme explicado anteriormente. Se por um lado os objetos arquitetônicos esparsos pelo território (tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais) são marcantes e diferenciados segundo sua origem histórica e construtiva para os técnicos responsáveis pelo Inventário de Conhecimento¹⁷⁹, para a população entrevistada este peso é atenuado. Mais tarde, por outro lado, foi possível concluir que as edificações de caráter coletivo (sobretudo igrejas, armazéns e salões de baile) permanecem como muito importantes no contexto identitário de Agudo¹⁸⁰.

Ainda assim, a representatividade coletiva que a arquitetura assume neste contexto é menor se comparada ao quesito “paisagem” que emergiu despreziosamente a partir de perguntas sobre patrimônio. Foi surpreendente a recorrência da palavra “paisagem” tantos nos questionários, quantos nas entrevistas, o que permite entendê-la ativamente como patrimônio.

No contexto do citado questionário sócio cultural, a única referência direta à paisagem se dava na pergunta final como provocação estratégica. Nas entrevistas (próprias da dissertação aludida) a palavra não era utilizada até que fosse falada pelo entrevistado. Cabe destacar também que “paisagem” não consistia em argumento declarado nos debates, e quando lembrada nas assembleias do Plano aparecia de forma marginal.

¹⁷⁸ Uma análise pormenorizada das respostas – tanto do questionário quanto das entrevistas – pode ser conferida em SCHWERZ, João Paulo. *Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS*. Dissertação de Mestrado: PGAU-Cidade, UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106669>.

¹⁷⁹ Uma parte importante do Plano foi a varredura sistemática da área urbana e rural dos municípios para inventariação de bens e espaços representativos – arquitetônicos sobretudo – primeiramente para registro, já que não havia trabalho anterior com essas características, e finalmente para que pudessem ser protegidos legalmente com a elaboração dos Planos Diretores e do Plano Regional tais bens.

¹⁸⁰ Ver as conclusões da dissertação SCHWERZ, João Paulo. *Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS*. Dissertação de Mestrado: PGAU-Cidade, UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106669>.

Argumentos relacionados diretamente com a paisagem aparecem com considerável recorrência a partir de conflitos como, por exemplo, o uso da água *versus* uso de agrotóxicos, ou produção agrícola *versus* desmatamento. Alguns embates relacionados são notoriamente baseados numa perspectiva ecológica relativamente recente, em grande parte das vezes de forma reativa, ou seja, questionando a validade e o contexto do discurso ambiental. A discussão toma forma a partir de um ponto de vista econômico de uso da propriedade, já que determinadas decisões políticas tomadas em escalas inferiores interferem diretamente na realidade destas comunidades, como no caso do Plano Ambiental, então em elaboração. Vale ressaltar que, nestes casos, dificilmente os argumentos relacionados à paisagem abarcam aspectos de fundo históricos e/ ou estéticos, ou seja, não alcançam a questão da paisagem como apreciação ou desfrute intelectual.

Por outro lado, a confrontação com outros níveis de representação demonstra o contrário. É muito significativo que a paisagem tenha sido o “elemento tangível” (em relação aos outros aspectos relacionados) mais representativo em todos os municípios (os nove envolvidos no contexto do Plano Ambiental), tanto na zona rural quanto na urbana, perfazendo entre 12% e 20% dos totais municipais individuais e aproximando-se de 15% em toda área investigada.

Em Agudo, pode-se inferir que a concepção popular de paisagem está muito associada à irrefutável presença “natural” do entorno: montanhas, montes, várzeas e campos extensos, rios de grande porte e uma infinidade de arroios e açudes, a presença constante de animais que sabidamente não estão presentes em áreas urbanizadas mais densas, além de vigorosas florestas tanto nativas quanto exóticas. Ao mesmo tempo, a paisagem também está associada aos cultivos mais tradicionais onde se destacam o tabaco e o arroz, e se manifesta em escalas mais restritas como cultivos pontuais, hortas particulares e a presença constante de flores nos espaços públicos.



Imagem 25: Os galpões de secagem de fumo são presença constante no interior rural. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 26: Os morros permanecem como panos de fundo para as construções rurais, sendo a principal característica da “paisagem” reconhecida nas entrevistas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Neste contexto, a forte representatividade que a paisagem assume pode ser entendida a partir de muitas frentes. Ainda que a zona rural sinta-se mais representada pela paisagem em relação à zona urbana do município, num total de 19% para 15,2%, é notável o sentimento de amor pela terra mesmo na sede. Este sentimento é perceptível em relação à propriedade da terra, evidenciando uma posição econômica e de sustento (orgulho do trabalho), de referência pessoal e social de proximidade (família e onde todos se conhecem). Também é muito importante a proximidade com a “natureza”: o próprio trabalho na terra, as plantas decorativas (folhagens), os animais (domésticos ou não). Este fato pode ser relacionado com um modo ainda familiar de trabalho, que se dá principalmente em pequenas propriedades – características destes municípios de imigração – que denota um tipo de relação social e modos de vida bastante tradicionais, ainda que em visível mudança, como se pode inferir a partir das análises complementares.

Etnia e religiosidade como valores nas representações e na paisagem

Em consonância com o axioma mais básico de Lewis (1979) que entende a paisagem como pista da cultura, as análises do material supracitado indicaram inicialmente uma persistência de aspectos já reconhecidos e difundidos como “patrimônio”. Este reconhecimento está diretamente associado com a questão

étnica decorrente das fortes migrações que a região recebeu a partir da metade do século XIX, decorrendo deste fato uma série de adaptações culturais e ambientais determinantes na paisagem. Foi a partir desta ocupação moderna estável que o território se transformou rapidamente e em uma escala que não havia experimentado até então.

As manifestações de identificação mais assinaladas incluem, num primeiro momento, a culinária local e as festas típicas como resultado da influência imigrante alemã, muitas vezes associada à língua. Sabe-se que mais da metade dos habitantes fala ou se relaciona habitualmente em língua alemã, sobretudo na zona rural. Mais ainda, algumas escolas ensinam ou mantêm classes no idioma. Sabe-se também que as celebrações mais importantes mantêm uma recorrência histórica, tendo modificado basicamente os espaços de comemoração. Derivam basicamente de celebrações em torno ao imigrante ou *colono* que inicialmente abarcavam grandes desfiles desde as principais localidades até a reunião na sede como se pode examinar pelas imagens 27 e 28.

Em Agudo as festividades se relacionam historicamente com a presença do colono e a produção agrícola. As fotografias analisadas mostram a recorrência de desfiles com carros decorados alegoricamente com produtos típicos e os participantes vestindo trajes de influência germânica ou mesmo referenciando a vida dos agricultores. A festa anual mais significativa de Agudo, a *Volkfest* (ou Festa do Povo), ocorre com o mesmo nome há mais de 20 anos e deriva diretamente destas festividades que congregavam as principais localidades do município. São festividades tradicionais que unificam os interesses sociais religiosos, de promoção e troca comercial e de manutenção e intercâmbio cultural.

As promoções típicas atuais têm um prestígio considerável mesmo fora da área de estudo, alcançando um escala de reconhecimento estadual. Nota-se uma valorização individual e comercial (turística) em torno desta “germanidade” que concorre localmente com os municípios vizinhos de influência marcadamente italiana, mas reforça ao mesmo tempo o caráter de região de imigração, outro aspecto demonstrado pelos questionários e entrevistas. Isto reflete uma forte

polarização entre as duas principais etnias que colonizaram a região, que competem e também cooperam politicamente por meio do Condesus.



Imagem 27: Desfile de carros alegóricos em homenagem ao imigrante. **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 28: Apresentação de danças típicas (ano desconhecido). **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 29: Contracapa de publicidade turística para a *Volksfest*, ou Festa do Povo. **Fonte:** Material promocional do município de Agudo, 2012.



Imagem 30: Promoção de produtos típicos em publicidade turística. **Fonte:** Material promocional do município de Agudo, 2012.

Uma análise das imagens associadas através de material turístico contemporâneo da cidade, como nas imagens 29 e 30 mostra bastante bem essa mescla inseparável que conforma a paisagem, misturando personagens alemães (trajados de acordo) que apresentam a cidade regradada ao fundo, mas sem esconder o entorno verde que se divide entre montanha e várzea. Outras

propagandas impressas associam imagens e textos de produtos agrícolas – arroz, tabaco e morango (economia) – com produtos alimentícios – cucas, tortas, embutidos e cerveja (gastronomia) – buscando uma relação com o “típico” local de origem étnica.

Esta polarização funciona também como forte elemento identitário “externo”. Isto indica que a *Quarta Colônia*¹⁸¹ é reconhecida em âmbito estadual como uma região de imigração italiana, sobretudo. Externamente as “identidades” alemãs e italianas são ostentadas funcionando como elemento inclusivo através de características fenotípicas como cor da pele, olhos ou tipo de cabelo, subjetivas como idioma e sotaque, ou objetivas como sobrenome de descendência.

Paralelamente, são identidades que funcionam internamente por diferença entre os principais grupos: alemães, italianos e “os de fora”, além de uma série de outros cognomes que podem ou não ter essência pejorativa deliberada. O contraste costuma ser adotado e até sobrevalorizado de ambos os lados (alemães e italianos), ainda que haja naturalmente muitos aspectos comuns e inclusive contribuições compartilhadas de outras etnias de origem europeia, indígena e africana que participam historicamente na construção desta sociedade. Sobressai nesta mescla a assimilação de hábitos *gaúchos* que permeiam linguajar, gastronomia, etc. As festas “típicas”, por exemplo, há muito englobaram definitivamente em seu cardápio o churrasco e a salada de batatas. Outro aspecto bastante difundido neste contexto é o chimarrão como hábito, como transparece na imagem 31. Ainda assim, o caráter de “região de imigração” é o elemento mais assumido e valorizado, pelo qual grande parte dos entrevistados se sente e gosta de ser distinguido.

¹⁸¹ A designação *Quarta Colônia de Imigração Italiana* é assumida após o desdobramento da colônia inicial Silveira Martins para definir a “região”, principalmente com a criação de uma série de pequenos núcleos que vão ganhando importância relativa, até que na década de 1960 iniciam seus processos de emancipação política. Na década de 1980 alguns destes municípios irão se associar à outros contíguos em forma de consórcio, formando o CONDESUS, Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. Como alguns dos municípios integrantes ou interessados no consórcio têm eminentemente outras origens étnicas o nome tornou-se impróprio, o que, politicamente, resolveu-se em grande parte suprimindo-se o adjetivo *italiana* do título. Assim, a região é atualmente conhecida somente como *Quarta Colônia*, sendo este o nome registrado como marca própria. A denominação Quarta Colônia, por extenso e não de forma numérica, passou a ser usada pelo *Projeto Identidade* ao se referir às localidades e municípios descendentes da Ex-Colônia Silveira Martins. Com a criação do CONDESUS-QUARTA COLÔNIA ela é registrada no INPI como marca de região e é de propriedade dos municípios membros do CONDESUS.

A forte religiosidade é outro destacado fator comum a toda região de influência do Plano Ambiental. De certa forma a polarização também se relaciona em termos religiosos já que há uma predominância católica nos núcleos italianos, enquanto que em Agudo há uma forte presença luterana. Em Agudo é nítida a influência das comunidades que se estabelecem em torno da igreja para organizar festividades religiosas ou não, tidas como típicas. Este aspecto demonstra a forte coesão social que se relacionada em termos relativos à produção agrícola e comercial em seus desdobramentos mais tradicionais assim como às festas dedicadas à colheita. São festividades tradicionais que unificam os interesses sociais mais além da religião e da promoção comercial.

Nestes casos, a vinculação espacial se dá especialmente através das diversas igrejas e respectivos salões paroquiais espalhados pelo município, ainda que com pesos relativos: as igrejas da sede (católica e luterana) apresentam maior importância pela concentração no número de fiéis. No caso de Agudo sobressai a igreja de confissão luterana em termos proporcionais, e ainda que se note um exacerbado orgulho religioso em geral, não se manifestam casos explícitos de concorrência no material coletado¹⁸².

As igrejas, assim, são referências marcantes na paisagem também por seus volumes sobressalentes em seus sítios elevados, como se pode notar tanto na sede do município quanto nas diversas localidades; o exemplo da imagem 32 é contundente nesta relação que se quer demonstrar. Retornando às imagens antigas anteriores (imagens 27 e 28) pode-se notar com um pouco de atenção a presença marcante das igrejas como pano de fundo. Ainda que na sede do município as igrejas tenham perdido seu protagonismo como construções mais altas, ainda são referências por permanência e importância simbólica. Apesar da proliferação atual de igrejas evangélicas por todo o município, nota-se ainda uma centralidade formal e política em torno da comunidade luterana, mais tradicional, como demonstram os levantamentos e entrevistas.

¹⁸² Apenas uma das entrevistas cita que “antigamente” não se podia casar com alguém que não fosse luterano. (N.A.).



Imagem 31: A mescla cultural se faz notar na paisagem e nos costumes. Morador da Picada do Rio com seu chimarrão costumeiro. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 32: A igreja luterana da Picada do Rio se destaca na paisagem. **Fonte:** Fotografia de Dori Müller (2008).

6.2.2 A IMAGEM DA PAISAGEM

No estudo das representações observa-se um predomínio da imagem. Nogué (2010) manifestava a primazia dada ao visual na relação contemporânea com o mundo e especialmente com a paisagem, relacionando consequências desta perspectiva. Alguns autores referenciados também discorrem sobre a influência decisiva da imagem para a conformação da paisagem no sentido de uma predisposição, um condicionamento da forma de olhar e percebê-la¹⁸³.

A imagem também é condicionada e condiciona culturalmente, e em determinado grau também se constrói socialmente; como defendem autores precedentes¹⁸⁴, estes meios de representação são protagonistas para entender a paisagem. Ao mesmo tempo em que condicionam o olhar, também são mecanismos de sensibilização¹⁸⁵ e transmissão (ou tentativa de transmissão) de valores contidos ou atribuídos às paisagens.

¹⁸³ Retomar Raffestin (2005), Nogué (2008), Roger (2009).

¹⁸⁴ Retomar Besse (2006), Berque (1990; 2000^a, 2000B), Nogué (2010).

¹⁸⁵ Ver ROMEO, Alessandra. *Landscape Seeds*, Convención Internacional de Ordenamiento Territorial y Urbanismo, La Habana, Cuba, 2011; e ROMEO, Alessandra. *Landscape Seeds, Una experiència de sensibilizació amb els nens i per als nens*, em: NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma; LOSANTOS, Ágata. *Paisatge i Educació. Plecs de Paisatge*

Na busca por indícios de tais valores, a compilação de imagens de diferentes suportes demonstra uma relação direta entre a ênfase dada aos diferentes aspectos e elementos da paisagem nos questionários e entrevistas. Por outro lado também serve para pensar naqueles elementos e aspectos ignorados, dado que os processos de seleção e representação são escolhas deliberadas.

Paisagem e Turismo

Neste contexto é notável o interesse crescente em direção ao *turismo*, onde salta aos olhos, via de regra, a intrínseca relação com a questão patrimonial, assim como a ênfase dada à paisagem neste contexto. Ainda há que se apontar que o apelo turístico, seja como objetivo ou como produto, perpassa diversos níveis de organização social em diferentes escalas, com manifestações concretas no território (também em diferentes escalas).

Assim, desde um ponto de vista institucional, nota-se o esforço em encontrar, reforçar, ou ainda criar uma imagem de identificação própria que sirva de destaque regional, devidamente tratada a partir de discursos e recursos diversos: roteiros e itinerários gastronômicos, religiosos, culturais como festas típicas, de contemplação ou lazer passivo com atributos naturais, entre outros.

Estas iniciativas são apoiadas ou mesmo demandadas por parte da população, sobretudo empresários locais, como donos de restaurantes ou do setor de hospedagem. Da mesma forma, este dispositivo de promoção territorial também é ativado em escala regional, funcionando “à carona” de produtos turísticos já consolidados, por um lado, ou, por outro, almejado como uma miraculosa fonte de receita. Este trabalho também é seguido de perto por diferentes iniciativas de base científica através de investigações acadêmicas, por vezes encomendadas pela própria prefeitura, onde se destaca o trabalho de inventariação turística¹⁸⁶ para o município de Agudo.

(*Reflexions 2*). Olot: Observatori Del Paisatge de Catalunya; Barcelona: Generalitat de Catalunya. Departament d'Ensenyament de la Generalitat de Catalunya, 2011, (p.186-202).

¹⁸⁶ O trabalho foi desenvolvido em parceria entre a prefeitura do município e o curso de turismo do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, dentro do Programa Nacional de Inventariação Turística.

Também neste ponto nota-se uma condição de desconexão conceitual entre os diferentes valores relacionados ao “objeto turístico” a partir de uma visão parcial de patrimônio e de sua valorização externa antes que local. É visível – também nas entrevistas – o condicionamento em direção a determinados “bens” com associação a partir de interesse extrínseco.

Os exemplos demonstram, por um lado, a falta de preparo em lidar com o assunto desde o ponto de vista institucional, e por outro o alcance preconcebido de um tipo desvirtuado de concepção de patrimônio. No outro extremo, aponta falhas na própria execução do inventário, assim como na sua capacidade real de interagir com as necessidades e limitações locais. De qualquer forma aponta a necessidade de aprofundar e ampliar o debate sobre o tema, tanto em nível acadêmico e formativo, quanto social.

Paisagem e Ensino

Dois dos livros didáticos utilizados ao longo das décadas de 1980 e 1990 na rede pública e privada de educação do município (ainda disponíveis nas bibliotecas do município para consulta) chamam muito atenção neste contexto. Já nas suas capas destacam elementos relacionados nas entrevistas e questionários. Em um deles (imagem 33) o mapa do município – com o limite imposto pelo rio Jacuí devidamente ressaltado – é o pano de fundo para um casal de estudantes que caminha em direção ao horizonte onde estão ilustrados um curso d’água e morros fechando a perspectiva, e sob eles a companhia de uma ampolheta. No outro (imagem 34) uma série de sete fotografias representativas do município: A Cascata *Raddatz*, o prédio da Prefeitura Municipal, uma várzea plantada com arroz, uma lavoura de tabaco em detalhe, uma porção de morangos também em detalhe, a balsa que cruzava o Jacuí (atualmente desativada) e o pórtico do município que remete a um estilo construtivo pretensamente germânico. Ambos os títulos fazem referência a “conhecer Agudo”.

As referências contidas no interior dos livros refletem a inseparabilidade dos aspectos que conformam a paisagem. São relações diretas entre aspectos culturais consolidados historicamente onde as influências étnicas se desvelam.

“Morro” e “água” estão presentes nas armas do município. A presença marcante destes elementos na paisagem torna esse convívio normalizado a partir da percepção generalizada dos habitantes e assume referências identitárias a partir de apropriações simbólicas e estéticas. Estes elementos também são motivos de referência física como organização espacial para o entendimento do município, como fica visível também na imagem 35 retirada de um dos livros referenciados acima.

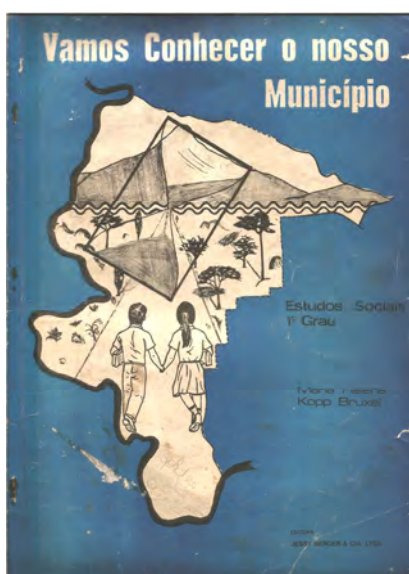


Imagem 33: Capa de livro didático de 1º grau de 1985
Fonte: Edição do autor (2014).

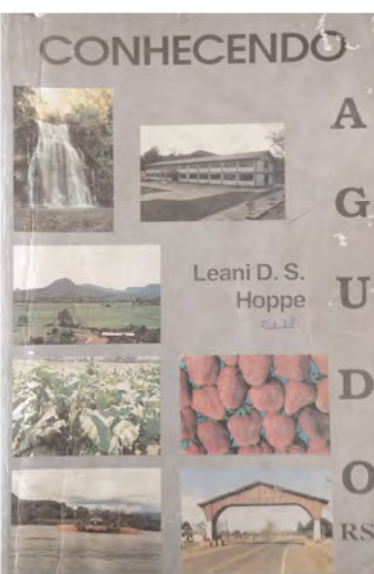


Imagem 34: Capa de livro didático de 1º grau de 1989.
Fonte: Edição do autor (2014).



Imagem 35: Detalhe do brasão do município de Agudo.
Fonte: Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).

Além do morro que dá nome ao município, outros pontos culminantes são referenciados (e reverenciados) como mostram as imagens 36, 37 e 38. A presença “necessária” dos morros em relação à sede do município também é devidamente registrada. Os elementos naturalmente mais perceptíveis acabam sendo um modo de situar-se e entender o município, como a relação que deriva do mapa das localidades da imagem 39.



Imagem 36: O morro Agudo e outros pontos culminantes do município mapeados. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2014).

Imagem 37: A sede do município tem origem a partir do traçado entre morros. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2014).

Imagem 38: Mapeamento dos limites e principais referência geográficas. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).

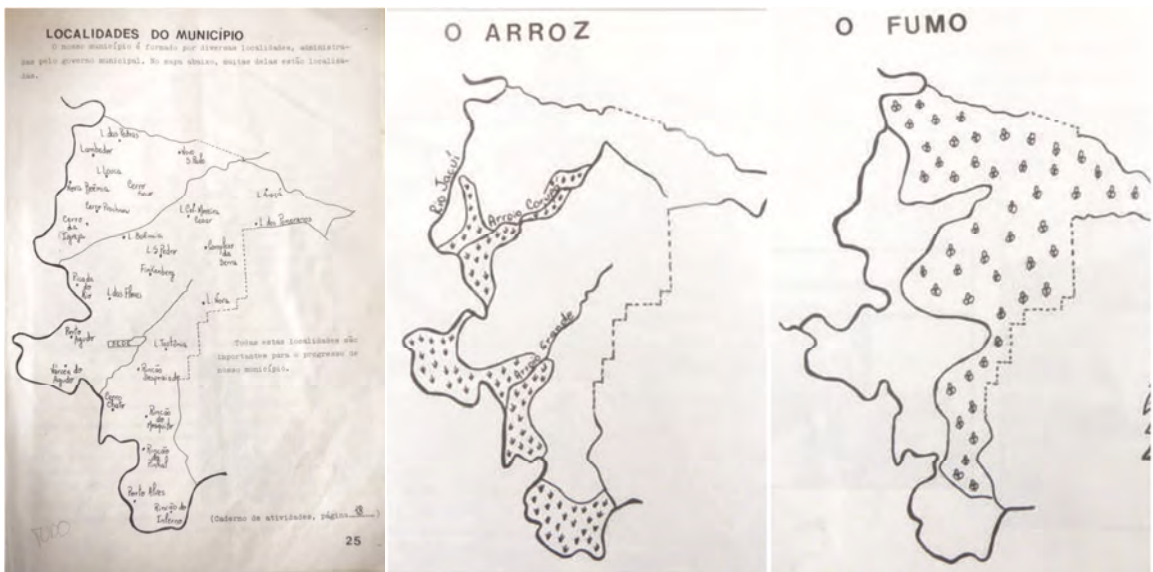


Imagem 39: Localização esquemática das principais Localidades do município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).

Imagem 40: Ilustração das áreas prioritárias de plantio de arroz no município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).

Imagem 41: Ilustração das áreas prioritárias de plantio de tabaco no município de Agudo. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).

Desde um ponto de vista paisagístico o protagonismo do arroz e do fumo são bem marcados como já explicado a partir das entrevistas e dos questionários. Essa divisão é tão marcada e mapeada que passa a ser uma chave de leitura para o entendimento do município, como comprovam os mapas temáticos mostrados nas imagens 40 e 41 elaborados para os livros acima referenciados. Dentro desta perspectiva o trabalho com alunos demonstra outros tipos de relações com o território, como se pode notar nas imagens 42 e 43.



Imagem 42: Detalhe de maquete do município de Agudo exposta em escola do município. **Fonte:** Fotografia editada do autor (2013).



Imagem 43: Detalhe de mapa elaborado por aluno de 1º grau mostrando algumas referências espaciais cotidianas como caminhos, vizinhança e hortas cultivadas. **Fonte:** Fotografia editada do autor (2013).

Outro tema diretamente relacionado à percepção da paisagem exposto nos livros demonstra a importância de elementos naturais cênicos neste contexto, representado pelas duas cascatas reproduzidas na imagem 44. Por outro lado, os livros também dão conta de elementos construídos que costuram a paisagem desde um ponto de vista histórico como em “ANTIGAMENTE ERA ASSIM...” que pode ser visto a partir da imagem 45, associando equipamentos (a barca que cruzava o Jacuí) ou edificações simbólicas (a igreja luterana e a católica) ao entendimento do município.

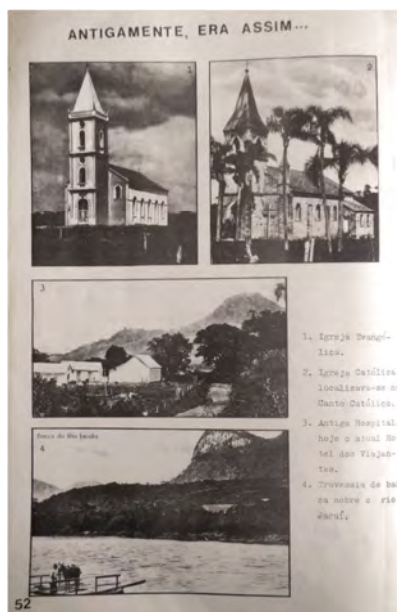


Imagem 44: Cascatas no interior do município de Agudo. Acima sem denominação localizada na Linha Nova, e abaixo a Cascata Raddatz, na Linha Teutônia. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2015).

Imagem 45: As primeiras igrejas, luterana (esq.) ainda existente e pouco descaracterizada, e católica (dir.) já demolida. Abaixo o antigo hospital, hoje hotel dos viajantes (bastante descaracterizado) e finalmente a travessia de barca pelo Jacuí com o morro da igreja ao fundo. **Fonte:** Livro didático de 1989. Edição do autor (2015).

Paisagem e história

Seguindo uma perspectiva histórica obras locais com distintas finalidades, sobretudo comemorativas, acabam conformando um arquivo importante para o entendimento da paisagem do município. No caso de Agudo o Centro Cultural Brasileiro-Alemão é o maior detentor de material público que vai sendo gradualmente recolhido, abarcando livros, pinturas históricas, fotografias antigas e objetos que merecem atenção neste contexto.

Um aspecto significativo que se observa já nas paredes do Centro Cultural de Agudo é a coleção de fotografias emolduradas de famílias pioneiras da então Colônia Santo Ângelo. Algumas datam do final do século XIX e apresentam a característica comum de retratarem a família disposta posando para a foto tendo como pano de fundo uma cortina de vegetação fechada com aspecto selvagem. As imagens 46 a 51 marcam simbolicamente a posse sobre a propriedade demonstrando o domínio sobre o meio, mas que não deve ser percebido como tarefa fácil. A relação com a paisagem remete inicialmente ao

desconhecido, temível até, mas que será responsável pelo sustento de toda família. De certa forma isso permanece no orgulho demonstrado em relação ao trabalho na terra notável a partir dos questionários e entrevistas. Também é interessante notar que não há construção alguma, sugerindo que as casas ainda não estavam construídas ou acabadas, e que ainda há muito por fazer.

O Centro Cultural também detém uma excelente biblioteca onde se destacam livros antigos escritos em referência à imigração alemã na região, dos quais alguns escritos em alemão. Um bom exemplo desta coleção é “*75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*”, publicação comemorativa de 75 anos de imigração alemã na antiga Colônia Santo Ângelo, hoje município de Agudo. O livro se apresenta a partir de uma perspectiva histórica onde se destaca o papel da escola, da igreja e do comércio no desenvolvimento do município.

A importância destes aspectos fica demonstrada pela promoção de imagens em tom publicitário que acompanha o livro com empresas e instituições então em evidência, como nas imagens 52, 53 e 54 retiradas do livro em questão. Ao contrário das fotografias familiares, as construções são protagonistas. É conveniente notar a localização e os tipos arquitetônicos das edificações, ainda que não existam mais ou estejam muito descaracterizadas, como no caso do Colégio Centenário. O colégio ainda funciona no local original – imediatamente ao lado da igreja Luterana, em sítio elevado – sob o nome de Escola de Ensino Fundamental Dom Pedro II, e ainda que guarde pouco de suas características construtivas conserva o conceito de escola tradicional. Os outros comércios registrados abaixo mostram o predomínio de determinados produtos agrícolas já àquela época, como fumo em corda e o arroz (*Reis*), assim como alguns serviços de apoio como moinho (*Mühle*).



Imagem 46: Fotografia família *Schiefelbein* em 1861. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 47: Fotografia família *Ehrhardt* (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 48: Fotografia família *Fiss* no ano de 1900. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 49: Fotografia família *Klüsener* e *Streck* de 1905. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 50: Fotografia família *Grellmann* em 1940. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 51: Alberto *Milbradt* e Otília *Becker* recém casados. Ano de 1911. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 52: Anúncio publicitário da década de 1930 do Colégio Centenário onde constam os anos e tipos específicos de formação. **Fonte:** Imagem retirada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*. Editada pelo do autor (2015).



Imagem 53: Anúncio publicitário da década de 1930 da casa de comércio da família Hentschke destacando a venda do produtos coloniais, o moinho de arroz e o fumo em corda junto à margem do Jacuí. **Fonte:** Imagem retirada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*. Editada pelo do autor (2015).



Imagem 54: Anúncio publicitário da década de 1930 da casa de comércio da família Krüger também dando ênfase ao arroz e ao moinho. **Fonte:** Imagem retirada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*. Editada pelo do autor (2015).

Algumas construções também ganham destaque a partir de fotografias antigas expostas no Centro Cultural de Agudo, especialmente por edificações de porte. Nas imagens 55 a 58 reproduzidas abaixo podem ser conferidas edificações que corroboram a importância histórica dada ao trabalho e à religiosidade. Neste contexto as serrarias têm ênfase por serem parte fundamental na transformação pela qual passa o território em questão aliadas às rodas d'água hoje praticamente extintas. Neste contexto casas comerciais também aparecem e mais uma vez a imagem da igreja evangélica se apresenta.



Imagem 55: Fotografia da Serraria *Becker* (Linha Teutônia) em 1928. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 56: Fotografia de moinho no interior do município. **Fonte:** DVD 520 Fotos Antigas de Agudo/RS, de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 57: Fotografia emoldurada no Centro Cultural Brasileiro Alemão de Agudo sem legenda. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).

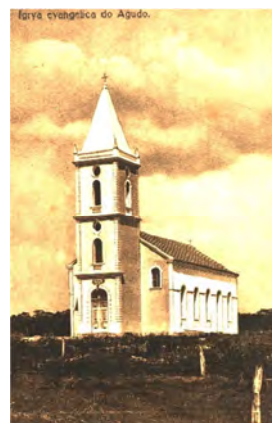


Imagem 58: Igreja Evangélica de Agudo (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).

Paisagem, Arte e Arquitetura

Também expostas no Centro Cultural de Agudo encontram-se pinturas históricas de artistas e artistas amadores que viveram ou tiveram relação com a cidade (Colônia). Destaca-se aqui uma coleção de pinturas de paisagem realizadas por um médico e artista alemão de nome Alexis Puhmann (1832-1923). Segundo informações do historiador Klaus Becker, Puhmann chegou ao Brasil em 1883 e dois anos depois fixou residência na Colônia de Santo Ângelo, permanecendo até seu falecimento em 1923. Neste meio tempo dedicou-se a registrar a paisagem local, como nas imagens 59 a 62, a seguir.



Imagem 59: “Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia”. Óleo sobre madeira; (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 60: Sem título. Óleo sobre madeira; (1912). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 61: Sem título. Óleo sobre madeira; (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 62: Sem título. Óleo sobre madeira; (s/d). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).

Ainda que o fato de reproduzir cenas e elementos tipicamente paisagísticos seja algo peculiar na conjuntura geográfica e temporal do qual se trata, a imagem de número 59 é muito significativa para as pretensões desta tese, pois mais além da arquitetura retrata principalmente o contexto cotidiano de um lote referido¹⁸⁷ em fase inicial de ocupação, tornando-se categórica para entender o processo histórico de conformação das paisagens das quais se trata aqui.

A pintura, realizada seguramente entre o final do século XIX e duas primeiras décadas do XX, mostra com clareza elementos e associações ainda presentes em Agudo, evidenciando relações históricas com o território em questão. Primeiramente, analisando a imagem em sua totalidade fica visível a conformação típica dos lotes coloniais, com a residência e as construções de apoio em volumes distintos delimitando uma parte frontal cultivada; ao mesmo tempo mostra os fundos do local escolhido para residência parcialmente desmatada (com a madeira devidamente reservada), mas com maciça presença de vegetação à sua continuação, registrando a forte presença dos morros.

Todos estes aspectos guardam notável semelhança com considerável número de lotes no interior do município (também fora de seus limites administrativos), mesmo junto à zona urbana de Agudo. Mais ainda, a organização do interior do lote praticamente segue uma ordem – *ordinário* – como a registrada na pintura e estão presentes em todas as localidades do interior do município (e mais além), como demonstram as imagens 63 a 68 apresentadas a seguir.

¹⁸⁷ A legenda da pintura cita que Francisco Kittel ocupou o lote nº 23 de 48,8ha na Linha Boêmia em dezembro de 1876, mas a informação de que a pintura é própria deste lote não pôde ser comprovada.



Imagem 63: Implantação da antiga residência rural da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo, próxima poucos quilômetros da sede. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 64: Panorama de residência rural na Localidade Linha Boêmia no interior do município de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 65: Propriedade da família Behrenz na Localidade Canto Católico. **Fonte:** Fotografia do autor (2012).



Imagem 66: Panorama de lote rural na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 67: Panorama de lote rural na Localidade Linha Teutônia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 68: Panorama de lote rural na Linha Nova Boêmia, interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Mesmo considerando que a pintura referida é uma exceção, ou seja, não há exemplos conhecidos deste tipo de registro específico do município de Agudo neste suporte artístico e tratando deste tema, mas sendo a pintura um arquétipo do que se depreende de outros registros históricos (como mapas e fotografias antigos), destacam-se elementos buscando analogias que persistem atualmente, entendendo que são estes que caracterizam a paisagem e marcam uma relação de identificação com os habitantes locais.

Nos detalhes da pintura reproduzidos à sequência podem ser notados elementos pontuais significativos: a imagem 69 salienta mais uma vez a questão do trabalho na terra (é o primeiro plano da pintura), onde o arado é conduzido pelo lavrador a partir da tração de um par de cavalos; este tipo de instrumento também é apresentado nos livros didáticos que explicam a vida do colono e ainda são comumente observados no interior do município, como mostram as imagens 70 e 71.

A relação com animais de trabalho também é um fator importante na pintura a contar pelo número em que aparecem em relação à única figura humana. Ainda hoje diferentes tipos de aparelhos movidos à tração animal são boas opções nas estradas irregulares do interior da região, como a carroça da imagem 72, ou mesmo a *zorra* da imagem 73 que possui pranchas de madeira no lugar de rodas para que deslize facilmente sobre o terreno quando embarrado.



Imagem 69: Detalhe de pintura de Alexis Puhmann “Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia”. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).

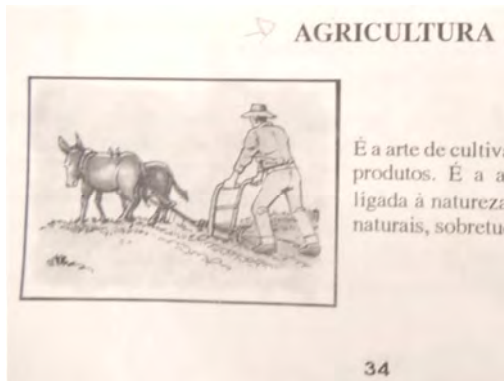


Imagem 70: Ilustração mostrando materiais e utensílios para agricultura. **Fonte:** Livro didático de 1985. Edição do autor (2014).

Imagem 71: Campo sendo lavrado na propriedade Ehrhardt (Linha Boêmia) **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 72: Carroça conduzida por Oswaldo Raddatz em sua propriedade na Linha Teutônia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Imagem 73: Zorra em utilização no interior do município. **Fonte:** Fotografia do Inventário do Plano Ambiental (2009).

A distribuição espacial do lote é característica não só pela disposição da residência e construções de apoio, mas também pela utilização da área frontal definida por elas para cultivos de subsistência e também de vegetação ornamental ou medicinal. Ainda que não seja possível identificar com segurança as espécies vegetais na pintura, é plausível sugerir que o espaço à esquerda seja um roseiral com grandes flores coloridas. Também é possível notar o cuidado em cercar e reservar alguns cultivos vegetais. Isto seguramente pode representar uma precaução contra animais, mas dado que as árvores de porte no interior do lote também recebem um cercamento denotam um capricho por parte do proprietário.

Inferre-se neste contexto que a utilização da parte frontal da residência para cultivos de subsistência ou mesmo para vegetação ornamental é uma recorrência de longa data no município, já que atualmente seguem como parte característica da paisagem do município. As imagens 74 a 78 mostram quão comuns são estes jardins, mesmo na sede da cidade. Algumas espécies vegetais aparecem com frequência indicando relações práticas cotidianas no caso das hortaliças que têm vida curta depois de colhidas, como a alface e a couve, ou mesmo simbólicos, como o caso da cica (*Cycas revoluta*), utilizada como artifício sagrado após o ritual religioso do Domingo de Ramos¹⁸⁸. As influências culturais étnicas, religiosas e domésticas nos jardins e hortas residenciais carecem de estudos detalhados.

Em outro caminho podem ser feitas analogias entre a atenção dada ao jardim por meio das flores e cercas examinadas na pintura, e o capricho atribuído como típico do “alemão” retirado das respostas das entrevistas e questionários, associado ao hábito de manter canteiros e jardins floridos e limpos.

¹⁸⁸ O Domingo de Ramos é uma festividade cristã celebrada no domingo que precede a Páscoa, em referência à entrada de Jesus em Jerusalém, cujo caminho foi coberto de folhas de palmeira como demonstração de honra por parte da população. No ritual religioso as folhas são benzidas e guardadas para serem queimadas na Quarta-feira de Cinzas do ano seguinte, ou em caso de pedidos especiais. A cica (entre outros ramos) fazem as vezes de folha de palmeira.



Imagem 74: Detalhe de pintura de Alexis Puhlmann “Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia”. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 75: Jardim e horta cultivada em frente à residência na sede do município (esq.). **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 76: Jardim e horta em frente à residência no interior do município (Linha Teutônia). **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 77: Horta com jardim frontal de residência no interior do município (Linha Teutônia). **Fonte:** Fotografia do autor (2012).



Imagem 78: Jardim frontal de residência no interior do município (Linha das Flores). **Fonte:** Fotografia do autor (2009).

A análise da pintura de Puhlmann também permite uma exploração com a arquitetura conhecida como típica das regiões de imigração alemã¹⁸⁹. As imagens 79 e 80 mostram volumes retangulares construídos a partir de uma estrutura de madeira aparente formando quadros intertravados. Estes, por sua vez são fechados formando os planos de parede fixos com os vãos das aberturas. Não se pode garantir o material de fechamento pela pintura, nem estão distinguidos os barrotes estruturais inclinados de contraventamento característicos, mas fica claro que se trata de um tipo adaptado de arquitetura enxaimel¹⁹⁰.

Ainda é possível contabilizar uma quantidade considerável de edificações construídas nesta técnica que caracteriza a arquitetura mais antiga ainda em utilização neste território. Os exemplares mais destacados pelo porte são casas comerciais como nas imagens 81 e 82. Porém, a despeito da técnica tradicional e do simbolismo que carregam¹⁹¹, muitas destas construções estão abandonadas e em estado de arruinamento como se pode ver nas imagens 83 e 84 a seguir. Também é comum que as edificações primitivas em enxaimel sejam substituídas por novas moradias que se tornam as principais, enquanto as casas “velhas” são utilizadas como galpão de usos diversos como as das imagens 85 e 86. Na sede do município, onde o tamanho dos lotes não permite construções sucessivas, praticamente não sobraram construções deste tipo.

Conforme referenciado, a arquitetura enxaimel é composta basicamente de uma estrutura de madeira intertravada encaixada cujo fechamento pode ser de diferentes materiais. A estrutura é realizada em madeira de lei e revela uma técnica muito bem planejada já que funciona analogamente a uma estrutura

¹⁸⁹ Günter Weimer faz uma análise pormenorizada das origens da técnica construtiva nas regiões de origem alemã e suas decorrências e diferenças nas distintas regiões de imigração no sul do Brasil. Ver WEIMER, Günter, *Arquitetura da Imigração Alemã – um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Editora da Universidade; Livraria Nobel S.A., Porto Alegre, 1983.

¹⁹⁰ Günter Weimer descreve a técnica a partir da sua denominação alemã: “*Fachwerk* ou *Fachwerkbau* é ‘construção em prateleiras’ e através dele se designa uma construção em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira aparelhada em que as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si e cujos tramos (*Fach*, pl. *Fächer*) são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos, etc. Entre nós tem sido traduzida por enxaimel [...]”. WEIMER, Günter, *Arquitetura da Imigração Alemã – um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Editora da Universidade; Livraria Nobel S.A., Porto Alegre, 1983.

¹⁹¹ As análises que permitem esta afirmação decorrem da dissertação *Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS*, (SCHWERZ, J. P., PGAU-CIDADE, UFSC, 2009).

pré-fabricada, já que as peças são marcadas (geralmente em numerais romanos) para que possam ser montadas e até mesmo remontadas em caso de necessidade como fica visível nas imagens 87 e 88. Além disso, as estruturas seguem padrões de encaixe que dispensam pregos ou grampos de metal, como pode ser visto nas imagens 89 e 90. A estrutura é elevada do solo, geralmente com fundações de pedra ferro ou grés para evitar umidade, como se pode notar em várias das imagens a seguir. Nos remanescentes encontrados em Agudo podem ser conferidos fechamentos de pau a pique (menos comuns), de tijolos e de pedras aparelhadas de arenito (grés) como mostram as imagens 91 e 92. Em casos de necessidade de completar partes que porventura caíam, as técnicas acabam misturadas, como mostram as imagens 93 e 94. De forma contrária à representação examinada, muitas destas edificações não mantinham a estrutura aparente, mas rebocada. A dificuldade de que o reboco de cal e areia se prendesse na madeira dura demandava o falquejamento dos lados externos da estrutura ou a aplicação de pequenas tábuas, como pode ser visto nas imagens 95 e 96 a seguir.

Ainda que os usos e estados de conservação destas construções variem muito, há um apelo histórico em relação à técnica construtiva e ao valor simbólico e cultural destas edificações que justificam a preocupação com relação à sua preservação e valorização neste contexto paisagístico.



Imagem 79: Detalhe de pintura de Alexis Puhmann “*Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia*”. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 80: Detalhe de pintura de Alexis Puhmann “*Propriedade de Francisco Kittel na Linha Boêmia*”. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo do autor (2015).



Imagem 81: Armazém Müller; Localidade Picada do Rio. Atualmente em uso. **Fonte:** Fotografia de Lidiane Drews (2009).



Imagem 82: Salão e Armazém Müller; Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 83: Armazém Müller (Linha Boêmia) com partes do enxaimel comprometidas. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 84: Casa enxaimel em estado de arruinamento; Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 85: Construção enxaimel propriedade Fisher, Localidade Linha Teutônia. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008).



Imagem 86: Construção enxaimel transladada elevada para servir de depósito da propriedade Behrenz no Canto Católico. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 87: Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 88: Detalhe da estrutura enxaimel do Salão de baile e Armazém Müller na Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 89: Detalhe da construção enxaimel transladada e elevada para servir de depósito da propriedade Behrenz no Canto Católico. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008).



Imagem 90: Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 91: Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 92: Detalhe da estrutura enxaimel mista do Armazém e Salão de Baile Müller na Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 93: Detalhe de estrutura enxaimel mista na Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 94: Detalhe da estrutura enxaimel mista do Armazém Müller na Localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 95: Detalhe da construção enxaimel transladada e elevada para servir de depósito da propriedade Behrenz no Canto Católico. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2008).



Imagem 96: Detalhe da estrutura enxaimel da propriedade da família Schiefelbein na Localidade Várzea do Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

A arquitetura também ganha destaque em outro suporte relativamente mais abrangente em termos de divulgação através de cartões postais, representados aqui pelas imagens 97 e 98. Sabe-se que foram realizados mais exemplares na coleção exposta (há uma reprodução impressa em livro que retrata o antigo hospital da Colônia), mas infelizmente não se foi possível descobrir quantos tipos de edificações foram retratadas e por quais motivos foram realizados.

Mesmo assim fica claro que se trata de edificações importantes não só arquitetonicamente, mas principalmente pela sua abrangência de uso coletivo. Tanto a casa comercial, quanto o salão de baile – certamente o hospital – têm em comum mais que o porte, funcionando como locais de encontro para festejar, comerciar ou lamentar. Este aspecto sobremaneira interessante de ser

ressaltado por dois motivos principais: Derivadas da dissertação outras vezes referenciada aqui, as conclusões abarcaram que são estes tipos de edificações mais importantes desde uma perspectiva identitária, em primeiro lugar. Em segundo, são edificações bem preservadas de maneira geral.

O fato de estas edificações ainda existirem, mesmo que com alterações significativas ou em desuso permite indicar que, mesmo sem proteção oficial ou incentivos governamentais, a preservação de bens deste tipo está diretamente relacionada à assimilação prática local. Mais ainda, suas representações sociais indicam algum tipo de identificação que deve ser mais bem estudado.

O postal da propriedade Ehrhardt data de 1900. Na imagem podem ser vistos, além da casa, o salão de baile anexo. Esta propriedade foi bastante explorada na dissertação já citada, tendo sido seu proprietário um dos entrevistados e pode ser admirada nas imagens 99 a 101. A propriedade, com o salão de baile e a posterior cancha de bolão estão íntegros e em bom estado de conservação, mas os dois últimos não são utilizados há anos.

O caso da casa comercial Treptow é um pouco mais complexo, tendo trocado de proprietário algumas vezes ao contrário da propriedade Ehrhardt que segue na mesma família desde a ocupação inicial do lote. A edificação que busca incorporar-se na vida da cidade apresenta modificações recentes que a descaracterizaram para além da remota reforma por que passou (reforma de 1926). Atualmente está parcialmente ocupado, mas seu estado de degradação segue avançando, como mostram as imagens 102 a 104.

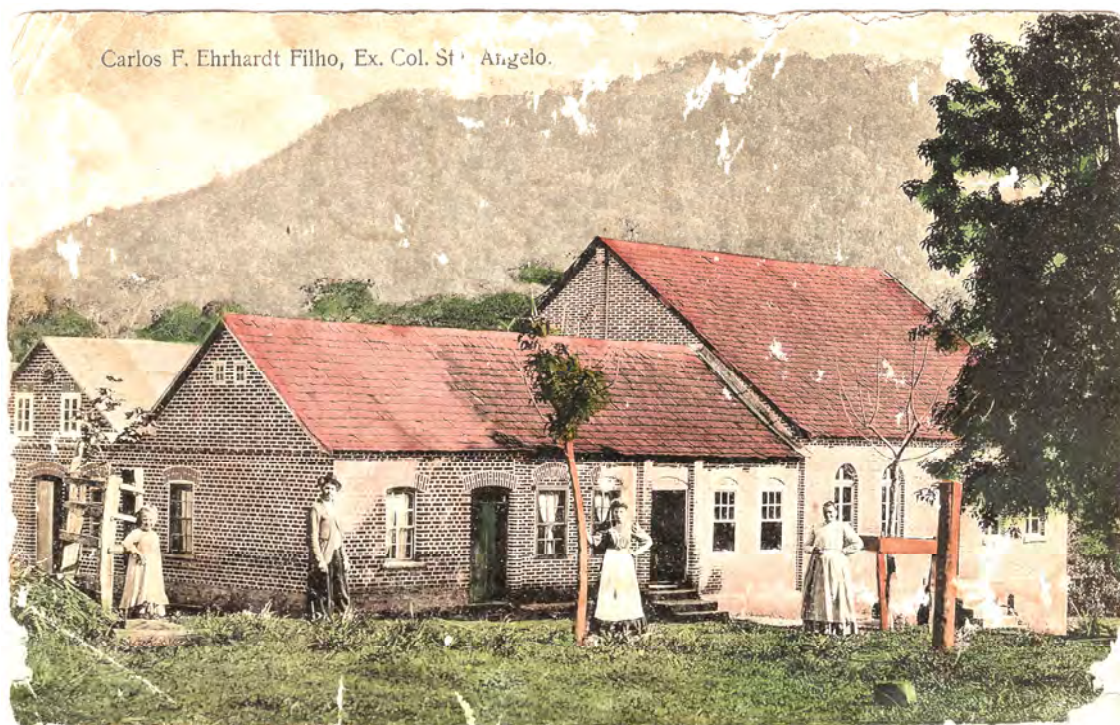


Imagem 97: Cartão postal do ano de 1900 (apr.) promovendo a propriedade Ehrhardt, na localidade Linha Boêmia. **Fonte:** Fotografia de original editada pelo autor (2014).



Imagem 98: Cartão postal de 1900 (apr.) promovendo a casa comercial Treptow, a primeira de relevância na Colônia (1869). **Fonte:** Fotografia de original editada pelo autor (2014).



Imagem 99: Vista atual da residência e salão de baile Ehrhardt. Em relação ao postal foram adicionados avanços de sacada, já históricos. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 100: Fachada de fundos do salão de baile. No porão funcionava a fábrica caseira que fornecia bebidas para os bailes. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 101: Vista exterior atual da residência Ehrhardt destacando o volume do salão de baile. **Fonte:** Fotografia do autor (2012).



Imagem 102: Estado atual da antiga casa comercial Treptow, na Avenida Paraíso na sede do município de Agudo. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).



Imagem 103: Interior do sótão do antigo comércio Treptow, mostrando um estado de conservação mediano, mas em degradação. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).

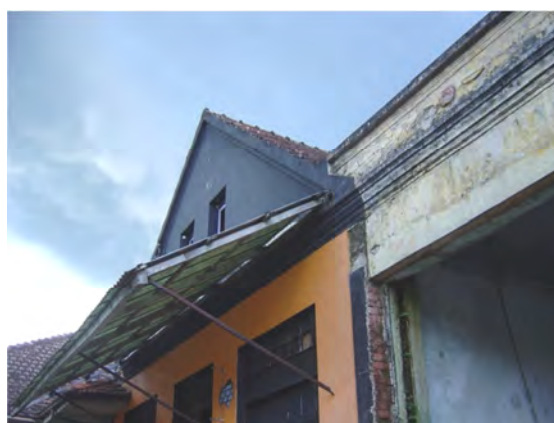


Imagem 104: Detalhe de intervenção equivocada na edificação histórica e pontos de degradação de material. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).

Como se pode notar, não é somente a arquitetura enxaimel que adquire atenção neste contexto de representações sociais, contando para a “arquitetura típica” muito mais a longevidade na vida prática local. Assim, outros tipos de edificações acabam absorvendo sentidos simbólicos, como demonstraram as entrevistas, sobretudo a partir de determinados programas (de uso coletivo especialmente) e de formas ou características pontuais histórica e amplamente utilizadas em todo o município (e região) como mostram as imagens seguintes (assim como em imagens precedentes).

Estas edificações possuem caráter sóbrio, e são compostas por volumes retangulares de aspecto robusto, com pequenas aberturas já que sua estrutura é autoportante, e com predomínio de cheios sobre vazios, conseqüentemente. A cobertura é cerâmica ou ainda de placas zincadas que com a passagem do tempo conferem aspecto envelhecido mas ainda em tons avermelhados à construção. Muitos exemplares antigos¹⁹² têm em comum o uso de duas águas (que podem cair para as fachadas de frente e fundos ou laterais). Outra característica comum são as mudanças de inclinação no telhado, onde geralmente o plano traseiro sofre um leve desvio para abrigar outro volume justaposto da largura completa da construção que geralmente tem origem numa cozinha, ou ainda na frente para formar uma varanda como possível observar nas imagens 105 e 106. Outros tipos de coberturas características incluem uma ou duas tacaniças como a da imagem 107, ou mais comumente quatro águas, porém com ponto bastante alto, como mostra a imagem 108. Também é comum a repetição de volumes conformando complexos maiores como mostram as imagens 109 e 110.

Neste contexto também são recorrentes construções que apresentam técnicas construtivas que atribuem qualidades à arquitetura e à paisagem produzidas no território analisado (desde uma perspectiva técnica igualmente distintivos). Alguns dos materiais e técnicas mais características fazem uso de pedras de arenito, como também de tijolos cozidos como observado em muitas das imagens pertencentes a esta análise.

¹⁹² Uma análise mais profunda e até uma proposta de periodização da arquitetura do município de Agudo são apresentadas na dissertação SCHWERZ, João Paulo. Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS. Dissertação de Mestrado: PGAU-Cidade, UFSC, Florianópolis, 2009.



Imagem 105: Edificação característica no perímetro urbano de Agudo. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).



Imagem 106: Edificação típica onde se nota a mudança de inclinação junto à parte traseira. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).



Imagem 107: Edificação no interior que apresenta o telhado com tacaniça. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).



Imagem 108: Edificação da sede do município com telhado em ponto alto. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).



Imagem 109: Edificação histórica formada por justaposição de volumes na sede de Agudo. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).



Imagem 110: Edificação histórica composta no centro do município. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).

A utilização de pedras de arenito é comum em todo município. Mais conhecidas como *pedras grés*, se apresentam geralmente em blocos regulares maiores que tijolos comuns e podem estar associadas à técnica enxaimel, fechando a estrutura de madeira como pode ser visualizado na imagem 111. São muito utilizadas para o embasamento de casas que podem ser completadas com tijolos, ou conformam paredes autoportantes inteiras como nas imagens 112 e 113, ou ainda como estrutura, como pode ser visto na imagem 114. Esta pedra tem como vantagem o fácil aparelhamento, mas como é muito porosa a técnica é complementada com um tipo de recobrimento fluido (chamado de “nata”) à base de cal e areia que faz as vezes de reboco para regularização (já que as pedras são rugosas) e impermeabilização das paredes; este recobrimento ainda recebe comumente um tipo de pintura imitando ou marcando rejuntas para passar a impressão de que a parede foi constituída de pedras regulares. A técnica pode ser observada em maior detalhe nas imagens 115 e 116. As fotos da página seguinte também são ilustrativas para demonstrar outras destinações comuns deste material, como escadarias, e outros empregos peculiares na área estudada, como pilares circulares.

Mesmo demonstrando atenção à exemplares de arquitetura antiga variados, a análise das respostas destaca o peso simbólico de determinadas edificações que pode ser mais bem explicada por sua ampla assimilação dado que se tratam de edificações de caráter público coletivo¹⁹³. Ainda, o fato de existirem por mais de uma geração no mesmo local e com as mesmas funções, permite um tipo de experimentação espacial compartilhada. Neste contexto sobressaem algumas igrejas que se avultam como referência espacial desde diferentes distâncias com considerável realce paisagístico (especialmente as torres simples de igrejas luteranas) que figuraram em imagens e análises anteriores e podem ser percebidos nas imagens 117 e 118. Igualmente há muitas menções diretas à edificações presentes há muito no território, mas como já explicado são evidentes as referências à edificações de uso coletivos, ainda que estas tenham perdido seu uso original e encontrem-se desocupadas atualmente. Algumas delas podem ser vistas nas imagens 119 a 122.

¹⁹³ Estas relações também surgem e são mais bem embasadas na dissertação SCHWERZ, João Paulo. Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS. Dissertação de Mestrado: PGAU-Cidade, UFSC, Florianópolis, 2009.



Imagem 111: Edificação com estrutura enxaimel completada por pedras grés no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 112: Residência no interior construída integralmente com pedras arenito emparelhadas. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 113: Residência no interior construída integralmente com pedras arenito emparelhadas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 114: Edificação no interior do município estruturada com pilares de pedra arenito. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 115: Residência construída integralmente com pedras arenito aparelhadas e recobertas com fluido à base de cal e areia. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 116: Detalhe da técnica de recobrimento e posterior pintura imitando ou recompondo os rejundes entre os blocos de pedra grés. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 117: A igreja protestante na sede ainda é a referência espacial mais destacada para quem chega pela estrada velha. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 118: A igreja protestante da Linha Boêmia aponta ao longe marcando sua localização. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 119: Salão de baile e Armazém Müller da Linha Boêmia ainda é lembrado apesar de estar desocupado há anos. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 120: Salão de baile Grellmann permanece como local de encontro eventual no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia de Dori Müller (2009).



Imagem 121: A propriedade Ehrhardt é muito referenciada mesmo não oferecendo mais bailes, ou atividades esportivas como bolão e tiro. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 122: A Sociedade Esportiva 28 de Setembro na Linha Teutônia oferece bailes além de cancha de bolão. **Fonte:** Inventário do Plano Ambiental (2009).

Na análise de diferentes tipos de representação naturalmente comparecem aspectos cênicos frequentemente associados à paisagem, como também pode ser percebido em Agudo. Conforme visto no início deste subcapítulo, as cascatas recebem especial atenção a partir dos livros escolares. Mas alguns exemplos indicam que essa afinidade também contém uma dimensão histórica, e podem ser vistos a partir de reproduções de imagens que associam o *sublime* ou o *belo* como valor, conforme indicado por Suzman (2008). Neste sentido, tomam vulto aspectos reconhecidos como naturais como cascatas e morros (ainda que este sentido seja uma questão de juízo, seguindo as explicações dos capítulos precedentes desta tese).

O dos livros mais reconhecidos sobre a história do município¹⁹⁴, por exemplo, além de uma série de aspectos históricos como número de imigrantes e locais de origem, destaca a relação com o natural a partir de imagens como as reproduzidas a seguir. A de número 123 mostra uma fotografia de família imigrante (família Mann) posando junto a uma grande rocha na Linha Coronel Moreira Cesar, interior do município. A imagem de número 124 é ainda mais representativa por se tratar de uma pintura do já referenciado Alexis Puhlmann retratando uma cascata na Linha Teutônia. O fato de um livro de história¹⁹⁵ retratar tais analogias também ajuda a entender as relações e a construção de tais afinidades com a paisagem como um todo e principalmente determinados elementos: O ambiente precisa “ser domado”, mas também propicia o desfrute estético. A mesma cascata aparece reproduzida também na capa traseira do livro de Werlang, demonstrando o alcance territorial e temporal da imagem.

Uma prova derradeira disto é o “altar” que uma cascata em especial ostenta no Centro Cultural. A Cascata Raddatz (já referenciada neste trabalho) é um exemplo pitoresco do alcance de determinados elementos da paisagem para as representações sociais locais examinadas na sequência desta investigação. A imagem 125 mostra uma fotografia da cascata enquadrada por uma moldura que recebe incrustações de pedras semipreciosas e uma legenda que conta uma história fabulosa da década de 1960 sobre a mesma.

¹⁹⁴ WERLANG, William. Colônia Santo Ângelo (1857-1890). Ed. Pallotti: Santa Maria [s/ano]. A imagem reproduzida consta na capa traseira da obra referida.

¹⁹⁵ BECKER, Klaus (org.). Enciclopédia Rio-grandense. 2o. Volume. O Rio Grande Antigo. Editorial Regional LTDA: Canoas, R.G.S., Brazil, 1956 (p.263).



Imagem 123: Fotografia da família Bastion Mann. Linha Coronel Moreira César. **Fonte:** Capa traseira da obra WERLANG, William. Colônia Santo Ângelo (1857-1890). Ed. Pallotti: Santa Maria [s/ano]. Atribuída à Solange Becker (s/data). Fotografia editada pelo autor (2015).



Imagem 124: Reprodução de pintura de Alexis Puhlmann de cascata na Linha Teutônia – Agudo (óleo sobre madeira, ca. 1900) **Fonte:** BECKER, Klaus (org.). Enciclopédia Rio-grandense. 2o. Volume. O Rio Grande Antigo. Editorial Regional LTDA: Canoas, R.G.S., Brazil, 1956 (p.263). Fotografia editada pelo autor (2016).



Imagem 125: Fotografia da Cascata Raddatz no Centro Cultural Brasileiro–Alemão de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Tais elementos transcendem a dimensão histórica e passam a ser incorporados na vida cotidiana local através de diferentes apropriações. O próprio discurso que transparece nas entrevistas e questionários revela este fato, como analisado anteriormente. As imagens vinculadas ao material publicitário contemporâneo ratificam e reforçam este caráter cênico da paisagem e da própria arquitetura como próprio do local como uma marca identitária, além de outros aspectos já citados. Mesmo se entendermos que estes elementos são selecionados em um conjunto maior, são os que passaram por uma espécie de crivo social, no sentido de que tiveram uma *ressonância* como sustenta Gonçalves¹⁹⁶ (2003).

Este tipo de promoção com intuito turístico¹⁹⁷ contém a importância de ser uma representação ampla de como se quer ser conhecido, um tipo de representação para o outro, que no caso de Agudo tem um apelo regional principalmente. Por outro lado, é também aquela que, de maneira geral, é facilmente absorvida e re-apresentada em diferentes suportes, como os que foram examinados até aqui. Os prospectos e propagandas acabam sendo um bom parâmetro para apreciação já que exploram todos os principais elementos tidos como identitários reconhecidos tanto nas respostas recolhidas quanto nas análises anteriores, mesclando-os em função daquilo que se deseja mostrar (vender), como pode ser observado nas imagens 126 a 131 a seguir apresentadas.

Neste contexto reaparecem os morros com vigor, tanto por seu apelo natural e estético, quanto pelo seu potencial de aventura, através de trilhas, escaladas e salto com asa delta em um caso específico como mostram as imagens 126 e 127. Atualmente há empresas locais especializadas em ecoturismo que oferecem este tipo contato. De todas as formas o protagonista ainda é o morro Agudo que deu nome ao município, cujo perfil é amplamente utilizado nos folhetos promocionais do município e do Condesus como artifício estético.

¹⁹⁶ Ver GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e MinC: IPHAN, 2002 e GONÇALVES, José Reginaldo S. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. [Este autor é um dos autores fundamentais da dissertação anteriormente referenciada que embasa esta tese].

¹⁹⁷ Não foram analisadas em profundidade mídias virtuais como páginas web da prefeitura ou empresas que oferecem serviços específicos.

O rio Jacuí também acaba destacado por seus atributos estéticos, mas principalmente associado ao seu potencial como balneário e de esportes aquáticos, assim como a barragem de Dona Francisca. Os balneários são pontos bastante apreciados, contando com uma infraestrutura típica de clubes, inclusive com festas de escolha de rainha, por exemplo, que pode ser vista na imagem 128, compondo com as outras festas de evidência mais ampla (citadas anteriormente). A água também aparece relacionada através da cascata Raddatz em mais de uma oportunidade, como se nota nas imagens 128 e 129, revelando uma visão e uma vontade de valorização como atrativo.

A agricultura e os mosaicos retratando os campos cultivados são explorados mais além de sua representação econômica, e aparecem compondo esteticamente mais de um dos prospectos examinados, demonstrando analogias com opiniões recolhidas sobre a beleza nas mudanças de cor e textura dos campos arados e maturação dos cultivos.

Finalmente, a arquitetura e a própria “paisagem do interior” são tomadas como meio de representação típico do município, como se pode notar nas imagens 126, 128 e 131. Nestes casos o enxaimel está presente, mas não se sobressai sobre exemplares arquitetônicos de outros tipos; o que define o típico aqui são os volumes e os materiais que conformam um padrão formal comum amplamente reconhecido. A Casa da Cultura, antiga edificação do interior trasladada à sede quando da construção da barragem Dona Francisca, ganha importância não só por sua forma, mas também pelo nome que recebe. O salão Ehrhardt (recém citado) se destaca em um folder promocional de divulgação do Condesus, o que o promove em nível regional, selecionado como ícone do motivo “cultura” de toda a Quarta Colônia.

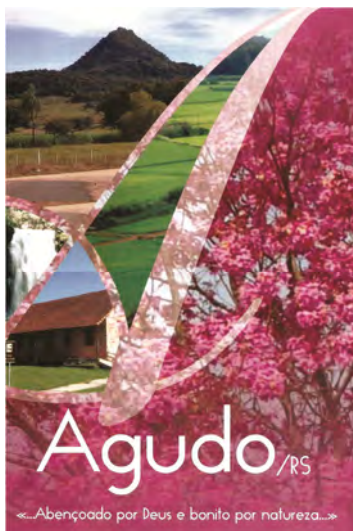


Imagem 126: Prospecto promocional onde aparecem o Morro Agudo, a Cascata Raddatz, a Casa da Cultura e o ipê roxo em flor, árvore símbolo do município. **Fonte:** Prospecto turístico de Agudo. Editado pelo autor (2014).

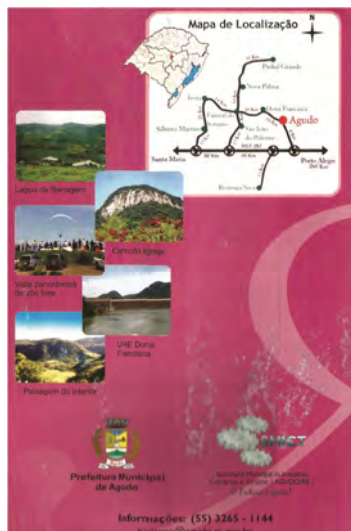


Imagem 127: Contracapa do mesmo prospecto com uma localização regional esquemática do município e imagens da “paisagem” de Agudo. **Fonte:** Prospecto turístico de Agudo. Editado pelo autor (2014).



Imagem 128: Interior do prospecto destacando festas, arquitetura e pontos característicos (morro da Asa Delta, Cascata Raddatz, Gruta do Índio, etc.). **Fonte:** Prospecto turístico de Agudo. Editado pelo autor (2014).

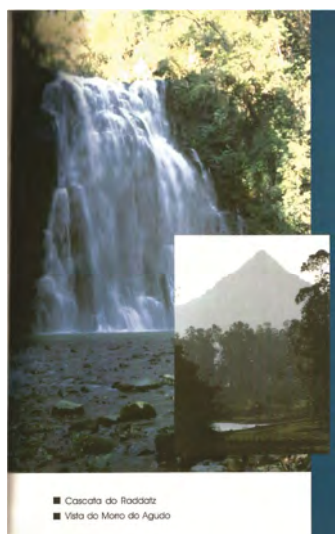


Imagem 129: Prospecto promocional próprio do município mostrando a Cascata Raddatz e o Morro Agudo (com menos destaque). **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 130: Prospecto próprio do Condesus (destaque regional) explorando esteticamente o pôr do sol e o perfil do Morro Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 131: Prospecto próprio do Condesus (promoção regional) destacando o Salão de Baile Ehrhardt associando valor cultural à arquitetura. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Mapa de valores e referências paisagísticas

Uma primeira aproximação aos elementos e núcleos paisagísticos identificados de forma genérica nas representações sociais de Agudo foi construída a partir das referências mais diretas à paisagem decorrentes do material anteriormente produzido apresentada como imagem número 132. Sintetizadas em *palavras-chave*, estas informações foram localizadas espacialmente (quando possível) para formar um inicial *mapa de valores paisagísticos*. Este mapa temático localiza pontos e áreas percebidos como referência, ainda que não filtrada do ponto de vista qualitativo.

Este ensaio de cartografia funciona como um ponto de partida neste trabalho, não como um objetivo, já que não se busca delimitar pontos ou áreas de preservação. Nesta conjuntura o mapa conforma uma base para entender melhor o que faz destes elementos referência, relacionando-os ao território e contexto em que estão inseridos/ materializados, à procura de qualidades (valores) espaciais e ou ambientais existentes ou potenciais.

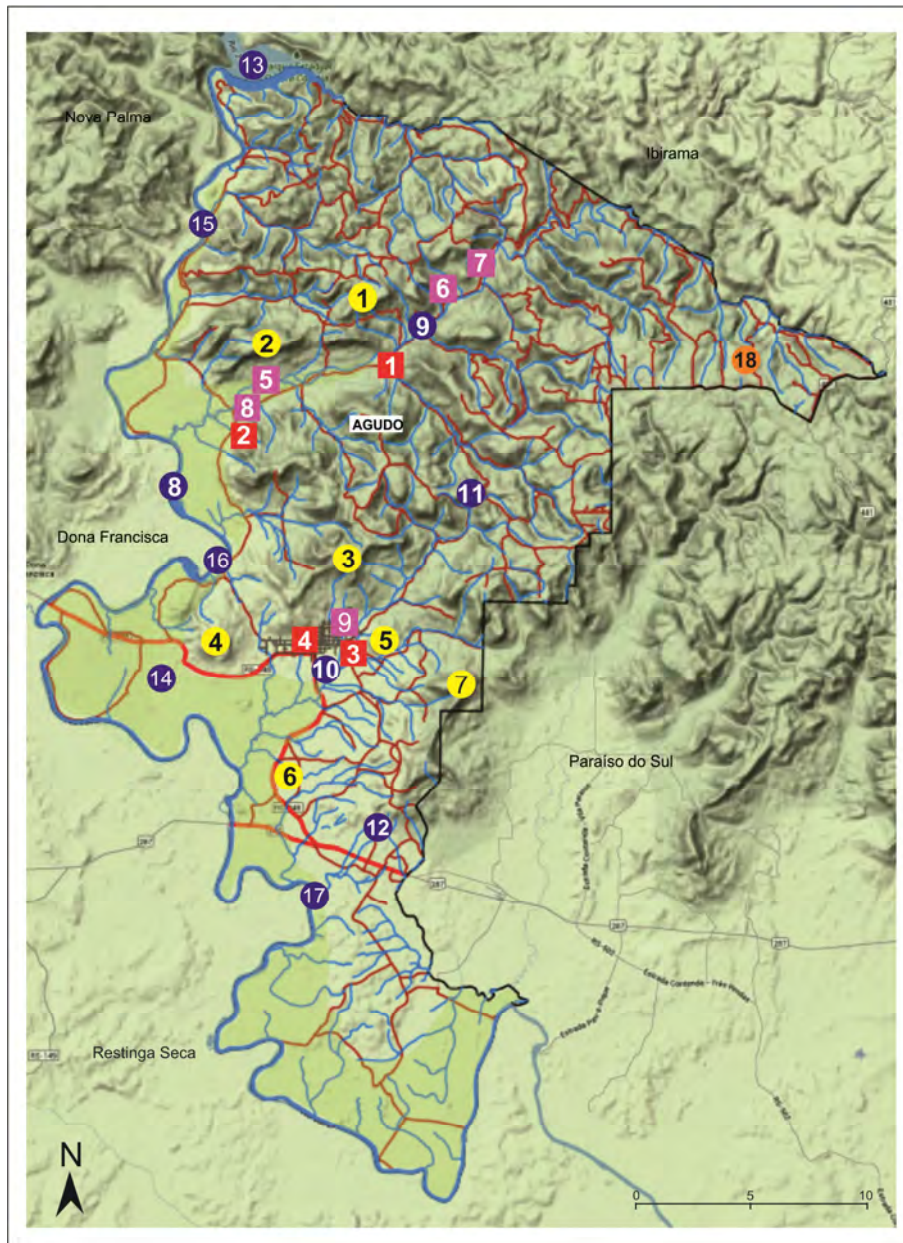


Imagem 132: Mapa de valores e referências paisagísticas de Agudo. **Fonte:** Elaboração própria a partir das citações mais recorrentes nos questionários e entrevistas referenciados anteriormente.

6.2.3 PAISAGENS ORDINÁRIAS

A análise das respostas assim como dos outros tipos de representação convergem para o destaque paisagístico dos cursos d'água e os morros como elementos decisivos na percepção e identificação coletiva dos habitantes do município de Agudo, como o Mapa de valores e referências ajuda a demonstrar. Mais que isso, são estes elementos, mais que todos os outros, os ligados à “paisagem” por seu caráter “natural”, como mostram as análises já apresentadas. São, ao mesmo tempo, os elementos mais determinantes para a apropriação deste território, e protagonistas no contraste entre ocupação humana e ambiente pré-existente como parte-se a explicar a partir de agora.

Como visto anteriormente, o município de Agudo está situado em uma interface entre planalto e planície, onde o rio Jacuí destaca-se como curso d'água. Esta conformação geográfica diversa acaba definindo o caráter da paisagem do município. A forma e a evolução da ocupação deste território podem ser percebidas comparando informações registradas em mapas¹⁹⁸ de diferentes épocas.

A imagem 133 é uma sobreposição digitalizada e georreferenciada da planta original que mostra uma das mais completas e antigas divisões de lotes coloniais do território em questão. A divisão das glebas busca uma ortogonalidade contrastante com o meio natural sinuoso em que se implanta. Neste ponto encontram-se a posição política que dá origem à ocupação e o método racional de ocupação a partir de uma malha mais ortogonal possível que permite sustentar que a relação dos lotes em relação aos morros e principalmente aos cursos d'água foi o condicionante mais determinante da ocupação deste território.

Uma aproximação em detalhe, como nas imagens 134 e 135, também permite avaliar que a manutenção dos lotes é uma das características mais permanentes em escala territorial, complementando as análises na escala do sítio apresentada a partir da pintura de Puhlmann (imagem 59 e análises que seguem à página 254).

¹⁹⁸ Entende-se que a cartografia é um tipo de representação, mas que transita entre a institucional e técnica e a social, no sentido que depende dos propósitos e divulgação mais ou menos restrita para que foi gerada. Este motivo faz com que sejam analisadas neste subitem e não no precedente.

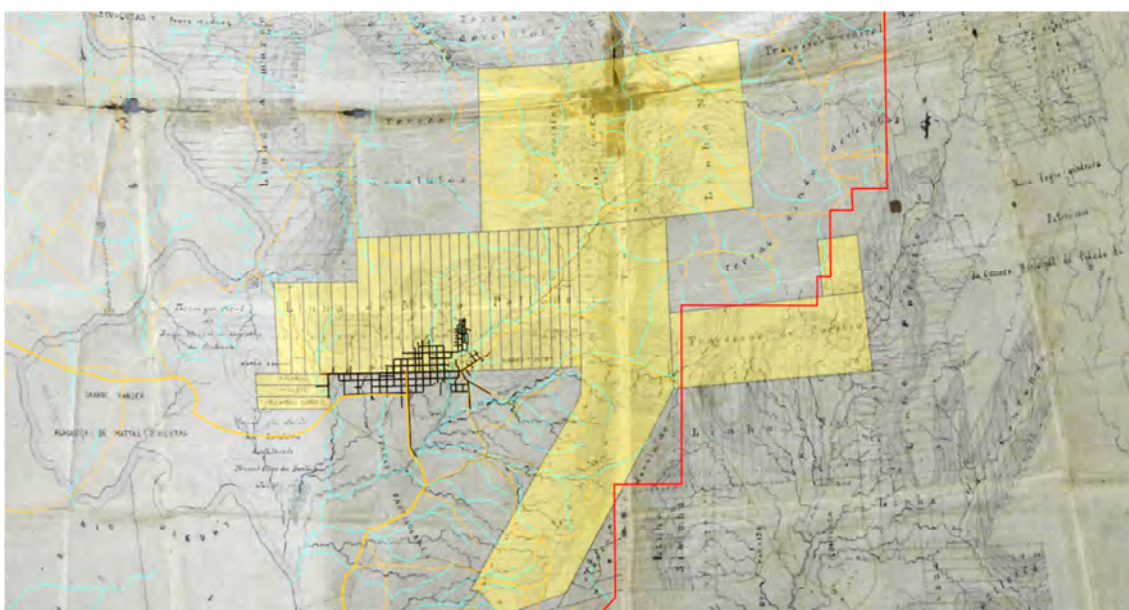


Imagem 133: Sobreposição georreferenciada (captura de tela parcial) da *Planta da Colonia de Santo Angelo – terrenos limitrophes*, ano de 1878. O Director Barão de Kalden. **Fonte:** Elaboração própria a partir de fotografias próprias do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.



Imagem 134: Detalhe da *Planta da Colonia de Santo Angelo – terrenos limitrophes*, ano de 1878. O Director Barão de Kalden. A divisão de glebas perpendiculares ao rio Jacuí, buscando uma racionalização na apropriação do território e as distinções entre várzea e montanha registrada no mapa. **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.



Imagem 135: Detalhe da *Planta da Colonia de Santo Angelo – terrenos limitrophes*, ano de 1878. Os registros dos primeiros donatários de terra e a divisão de lotes com a devida numeração, onde será implanta a sede, junto ao Morro Agudo que nomeia a cidade. **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.

Um exame mais profundo na cartografia histórica encontrada também revela a evolução do parcelamento ao longo dos anos, podendo-se entender que a divisão de terra e ocupação dos lotes se dá em momentos históricos distintos. Algumas Linhas acabam ocupadas por afinidade em relação ao lugar de origem, além das possibilidades relacionadas à infraestrutura para que as colônias funcionem na prática, como pode ser observado na imagem 136 e 137 que reproduzem em detalhe mapas de divisão parcial de localidades do interior do município de Agudo em períodos distintos.

Com algumas Linhas antigas já configuradas (Teutônia, Morro Pelado e Margem esquerda do Rio Jacuí), parte-se para subdivisão de terras devolutas ou grandes propriedades ainda em mãos de donatários. Também é possível notar que alguns lotes seguem na mesma família desde sua ocupação inicial, ainda que não tenha sido objetivo deste trabalho examinar este grau de minúcia. Além dos nomes vinculados aos terrenos, notam-se diferenças de tamanho de lote. Os perímetros recortados se devem ao terreno extremo. Ainda que não estejam indicadas curvas de nível, a marcação “perao” (embaixo à esquerda imagem 137) denuncia uma caída abrupta no terreno.

É apropriado também notar a situação de edificações históricas registradas em épocas distantes que persistem atualmente ou que tiveram uma importância localizada no tempo, como indicam os detalhes das imagens 138 e 139. Nelas podem ser vistos a localização da “aula” (Colégio já apresentado), da Superintendência e de propriedades de referência à época, assim como da igreja protestante da Picada do Rio (também apresentada).

Estão marcados os principais pontos de chegada ou de passo, imprescindíveis para a ocupação de fato deste território, como o Porto Agudo e o Passo Sanclair, lembrados e referenciados até hoje apesar de não serem mais utilizados. Por outro lado aparecem ligações por terra que fazem o papel de ligação até hoje. Também é possível observar transformações no território ocupado, como por exemplo o fechamento de alguns cursos d’água para “urbanização”. Os arroios principais estão indicados e deram nome à locais específicos (Despraiado e do Engenho). O Arroio Grande é o que cruza a sede e encontra-se hoje parcialmente regularizado.

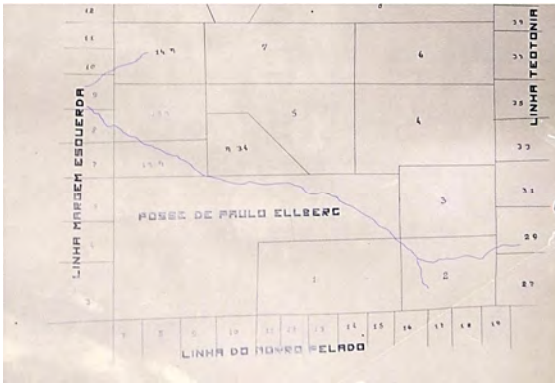


Imagem 136: Detalhe da *Planta da Linha Branca, Colonia Santo Ângelo, Município de Agudo* (s/ ano). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.

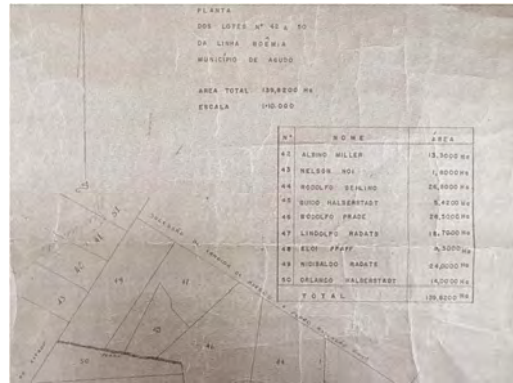


Imagem 137: Detalhe da (cópia autenticada) *Planta dos lotes nº42 a 50 da Linha Boêmia, Município de Agudo* (s/ ano). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.

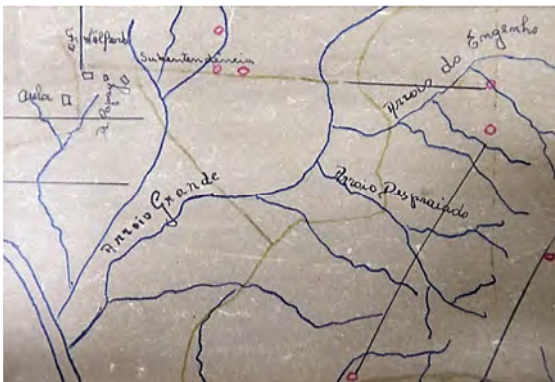


Imagem 138: Detalhe da *Planta do Núcleo Soturno e parte da Colônia de Santo Ângelo* (Cópia de original em 1959). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.



Imagem 139: Detalhe da *Planta do Núcleo Soturno e parte da Colônia de Santo Ângelo* (Cópia de original em 1959). **Fonte:** Edição própria a partir de fotografia do mapa original preservado na Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.



Imagem 140: Detalhe de Carta do Exército de 1970 (1ª impressão). **Fonte:** Edição a partir de fotografia do original [Ministério do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico] da Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.

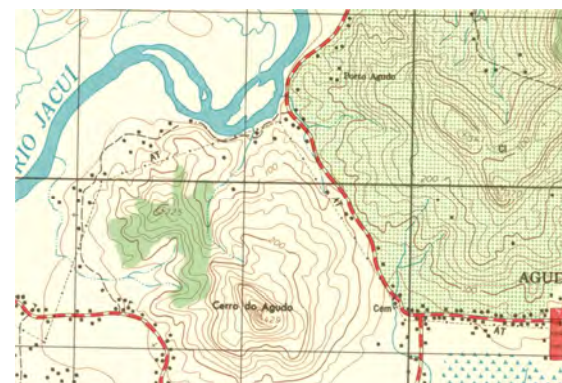


Imagem 141: Detalhe de Carta do Exército de 1970 (1ª impressão). **Fonte:** Edição a partir de fotografia do original [Ministério do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico] da Divisão de Terras Públicas do Estado (RS), 2013.

As imagens 140 e 141, além dos aspectos assinalados nas outras imagens, mostram como a morfologia foi determinante no traçado dos caminhos e a ocupação do território a partir destes. Uma análise em detalhe deste e outros mapas também trazem à tona outras referências diretas entre paisagem em seu sentido territorial e representações sociais. Os topônimos mostram, muitas vezes, relações que de tão óbvias acabam apropriadas coletivamente, de modo que o significado que o gerou se perde no tempo e no uso repetido.

Topônimos

Em Agudo, além do morro que nomeia a cidade, há muitas outras toponímias que denotam uma relação íntima de origem geográfica e paisagística incorporadas ao vocabulário local que corroboram com a questão identitária, como se pode notar nas constantes referências nos questionários e entrevistas.

Como de costume em toda a região de imigração abarcada pelo Plano Ambiental, os caminhos que originaram o parcelamento do solo estão marcados por uma denominação regular¹⁹⁹ (*Travessa, Travessão, Linha, Picada*), seguida de um nome que faz referência a aspectos particulares. Estes podem ser pontos de procedência dos países de origem; especificamente no caso de Agudo, a mais citada foi a *Linha Boêmia*, mas existem outras como a *Linha Nova Boêmia*, e a *Linha dos Pomeranos*. Estas vias iniciais também podem ser relacionadas a nomes de donatários ou famílias anteriores à imigração, como *Linha Coronel Moreira César*, ou *Porto Alves*, e também de origem religiosa, como a *Linha São Paulo*, ou *Linha São Pedro*. Alguns nomes remetem a uma origem indígena como no caso do *Arroio Corupá*, e muitas referências no município se dão por sobrenomes germânicos, como para o *Morro Finkenbergr*, e o *Cerro Prochnow*, entre outros.

Muitas toponímias fazem referência direta à paisagem, como a *Picada do Rio* (que acompanha paralelamente o percurso do principal rio). Aqui podem ser

¹⁹⁹ Segundo WEIMER, *Picada* ou *Linha*, equivale a uma estrada principal, aberta em meio à floresta de forma linear, desconsiderando acidentes geográficos a fim de iniciar a ocupação e demarcação de lotes da forma mais prática e regular possível. Ver WEIMER, Günter. *Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha*. (57-74). In: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 63; e WEIMER, Günter, *Arquitetura da Imigração Alemã – um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Editora da Universidade; Livraria Nobel S.A., Porto Alegre, 1983.

citadas ainda a *Linha das Pedras*, que destaca esta característica pedregosa em sua constituição, a *Linha das Flores* e a *Linha* (e *Coxilha*) *Araçá*, em analogia à vegetação sobressalente.

Todas estas afinidades (nomes tradicionais ou de santos, fauna e flora, morfologia, condição climatológica) são acionadas em relação aos elementos geográficos marcantes onde os morros têm um papel preponderante: O *Morro da Igreja* (construção que pontuou o local), *Morro Pelado* (devido à falta de vegetação), o *Cerro Branco* (que deixa à mostra parte rochosa branca), o *Cerro Seco* (que apresenta uma vegetação mais seca em decorrência de sua pluviosidade), o *Cerro Chato* (devido à sua forma achatada). Há também o *Morro da Preguiça*, e ainda que a origem do nome não possa ser confirmada para este trabalho, presume-se que haja uma apropriação de deleite relacionada ao local.

Da mesma forma as várzeas, pontos tradicionais de rizicultura, também se assumem como referências fundamentais para entender o território: A *Várzea do Agudo* (que tem o Morro Agudo como testemunho), a *Várzea Grande* (pela sua extensão), a *Várzea do Tigre*, entre outras. Neste contexto também se destacam os Rincões que podem aludir a lugares recônditos ou a faixas de terreno que funcionam como divisores de águas: *Rincão Despraiado*, *Rincão do Pinhal*, e o gracioso *Rincão do Mosquito*, que remetem a uma conformação geográfica aberta, a um tipo de vegetação de porte marcante e a um ambiente úmido propício à proliferação do inseto.

Os cursos d'água também se sobressaem em termos toponímicos, a começar pelo indígena *Jacuí*, que remete à abundância da ave conhecida como Jacu (também como *Aracuã*)²⁰⁰. Ainda é comum avistar estas grandes aves ou distinguir seu canto marcante, mas não mais com a abundância de outros tempos, conforme comentários de moradores. O nome *Corupá*, também de origem indígena, permanece através de uma associação com o leito pedregoso que nomeia este arroio. Outros cursos d'água também estão definitivamente associados ao contexto paisagístico, seja porque foram definitivos para a ocupação urbana, como o *Arroio Grande*, ou até por questões que

²⁰⁰ BENEDITO E OHI, Mouzar. *Paca, Tatu, Cutia! Glossário Ilustrado de Tupi*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

transcendem a utilidade imediata de água, como demonstra a *Sanga da Boa Vista*.

Além destes, outros nomes indicam situações de referência geográfica e/ ou histórica no município de Agudo associadas à água, como no caso do Porto Agudo e Porto Alves, que demonstram respectivamente a relação – outra vez – com o Morro Agudo, e com a propriedade “original” da família Alves. Ambos são ainda referências da influência histórica da via aquática para comunicação física entre localidades e o próprio assentamento. Repete-se aqui o protagonismo de pontos cênicos como a já citada *Cascata Raddatz*, e a *Cascata do Chuvisco*, onde se subentende o papel do vapor de água causado pela queda d’água na associação, e o *Salto do Jacuí* definido pelo desnível no rio que acaba nomeando uma localidade.

Entre o Rural e o Urbano

A que pese ser a área mais densificada, a presença dos morros também se faz presente com potência na sede de Agudo. Isso se deve muito ao seu traçado que se desenvolve a partir de uma linha gerada entre dois morros como mostra a imagem 142: o Agudo – que dá nome à cidade, e o Pelado – nome original da principal avenida da cidade (Picada Morro Pelado, hoje Avenida Concórdia) que conforma seu limite oeste. Toda essa exuberância paisagística comparece frequentemente em imagens históricas e recorrentemente é referenciada nas entrevistas e questionários analisados, transcendendo a dimensão estética que a moldura verde comporta. É possível notar uma ostentação, um motivo de diferenciação – identificação, portanto – em relação aos morros que se explica a partir do convívio diário resultante da forma que a cidade tomou, como as imagens 143 a 146 ajudam a manifestar.

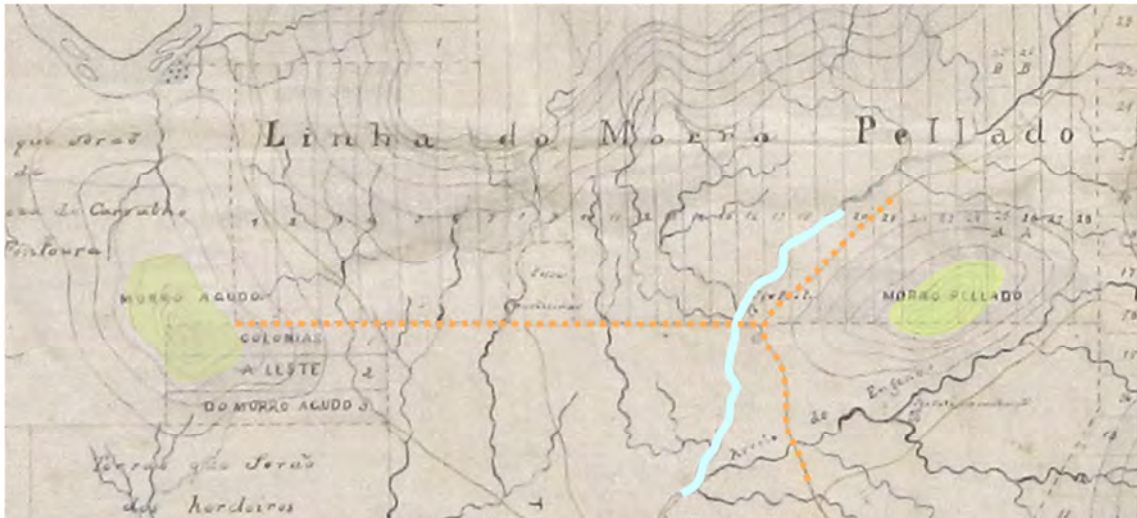


Imagem 142: Detalhe da *Planta da Colonia de Santo Angelo – terrenos limitrophes*, ano de 1878. O Director Barão de Kalden. Em destaque a atual Avenida Concórdia (laranja), que se bifurca a partir da base do Morro Pelado. O Arroio Grande (azul) cruza o centro da cidade, hoje regularizado. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de fotografia do mapa original de 1878 (2013).



Imagem 143: Vista da cidade a partir do Morro Pelado (s/ano). Em destaque a Avenida Concórdia (centro) e o Morro Agudo (fundo). **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 144: Vista da cidade a partir do Morro Agudo (s/ ano). Em destaque a Avenida Concórdia (centro) e o Morro Pelado (fundo). **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 145: Vista do Morro Agudo a partir da Avenida Concórdia (década de 1960). **Fonte:** Fotografia de Erni Böck.



Imagem 146: Vista do Morro Agudo a partir da Avenida Concórdia. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

A imagem 147 mostra a configuração atual da sede do município de Agudo, destacando seu padrão de urbanização. Semelhante aos municípios da região central, sobretudo os reunidos sob a denominação “Quarta Colônia”, utiliza uma malha ortogonal para a zona mais urbanizada. No caso de Agudo essa configuração se estabelece a partir de uma rua principal que se desenvolve no sentido leste-oeste, a antiga *Picada do Morro Pelado*, na *Linha Leste do Morro Agudo*, herança colonial projetada como ligação entre dois morros que adquirem muita força como referencial espacial e simbólico – paisagístico, sobretudo –, como já visto.

A partir deste eixo estrutural principal (Avenida Concórdia) partem ruas paralelas em pequeno número, de 4 a 5 quadras dependendo da possibilidade topográfica ideal, e ruas perpendiculares espraiando-se pelas áreas planas. Nos últimos cinco anos nota-se o início da ocupação em áreas inclinadas (subindo o morro), demonstrando a persistência de uma característica de ocupação horizontal histórica; por outro lado demonstra certa escassez de terrenos livres, assim como uma falta de planejamento urbano que oriente a expansão da cidade. Mais recentemente um edifício em altura quebrou o gabarito típico da cidade, gerando atitudes contrastantes entre progresso e tradição urbanística. As imagens 148, 149 e 150 mostram o que acontece urbanisticamente em Agudo (sede) a partir dos cortes esquemáticos indicados.

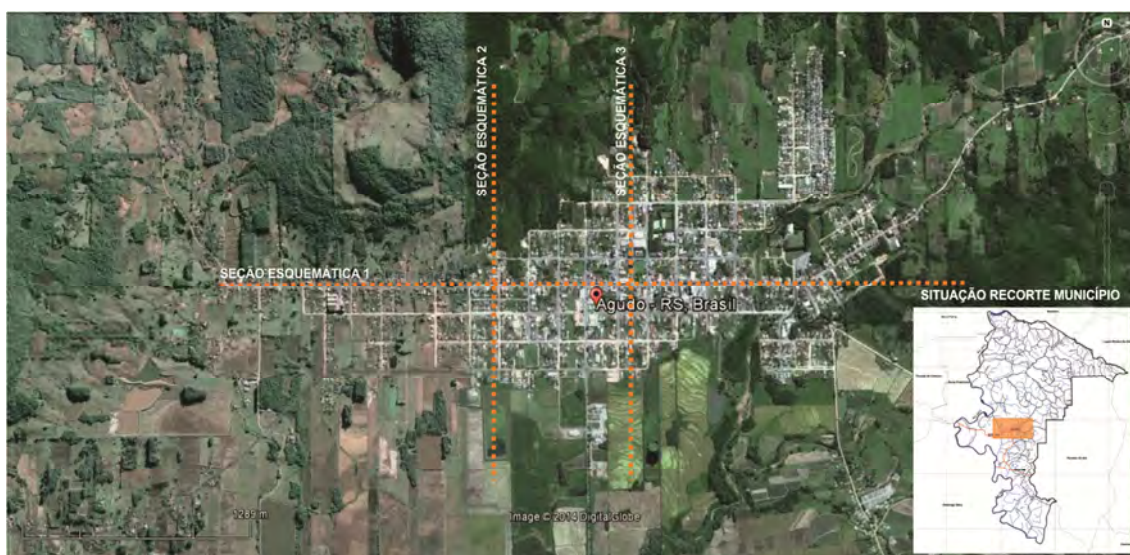


Imagem 147: Imagem aérea da sede do município de Agudo destacando a ortogonalidade do traçado urbano e de cultivo em meio ao relevo acidentado. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (*Google Earth*) (2014).

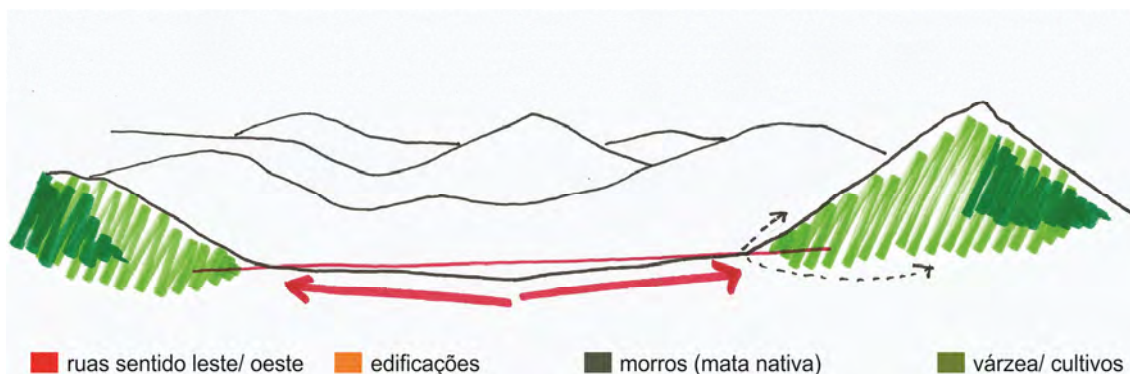


Imagem 148: Corte esquemático mostrando a conformação da Avenida Concórdia como divisor de águas e eixo estrutural urbano da sede do município. **Fonte:** Desenho do autor (2014).

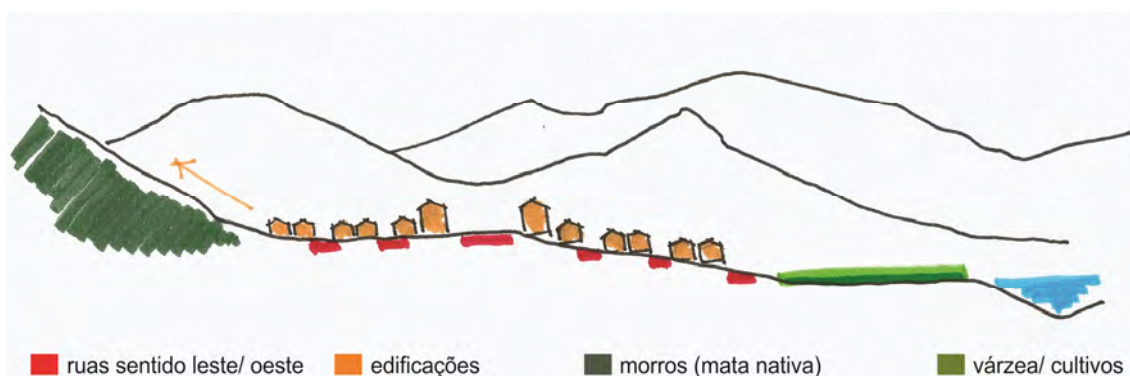


Imagem 149: Corte esquemático mostrando a tendência atual de urbanização em áreas mais inclinadas e a proximidade de áreas de cultivo. **Fonte:** Desenho do autor (2014).

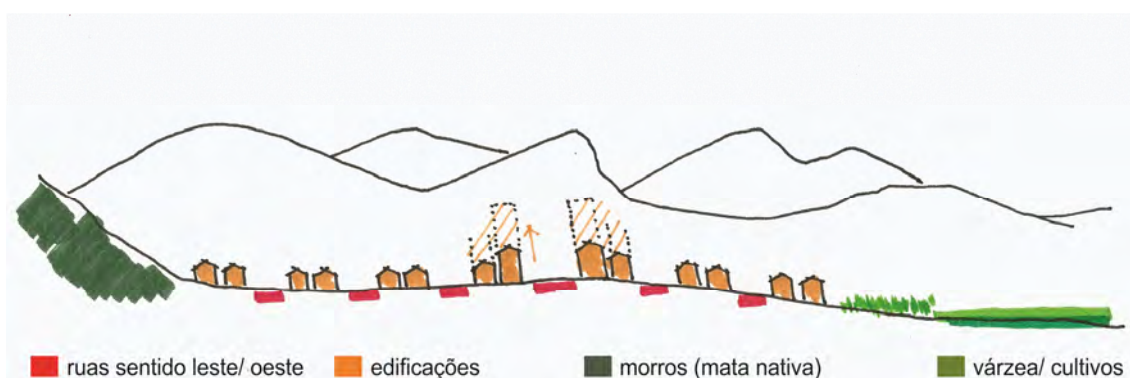


Imagem 150: Corte esquemático mostrando a tendência atual de densificação em altura na área central de Agudo. Ao mesmo tempo a presença de áreas cultiváveis junto à área urbanizada do município. **Fonte:** Desenho do autor (2014).

Outra característica expressiva na paisagem de Agudo (também nas cidades de imigração próximas) é a transição, ou melhor, a falta de transição entre o rural e o urbano, como indicam as imagens apresentadas abaixo. A imagem 151 já demonstra com certa clareza o mosaico composto pelas divisões de lotes e áreas configuradas de produção junto à área urbana. Uma tomada de 360º de determinados pontos da área urbana é suficiente para compreender a atmosfera verde que decorre dos morros ou das lavouras. As imagens 152 a 155 indicadas respectivamente como vista 1 a 4 foram registradas a partir de um cruzamento da Avenida Concórdia, somente mudando o ângulo de tomada.

A imagem 152 é uma imagem que pode ser chamada de clássica, pois mostra o Morro Agudo exatamente no eixo da Avenida Concórdia como outras imagens históricas examinadas. A força reside no verde que percorre todo o perímetro da fotografia, assumindo mais força que as edificações urbanas.

A imagem 153 mostra a rua não calçada que se desenvolve em declive, onde se destacam casas térreas que configuram em torno de quatro quarteirões. O fundo não é composto por montanhas como na imagem anterior, mas por uma extensa planície onde podem ser distinguidos quadros alagados que demonstram áreas reservadas para rizicultura.

A imagem 154 subsequente mostra a continuação em sentido leste da principal avenida da cidade e a perspectiva fechando no Morro Pelado, semelhante ao que acontece na imagem 152. Notam-se construções com mais força e mais altura desde este ponto, mas pode-se analisar que isso também se dá pela perspectiva em aclave. O canteiro central está composto por uma breve publicidade e canteiros de flores que assumem um importante papel simbólico dado sua relevância nas entrevistas. Os canteiros de flores têm um peso significativo para a percepção dos entrevistados, incluindo também relações de identificação *com* e *da* cidade (o ipê roxo em flor é a árvore símbolo do município), assim como com própria etnia predominante do município. Ainda que este fato incorpore uma posição um tanto precipitada e até mesmo presunçosa, não exclui a capacidade de referência que demonstra. Esta conjuntura marca a relação da população não somente com canteiros e jardins privados, mas também com os espaços públicos.

Finalmente, a imagem 155 mostra a rua não calçada em aclive acentuado e perdendo-se na vegetação própria do sopé do morro, configurando apenas um quarteirão mais nesta direção.

A este aspecto “*semi-natural*” devido à forte presença dos morros deve ser somada a presença constante de lotes urbanos que apresentam partes significativas da parcela com hortas de cultivos de subsistência diversos. Estes podem estar localizados nos fundos da residência, mas também na frente, antecedendo as edificações, quando podem ser notados efetivamente.

Por outro lado, ainda que seja comum a presença de hortas e lavouras de consumo próprio dentro da área urbana, há uma diferença considerável de escala e de objetivo para campos de cultivo que se encontram, por vezes, do outro lado de uma rua pavimentada como demonstra a imagem 156.

Desde o divisor de águas principal que forma a Avenida Concórdia, assim como de diversos pontos da sede urbana, podem ser avistadas grandes áreas de cultivo ocupando as várzeas ou sopés de morros como a imagem 157 comprova. Muitas destas áreas se localizam muito próximas à área urbanizada, por vezes separadas apenas por uma rua urbana. Desde praticamente qualquer lugar da cidade pode-se ter perspectivas que demonstram este convívio. Em alguns pontos pode que se dê uma rua “urbana” pavimentada separando um conjunto de lotes edificados, de um lado, e uma plantação apreciável de outro, como demonstra a imagem 158.

A partir das respostas coletadas nota-se que a percepção da paisagem está objetivamente vinculada à amplitude visual que o relevo proporciona e permite, assim como a esta proximidade real entre o verde, sem interessar se natural ou cultivado. De fato, é abundantemente citado o “fundo verde” das montanhas que se espalham por toda área estudada assim como com as lavouras. Ainda mais interessante é observar que as dinâmicas naturais em relação às estações do ano – com florações marcantes ou épocas de preparo, amadurecimento e colheita – são utilizadas como marcação temporal, uma manifestação que engloba apropriações simbólicas, econômicas, estéticas e práticas utilitárias.



Imagem 151: Imagem aérea da sede do município de Agudo indicando padrões de transição entre campo e cidade. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (Google Earth) (2014).



Imagem 152: (VISTA 1 INDICADA) Vista da Av. Concórdia direção leste desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 153: (VISTA 2 INDICADA) Vista da Av. Concórdia em direção sul desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 154: (VISTA 3 INDICADA) Vista da Av. Concórdia direção oeste desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

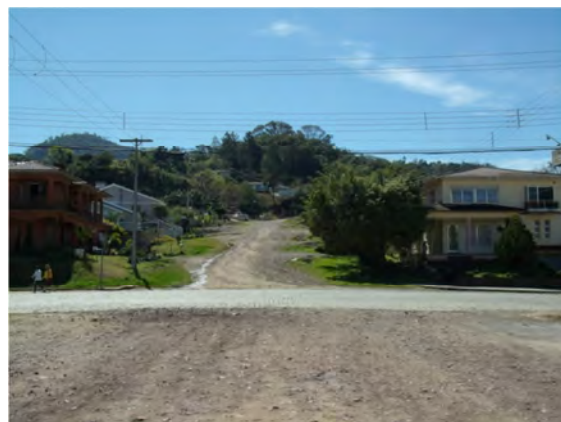


Imagem 155: (VISTA 4 INDICADA) Vista da Av. Concórdia em direção norte desde o ponto indicado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 156: (VISTA 5 INDICADA) Vista a partir do centro da cidade (direção leste) mostrando a área urbana com a rua calçada ao centro e logo à esquerda casa com jardim e horta frontal. **Fonte:** Fotografia do autor (2014).



Imagem 157: (VISTA 6 INDICADA) Vista a partir do centro da cidade (direção oeste) mostrando a área urbana com a rua calçada ao centro e logo à esquerda área de cultivo em preparo e galpões rurais de apoio. **Fonte:** Fotografia do autor (2014).



Imagem 158: (VISTA 7 INDICADA) Vista a partir de parte elevada mas central da cidade (direção leste) mostrando o final do calçamento viário seguido de lavouras. **Fonte:** Fotografia do autor (2014).

Muitas destas características paisagísticas também transparecem nas respostas, sobretudo derivadas de perguntas sobre o aspecto da cidade que se quer no futuro: Em muitos casos aparecem considerações sobre a possibilidade e/ou necessidade de olhar o horizonte ou o verde dos morros, mostrando a dimensão estética como razão evidente para a resistência a edificações em altura. As respostas e relatos também dão a dimensão de associações que transcendem a questão física, como tranquilidade e silêncio, tidos como atributos associados ao tamanho da cidade em oposição a grandes centros urbanos. Apesar de ser um problema subjetivo neste caso, a segurança também é tida como característica do município mesmo na área urbana.

Toda esta mescla formal indica que a tradicional separação entre rural e urbano deve ser tratada a partir de outra perspectiva em cidades como Agudo, já que corresponde a uma realidade simbólica que permite entendê-la de maneira autônoma, sobretudo a partir de seus desdobramentos práticos cotidianos.

Por outro lado também há diferenças significativas em termos morfológicos considerando, principalmente, a dimensão das glebas e as respectivas diferenças de densidade populacional e de uso essencialmente produtivo. A imagem 159 e esquemas seguintes destacam padrões de ocupação típicos no município de Agudo (e de certa forma em toda a região central do estado reconhecidamente como de imigração).

O que se quer registrar, neste caso, é a divisão muito marcada das áreas planas (várzeas) junto aos cursos d'água mais importantes. Nota-se um contorno estreito de mata ciliar e imediatamente uma marcação de lotes praticamente perpendiculares em relação ao rio (Jacuí, no caso da imagem 159). A cota de nível mais baixa conforma uma zona característica de cultivo de arroz irrigado, admitindo eventuais inundações, como se quer mostrar nas imagens 160 e 161. Sequencialmente, em uma cota imediatamente mais alta (raramente inundável), se estabelecem caminhos principais, muitas vezes *Linhas* ou *Picadas* da ocupação inicial, de onde eram delimitados os lotes coloniais. As imagens 162 e 163 também ilustram a última análise.



Imagem 159: Esquemática de padrões paisagísticos no município de Agudo. **Fonte:** Elaboração própria a partir de imagem de satélite (Google Earth), (2014).

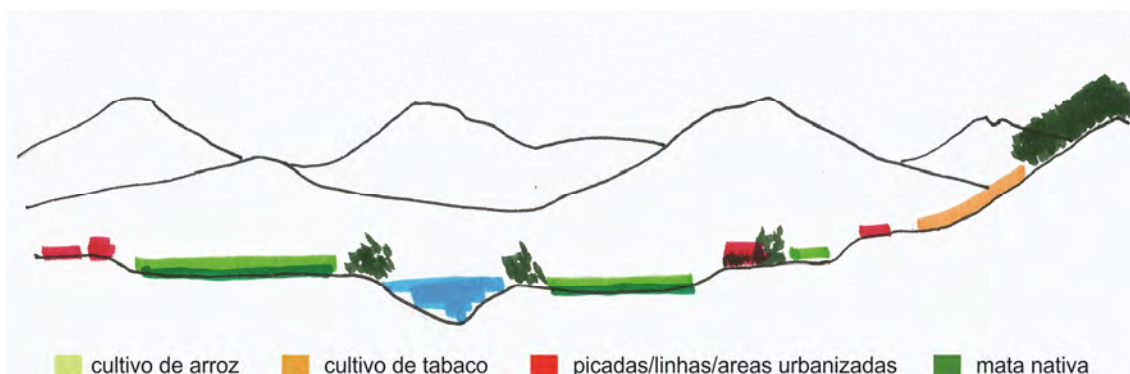


Imagem 160: (SEÇÃO ESQUEMÁTICA 1): Imagem esquemática da sede do município de Agudo destacando panoramas de uso e ocupação no município de Agudo. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (Google Earth), (2014).

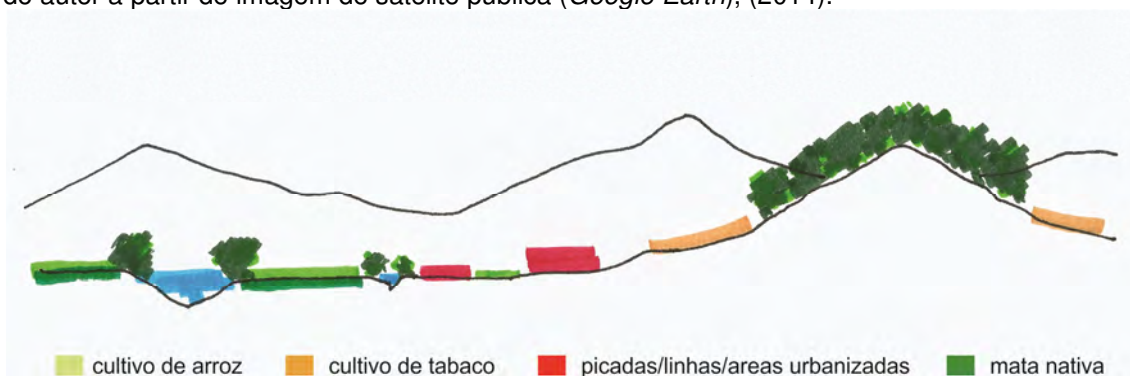


Imagem 161: (SEÇÃO ESQUEMÁTICA 2): Imagem esquemática da sede do município de Agudo destacando panoramas de uso e ocupação no município de Agudo. **Fonte:** Adaptação do autor a partir de imagem de satélite pública (Google Earth), (2014).



Imagem 162: Vista 1 (INDICADA). Desde o plano da estrada (Picada do Rio) vislumbram-se os campos de arroz com morros testemunhos ao fundo. Em plano mais próximo, em nível intermediário, casas e construções de apoio. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 163: Vista 2 (INDICADA). Desde o plano da estrada (Picada do Rio) vislumbram-se os morros. Nos sopés se localizam as casas e construções de apoio das propriedades. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

O caso em evidência nas imagens acima mostra a localidade *Picada do Rio*, importante ligação entre a sede do município e seu interior. Como o nome indica, é a estrada principal que margeia o rio (Jacuí) e por isso essa conformação. Com o corte abrupto de relevo que se configura na imagem analisada, segue uma rigidez relativa e a divisão de lotes encontra perpendicularmente os morros. Estes são, em geral, bastante vegetados, muitos dos quais com mata nativa primária (Floresta Estacional Decídua), mas assim que o terreno permite, podem ser notadas áreas de pendente mediana cultivadas com plantios diversos, onde destaca-se o fumo, mas também milho, feijão, batatas, entre outros. Há alguns anos a soja vem tomando espaço neste contexto.

As imagens mostradas acima também marcam um padrão de adensamento junto às principais vias, já que casas comerciais e particulares, assim como instituições que por ventura figurem se situam junto aos acessos. Este padrão pode ser confrontado às análises anteriores de lote demonstrando uma permanência cultural considerável, mas não pode ser atribuído somente à questão étnica, já que não é privilégio das regiões de imigração. Neste contexto vale destacar mais uma vez a divisão regradada do uso e cultivo própria dos lotes, mesmo com variações de tamanho e propósitos distintos: a horta, o pomar e as lavouras além das edificações de residência e apoio.

Paisagens Cultivadas

De fato, a retomada deste ponto leva a outro que também é capital para o entendimento da paisagem (e suas representações) em Agudo, e está ligado aos cultivos mais tradicionais, em especial do tabaco e do arroz. Após a chegada das primeiras levas de imigrantes grandes extensões de mata nativa vão dando lugar a diferentes tipos de cultivo em distintas escala tanto nas várzeas quanto nos morros. Esta transformação está bem registrada em literatura, mas também figura com importância em outras representações sociais como pinturas e fotografias, como aquelas já apresentadas.

Desde então, as áreas planas originalmente vegetadas junto aos principais cursos d'água cedem gradualmente espaço para o arroz irrigado. Juntamente com cultivos de subsistência ou de produção comercial de pequena escala como milho e feijão, plantados em áreas mais contidas, o tabaco adquire

grande importância em termos econômicos. Em pouco tempo o fumo torna-se produto de excelência, e sua produtividade e facilidade de comércio garante o sustento das famílias mesmo com suas propriedades relativamente reduzidas, fato também notado a partir de análises anteriores, e que podem ser observados em registros históricos como apresentado nas imagens 164 e 165.

No caso de Agudo as culturas mais recorrentes historicamente são a do tabaco e do arroz. Estes cultivos consolidados continuam a ser observados atualmente em um número considerável de propriedades em Agudo, demonstrando que determinadas configurações e usos do território permanecem praticamente inalteradas como mostram as imagens 166 e 167. Mesmo com as restrições de cultivo impostas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco²⁰¹, e a competição de culturas recentemente mais rentáveis como a soja, a percepção generalizada da paisagem de Agudo passa necessariamente pelo fumo e pelo arroz. A conjuntura natural que condiciona os recursos da agricultura, juntamente com o recurso cultural dos ocupantes pioneiros acaba incorporada como uma permanência fundamental para o entendimento desta paisagem, repetidamente observada ao longo do território, como nas imagens 168 e 169.

Como sustentam Marino e Cavallo (2012), as relações mais fundamentais entre natureza e cultura estão demonstradas principalmente nas técnicas produtivas. Assim, a forma e a expressão da organização produtiva do território são evidenciadas na paisagem, sobretudo nos cultivos tradicionais; a persistência de métodos tradicionais e culturas agrárias são elementos determinantes de percepção e representatividade, capazes de configurar “*sistemas de paisagem*”. Esta aproximação mais intuitiva e flexível, menos formal que as unidades de paisagem examinadas no capítulo IV, de fato acabam sendo a maneira coletiva de como a paisagem é percebida, como demonstram as informações recolhidas a partir dos questionários, entrevistas e assembleias citadas.

²⁰¹ O Brasil é signatário desde 2006, ver Decreto Federal nº 5658/2006. Ver www2.inca.gov.br para mais informações.



Imagem 164: Panorama comum no interior de Agudo com lavoura de tabaco e galpões de secagem do fumo. Ao fundo o morro parcialmente desmatado. (sem data). **Fonte:** DVD 520 Fotos Antigas de Agudo/RS, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 165: Panorama típico da colheita do arroz nas várzeas do Jacuí, em Agudo. Até então ainda era utilizada a colheita artesanal com ajuda de carroças. (sem data). **Fonte:** DVD 520 Fotos Antigas de Agudo/RS, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 166: Propriedade no interior do município com lavoura de tabaco frontal à residência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 167: Propriedade do interior do município com lavoura de arroz frontal à residência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 168: Panorama da chegada ao município de Agudo, com o morro que o nomeia ao fundo. Em primeiro plano a várzea cultivada. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 169: Panorama comum desde as áreas mais onduladas no interior de Agudo, com encostas cultivadas com tabaco. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

A intrínseca relação entre o que condiciona a paisagem e o que acaba condicionado por ela funciona como uma via de mão dupla, acompanhada por significativas e contínuas modificações físicas consideráveis. No caso de Agudo estas estruturas aparecem frequentemente como canais de irrigação e construção de patamares adaptando grandes áreas inundáveis para cultivo (curvas de nível) ou contendo encostas íngremes para o plantio de fumo.

A imagem 170 mostra a marcação dos “quadros” de arroz com diferenças de nível às margens do Jacuí, em Agudo: Bombas elétricas bombeiam água do rio até os quadros mais elevados que após saturados liberam água para os quadros imediatamente mais baixos, naturalmente, por gravidade até que todos as delimitações estejam preenchidas. Há trabalhadores dedicados à manutenção destes pequenos muros de torrões de terra, os “taipeiros”. Na imagem 171 os muros de pedra (que podem ser considerados como um tipo especial de jardinagem) contêm as encostas inclinadas cultivadas, mas acabam sendo muitas vezes uma consequência mais que uma necessidade, já que o terreno pedregoso precisa ser limpo como para o preparo da terra.

Água, Infraestrutura e Paisagem

Naturalmente os cursos d’água guardam extrema importância no contexto paisagístico e são frequentemente acionados socialmente. Na conjuntura conferida pelos questionários, entrevistas e assembleias o rio Jacuí se torna protagonista e demonstra uma vinculação com o território que ultrapassa a questão de mera referência locacional. Este fato pode ser explicado porque é o rio Jacuí que organiza toda a ocupação inicial e segue condicionando limites e fronteiras, ou seja, é ele que define e estabelece o contato em relação aos outros municípios vizinhos: o perímetro administrativo, mas também os portos, as pontes, os caminhos navegáveis e as travessias de barca, mesmo que em sua maioria já desativados.

As extensas várzeas preparadas para o cultivo do arroz irrigado também têm seu abastecimento garantido por uma rede de canais de distribuição de água. Pouco notados no contexto em comparação à sua importância, os canais de irrigação cortam a paisagem como mostram as imagens 172 e 173 abaixo. A manutenção dos canais e das taipas de delimitação dos quadros é constante, requerendo um cuidado comparado à jardinagem.



Imagem 170: Várzea cultivada com arroz junto às margens do Jacuí em Agudo. É possível visualizar leves diferenças de nível e as taipas entre os quadros. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 171: Encosta de morro parcialmente contida por muros de pedra e cultivada com tabaco no interior do município de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 172: Canal artificial para distribuição de água para quadros de arroz. **Fonte:** Fotografia do autor (2012).



Imagem 173: Canal artificial para distribuição de água para quadros de arroz. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Grande parte destas transformações interfere definitivamente na paisagem em diferentes escalas e diferentes períodos históricos, como a transposição de cursos d'água, ou a chegada de energia elétrica e de distribuição de água que demanda ícones permanentes no território como mostram as imagens 174 a 179 a seguir.

Retomando a perspectiva de Lewis (1976; 1979) também é interessante notar como a paisagem é uma herança relacionada às tecnologias disponíveis de épocas subsequentes. A presença cotidiana não garante a valorização de determinados elementos, mas participam na conformação da paisagem apesar de sua relativa invisibilidade.



Imagem 174: Inauguração de uma ponte no interior do município de Agudo na década de 1960. **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 175: Imagem da instalação de infraestrutura para a sede. (sem data). **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 176: Chegada de energia elétrica e os postes marcam a paisagem, (sem data). **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 177: Os equipamentos de progresso ostentados junto à prefeitura do município. (sem data). **Fonte:** DVD 520 *Fotos Antigas de Agudo/RS*, de autoria de Tilo Hentschke, Digitalização: Erni Böck Produções.



Imagem 178: A Barragem de Dona Francisca desde uma das pontes do Jacuí. Ícone bastante acionado por meio das respostas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 179: Os grandes postes das redes de alta tensão também são ícones constantes na paisagem, mas não parecem relacionados à ela. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Sendo a água uma questão essencial para a questão produtiva, é muito acionada desde um ponto de vista econômico. Por outro lado, o tema água é talvez o que melhor representa a inseparabilidade entre os eixos acionados para este estudo – ontológico, ético e estético –, porque as referências coletadas dão conta das diferentes funções e papéis da água no contexto territorial: consumo direto ou para irrigação, como caminho histórico, limite de crescimento e até indicação de transposição (as balsas desativadas na década de 1980 são bastante citadas ainda), para geração de energia (as barragens), ou relacionada à uma gradual e crescente preocupação ambiental (poluição e utilização apropriada).

De fato, a partir das entrevistas e assembleias de consulta do Plano Ambiental foi possível perceber uma mudança significativa de consciência em relação às questões ambientais onde a qualidade, a utilização adequada da água e a manutenção das reservas é o fator mais destacado. Também foram marcantes os depoimentos afirmando que os morros “antigamente” eram mais desmatados – fato que pode ser confirmado por fotografias históricas – confrontando a preocupação antes ignorada de manutenção da vegetação nativa e reconhecimento da diversidade local.

A Reação Nostálgica

Numa outra perspectiva, o elemento água também expõe os melhores exemplos para analisar a função estética intrínseca à paisagem. No contexto analisado a água guarda uma relação muito forte relacionada ao desfrute ativo e contemplativo através dos diversos balneários distinguidos no município, assim como por suas cascatas. Pelo menos duas quedas d’água aparecem de forma categórica, ambas levando o nome da propriedade: Cascata Raddatz e Cascata Friedrich (ambas já referenciadas neste trabalho).

Foram colhidas muitas menções diretas a estes pontos nos questionários e entrevistas analisadas, mas ainda mais elucidativas podem ser as declarações não buscadas, como a que a Dona Sigrid Brauer fez ao recomendar a visita *in loco* à cascata Raddatz: “Lá você vai estar mais perto do céu!”²⁰².

²⁰² Conversa informal com o autor em visita realizada ao Centro Cultural Brasileiro Alemão, dirigido então por D. Sigrid. (22 de outubro de 2013). [não publicado].

Em outro extremo, para o proprietário da gleba onde se localiza a Cascata Raddatz, Sr. Oswaldo Raddatz, não exista “nada demais” na afamada atração²⁰³ já que convive com ela desde pequeno. Outra perspectiva complementar como a do Sr. Valdino, genro do Sr. Oswaldo que trabalha secundariamente como guia e promotor turístico da propriedade, afirma que o local deve ser celebrado. Há inclusive um mirante na propriedade especialmente construído para aqueles que não conseguem descer até a base da cascata, de onde se pode vislumbrar um panorama como o da imagem 180. Falando sobre a histórica relação da população de Agudo com o lugar, ele cita visitas de escolas municipais e eventos de escolha de rei e rainha da cascata, famosos até a década de 1990 que contavam até com bailes de coroação como mostra a imagem 181.

No caso de Agudo, além das cascatas, grandes volumes de água também são frequentemente acionados como destaques de beleza, majoritariamente a partir do rio Jacuí e da Barragem de Dona Francisca que aparecem mostrados nas imagens 182 e 183 respectivamente. Como já examinado, alguns morros adquirem apelo estético, como o Morro da Igreja que pode ser visto acompanhando longos trechos de estradas do interior como demonstra a imagem 184. Elementos incomuns isolados também podem assumir um papel estético como é o caso de uma gruta no interior do município: a Gruta do Índio ou *Bugrehöhle*, num neologismo alemão adaptado ao local (*buraco do índio* ou *toca do bugre*), visto na imagem 185 a seguir.

A convivência das diferentes apropriações sobre o mesmo tema reflete a complexidade associada ao tema desta tese. De qualquer forma há um fato contraditório no sentido de que a contemplação estética é uma demanda importante que se manifesta a partir de duas frentes: Uma delas está assumidamente associada à questão identitária e pode ser acionada desde a perspectiva étnica, ou ainda pela perspectiva territorial através das características reconhecidas do município. De qualquer maneira esta frente está direcionada nomeadamente ao reconhecimento e valorização de elementos de beleza destacada de forma isolada.

²⁰³ Conversas informais com o autor em visita realizada à propriedade em 22 de outubro de 2013, [não publicado].

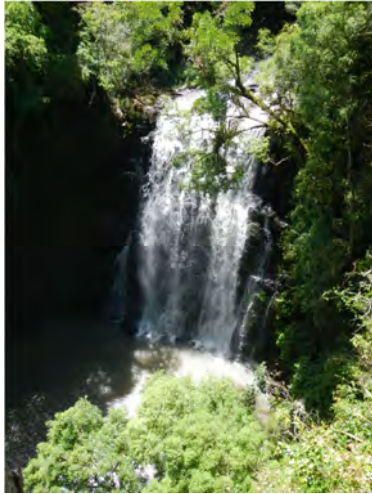


Imagem 180: Vista superior da Cascata Raddatz a partir de mirante exclusivamente construído para tal fim. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 181: Registro de coroação de rei e rainha da Cascata Raddatz (1992). **Fonte:** Arquivo privado família Raddatz. Fotografia de original editado pelo autor (2013).



Imagem 182: Imagem do Rio Jacuí refletindo o sol da tarde na Picada do Rio, interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 183: O fenomenal volume d'água da Barragem Dona Francisca pode ser visto à distância. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 184: O Morro da Igreja (ao fundo à direita) visto a partir da Picada do Rio, interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 185: A Gruta do Índio, Localidade Linha dos Pomeranos. **Fonte:** Fotografia de Fernando Adalto disponível em: www.panoramio.com/photo/46084067 (2016).

Agudo também faz parte do grande número de cidades pequenas e médias que continuam substituindo a população rural pela urbana, caracterizado principalmente pelo êxodo de jovens a procura de melhores oportunidades de trabalho e educação formal superior. Assim, evidenciam-se novas relações com o meio natural em substituição àqueles de caça e pesca, por exemplo, que há muito deixaram de ser um modo de sobrevivência para tornar-se uma espécie de passatempo que integra homem e entorno (ainda que pareça contraditório). Torna-se notável, justamente a partir desta desconexão ou, nas palavras de D'Ângelo (1999) e Raffestin (2005), *nostalgia*, a necessidade de explorar novos meios de contato alternativos.

A propriedade Raddatz, por exemplo, vem adaptando sua estrutura para eventos *Off Road* de motos e jipes, além de outras atrações mais tradicionais como espaço para almoço ao ar livre e jogos infantis. Ao mesmo tempo não deixa de ser simbólico que em Agudo um dos locais mais referenciados, historicamente registrado como uma espécie de cartão postal, reproduzido na imagem 186, esteja substituindo sua tradicional denominação "*Finkenberg*" por "Morro da asa delta". Deste ponto se abre o panorama da cidade mostrado na imagem 187, que começa a ser incorporado (e representado, como visto nesta análise) não só por quem pratica o esporte citado, como também de moradores que acabam por apropriar-se do local como mirante e turistas regionais.

A outra frente de apropriação estética (contemplação e fruição) aparece de maneira mais velada, geralmente subordinada às questões práticas – como se fosse possível separá-las –, e manifesta-se de forma menos óbvia nos elementos comuns de convívio diário que – conforme indica Jackson (1970) – com o tempo podem ser capazes de revelar beleza.

Recuperando as entrevistas coletadas, por exemplo, observa-se que até mesmo os cultivos funcionam como elementos estéticos, mas de forma contida, subordinada à função tida como principal que é econômica ou comercial. As imagens 188 e 189 mostram diferentes estágios da mesma lavoura de arroz, que são percebidos além das cores que apresentam (marrom da terra preparada, depois a manta de água que recobre os quadros, o verde claro que passa a tons mais escuros até o dourado do cacho do arroz maduro), e chegam ao sentido olfativo, como demonstram algumas respostas.



Finkenberge

Imagem 186: Imagem de publicação comemorativa de 75 anos de imigração alemã na antiga Colônia Santo Ângelo, Agudo, de 1932 destacando o morro *Finkenberge*. A imagem histórica já salienta as características típicas da ocupação do interior do município, com construções relativamente simples, lote cercado e horta parcelada, tendo como pano de fundo o morro *Finkenberg*, (2013). **Fonte:** Imagem copiada do livro *75 Jahre Deutschtum Santo Ângelo – Agudo*, Drud von Rotermund & Co., São Leopoldo, de 1932 editada pelo autor (2008).



Imagem 187: Vista panorâmica (sentido sul) desde o Morro *Finkenberg*, ou *Morro da Asa Delta*. No fundo do vale a sede do município de Agudo, onde já podem ser notados apêndices urbanizados. Em diferentes planos também contrastam os parcelamentos e recobrimentos distintos tendendo à ortogonalidade. **Fonte:** Fotografia do autor (2008).



Imagem 188: Quadros de arroz cobertos de água no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 189: Os mesmos quadros de arroz da imagem precedente, germinando em diferentes tons de verde. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

A Beleza do Comum

Os aspectos examinados acima guardam uma relação direta com a paisagem, e apesar de serem percebidos e representados em diferentes graus e com diferentes objetivos guardam uma relação de escala territorial podendo ser associados ao que Jackson (1970) descreve como *megaestrutura*. Situados em relação direta a este contexto, em uma escala mais localizada, estão aqueles elementos construídos individualmente, mas que em contexto – como descreve Lewis (1979) –, são parte fundamental para entender a vida e o funcionamento da sociedade (da paisagem).

Tais elementos – ainda que não sejam considerados extraordinários – podem tomar relevância a ponto de figurarem em diferentes tipos de representação social, como as construções em técnica enxaimel ou outras reconhecidamente “típicas” no caso de Agudo. Muitos outros, porém, acabam incorporados de tal forma à vida cotidiana e se tornam tão evidentes em determinado contexto paisagístico que não são objeto de interesse ou atenção²⁰⁴. Contudo, como destaca Meining (1979), o significado do comum raramente é óbvio, demandando ser considerado além de sua dimensão visível. Igualmente, como alerta Lewis (1976; 1979), desde o ponto de vista da cultura não há paisagens menos importantes que outras, exigindo atenção equivalente.

Retomando à arquitetura propriamente dita, uma das preocupações basais deste trabalho, além das construções icônicas em termos de programa (as edificações de caráter coletivo como igrejas, escolas, salões de baile, casas comerciais e sociedades recreativas) forma e técnica construtiva (enxaimel, alvenaria de tijolos ou pedras aparelhadas) anteriormente examinadas, há construções associadas de enorme valor arquitetônico e paisagístico, sobretudo se examinadas em conjunto, conforme atenta Lewis (1976;1979) em um de seus axiomas para o estudo da paisagem.

Em relação direta com território, como construção complementar à produção, assim como com o lote, como parte do complexo que define suas relações espaciais internas, figuram estufas de cura do tabaco e silos de arroz.

²⁰⁴ Alguns destes elementos acabam invisibilizados por questões políticas e até mesmo ideológicas, conforme já apontado no início desta pesquisa, mas escapa às pretensões e possibilidades deste trabalho esclarecê-los profundamente.

Não são construções que costumam sobressair-se, mas têm um papel fundamental no contexto estudado. São estruturas notavelmente semelhantes em aspecto, volume e técnica construtiva que apresentam, como consequência, cor e textura características já que são invariavelmente construídas em tijolos cozidos à vista e cobertos com telhas cerâmicas, como os das imagens 190 e 191, que pontilham o território com uma frequência notável.

Algumas glebas apresentam duas ou mais estufas deste tipo adjuntas, e muitas vezes apresentam prolongamentos cobertos escorados à estrutura principal construídos com materiais mais simples, como se pode observar em algumas das imagens a seguir. Apesar do aspecto monolítico e altura consideravelmente maior em relação às residências que costumam ser térreas, são elementos que se integram perfeitamente à paisagem em um jogo que alterna dissimulação e destaque dependendo das distâncias de visualização e sítios de implantação como demonstram as imagens 192 a 195.

Neste contexto também é possível ler diferentes partidos para o mesmo programa, apenas pela diferença variedade do tabaco e processo de cura. Em Agudo são cultivados dois tipos de tabaco: o tipo *Virgínia*, que necessita ser curado em estufas aquecidas, necessitando de consideráveis quantidades de lenha para sua queima (os prolongamentos dos galpões geralmente têm o objetivo de abrigar madeira), e o tipo *Burley*, cujo processo de cura demora até dois meses, mas tem a vantagem de secar naturalmente à sombra, motivo que conta no incremento atual de seu cultivo na região.

Os galpões para este tipo de tabaco acabam diferindo bastante das estufas de tijolos descritas acima em termos de forma e material, como pode ser comparado nas imagens 196-197 e 198-199. Estes últimos, por sua vez, são construções horizontais elevadas estruturadas em madeira, parcialmente fechadas lateralmente e cobertas também com telhas cerâmicas (ainda que tenham sido encontrados exemplares cobertos e parcialmente cobertos com chapas de zinco). De qualquer maneira, a simplicidade de forma e materiais destas construções faz com que também acabem incorporadas sutilmente à paisagem.



Imagem 190: Em primeiro plano lavoura de tabaco recém plantado. Fechando a perspectiva galpões de cura e residência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 191: Casa comercial e galpões (ou estufas) de fumo em cruzamento de estradas no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 192: Residência no interior do município e edificações de apoio, onde se destaca o galpão (ou estufa) de secagem. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 193: Residência do interior do município com os galpões (ou estufas) de secagem do tabaco ao fundo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 194: Residência e construções de apoio com galpão (ou estufa) de secagem de fumo (à direita). **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 195: Galpão (ou estufa) de secagem de fumo e residência em segundo plano no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Neste contexto, os silos de armazenamento de arroz não guardam a mesma relação com seu entorno. Pelos materiais que o constituem muito mais que pelo considerável volume, estas construções de apoio não conseguem passar despercebidas, apresentando um contraste marcante com seu entorno, principalmente quando localizados próximos a construções residenciais, como mostram as imagens 200 e 201. As vultosas formas cilíndricas e o emprego de estrutura e chapas metálicas próprio dos silos os tornam bastante claros e reflexivos, determinando uma relação que promove sua visibilidade. Mesmo assim, é um elemento presente com estas mesmas características há muito neste território, como atestam fotos históricas.

Uma última consideração a respeito destas construções associadas aos cultivos mais destacados na área de estudo é sua localização em escala territorial. Tanto as estufas de secagem de tabaco quanto os silos de armazenamento de arroz se situam respectivamente próximos às áreas de produção, o que determina em grande parte a percepção (ou falta dela). Os silos estão implantados em zonas mais baixas e planas, majoritariamente guardando distâncias aos celebrados morros que circundam Agudo. Isso faz com que, vistos de longe, tenham sua escala relativizada, assim como sua cor, que não fecha um pano de fundo imediato para produzir um contraste excessivo. Mais raro, mas não desconsiderado, o reflexo produzido pelo metal também faz analogia ao reflexo produzido nos quadros quando cheios de água. As estufas, por sua vez, apresentam um pano de fundo verde (tendendo ao escuro, geralmente), já que se localizam contra os morros, desde a posição do observador que as enxerga das principais estradas. Isto – e o emprego de materiais mais comuns – propicia outro tipo de relação visual, menos contrastante. Num outro extremo, pode-se observar outro tipo de contraste produzido durante os períodos de cura. A madeira queimada ininterruptamente durante uma semana (a cura demora este tempo aproximadamente) e a fumaça esbranquiçada que se desprende das estufas se espalha por grandes distâncias carregando um cheiro característico.



Imagem 196: Galpão (ou estufa) de secagem de tabaco tipo *Virgínia* no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 197: Galpão (ou estufa) de secagem de tabaco tipo *Virgínia* no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 198: Galpão de secagem de tabaco tipo *Burley*, que dispensa a necessidade de estufa aquecida. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 199: Galpão de secagem de tabaco tipo *Burley* que cura naturalmente em contato com o ar. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 200: Residência no interior do município de Agudo com os grandes silos de estocagem de arroz ao fundo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 201: Contraste entre casa enxaimel abandonada no interior do município de Agudo e edificações de apoio com silos de beneficiamento de arroz ao fundo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Associados aos lotes de forma histórica, também se encontram muitos cemitérios familiares que demandam por estudos mais aprofundados já que não contam com qualquer tipo de informação registrada a respeito. Materialmente a presença esparsa pelo território configura, além de uma importante fonte de documentação histórica, pontos peculiares de interesse estético e memorial como pode ser observado nas imagens 202 a 207. Geralmente apresentam lápides de arenito (grés) esculpidas com motivos florais e motivos religiosos (anjos, em geral), acompanhados de poemas ou passagens em alemão esculpidas em baixo relevo em estilo *gótico alemão*. Quase todos, por seus tamanhos reduzidos, materiais e implantação são exemplos notáveis de interação ajudando a conformar entornos de grande interesse. Somados aos cemitérios comunitários associados às paróquias conformam um testemunho fiel daqueles que ajudaram a transformar a paisagem. Atualmente muitos estão engolidos por plantações, ou apenas desatendidos, carecendo de atenção. Em cemitérios comunitários ainda em utilização, as antigas lápides que não foram substituídas por placas de granito reluzentes muitas vezes sofrem uma pintura prateada que as descaracteriza totalmente, contrastando equivocadamente com a simplicidade e beleza originárias.

Outro aspecto muito marcante na paisagem são as “pinguelas”. Se analisadas individualmente têm uma importância muito localizada, mas em conjunto podem ser consideradas obras particulares de infraestrutura. Há muito tempo estas pontes eram construídas em mutirão pelos principais interessados e foram fundamentais para ocupação de fato deste território. Estas pontes suspensas de confecção vernácula são ainda o mais direto percurso para travessia de pedestres em muitas ocasiões, e sua necessidade nasce em função de estabelecer conexões num meio em que a rede hidrográfica é muito vasta. Muitas vezes ligam um caminho paralelo ao curso d’água à outro, e daí às propriedades, mas também servem como acesso direto à lotes relativamente isolados. Como pode ser visto nas imagens 208 a 213 são construídas em materiais simples, basicamente madeira e arame, mas apresentam um apurado sistema pênsil que as torna sobremaneira interessantes sem chamar demasiada atenção.



Imagem 202: Cemitério no interior do município ilhado em meio à lavoura de tabaco. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 203: Pequeno cemitério junto à estrada no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 204: Cemitério familiar abandonado no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 205: Cemitério familiar atualmente ilhado em lavoura de arroz no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 206: Lápides familiares do final do século XIX esculpidas em pedra grés. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 207: Cemitério comunitário no interior com lápides trabalhadas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 208: Visual desde uma pinguela no interior. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 209: Um pai observa a travessia de da filha que volta do colégio. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 210: A pinguela conecta física e visualmente o território. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 211: Pinguela na Localidade de Linha Boêmia, interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 212: Dada sua simplicidade a pinguela se confunde à paisagem. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 213: Estrutura típica de uma pinguela em evidência. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).

Tendências nas Paisagens de Agudo

Todos estes elementos não apresentam uma relevância individualmente, mas em contexto, concordando com o argumento de Lewis (1976;1979), são determinantes na percepção da paisagem e no entendimento deste território. Referenciando outro axioma de Lewis, modificações importantes no modo de vida ou no sistema cultural acarretam mudanças na paisagem. Através de determinados indícios pode-se refletir sobre desdobramentos futuros, prevendo (ao menos em parte) transformações iminentes.

Em quantidade expressiva, esparsas pelo território estudado, há edificações características abandonadas em diferentes estágios de arruinamento que podem ser vislumbradas a partir dos caminhos principais. Muitas vezes não estão aparentemente relacionadas com outras edificações, dando a impressão de abandono da propriedade inteira, como as imagens 214 a 219 demonstram.

Em relação à arquitetura produzida contemporaneamente na área estudada observa-se que o acesso a materiais e técnicas mais baratas a curto prazo tenham sido absorvidas com naturalidade, sem maiores reflexões ou controle em relação ao impacto em escala territorial ou paisagística. As imagens 220 a 225 demonstram que, em termos gerais, há um grande contraste entre os períodos construtivos seja no uso de materiais e cores (com o uso de esquadrias de metal e cores chamativas), ou mesmo na escala (algumas novas edificações se apresentam em dois andares a despeito da amplitude do terreno). Ao mesmo tempo é possível perceber que a organização das edificações varia pouco, denunciando um modo tradicional de viver. Internamente os aposentos seguem um padrão de tamanho regular aos das habitações antigas (cômodos amplos em relação aos padrões contemporâneos), ainda que os revestimentos e mobiliário sejam atualizados.

Confrontando a ampla utilização de materiais “modernos” para construção, há um contraste em relação à tecnologias e infraestruturas que poderiam portar maior qualidade de vida aos moradores, assim como evitar ou minimizar impactos visuais e estruturais extremos. Os melhores exemplos se configuram pelas sempre presentes antenas parabólicas, ou ainda por ampliações necessárias para o pleno funcionamento das habitações, que podem ser vistas nas imagens 226 a 231.



Imagem 214: Conjunto residência e apoio abandonados no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 215: Edificação desocupada no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 216: Salão de baile e casa comercial Stöpp, atualmente sem utilização. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 217: Conjunto residencial (com construção enxaimel) aparentemente abandonado. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 218: Residência aparentemente abandonada no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 219: Conjunto enxaimel em estado de arruinação no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 220: Antiga casa comercial no interior do município pintada com cores chamativas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 221: Igreja no interior do município com volume novo e cores pouco discretas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 222: Residência contemporânea no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 223: Residência no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 224: Residência reformada no interior de Agudo. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 225: Exemplo de arquitetura nova no interior do município. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 226: Residência no interior do município vista da estrada. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 227: Residência no interior com sua antena. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 228: Residência histórica ostentando mais as antenas parabólicas. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 229: Contraste entre casa de pedra, seu novo anexo e a antena. **Fonte:** Fotografia do autor (2013).



Imagem 230: Residência típica no interior com antena parabólica descaracterizando seu volume original. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).



Imagem 231: Residência em pedra grés no interior do município e o impacto causado pelo anexo descuidado e pela grande antena. **Fonte:** Fotografia do autor (2009).

7 CONCLUSÃO

But the alteration of looking, and reading, and thinking, and then looking and reading again, can yield remarkable results, if only to rise questions we had ever dreamed: that there is order in the landscape where we had seen only beldam before. That may not be the road to salvation, but it may be the road to sanity.

Pierce Lewis

7.1 RETOMANDO O PERCURSO DA TESE

O desenvolvimento desta pesquisa em busca da utilização do conceito e da aplicação da paisagem como entendimento do espaço, conforme seu objetivo principal, permite situar este tema como próprio das áreas em que esta tese se inscreve, como pode ser comprovado ao longo dos capítulos centrais.

Os primeiros capítulos identificam caminhos teóricos e práticos derivados de trabalhos anteriores que fazem uso das percepções e representações sociais para questionar as relações entre patrimônio cultural e paisagem, como previa seu primeiro objetivo específico:

O segundo capítulo desta tese apresenta como a **ideia de paisagem** se desenvolve e se consolida no ocidente, sendo resultado de uma longa trajetória que perpassa diferentes contextos geográficos e históricos – **evidenciando sua inexorável essência cultural** – até o estabelecimento de seu estatuto atual. Apresenta, neste percurso, as origens mais prováveis da paisagem enquanto relação sensível do homem com seu meio, chegando a ser assumida como questão cientificamente relevante na modernidade, o que lhe confere uma abrangência teórica que culmina, mais recentemente, em uma **revisão conceitual** própria de nosso tempo.

O terceiro capítulo, entendendo que o passo acima descrito comporta uma mudança estrutural de postura em relação ao pensamento científico, expõe o desenvolvimento da teoria da paisagem a partir de suas principais vertentes, demonstrando sua importância contemporânea. Neste contexto, justifica especialmente o **direcionamento que a tese acolhe que vincula a paisagem**

à sua construção social. Finalizando o capítulo, são apresentados os principais caminhos de aprofundamento acadêmico que a paisagem possibilita quando em relação com as áreas da arquitetura e do planejamento.

Assim, considerando as duas áreas supracitadas e o direcionamento epistemológico que conformam os parâmetros de interesse científico da tese, o quarto capítulo foca nas **relações entre paisagem e patrimônio cultural**, delineando as semelhanças e os limites teóricos que atribuem o estatuto contemporâneo ao tema no Brasil e no mundo, assim como demonstram a necessidade do aprofundamento destes debates. Neste contexto **emergem as paisagens ordinárias**, ou seja, aquelas paisagens cotidianas que em geral não recebem atenção justamente por seu caráter comum, mas que, a despeito disso, revelam uma enorme importância identitária e um potencial de qualificação espacial pouco explorado.

Desta forma, o quinto capítulo se direciona para apresentar a conjuntura das relações acima referidas a partir de seus **desdobramentos práticos**, apresentando métodos de leitura, interpretação e gestão de paisagens que contenham ou tangenciem questões relacionadas à **participação social e à preservação do patrimônio**. São analisadas experiências em diferentes contextos com especial atenção para o trabalho que se desenvolve desde o início dos anos 2000 na Catalunha, que preponderou em relação aos interesses da tese, assim como as experiências brasileiras, de onde se destaca a iniciativa do IPHAN com a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira e seus desdobramentos.

O último capítulo apresenta uma interpretação da paisagem (predeterminada empiricamente) seguindo uma abordagem alternativa àquela predominante, questionando os valores tradicionalmente em evidência e reivindicando os espaços cotidianos (paisagens ordinárias) como importantes para a arquitetura e para o planejamento, como indicam os dois objetivos específicos finais da pesquisa.

O sexto capítulo, assim, propõe uma interpretação das paisagens do município de Agudo, no Rio Grande do Sul, elaborando **relações entre parâmetros institucionais e sociais**, e valendo-se de trabalhos anteriores para apresentar uma leitura complementar que **visa novas possibilidades de entendimento** –

e ação – territorial, analisando valores e contradições inerentes ao processo de construção social que vincula identidade às paisagens.

Retomando o percurso da tese em **confrontação à sua hipótese inicial**, é possível sustentar que **a paisagem enquanto categoria de análise do espaço permite incluir as paisagens comuns – ou ordinárias – como determinantes para a conformação de identidades territoriais**, no que se relacionam diretamente com o conceito de patrimônio cultural, incitando uma readequação dos valores que guiam as práticas tradicionais da arquitetura e do planejamento em nosso país.

7.2 A PAISAGEM ENTRE O MUNDO VISÍVEL E O MUNDO SENSÍVEL

A ideia de paisagem se desenvolve e se consolida no ocidente como resultado de uma cosmovisão culturalmente determinada, que por sua natureza é sempre mutável. A noção de paisagem, desta maneira, tem sua origem na observação da natureza, nas reflexões e ações que daí deriva, portanto intrínseca às relações entre homem e entorno, sendo parte fundamental da essência humana, **ao que podemos atribuir sua constituição ontológica**, seja no plano teórico quanto no prático.

Ainda que a construção do conceito passe pelo imperativo da representação em suas diferentes formas (inicialmente pictóricas e sendo gradativamente apropriado pelas outras manifestações artísticas e alegóricas), a necessidade de conhecimento cotidiano (subsistência, abrigo, referência física ou simbólica, etc.), assim como toda gama de sentimentos atribuídos à terra (ou partes específicas visualmente reconhecíveis desta – *paisagem*), acaba conformando um aprendizado compartilhado que não apresenta inicialmente uma separação disciplinar. Isto se dará, conforme visto ainda no capítulo I, em um momento específico de desenvolvimento da humanidade, quando a paisagem passa então a figurar como questão da ciência moderna, de onde gradativamente irão derivar diferentes abordagens em diferentes áreas do conhecimento. Esta inflexão no modo em como se passa a ver e representar o mundo através da paisagem é, segundo alguns autores referenciados, determinada a partir de uma desvinculação entre homem e natureza, conformando uma etapa em que

a paisagem **recria sua composição estética**. Se sua ligação intrínseca é estética em dado momento, fala-se agora de um status estético vinculado a partir de imagens de diferentes procedências (artísticas, concretas ou simbólicas e até mentais), de onde se associa paisagem às características excepcionais.

Enquanto difunde-se como problema de cunho científico, fazendo parte ou mesmo fundando novas disciplinas, permitindo ao mesmo tempo relações cada vez mais intensas entre estas, impele uma abertura conceitual que **absorve** definitivamente a **constituição ética da paisagem**, tornando-a fundamental em diversos âmbitos que se associam ao novo momento de revisão teórica característico do pós-modernismo, especialmente naquelas de cunho prático.

7.3 A PAISAGEM ENTRE A REFLEXÃO E A AÇÃO

Considerando as principais vertentes nos estudos da paisagem – ontológica, correspondendo à relação essencial entre homem e entorno; estética, abrangendo os diferentes tipos de atribuição de valor à paisagem; e ética, entendendo o sentido, as possibilidades e os limites da ação humana sobre a paisagem – evidencia-se uma base reflexiva própria das áreas em que esta tese se inscreve.

Sendo a paisagem entendida desde suas origens como elo entre o mundo físico e o mundo sensível, é difícil estabelecer uma prática que dê conta de sua complexidade separada por disciplinas. Retomando as considerações de Besse (2006) sobre o tema, entende-se que refletir teoricamente sobre a paisagem pressupõe admitir a justaposição e a superposição descoordenada de diferentes perspectivas e discursos.

Ainda assim é possível distinguir abordagens que apresentam interesses convergentes, demonstrando que o interesse comum às disciplinas de projeto parte da ação sobre a paisagem (Besse, 2006). Sendo a ação um valor próprio da paisagem, o acúmulo das ações do homem e o potencial de ação sobre a paisagem conformam a base do interesse sobre ela. Considerando estas implicações, o **interesse histórico, assim como o interesse projetual assumem um papel de destaque para os estudos de paisagem**. Besse

(2006) avalia que há duas dimensões próprias ao ato projetual que são testemunhar, por um lado, e modificar por outro. Esta constatação justifica uma teoria que dê sustentação às ações (sejam de preservação ou intervenção sobre a paisagem, associando-a à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento do território (Aguiló, 2006).

Assim sendo, configuram-se pelo menos três grandes eixos de reflexão teórica próprios destas disciplinas que absorvem os estudos de paisagem: As relações entre intervenção e o solo (o local em seu sentido físico), as relações com o território (em seu sentido político), e as relações com o meio natural (em seu sentido ecológico).

Mais além das especificidades das disciplinas diretamente envolvidas na tese, desponta o entendimento de que, sendo a paisagem uma construção cultural, está decisivamente relacionada às sociedades que as produzem, de onde se origina a atenção contemporânea sobre a construção social da paisagem para a compreensão, a gestão, assim como para o desenvolvimento de formas mais democráticas de governo do território.

A questão paisagística é uma realidade em muitos países através de formas alternativas de gestão territorial, incidindo sobre aspectos técnicos e também administrativos, sendo mediada a partir de uma abertura pública para formulação de projetos territoriais. Tarroja (2006) sustenta que a paisagem é um conceito acessível e compreensível para a população em geral, e que por possuir um forte componente identitário coletivo e de sensibilização com as transformações espaciais, é capaz de fomentar a participação cidadã e uma cultura pelo território.

O entendimento de que a paisagem é uma construção social está associado a duas importantes questões identificadas com esta investigação: A primeira delas é de que **trabalhar com o conceito de paisagem implica admitir sua uma dimensão temporal**, o que significa que se entende em transformação contínua a partir de suas diferentes dinâmicas. Sejam elas inerentes aos processos, períodos e ciclos naturais todos, tanto de criação quanto de destruição próprios do mundo natural, e ainda aqueles sujeitos às mudanças culturais que incidem sobre o espaço. Podem apresentar-se em diferentes

escalas de transformação e amplitudes temporais, mas é justamente esta qualidade a justificativa e a maior virtude de trabalhar com o conceito.

A outra questão que acompanha a tese é de que toda paisagem é cultural, ou seja, construída, tanto naquilo que se refere às suas formas quanto às suas valorações e percepções. **A paisagem não tem valor por si só, os valores são atribuídos pelas pessoas.**

Esta conclusão é essencial porque, apresentada a posição que a investigação assume, provoca dois desdobramentos associados: um que constata que a paisagem nunca é isenta de carga simbólica, ou seja, é sempre percebida e manifestada a partir de interpretações que podem ser individuais ou coletivas. Este ponto sustenta o esforço desta investigação em relação às representações sociais da paisagem. A outra derivação, adotada uma mudança na perspectiva tradicional de tratamento da paisagem, permite que paisagens pouco valoradas ou valorizadas possam assumir importância com o passar do tempo.

Em relação ao primeiro, tem-se adotado uma perspectiva que sugere a complementaridade entre avaliações científicas (aqui denominadas institucionais) e as sociais, já que são eixos estruturais dos estudos da paisagem (POMAR, 2010). Para estas últimas são adotadas comumente as categorias de *percepção* e *representação*, buscando um entendimento da paisagem através do envolvimento direto daqueles que a habitam, integrada ao contexto administrativo do território.

A utilização destas categorias se mostra adequada para suavizar a dicotomia entre natural e cultural que permeia a discussão sobre paisagem, e fundamental na medida em que age no campo de ação política das paisagens cotidianas, onde se liga ao segundo desdobramento referido acima. As paisagens comuns (aqui designadas *ordinárias*) são as que demandam mais atenção já que são, via de regra, desatendidas ao mesmo tempo em que são as mais praticadas pela grande maioria da população mundial (LUGINBÜHL, 2008).

A permanência e a experiência em relação às paisagens atribuem sentimento de identidade em relação território vivido a partir do que é perceptível e

compartilhado por aqueles que os experimentam cotidianamente (JACKSON, 1970; 2010). Os mesmos recursos são utilizados para absorver aspirações em relação ao território, indicando feições para futuras paisagens.

7.4 A PAISAGEM ENTRE A PRESERVAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Como evidenciado (especialmente a partir do Capítulo IV), paisagem e patrimônio são conceitos que compartilham, em sua essência, a relação entre objeto e sujeito, entre a realidade material e suas representações culturais e simbólicas. O patrimônio é produzido a partir de sua capacidade de condensar emoções (PRATS, 1997), ou seja, expressar afetivamente uma relação entre ideias e valores. A relação de tensão entre razão e sentimento, entre reflexão e vivência é comum, também, à paisagem, sejam aquelas às quais se atribui valor patrimonial, ou aquelas comuns, cotidianas (MATA OLMO, 2010).

De fato, percebe-se a convergência entre o estatuto que os dois conceitos atingem na modernidade (originado em um sentimento de nostalgia ou de perda), assim como em seus desenvolvimentos teóricos e até mesmo aplicados. Este processo chega ao ponto de, na atualidade, restringir a paisagem como um tipo particular de patrimônio configurado comumente sob a denominação de “paisagem cultural” (MATA OLMO, 2010).

A analogia entre o conceito e o tratamento tradicional de patrimônio e aquilo que se reserva à paisagem, portanto, pode ser considerada equivocada em função da dimensão temporal e das dinâmicas intrínsecas à paisagem. Se a paisagem é considerada um bem patrimonial, fica subordinada à procedimentos típicos de preservação que implicam necessariamente a ideia de deter ou retomar um estado existente. Entretanto, a paisagem, como visto, tem implícita a ideia dinâmica de transformação contínua como seu mais instigante atributo (MADERUELO, 2010).

Daqui se extrai outra importante reflexão a respeito dos temas tratados na tese: Preservar uma paisagem, ainda que em casos especiais, não é uma solução razoável dentro das perspectivas aprofundadas nesta pesquisa. Isso significa que, mais que deter alterações ou restaurar características – principalmente aquelas físicas ou materiais – ainda que seja possível operativamente, uma

das maiores virtudes em assumir o conceito de paisagem reside no fato de entendê-la em uma escala espacial e administrativa ajustadas. Este entendimento possibilita um controle mais amplo (*planejamento*) sobre transformações que acontecerão, prevendo e orientando – agora sim – a preservação ou modificação de determinadas características e valores (espaciais, produtivos, simbólicos) próprios do território em questão, ao invés de isolar partes dele às quais se confere princípios de excepcionalidade (estética, usualmente).

Remetendo mais uma vez ao desenvolvimento histórico do conceito de paisagem nota-se, em relação a este ponto, uma contradição significativa na utilização contemporânea do termo composto “paisagem cultural” e seus desdobramentos mais evidentes. Os estudos que cunharam o termo na década de 1970 consideravam *todas* as paisagens como simbólicas e portadoras de expressões culturais, dedicando esforços em atender especialmente aquelas paisagens vivenciadas cotidianamente pelas pessoas. Esta avaliação da importância social na construção das paisagens, por sua vez, figura como principal responsável pelo incremento de pesquisas e atuações que utilizam a percepção e a representação (acima justificadas) como ferramenta de entendimento territorial.

Neste ponto fecha-se o ciclo central de relações que a tese discute, pois é a partir do entendimento da paisagem enquanto construção histórica e social que se lhe atribui seu estatuto patrimonial. Desta forma, assumindo os valores cotidianos atribuídos por aqueles que vivenciam a paisagem mais permanentemente, é possível repensar também o conceito e o papel que o patrimônio cultural assume – ou pode vir a assumir – em nossa sociedade.

A noção de patrimônio, assim como a de paisagem, implica processo, e como processo deve ser orientado ao futuro. Fica explícito, deste modo, que paisagem não se preserva, se planeja.

O resultado deste encadeamento teórico pode ser evidenciado por meio das iniciativas práticas que buscam abarcar a complementaridade destes conceitos, instigando também um posicionamento mais democrático em relação à fundamentação profissional e institucional relacionadas. Assim, é cada vez mais visível uma mudança de posição em relação às práticas integrando os

conceitos de paisagem e patrimônio e paisagem e gestão territorial, dando cada vez mais **ênfase à caracterização da paisagem**, onde a participação cidadã assume protagonismo, **ao invés da catalogação**, associada a ações clássicas de cunho patrimonial (MATA OLMO, 2010).

7.5 PAISAGEM: DA TEORIA À PRÁTICA

Em alguns países com grande tradição em planejamento (sobretudo europeus), o conceito de paisagem é o catalisador das ações de projeto e transformação do território em diversas escalas de administração. A maioria absoluta dos métodos de leitura e interpretação debatidos no capítulo V decorre de avanços graduais de políticas públicas que adotaram **a paisagem** (mais precisamente *unidades de paisagem*) **como base de planejamento** (físico, social e produtivo). Isso demonstra, em primeiro lugar uma tradição em lidar com o conceito e relacioná-lo ao projeto e à administração territorial. Este tempo decorrido faz com que, paulatinamente e de acordo com cada contexto, os meios e técnicas necessários para o funcionamento do sistema político-administrativo se desenvolva absorvendo cada vez mais complexidade. Seria apressado, deste modo, imaginar que se possa englobar o conceito de paisagem e atingir um estado ideal de planejamento em curto prazo no Brasil, mesmo considerando que este processo já tenha iniciado.

Tomando a Espanha exemplo, mais exatamente a região da Catalunha de onde a pesquisa concentra-se em detalhar o funcionamento dos *Catálogos de Paisagem da Catalunha*, fica claro alguns aspectos que atribuem o sucesso do empreendimento. Primeiramente e independente dos conceitos utilizados, o sistema de planejamento da Espanha configura-se a partir de mais escalas de administração territorial que o de nosso país. Isto confere uma série de vantagens se bem estabelecidos os papéis de cada uma das instâncias, que funcionam de forma menos centralizada em relação ao que sucede no Brasil.

O Brasil, por sua vez, apresenta apenas três níveis efetivos de administração: federal, estadual e municipal, sendo que somente este último tem ingerência direta sobre o território, que se restringe especialmente às suas zonas urbanas. Comparando a dimensão física dos âmbitos geridos, também é notável a diferença de aparato político administrativo necessário para o pleno

funcionamento de políticas próprias da área de planejamento. À diferença do Brasil, a Espanha (e a maioria dos países dos quais se extraem os métodos apresentados), apresenta uma dimensão territorial bem menor. Soma-se a isso o fato de que, ainda que existam grandes concentrações populacionais e áreas metropolitanas conurbadas, há maior quantidade de pequenas e médias cidades, o que faz com que as densidades populacionais sejam mais distribuídas em relação ao desequilíbrio característico no Brasil, onde a grande maioria da população se concentra em cidades densas e áreas metropolitanas, resultando enormes áreas praticamente despovoadas.

Esta questão tangencia o emprego do conceito de paisagem, e diz respeito ao próprio **conceito de planejamento utilizado** por cada um dos países em análise: Enquanto na Espanha o planejamento é referenciado como “territorial”, por incluir tanto áreas urbanizadas quanto áreas rurais, no Brasil adota-se o planejamento “Urbano e Regional”, marcado na prática por uma ênfase clara nas zonas urbanas, e nas regiões metropolitanas, ou seja, zonas urbanas que transcendem os limites administrativos de um único município. A denominada Zona Rural, neste contexto, resta coordenada pela respectiva esfera estadual e federal, demonstrando uma desconexão criticável desde a perspectiva de integração institucional.

Na Espanha (e outros países estudados a partir dos métodos analisados), por outro lado, ainda que os municípios detenham a ingerência sobre seus limites legais da mesma forma como no Brasil, a existência de **escalas intermediárias de planejamento** coordenadas resulta em maior unidade ao mesmo tempo em que possibilitam arranjos político-administrativos em prol do território. Ainda que haja iniciativas consolidadas no Brasil como os COREDES, ou os Comitês de Bacias Hidrográficas, por exemplo, estas não têm ingerência legal direta sobre o território, que recai somente sobre o município. Ainda que, ao fim e ao cabo, sejam os municípios que apliquem as políticas e ações em prol da paisagem nos casos dos países estudados, há uma contradição relevante, já que a distribuição da arrecadação é inversa para os níveis político-administrativos. Em países como a Holanda, por exemplo, é o município que assume a maior parte das responsabilidades, mas também recebe a maior fatia relativa aos impostos recolhidos. A realidade brasileira segue extremamente

centralizada neste aspecto também, resultando em um sério problema de prioridades de gestão. Grande parte das prefeituras de pequenas (e mesmo médias) cidades não contam com profissionais e técnicos especializados para questões de planejamento territorial em suas equipes (quanto menos para questões paisagísticas). O município de Agudo, protagonista da análise final desta tese, por exemplo, não conta com nenhum arquiteto no quadro permanente da administração municipal neste momento.

Não obstante, a experiência de aplicação dos Catálogos de Paisagem da Catalunha aponta que agrupamentos intermunicipais funcionam bem e permitem uma grande flexibilidade para tratar a paisagem em termos escalares, potencializando políticas compartilhadas com vantagens de gestão. É comum, por exemplo, que os próprios municípios em consórcio procurem instâncias superiores que detenham competência para orientar e estabelecer políticas a partir da paisagem. Este tipo de associação em função de políticas de gestão da paisagem é comum a todos os métodos aqui estudados, e torna-se uma possibilidade a ter em conta para o município de Agudo analisado no último capítulo desta tese, que participa já de Consórcio²⁰⁵ politicamente ativo.

No entanto há que se considerar toda estrutura que possibilita estes arranjos. Inicialmente deve-se ter em conta que há **um marco jurídico-institucional bem configurado para o tratamento da paisagem** nestes países. Voltando ao caso específico da Espanha, este marco se dá, inclusive em nível supranacional, sendo ela signatária do Convênio Europeu da Paisagem referenciado no capítulo V. Isto significa que há uma obrigatoriedade em nível nacional para abordar o tema, que considere diretrizes estabelecidas para os países participantes. Sendo assim, estes parâmetros são incorporados através de lei federal específica que direciona aos diferentes âmbitos de planejamento papéis predeterminados, mas ainda em um formato flexível para que possam ser adotados conforme contextos específicos, até serem finalmente englobados pelos municípios que os aplicam através de planos e leis próprias mais específicas – que corresponderiam aos nossos atuais Planos Diretores.

²⁰⁵ Reiterando as indicações iniciais, Agudo é um município integrante do CONDESUS, (*Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia*), rede de municípios da região central do estado distinguidos como região característica pela presença imigrante, sobretudo italiana e alemã.

Estando bem estabelecida a hierarquia de atuação de cada âmbito e as possibilidades de compartilhamento de políticas direcionadas à paisagem, abrem-se possibilidades de integração com as mais diversas políticas que se relacionam ao conceito, estabelecendo uma rede (turismo, educação, meio-ambiente, desenvolvimento local, etc.) de ações, projetos, aplicações e financiamentos em diferentes níveis administrativos e escalas territoriais.

Há que se considerar também, conforme já sugerido, o **preparo das instituições públicas para lidar com o tema**. No caso da Catalunha foi criado um instrumento específico para desenvolver, orientar e aplicar estudos sobre a paisagem. O *Observatório da Paisagem da Catalunha* consiste em um Centro de Pesquisas e um órgão especial de Planejamento ao mesmo tempo, e é responsável por desenvolver, aplicar e orientar estudos e planos paisagísticos e territoriais. Foi sob a coordenação deste Observatório que os sete Catálogos de Paisagem da Catalunha foram elaborados (um para cada âmbito de planejamento), abarcando todo o território catalão e identificando 135 unidades de paisagem. Apesar de contar com uma estrutura muito bem montada e profissionais de referência nas principais áreas relacionadas à paisagem, todo o trabalho é desenvolvido em parcerias com outras instituições públicas e privadas, além de todo o esforço para envolver a população atingida por diversos meios. Isto demonstra um preparo institucional que ainda não é realidade em nosso país. Para se medir melhor o que se quer deixar enfatizar, as bases cartográficas digitais da Catalunha se apresentam numa escala de 1/1000, ou seja, com um grau de detalhe cinquenta vezes maior que os mapas mais detalhados utilizados (disponíveis) para esta tese.

Outro fator essencial na discussão é o **preparo formativo**. No caso da Catalunha, por exemplo, *todas* as universidades da Catalunha participam da elaboração dos Catálogos, ainda que com diferentes graus de influência. O conceito e os métodos de projeção e planejamento de paisagem – com tudo o que isto significa – são naturalmente englobados nos cursos de arquitetura e afins, expandindo o horizonte técnico para um nível de apropriação popular. Isto também configura uma séria diferença em relação à realidade brasileira, onde praticamente não existe uma formação específica no tema. O currículo normal das universidades estabelece um modelo de estudo do *Paisagismo*

(que nem bem é a mesma coisa) direcionado ao projeto de grandes parques públicos, e, ainda assim, estas disciplinas aparecem geralmente de forma secundária.

Mesmo com o incremento significativo da quantidade e diversidade de estudos paisagísticos derivados de cursos de pós-graduação das instituições de ensino brasileiras, há um longo caminho a percorrer, já que em termos práticos os avanços na área são em menor número e a passos lentos. Consequentemente todo este cabedal não chega, ou tarda a ser incorporado às instituições competentes. Permanecendo restrita às universidades, a produção de conhecimento sobre os temas relacionados interfere decisivamente em outro ponto chave para o pleno desenvolvimento dos conceitos aqui trabalhados: a efetiva participação cidadã.

Não chegando a ser recorrentes a ponto de serem apropriados, as ponderações e avanços a respeito da paisagem (assim como sua possível influência benéfica para o planejamento) permanecem ignorados ou em um nível demasiadamente superficial para envolver a sociedade de fato, mesmo que os canais técnicos para essa assimilação fossem ideais. Por outro lado, não sendo estes canais técnicos ideais, configura-se uma relação de submissão ou dependência com as instituições que tratam do assunto.

É possível refletir sobre uma integração entre os conceitos trabalhados pela tese e as iniciativas nacionais avaliadas: O *ZEE* demonstra uma proximidade teórica mais que operativa em relação à paisagem. Poderia convenientemente configurar a base mais ampla em termos jurídico-institucionais de onde o tratamento da paisagem fosse incorporado legalmente, obrigando outras instâncias administrativas (Estados e municípios) a considerá-la a partir das diretrizes gerais estabelecidas no Zoneamento. Se por um lado a aproximação conceitual em relação à unidades básicas de planejamento contemplam todo o território a partir de suas diferentes características – como as unidades de paisagem –, por outro prima por uma abordagem com ênfase numa perspectiva física sobre o território identificando (e direcionando) características produtivas já configuradas. Toda a questão representacional, sentimental e simbólica, assim como das sociedades de onde provêm tais valores restam desatendidas.

Em uma escala mais próxima, o mapeamento de *Unidades de Paisagem Natural* adotado pela FEPAM também representa um avanço em relação ao tema, ainda que manifeste uma abordagem próxima à do ZEE em termos de perspectiva ambiental e produtiva, também deixando em segundo plano a questão social. Seria necessário repensar inicialmente as delimitações a partir de uma aproximação histórica que determina a ocupação e desenvolvimento físico e econômico das *unidades naturais*, o que provavelmente geraria novas subdivisões. Estas, por sua vez, possivelmente seriam modificadas a partir da discussão e assimilação de valores ignorados até então, e que interferem decisivamente em termos de projeto e planejamento do espaço e do território.

Paralelamente a isso, um importante passo na direção de uma política de paisagem a partir de uma abordagem patrimonial foi tomado pelo IPHAN com a Chancela da Paisagem. Busca uma integração territorial com perspectiva histórica, tentando envolver diversos atores em nível local e abrindo espaço para um debate mais próximo com a sociedade. Apresenta ainda a virtude de buscar uma amarração política administrativa nos três níveis de planejamento por meio do citado *pacto*. Apesar dos avanços de tal iniciativa, as experiências em andamento infelizmente não apresentaram resultados consideráveis em relação aos objetivos iniciais do instituto, estando, neste momento, suspensas. O que induz a refletir sobre as causas e imaginar rearranjos para que a iniciativa seja aprimorada.

Neste sentido, é aparente a falta de coordenação entre as instituições que têm a responsabilidade de salvaguarda do patrimônio e aquelas que planejam e administram o território, em cujas prioridades não figura – com raríssimas exceções – preservação cultural. Esta falta de coordenação reflete um lapso conceitual entre os temas que a tese abordou: **o patrimônio não é considerado integradamente ao planejamento, sendo tratado de forma ainda apartada**, ou seja, desconectado com funções e formas produtivas, sociais e de qualidade espacial do território. Ainda que diversas disciplinas e instituições (específicas ou não) componham vínculos com a administração territorial (preservação do patrimônio, turismo, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico), na prática não sustenta a mesma ligação.

Igualmente **subestimada** se apresenta **a conexão entre patrimônio e paisagem** praticada pelo instituto até o momento. Neste contexto cabe notar que as ações propostas estão direcionadas a partes excepcionais de determinado território, e referem-se a um conjunto de características que se deseja que sejam *preservadas* dentro de uma área delimitada espacialmente, ou seja, um perímetro declaradamente delimitado. Sem deixar de ressaltar a finalidade e as virtudes da iniciativa, chama atenção que se trata de uma seleção pontual – por maior que seja a área delimitada – por sobre o restante do território, o que poderia levar à reflexão de que este último não possui valores que mereçam atenção. A explicação elementar para tal escolha reside em que as outras áreas e bens de interesse cultural não estariam ameaçados, aspecto associado ao foco e competência próprios do órgão responsável, voltado à preservação do patrimônio cultural de interesse “nacional”. Ainda assim, estas justificativas podem ser discutidas a partir de diferentes aspectos que a tese abordou em sua sequência.

Desta maneira avalia-se que, a partir da perspectiva delineada na composição dos conceitos em questão, que apontam para um entendimento cada vez mais aberto, é possível que se esteja incorrendo em um tipo de individuação igualmente “isolada” em termos práticos, ainda que surja do enlace de ambos (Paisagem + Cultural): por um lado contrastando com o pretendido alcance conceitual tanto de patrimônio, processo já revisado pela própria história da construção do conceito; por outro restringindo também o conceito de paisagem, onde a chave interpretativa está na interação de fatores de natureza distinta, espacial e temporalmente. Deste modo, proteger, preservar ou fazer incidir um tratamento diferenciado do ponto de vista de uso ou ocupação de uma paisagem (ou seja, uma *parte do território*), pode ser comparado com proteger um imóvel sem considerar os imóveis limítrofes, ou um conjunto histórico sem seu contexto paisagístico.

Isto não significa que ações de proteção e ou planejamento são inválidas se não abarcarem *todo* o território, mas que um reposicionamento conceitual seguido de ajustes no compartilhamento e aplicação de competências confere uma diferença determinante para o sucesso de tais ações ou planos atrelados ao território. Mais ainda se englobarem uma participação efetiva da população

envolvida – que pode se dar a partir dos diferentes graus de representação que compõem as paisagens. Esta, por sua vez, devidamente incorporada aos métodos de entendimento territorial, age como facilitadora em questões relacionadas à gestão, já que dela resulta percepções e aspirações da população diretamente envolvida que, ao fim e ao cabo, são aqueles que vivenciam e detêm o maior poder de transformação em relação a uma escala de tempo sobre o território envolvido.

Esta consideração culmina com outra questão central à tese, que evidencia que os **espaços cotidianos são dotados de valores (paisagens) determinantes para o modo de vida das pessoas e da sociedade em geral**, sejam eles materiais ou simbólicos. As *paisagens ordinárias*, assim, demandam muita atenção desde o ponto de vista disciplinar (também), pois de forma geral são ignoradas em processos de planejamento (ou mesmo de projeção) que decorrem de forma isolada a partir de abordagens técnicas isoladas.

Em outro extremo, há valores que tampouco são considerados pela população em geral, dada a introjeção de modelos espaciais, paisagísticos, etc. Ainda que esta tese tenha sugerido e tocado esta questão, mereceria uma dedicação específica, incrementando por sua parte o cabedal técnico para evidenciar tais valores na prática, que muitas vezes se contrapõem às aspirações sociais, mas que distinguem a competência profissional.

7.6 AGUDO A PARTIR DE SUAS PAISAGENS E AS PAISAGENS A PARTIR DE AGUDO

Em novembro passado (2016) o IPHAN e a Agência Holandesa de Patrimônio Cultural (*Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed-RCE*) realizaram uma oficina conjunta para tratar de questões relacionadas à gestão da paisagem. O estado de Santa Catarina foi escolhido para sediar os debates que se desenvolveram a partir das primeiras experiências brasileiras na área, acontecendo na capital e nos sítios chancelados de Jaraguá do Sul e Pomerode, tendo sido o autor desta tese convidado como pesquisador da área. Ainda que os resultados da oficina não tenham sido publicados oficialmente, pode-se afirmar que os principais temas debatidos, assim como as principais conclusões desta pesquisa coincidem como os que aparecem no exercício da preservação e da

gestão de paisagens. A começar pela necessidade de envolvimento efetivo da população diretamente atingida por políticas de proteção da paisagem e/ou gestão territorial.

Refletindo sobre o modelo empreendido pelo IPHAN com a Chancela da Paisagem, que é o que mais se aproxima no Brasil com o que esta pesquisa procurou sustentar, nota-se uma lacuna em relação à concepção do “pacto”. A efetividade administrativa, legal e operativa da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira passa pelo questionamento dos acordos políticos entre as instâncias administrativas envolvidas que desejam mas prescindem da participação cidadã para que seja considerado válido, ou seja: o pacto prevê a possibilidade ao invés da necessidade de participação. Em meio ao conturbado cenário de preservação cultural e de planejamento em nosso país, carente de recursos pessoais e financeiros, bem como de tempo (viabilidade das políticas em relação aos mandatos, já que não se trata a questão como política de Estado e sim de Governo), a questão da incorporação da participação cidadã nos processos de planejamento acaba como um luxo praticamente dispensável para que se possa chegar a algum resultado prático. Ainda mais se considerando a falta de comprometimento com a questão do bem público e da cidadania por parte da população em geral.

O mesmo vale para a utilização ideal do conceito *paisagem*, maiormente associado à quesitos meramente estéticos. Chega-se a conclusão de que, sem um marco jurídico-administrativo que obrigue considerar a *paisagem* nos processos de planejamento, dificilmente esta relação poderá se efetivar. Mesmo outras iniciativas em escala nacional que se aproximam do conceito não dão conta de resolver a lacuna de integração entre níveis administrativos e população, retardando em muito o desenvolvimento das possibilidades que o emprego do conceito carrega. O exemplo europeu é muito marcante neste quesito: A União Europeia propôs uma Convenção, indicando aos países que utilizem a paisagem como elemento de entendimento territorial em suas diferentes perspectivas. A partir disto, os países que concordam adotam diretrizes de como proceder em escala federal, distribuindo competências a partir de escalas de administração e/ou planejamento. Finalmente os municípios, seguindo diretrizes gerais claras e dotados de orientação

específica, incorporam planos, projetos e políticas territoriais de acordo com os contextos locais (analogamente aos Planos Diretores Municipais no Brasil). Como alternativa para estas questões pode-se fazer uso do Estatuto da Cidade²⁰⁶, que já considera a necessidade de participação (ainda que esteja distante do ideal, na prática). Porém, deve-se ressaltar que não há, desde a perspectiva popular, uma preocupação prévia em definir o que se entende por paisagem. Como se vê a partir de Agudo, as referências não são diretas na maioria das vezes.

Desde as perspectivas institucionais o que se nota é que não há uma coincidência conceitual que trate da paisagem, chegando ao ponto de ocasionar contradições tanto teóricas quanto práticas. Da mesma forma, mesmo considerando os diferentes focos institucionais (paisagem/patrimônio, paisagem/ambiente, etc.), o conceito aparece condicionado por uma série de relações teóricas nem sempre consoantes, dificultando a postura técnica em relação à abordagem do tema.

De um modo ou outro, dados os parâmetros tradicionais de excepcionalidade utilizados até o momento para determinar um tipo especial de regulação sobre o território, ou mesmo sobre um conjunto de bens passíveis de proteção por parte do Estado, seria difícil justificar uma ação neste sentido no caso estudado.

De fato, isto significa que as referências feitas nesta tese ao município de Agudo concordam com sua delimitação territorial formal (administrativa), mas considerando que suas representações e percepções comumente transcendem tal delimitação em termos paisagísticos, como avaliado a partir das entrevistas. Os métodos estudados já haviam indicado que as paisagens não obedecem necessariamente limites políticos (nem naturalmente, nem culturalmente). Isto sugere que normalmente há uma tensão entre as *posições* – aqui entendidas como tipos de *representações* – institucionais e sociais em relação à paisagem.

Ainda assim, a partir do estudo das representações ficam evidentes muitos pontos coincidentes entre as posições institucionais e sociais, o que demonstra

²⁰⁶ Lei Federal 10257/2001 Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Em linha.

uma série de possíveis relações, que podem e devem ser mais bem exploradas em outras pesquisas. De uma forma geral, pode-se presumir que o tema paisagem se apresenta de forma facilmente apreensível, ainda que não necessariamente definido, interagindo cotidianamente a partir de elementos materiais e simbólicos como a montanha, o rio, a avenida principal, o edifício mais alto, etc. Assim, estes aspectos representados com ênfase devem receber uma atenção redobrada, já que se apresentam a partir de uma hierarquia de valores nem sempre tecnicamente razoáveis. Se por um lado a necessidade de expandir o olhar sobre o horizonte ou até o fundo verde dos morros é fundamental para a população de Agudo, por outro pode-se discutir sobre os custos sociais e ambientais de uma cidade espraiada, por exemplo.

7.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre os temas que geram esta tese foram debatidos a partir de diferentes perspectivas que transcendem questões de escala. De forma prática, trabalhar com a paisagem exige um contexto institucional (formativo), político (administrativo e jurídico) e até mesmo social (participação cidadã) complexo que recém começa-se a abordar. Em termos conceituais (e essa é uma das pretensões que este trabalho pretendeu explorar), a amplitude do tema *paisagem* possibilita novas interpretações sobre matérias consolidadas, como por exemplo, as relações entre patrimônio e planejamento. Naturalmente, não esgota o assunto.

O *Mapeamento Arquitetônico Paisagístico de Agudo* desenvolvido para esta pesquisa promoveu um avanço nas relações entre bens arquitetônicos e paisagem desde um nível técnico, sendo uma ferramenta de fácil acesso para instituições que pensem em promover ações semelhantes. Por outro lado, um inventário – qualquer inventário – por mais completo que seja, não dá conta sozinho de abarcar todos os valores contidos no território. Neste sentido, há que se chamar atenção – mais uma vez – aqueles aspectos espaciais e simbólicos cotidianos que dizem muito sobre as paisagens e a sociedade que as conformam.

Para tanto, incorporar e promover avanços nos métodos de participação social, seja por meio do estudo de representações ou qualquer outros, se faz fundamental como base para o entendimento e planejamento territorial. Os significados e as relações subjacentes podem ser mais bem entendidos a partir da confrontação com outras camadas de representações de tipo social.

Neste contexto salta aos olhos, a partir do estudo em Agudo, a quase total invisibilidade de outras etnias que compõem as paisagens. Ainda que se entenda a importância, a predominância e o condicionamento cultural decorrente da imigração alemã (assim como da italiana no restante do território tangenciado), não se pode desconsiderar todas as influências que participam e vivenciam este território há gerações.

Outro aspecto fundamental, que já aparece com certa ênfase em estudos sobre paisagem em diversas disciplinas é a questão cartográfica, ou seja, como representar valores, hierarquias, sentimentos, etc., que não são espacializados cartesianamente pelos tradicionais mapas. Essa necessidade de cartografias alternativas fica patente a partir de um simples mapa como o apresentado nesta pesquisa em relação ao percebido em Agudo (p.284), e vem ao encontro da emergência de novos posicionamentos profissionais para o planejamento e a gestão territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Darío Gazapo de; LAPAYESE, Concha (Dir.) – Colección de Textos Académicos ETSAM-UPM. **La construcción del paisaje... I.** Curso de doctorado 2009. Programa de Doctorado “Teoría y Práctica del Proyecto”; Departamento de Proyectos Arquitectónicos (DPA); Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (ETSAM). 2009.

AGUILÓ, Miguel; GOROSTIZAGA, Ramón de La Mata (Orgs.). **Paisajes culturales.** Ronda, 7 al 12 de julio de 2003. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, 2005. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=7587>. Acesso março de 2015.

AGUILÓ, Miguel. **El paisaje desde la acción.** In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y pensamiento.* Madrid: Abada Editores, 2006b. [209-233].

AGUILÓ, Miguel. **Naturaleza, paisaje y lugar.** In: Miguel AGUILÓ, M. y MATA, Ramón de la. **Paisaje culturales.** Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos: Madrid, 2005.

APPLEYARD, Donald, LYNCH, Kevin and MYER, John R., **The View from the Road,** MIT Press, Cambridge, MA, 1964.

ASSUNTO, Rosario. **Paisagem-Ambiente-Território.** In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia.* Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [126-130].

ASSUNTO, Rosario. **A paisagem e a estética.** In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia.* Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [341-376].

BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio-grandense. O Rio Grande Antigo.** 2o. Volume. Editorial Regional LTDA: Canoas, R.G.S., Brazil, 1956.

BENEDITO E OHI, Mouzar. **Paca, Tatu, Cutia! Glossário Ilustrado de Tupi.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

BERTONCELLO, Rodolfo; CASTRO, Hortensia; Zusman, Perla. **Turismo y patrimonio: una relación puesta en cuestión.** In: BERTONCELLO, R. e FANI CARLOS, Ana (Coord.), *Procesos territoriales en Argentina y Brasil,* Buenos Aires: Instituto de Geografía, 2003. [p. 277-291].

BERQUE, A. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Probemática para uma Geografia Cultural.** In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BERQUE, Augustin. **En el origen del paisaje.** Revista de Occidente, Madri, n. 189, p.7-21, fev. 1997. Mensal. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=22143>>. Acesso em julho de 2013.

BERQUE, Augustin. **El pensamiento paisajero**. Ed. Javier Maderuelo. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

BERQUE, Augustín, **O pensamento paisageiro – uma aproximação mesológica**. Em: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BERQUE, A. **Cosmofanía y paisaje moderno**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Pensamiento*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2006; [187-208].

BERQUE, A. **La mouvance**. École d'Architecture de La Villette: Paris, 1999.

BERQUE, A. **Médiance. De milieux en paysages**. Belin, RECLUS: Paris, 1990/ 2000;

BERQUE, A. **A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [187-199].

Besse, Jean-Marc. Conferência *II Seminario Internacional Teoría y Paisaje: Paisaje y emoción – El resurgir de las geografías emocionales*. Universidad Pompeu de Fabra: Barcelona, Espanha, março de 2014 [não publicado].

BESSE, Jean-Marc. **La sombra de las cosas**. Ed. Federico López-Silvestre. Tradução de Marga Neira. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2010.

BESSE, Jean-Marc. **Las cinco puertas del paisaje. Un ensayo de una cartografía de las problemáticas paisajeras contemporáneas**. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y pensamiento*. Madrid: Abada Editores, 2006b. [145-171].

BEVILACQUA, Décio [et. al.], 2009). **Plano Ambiental da Quarta Colônia**. Santa Maria: UFSM, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Em linha.

BRASIL. Lei nº 3.924/1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Em linha.

BRASIL. Lei nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Em linha.

BRASIL. Lei nº 7.661/88. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm. Em linha.

BRASIL. [Decreto nº 4.297/2001](#), que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE) e dá outras providências;

BRASIL. [Decreto s/nº de 28 de dezembro de 2001](#). Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE-Brasil, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/dnn9465.htm. Em linha.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551/2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Em linha.

BRASIL. Lei nº 10257/2001. (Estatuto da Cidade). Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Em linha.

BRASIL. Decreto nº 4.297/2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm. Em linha.

[Decreto nº 5.300/2004](#), Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5300.htm. Em linha.

BRASIL. [Lei Complementar nº 140/2011](#), Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do **caput** e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm. Em linha.

BRASIL. [Lei nº 12.651/ 2012](#). Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Em linha.

BURNS, C. J.; KAHN, A. **Why Site Matters**. In: BURNS, C. J.; KAHN, A. (orgs.). *Site matters. Design concepts, histories and strategies*. New York: Routledge, 2005. [páginas].

CAUQUELIN, Anne. **Paisaje y ciberespacio: una visión perspectiva**. In: MADERUELO, Javier. *Paisaje y pensamiento*. Madrid: Abada, 2006. [173-186].

Carta de Atenas (1931). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acessado em abril de 2013.

Carta de Veneza (1964). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acessado em abril de 2013.

Carta de Burra (1980). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acessado em abril de 2013.

Carta del Paisaje Mediterráneo (Carta de Sevilla). Disponível em: <http://www.documentacionpaisaje.org/en/node/556>. Acesso em junho de 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo. Notas de aula da disciplina “**Urbanismo e Paisagem Cultural**”, Tópico Especial PROPUR – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFRGS: Porto Alegre, 2011. [Não publicado].

CHAGAS, Mário. **O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual**. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHOAY, François. **O Patrimônio em Questão: Antologia para um combate**. [tradução João Gabriel Alves Domingos]. Fino Traço Editora: Belo Horizonte. 2011.

CLARK, Kate; DRURY, Paul. **Du monument au citoyen: les fonctions du patrimoine culturel dans une Europe en évolution**. [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Publications/ECC-PAT\(2001\)161_FR.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Publications/ECC-PAT(2001)161_FR.pdf). Acesso em fevereiro de 2014.

CLEMENTI, Alberto (Org.). **Interpretazioni di Paesaggio. Convenzione Europea e innovazioni di metodo**. Meltemi Editore srf: Roma. 2004.

COLAFRANCESCHI, Daniela. **Landscape + 100 palabras para habitarlo**. Land &Scape Series. Editora Gustavo Gili, SL. Barcelona, 2007.

CONSEJO DE EUROPA. Recomendación R(95)9. Relativa a la conservación de los sitios culturales integrada en las políticas del paisaje. Disponível em: [http://www.iaph.es/paisajecultural/storie_doc/RECOMENDACION_\(95\)_9.pdf](http://www.iaph.es/paisajecultural/storie_doc/RECOMENDACION_(95)_9.pdf). Acesso em junho de 2013.

CONSEJO DE EUROPA. Comité de Desarrollo Territorial. ETE. Estrategia Territorial Europea. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/sum_es.pdf. Acessado em junho de 2013.

CONSEJO DE EUROPA. Convenio Europeu del Paisaje (CEP). 2008. Disponível em: http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/patrimonio/Convenio_europeo_paisaje.pdf. Acessado em junho de 2013.

Conséil de l'Europe. **Fonctions du patrimoine culturel dans une Europe em changement**. Estrasburgo, 2002. Disponível em: [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Recourses/Publications/ECC-PAT\(2001\)161_FR.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Recourses/Publications/ECC-PAT(2001)161_FR.pdf). Acesso em fevereiro de 2014.

CONSEMA. Resolução nº 187/2000. Aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp. Em linha.

CONSEMA. Resolução nº 227/2009. Aprova alterações do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul de que trata a Resolução CONSEMA nº 187, de 09 de abril de 2008 e dá outras providências. Disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp. Em linha.

CORNER, James (Ed.). **Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture**. Princeton Architectural Press. 1999.

CORAJOURD, Michel. **A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [215-227].

COSGROVE, Denis. **A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas**. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 1998. [Traduzido de *Geography is Everywhere: Culture and symbolism in human landscapes*. Publicado em *Horizons in Human Geography*, organizado por D. Gregory e R. Walford, Londres, Macmillan, 1989, p. 118-135, traduzido por Olívia Lima da Silva].

COSGROVE, Denis. **Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, nº. 34, 2002; [p.63-89].

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983. [Título original: Townscape. Reinhold Pub. Corp., 1961].

D'ANGELO, P. **Estetica della Natura: Bellezza Naturale, Paesaggio, Arte Ambientale**. Press: Università di Messina, 1999.

D'ANGELO, Paolo. **Os limites das teorias actuais da paisagem como identidade estética dos lugares**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [420-440].

DEPAM. Relatório de atividades 2º semestre/ 2006. Brasília: Datil., 2006.

DEPAM. Relatório de uma gestão 2006-2010. Brasília: Datil., 2011.

DEWARRAT, Jean-Pierre; QUICEROT, Richard; WEIL, Marcos; WOEFRAY, Bernard. **Paysages ordinaires. De la protection au project**. Sprimont, Liège, Pierre Mardaga, 2003.

DIETRICH, Lisa. **Pensar el sitio. Arquitectura del paisaje como vector para el desarrollo urbano orientado al patrimonio en los actuales proyectos europeos de transformación de puertos**. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada Editores, 2010. [161-198].

DRIPPS, Robin. **Groundwork**. In: BURNS, C. J.; KAHN, A. (orgs.). *Site matters. Design concepts, histories and strategies*. New York: Routledge, 2005. [páginas].

ECHÁNIZ, Ignacio Español. **El paisaje como percepción de las dinámicas y ritmos del territorio**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Territorio*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008. [203-226].

FEPAM. Portaria nº 068/2006. Revoga a Portaria nº 22/2005 e dispõe sobre os procedimentos específicos para o licenciamento da atividade de silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.tecniflora.com.br/Portaria068-2006.pdf>. Em linha.

FEPAM. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. V. I: Estrutura, Metodologia e Bases Técnicas. Porto Alegre, 2007.

FEPAM. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. V. II: Restrições e Potencialidades. Porto Alegre, 2007.

FEPAM. Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura. V. III: Estudos de Flora e Fauna. Porto Alegre, 2007.

FIGUEIREDO, Vanessa; SCHLEE, Andrey R. **Paisagens Culturais: Por um olhar dialogado**. Revista Identidades – território, Projeto, Patrimônio. Laboratório Internacional de Paisagens Culturais: Barcelona, 2015. [23-26].

FOWLER, P.J. **World Heritage Papers 6. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002**. Paris: UNESCO, 2003. p 19.

GENERALITAT DE CATALUNYA. Departament de Política Territorial i Obres Públiques. **La Política de Paisatge a Catalunya – Guia d'integració paisatgística**. Barcelona, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e MinC: IPHAN, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **O Patrimônio Como Categoria de Pensamento**. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. [108-123].

GOULA, Maria. **Los otros paisajes, lecturas de la imagen variable**. Tese doutoral; Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona (ETSAB), Departamento de Urbanismo e Ordenação do Território (DUOT), Universidade Politécnic da Catalunha, 2006.

GRENVILLE, Jane (Ed.). **Managing the Historic Rural Landscape**. Routledge. 1999.

GROTH, Paul; BRESSI, Todd (eds.). **Understanding Ordinary Landscapes**. Yale University Press, 1997.

HIGUCHI, Tadahiko. **The Visual and Spatial Structure of Landscape**. MIT Press: London, 1989. [Translated by Charles S. Terry].

HOLDEN, Robert; LIVERSEDGE, Jamie. **An Introduction to Landscape Architecture**. 1ª edição espanhola. Art Blume, S.L.: Barcelona, 2014.

JACKSON, John Brinkerhoff. **Descubriendo el paisaje autóctono**. Edição: Joan Nogué. Tradução: Maysi Veuthey. Título original: *Discovering the Vernacular Landscape, 1984*. Paisaje y Teoría. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2010.

JACKSON, John Brinkerhoff. **How to study Landscape**. In: ZUBE, Ervin H. (Org.). *Landscapes – Selected writings of J.B. Jackson*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1970.

IPHAN. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília: Datil., 2006.

IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

KOHLSDORF, M. E. **Planejamento Urbano no Brasil: Um esboço Histórico – do Estado Novo ao estado de exceção**. Brasília, FAU UNB, 1976. Revisado em 2002 por Nara Kohlsdorf. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/56155012/Planurbbrasil-Maria-Elaine-Kohlsdorf>.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política. El derecho a la ciudad, II**. Ediciones Península: Barcelona, 1976.

LEWIS, Pierce F. **Axioms for Reading the Landscape. Some Guides to the American Scene** In: MEINIG, Donald W. (Ed.). *The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*. Oxford University Press: New York, 1979. [páginas].

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981. [Título original: Good City Form, MIT Press, Cambridge MA and London 1981].

LONDRES FONSECA, Maria Cecília. **O Patrimônio em Processo. Trajetória da Política de Preservação no Brasil**. Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

LÓPEZ SILVESTRE, Federico. **Pensar la historia del paisaje**. In: MADERUELO, Javier (Org.) *Paisaje e Historia*. Madrid: Abada Editores, 2009. [9-52].

LÓPEZ SILVESTRE, Federico. **¿Para qué sirve la teoría del paisaje?** Paisaj-e: Boletín Trimestral del observatorio del paisaje – 31. Olot, Out-Dez. 2011. Disponível em:

<http://catpaisatge.net/esp/butlleti/but_observador.php?idReg=532&num=31&ed=Octubre_Diciembre_11>. Acesso em: março de 2012.

LOWENTHAL, David. **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LUGINBÜHL, Yves. **Las representaciones sociales del paisaje y sus evoluciones**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Territorio*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008. [143-180].

LUNGBÜHL, Yves. **Indicadors socials del paisatge**. In: NOGUÉ, Joan et al. *Indicadors de paisatge. Reptes i perspectives*. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009. p. 48-76.

MADERUELO, Javier. **Hacia una visión cultural del paisaje**. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada Editores, 2010. p.331-348.

MADERUELO, Javier. **El paisaje: génesis de un concepto**. 2ª ed. Madrid: Abada Editores, 2006a, 2ª ed.

MADERUELO, Javier (dir.). **Paisaje y Arte**. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2007.

- MADERUELO, Javier (Org.). **Paisaje y Pensamiento**. Madrid: Abada Editores, 2006b.
- MADERUELO, Javier. **La Actualidad del Paisaje**. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y Pensamiento*. Madrid: Abada Editores, 2006b. [235-252].
- MARCHÁN FIZ, Simón. **La experiencia estética de la naturaleza y la construcción del paisaje**. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y Pensamiento*. Madrid: Abada Editores, 2006. p.11-54.
- MADERUELO, Javier (Org.). **Paisaje y Patrimonio**. Madrid: Abada Editores, 2010.
- MADERUELO, Javier (dir.). **Paisaje y Territorio**. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008.
- MARINO, Davide; CAVALLO, Aurora. **Iniziativa e Progetti in Favore del Paesaggio**. Dipartimento di Bioscienze e Territorio, Direzione Generale di Ordinazione Territoriale e Sviluppo Urbano. Roma: 2012.
- MARTÍNEZ-NOVILLO, Álvaro. **El paisaje construido. Una aproximación a la idea de lugar**. Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos: Madrid, 1999.
- MARTÍNEZ-NOVILLO, Álvaro. **El paisaje cultural y la historia**. In Miguel AGUILÓ y Ramón DE LA MATA, Paisaje culturales, Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Madrid, 2005, p. 34.
- MARTINS, Marina Cañas. **Paisagem em Circulação: O Imaginário e o Patrimônio Paisagístico de São Francisco do Sul em Cartões-Postais (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado: PROPUR/ UFRGS, 2008.
- MARTÍNEZ DE PISÓN, Eduardo. **Miradas sobre el paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, S.L., 2009.
- MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Àlex (Coordinadores). **El Paisaje y la gestión del territorio. Criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo**. Diputació Barcelona; Barcelona, 2006.
- MATA OLMO, Rafael. **La dimensión patrimonial del paisaje, una mirada desde los espacios rurales**. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada Editores, 2010. p.31-73.
- MENDOZA, Josefina Gómez. **La mirada del geógrafo sobre el paisaje: del conocimiento a la gestión**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Territorio*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008. [11-56].
- MEINIG, Donald W. (Ed.). **The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays**. Oxford University Press: New York, 1979.

MEINIG, Donald W. **Beholding Eye - Ten Versions of the Same Scene**. In: MEINIG, Donald W. (Ed.). *The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*. Oxford University Press: New York, 1979. [páginas].

MEYER, Elisabeth. **Site citations: the grounds of modern landscape architecture**. In: BURNS, C. J.; KAHN, A. (orgs.). *Site matters. Design concepts, histories and strategies*. New York: Routledge, 2005. [páginas].

MMA. **Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil**. - Brasília: MMA/SDS, 2001.

MILANI, Rafael. **Estética del paisaje: formas, cánones, intencionalidad**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Pensamiento*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2006. [p.55-82].

MITCHELL, W. J. Thomas. **Imperial Landscape**, In: MITCHELL, W. J. Thomas. *Landscape and Power*, Chicago: The University of Chicago Press, 2002 [p.5-34].

MOESCH, Norma Martini (Coord.). **Inventário da Oferta Turística do Município de Agudo/ RS**. Programa Nacional de Inventariação Turística – Projeto-piloto: Rio Grande do Sul. Centro Universitário Franciscano: Santa Maria, 2007.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura y Política: Ensayos para mundos alternativos**. Editora Gustavo Gili, SL: Barcelona, 2011.

National Park Service. Cultural Landscapes Inventory - **Professional Procedures Guide**. U.S. Department of the Interior. National Park Service. Cultural Resource Stewardship and Partnerships. Park Historic Structures and Cultural Landscapes Program Washington D.C. January 2009.

NOGUÉ, Joan. **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2007.

NOGUÉ, Joan. **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2008.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Prototipo de Catálogo de Paisaje. Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos del Paisaje de Cataluña – Resumen del documento de referencia para los grupos de trabajo** (edición revisada). Observatorio del Paisaje: Barcelona Olot y Barcelona, 2006.

NOGUÉ, Joan. **Al margen. Los paisajes que no vemos**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Territorio*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008. [181-202].

NOGUÉ, Joan. **Paisatge, Territori i Societat Civil**. Valencia: Editorial Tres i Quatre, 2010.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma; Sala, Pere. **Paisatge y participació ciutadana (Documents; 1)**. Olot: Observatori Del Paisatge de Catalunya; Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament d'interior, Relacions Institucionals i Participació Ciutadana de La Generalitat de Catalunya, 2010.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Indicadors de paisatge. Reptes i perspectives. Plecs de Paisatge (Eines 1)**. Olot: Observatori Del Paisatge de Catalunya; Barcelona: Obra Social de Caixa Catalunya, 2009.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i gestió del paisatge a Europa. Plecs de Paisatge (Eines 2)**. Olot: Observatori Del Paisatge de Catalunya, 2009b.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Edições Loyola: São Paulo. 2008 (17ª Ed.) [tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves].

PELLITERO, Ana María Moya. **La percepción del paisaje urbano**. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2011.

PÉREZ, Linarejos Cruz; ECHÁNIZ, Ignacio Español. **El Paisaje. De la percepción a la Gestión**. Ediciones Liteam: Madrid, 2009.

PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia; ROSSINI, Miriam. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PISÓN, Eduardo Martínez de. **Miradas sobre el paisaje**. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2009.

POMAR, Luis Cancer. **Reflexiones sobre la valoración del paisaje**. In: MADERUELO, Javier (Org). *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada Editores, 2010. p.75-99.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, Séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**, Ariel Antropología: Barcelona, 1997 (2009, 3ª ed.).

Preservation Briefs 36: **Protecting Cultural Landscapes Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes**. (Disponível em: <http://www.nps.gov/history/tps/how>)

Ratificação do Convênio Europeu da Paisagem (nº 176 do Conselho da Europa), feito em Florença em 20 de outubro de 2000, BOE núm. 31 de 5 de fevereiro de 2008, consultado em novembro de 2012, disponível em: <http://hombreyterritorio.org/archivos/legislacion/4-espacios-protegidos/ConvencionEuropeadelPaisaje.pdf>

RAFFESTIN, Claude. **Dalla nostalgia del território al desiderio di paesaggio – Elementi por una teoria del paesaggio**. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.520/2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>. Em linha.

RITTER, J. Paisagem. **Sobre a função do estético na sociedade moderna**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [95-123].

RIVERA BLANCO, Javier. **Paisaje y patrimonio**. In: MADERUELO, Javier (dir.). *Paisaje y Patrimonio*. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2010; [11-29].

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

ROGER, Alain. **Vida y Muerte de los Paisajes. Valores estéticos, valores ecológicos**. [p.67-86]. In: NOGUÉ, Joan. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2008.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. Martins Fontes: São Paulo, 2001. [tradução Eduardo Brandão]. Título Original: *L'Architettura Della Città*. 1966.

SALA, Pere; MOLES, Anna. **La planificació del paisatge en l'àmbit local a Europa. Els casos d'Alemanya, França, Països Baixos, Regne Unit, Suïssa i la regió de Valònia, a Bèlgica**, Observatori del Paisatge, Olot y Barcelona, 2014.

SABATÉ, Joaquín. **Patrimonio y Proyecto Territorial**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2004.

SABATÉ, Joaquín. **Paisajes Culturales y Proyecto Territorial**. [p.249-274]. In: NOGUÉ, Joan. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2008.

SABATÉ, Joaquín; BENITO, Paz. Paisajes culturales y proyecto territorial: un balance de treinta años de experiencia. **Identidades: territorio, cultura, patrimonio**, Diciembre 2010, núm. 2. [2-21].

SAITO, Yuriko. **Apreciar a natureza nos seus próprios termos**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. [319-338].

SAUER, C. O. **A Morfologia da Paisagem**. Em: CORREA, L. R.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. [original: The morphology of landscape, *Publications in Geography*, University of California, v.2, nº2, 1925, p.19-54].

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. [1ª Ed. Inglês “*Landscape and Memory*” em 1995].

SCHRÖDER, Rob; WASCHER, Dirk; ODELL, Simon; SMITH, Chris. **Comparing landscape planning in England, Germany and the Netherlands, Policy contexts and three case study plans**. Alterra-report 2040, Alterra Wageningen UR: Wageningen, 2010.

SCHWERZ, João Paulo. **Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS**. Dissertação de Mestrado PGAU-Cidade, UFSC, 2009.

SCHWERZ, João Paulo. **Apreensão da Paisagem como Patrimônio a partir do olhar comum: estudo de caso em Agudo-RS**. Anais do I Colóquio Iberoamericano Paisagem cultural, patrimônio e projeto – Desafios e perspectivas: Belo Horizonte-MG, 2010.

SCHWERZ, João Paulo. **Aprehensión del paisaje como patrimonio a partir de la mirada común**. Anales XIV Convención de Ordenamiento Territorial y Urbanismo – Cultura, Territorio y Ciudad: Habana-Cuba, 2011.

SCHWERZ, João Paulo. **Valores e conflitos na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo-RS** (p.213 -234) em: CASTELLS, Alcía e NARDI, Letícia (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea*: Editora da UFSC, Florianópolis, 2013.

SCHWERZ, João Paulo. **Da paisagem ao planejamento do território – possíveis relações entre ‘território’ & ‘poder’ e ‘cultura’ & ‘paisagem’**. Anais do XV ENAMPUR: Recife-PE, 2013.

SEGUIN, Jean-François. **El Paisaje y sus Indicadores**. Paisaj-e: Boletín Trimestral del observatorio del paisaje – 8. Olot, Nov-Dez. 2007. Disponível em: <http://www.catpaisatge.net/cat/butlleti/index.php?codi=232&idioma=cat>. Acesso em março de 2012.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. **A paisagem como problema da filosofia**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Org.). *Filosofia da Paisagem – Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p.13-38.

SIMMEL, George. **Filosofía del Paisaje** [*Die Philosophie der Landschaft* – 1913], Madrid: Casimiro Libros, 2013. p.7-24.

SITTE, Camillo. **A Construção da Cidade Segundo seus Princípios Artísticos**. Ática: São Paulo, 1992. [título original: *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, Viena, 1889].

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Diferencias – topografía de la arquitectura contemporánea**. Coleção 'Hipótesis'. Editora Gustavo Gili, SA.; Barcelona, 2003.

SWANFFIELD, Simon (ed.). **Theory in Landscape Architecture – A reader**. University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 2002

VARELA, Carmen Vázquez; NAVARRO, José María Martínez. **Del Inventario Patrimonial a la Identificación de Unidades de Paisaje: Estrategias en el Marco de un Desarrollo Territorial Sostenible**. Scripta Nuova, Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. ISSN:1138-9788. Vol. XII, núm.270 (135), 1 agosto de 2008. (Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-135.htm>. Acesso setembro 2014.

VERDUM, Roberto. **Perceber e conceber a paisagem**. In: VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar S.; PINTO, Bruno F.; PIRES DA SILVA, Luís (Orgs.). *Paisagem, leituras, significados, transformações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. [15-22].

VERDUM, Roberto. **Notas de aula da disciplina “Paisagens”**, *PAGUS* - Laboratório da Paisagem, Departamento de Geografia, UFRGS: Porto Alegre, 2014. [Não publicado].

VOULIGNE, Évelyne; DOMON, Gérald. **La compréhension des valorisations paysagères, Vers une nouvelle méthode d'analyse des paysages de l'ordinaire**. Universidade de Montreal, Canadá, 2006, disponível em: http://www.vrm.ca/documents/Paysage_Vouligny.pdf. Acessado em setembro de 2014.

WEIMER, Günter, **Arquitetura da Imigração Alemã – um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul**. Editora da Universidade; Livraria Nobel S.A., Porto Alegre, 1983.

WILSON, Chris; GROTH, Paul (eds.). **Everyday America: Cultural Landscape Studies after J. B. Jackson**. California University, 2003.

ZIMMER, Jörg. **La Dimensión Ética de la Estética del Paisaje**. [27-44]. In: NOGUÉ, Joan. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2008.

ZUBE, Ervin H. (Org.). **Landscapes – Selected writings of J.B. Jackson**. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1970.

ZUSMAN, Perla. **Perspectivas Críticas del Paisaje en la Cultura Contemporánea**. In: NOGUÉ, Joan. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2008. [275-296].

PÁGINAS WEB

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19871009>. Acesso em março de 2015.

<http://www.nps.gov/index.htm> consultado em 21.12.2012.

<http://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/briefs/36-cultural-landscapes.htm>, consultado em 21.12.2012.

<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8186-historico-do-zee>

<http://www.mma.gov.br/endere%C3%A7os-importantes/item/7531-programa-zee-brasil>

<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/zee-nos-estados>

<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/8749>

<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/8188>

<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/7529>

http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/Atlas_de_paysages_2015-anglais_fichier_web_cle0a15b8.pdf

<http://www.nps.gov/history/tps/index.htm>. (Acessado em: 21.11.12)

<http://www.naturalengland.org.uk/ourwork/landscape/englands/character/default.aspx>

catpaisatge.net

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm

http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_meio_ambiente

<https://historicengland.org.uk/images-books/publications/using-historic-landscape-characterisation/>, consultado em 26.08.2013.

<https://books.google.com.br/books?id=Riz9CAAAQBAJ&pg=PT78&lpg=PT78&dq=significados+ind%C3%ADgenas+corup%C3%A1&source=bl&ots=1Fv5SkEtH1&sig=-ZhbhdS1Yz30hBhMwKHLRIAQTzo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjz6mG0JjNAhWGNSYKHU82BeoQ6AEIMTAD#v=onepage&q=significados%20ind%C3%ADgenas%20corup%C3%A1&f=false>

<https://www.english-heritage.org.uk/professional/research/landscapes-and-areas/characterisation/historic-landscape-character/>(acessado em: novembro de 2012)

[http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/DGALN_MethodeAtlasPaysages-1994_annexes_\(1\).pdf](http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/DGALN_MethodeAtlasPaysages-1994_annexes_(1).pdf) (acessado em 25.08.14)

<http://www.developpement-durable.gouv.fr/Atlas-de-paysage.html> (acessado em

25.08.14).

<http://www.mma.gov.br>

<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8186-historico-do-zee>

<http://www.mma.gov.br/endere%C3%A7os-importantes/item/7531-programa-zee-brasil>

<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>

<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/zee-nos-estados>

APÊNDICE I

Este apêndice constitui parte da tese “Patrimônio e Planejamento: Aproximações a partir da paisagem de Agudo/RS”, elaborada junto ao Programa de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/ UFRGS), 2017.

MAPA DE AUTORES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

AUTOR	CONCEITO
CARLOS BRANDÃO, 2001	PATRIMÔNIO CULTURAL
CHOAY, 2001	PATRIMÔNIO CULTURAL
JEUDY, 2005; SABATÉ, 2008; POULOT, 2009; CHOAY, 2011; MONTANER E MUXI, 2014	RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS COM PATRIMÔNIO CULTURAL
SABATÉ, 2008	PAISAGEM CULTURAL
HARVEY, 1989/ 2009; NOGUÉ, 2008	RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PRODUÇÃO DO ESPAÇO
PISÓN, 2007	PAISAGEM CONCEITO
MARIA GOULA, 2005	PAISAGENS ORDINÁRIAS
NOGUÉ, 2010	PARTICIPAÇÃO SOCIAL; PAISAGEM CONCEITO; MÉTODOS DE ANÁLISE, PAISAGEM E IMAGEM
ALAN ROGER, 2009	HISTÓRIA DA PAISAGEM
JAVIER MADERUELO	HISTÓRIA DA PAISAGEM
AUGUSTIN BERQUE, 2009; 2011	CONCEITO PAISAGEM/ CULTURA
JEAN-MARC BESSE, 2010	CONCEITO PAISAGEM
COSGROVE, 1989; 1998	REPRESENTAÇÃO ESPAÇO/ HISTÓRIA DO CONCEITO
LÓPEZ SILVESTRE, 2006	HISTÓRIA DA PAISAGEM
SERRÃO, 2011	ANTOLOGIA DO CONCEITO
SIMMEL, 1913/ 2013	CONCEITO MODERNO
SAUER, 1925/ 1998	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO
JOHN BRINCKERHOFF JACKSON	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO – PAISAGENS VERNACULARES
RAFFESTIN, 2005, P.66,	PAISAGEM CONCEITO
PELLITERO, 2011	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO
GORDON CULLEN, 1914-1994 E KEVIN LYNCH	HISTÓRIA MODERNA DO CONCEITO
SUZMAN, 2008	RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PRODUÇÃO DO ESPAÇO/ PAISAGEM
AGUILÓ, 2005	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA PAISAGEM . TEORIA E PRÁTICA. VALORES.
VARELA; NAVARRO, 2008	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA PAISAGEM. CONSTRUÇÃO SOCIAL.
POMAR, 2010	PAISAGEM E PATRIMÔNIO. VALORAÇÃO. CIENTÍFICA E SOCIAL
LUGINBÜHL, 2008; 2009	INDICADORES SOCIAIS. PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL
MATA OLMO, 2006	PAPEL SOCIAL E GESTÃO DA PAISAGEM. MÉTODO. GESTÃO TERRITORIAL.

TARROJA, 2006,	PAPÉL SOCIAL E GESTÃO DA PAISAGEM
BURNS E KHAN, 2005	PROJETO. IMPORTÂNCIA DO LUGAR/ SÍTIO
ELISABETH MEYER, 2005	PROJETO. IMPORTÂNCIA DO LUGAR/ SÍTIO
ROBIN DRIPPS, 2005	PROJETO. IMPORTÂNCIA DO LUGAR/ SÍTIO
MARCHÁN FIZ, 2006	CULTURA X NATUREZA
D'ANGELO, 1999	CULTURA X NATUREZA
GONÇALVES, 2003	PATRIMÔNIO
RIVERA BLANCO, 2010	PATRIMÔNIO HISTÓRICO CONCEITO/ PAISAGEM
MARTINEZ-NOVILLO, 1999	PAISAGEM TURISMO
RIBEIRO, 2007	PAISAGEM BRASIL
CASTRIOTA, 2011	PAISAGEM BRASIL
GÓMEZ MENDOZA, 2008	GESTÃO TERRITORIAL/ PAISAGEM
FOWLER, 2003	PAISAGEM DEFINIÇÕES UNESCO
MATA OLMO, 2010	GESTÃO TERRITORIAL/ PAISAGEM
SALA; MOLES, 2014	MÉTODO
SCHLEE, 2016	PAISAGEM PATRIMÔNIO BRASIL
PRATS, 1997, 2004	PATRIMÔNIO CRÍTICA CONTEMPORÂNEA
D. W. MEINING, 1979	INTERPRETAÇÃO DAS PAISAGENS ORDINÁRIAS
PIERCE F. LEWIS, 1979	LER A PAISAGEM
PAUL GROTH; TODD W. BRESSI, 1997	ENTENDENDO PAISAGENS ORDINÁRIAS

ANEXO A

Este anexo constitui parte da tese “Patrimônio e Planejamento: Aproximações a partir da paisagem” (de Agudo/RS), elaborada junto ao Programa de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/ UFRGS), 2017.

PROTÓTIPO DO CATÁLOGO DE PAISAGEM DA CATALUNHA

O texto a seguir apresentado é uma tradução livre e ligeiramente adaptada do *Prototipo de Catálogo de Paisaje – Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos del Paisaje de Cataluña, Resumen del documento de referencia para los grupos de trabajo (edición revisada)*: Olot y Barcelona, mayo de 2006 de autoria de Joan Nogué (Diretor do Observatorio del Paisaje de Cataluña) e de Pere Sala (Coordenador técnico do Observatorio del Paisaje de Cataluña).

A obra original possui onze (11) partes: 1. Apresentação, 2. Catálogos de Paisagem da Catalunha, 3. O sistema de Planejamento Territorial na Catalunha, 4. Precedentes e experiências análogas – Elaboração do Protótipo do Catálogo de Paisagem da Catalunha, 5. Âmbito de Aplicação e Critérios para a Confecção dos Catálogos de Paisagem, 6. Funções dos Catálogos de Paisagem, 7. A Unidade de Paisagem nos Catálogos de Paisagem: Nova peça Básica do Planejamento Territorial na Catalunha, 8. Procedimentos de 9. Elaboração dos Catálogos, 10. Consultas Públicas, Resultados e 11. A Modo de Conclusão. A adaptação apresentada a seguir segue parcialmente esta sequência mas encontra-se apresentada sob novo formato, funcionando como uma leitura síntese do documento original.

O SISTEMA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA CATALUNHA E OS CATÁLOGOS DE PAISAGEM

A Comunidade Autônoma da Catalunha possui quatro províncias (*diputaciones*): *Barcelona, Lérida, Tarragona* e *Gerona*, e quarenta e uma *Comarcas*. Tem ao todo novecentos e quarenta e seis (946) municípios numa área de trinta e dois mil quilômetros quadrados (32.000km²), com uma costa marítima de 580 km. A Catalunha apresenta uma diversidade paisagística muito marcada sobre um território relativamente reduzido. Dos aproximadamente sete milhões e meio de habitantes (7.500.000), 70% vive nos 45 maiores municípios com mais de 20.000 habitantes, em sua maioria situados no litoral ou área de influência, principalmente na Região Metropolitana de Barcelona.



IMAGEM 01: Espanha e suas Comunidades Autônomas, com destaque para a Catalunha.
FONTE: Elaboração própria 2012.

A Catalunha conta desde 2005 com um instrumento chamado Catálogos de Paisagem da Catalunha, elaborado pelo *Observatório da Paisagem da Catalunha*. O Observatório, por sua vez uma entidade de assessoramento da *Generalitat de Catalunya* (administração da Comunidade Autônoma da Catalunha), criado na conjuntura de adequação às recomendações europeias sobre paisagem. Instituiu-se como um centro de estudos e acompanhamento das paisagens catalãs, convertendo-se atualmente como referência para pesquisa científica na temática da paisagem²⁰⁷.

Os Catálogos de Paisagem da Catalunha são documentos técnicos cujo principal objetivo é incorporar a paisagem como referência nas diferentes escalas de ordenação territorial da Catalunha. O sistema de planejamento territorial da Catalunha é regido pela Lei 23/1983 que regulamenta sua Política Territorial a partir de três instrumentos de planejamento: o Plano Territorial Geral da Catalunha, os Planos Territoriais Parciais e os Planos Territoriais Setoriais, como explicam NOGUÉ e SALA (2006, p.5 e seq.).

O organograma do Observatório está estruturado em um Conselho Reitor com representantes das sete universidades catalãs, das quatro Províncias, de nove Conselhos Profissionais (*Colégios*), além de representantes de associações municipais e da própria administração da Comunidade Autônoma. O Conselho Reitor é o órgão superior do consórcio e é presidido pelo Secretário (*Consejero*) do Departamento de Território e Sustentabilidade da Catalunha. É formado ainda por uma Comissão Executiva, de caráter permanente de administração, gestão e proposições, ao qual o Conselho Reitor delega atribuições; e conta também com um Conselho Assessor, órgão consultivo de assessoramento do Observatório formado por instituições diversas e individualmente por pessoas com vínculo e distinção no tema paisagem. Sua criação em corresponde à necessidade de estudar, elaborar propostas e impulsionar medidas de proteção, gestão e ordenação da paisagem, numa

²⁰⁷ Além de gerenciar a elaboração dos Catálogos, o *Observatori* conta com um Centro de Documentação bastante completo e atualizado, sendo também responsável por uma série de publicações próprias e em coautoria sobre temas diversos relacionados à paisagem que podem ser consultadas, copiadas e/ ou compradas através da página web: <http://www.catpaisatge.net>. Também é responsável pela organização, realização, e apoia diversos congressos e seminários a respeito, inclusive fora da Europa. Atualmente assessora a elaboração experiências análogas aos Catálogos em diferentes países europeus como Andorra e França. (N.A.)

perspectiva de desenvolvimento sustentável e de caráter regional, na qual os Catálogos assumem papel preponderante em termos conceituais e metodológicos.

Antes de apresentar tais instrumentos, é necessário esclarecer que a Catalunha é decomposta em sete “*áreas funcionais*”, ou “*âmbitos de planejamento territorial*”, subdivisões utilizadas especificamente para o ordenamento territorial, que não encontra equivalente em termos de escala no Brasil, a saber: Alto Pireneu e Arão (*Alt Pirineu i Aran*), Comarcas Centrais (*Comarques Centrals*), Campo de Tarragona (*Camp de Tarragona*), Planície de Lleida (*Plana de Lleida*), *Região Metropolitana de Barcelona*, (*Regió Metropolitana de Barcelona*), *Comarcas de Girona* (*Comarques de Girona*) e *Terras do Ebro* (*Terres de l'Ebre*). O alcance territorial de cada *Catálogo de Paisagem* corresponde a cada um dos *âmbitos de planejamento*, regidos por um *Plano Territorial Parcial*, documento que encerra a função legal de ordenamento do território na Catalunha.



IMAGEM 02: Âmbitos de Planejamento da Catalunha. **FONTE:** Adaptado a partir do conteúdo original (NOGUÉ e SALA, 2006, p.6).

O *Plano Territorial Geral da Catalunha* (PTG) define os objetivos de equilíbrio territorial considerados de interesse geral para a Comunidade Autônoma. Entre outras funções, este plano prevê os núcleos de povoação que exercerão uma função impulsora ou equilibrante, a localização de grandes infraestruturas de comunicação, saneamento ou de energia, assim como a localização de espaços de uso agrícola ou florestal de especial interesse ou os espaços e elementos naturais que devem ser conservados. O primeiro e único Plano Territorial Geral da Catalunha foi aprovado em 1995 e continua vigente.

Os *Planos Territoriais Parciais* (PTP), principal objeto dos Catálogos de Paisagem, estão pensados para distender o Plano Territorial Geral em cada um dos seus sete âmbitos territoriais de aplicação (Imagem xx). Estes Planos se centram em três sistemas básicos da estrutura e funcionalidade do território, e recebem, por isso, distintas diretrizes paisagísticas a partir dos catálogos: a) sistema de espaços abertos, que compreende todo o solo classificado como *não urbanizável* para planeamento urbanístico; b) sistema de assentamentos urbanos, que corresponde aos assentamentos existentes (cidades, povoados, loteamentos, equipamentos, solo industrial, etc.) e a proposta de estratégias de extensão, reforma ou consolidação dos mesmos; c) sistema de infraestruturas de mobilidade, que corresponde à rede viária, ferroviária, sistema aeroportuário, sistema portuário, assim como o sistema logístico e de intermodais associados. A incorporação da variável paisagística nos PTP é fundamental, sobretudo pelo fato de situar-se hierarquicamente por cima do planeamento urbanístico.

Os *Planos Territoriais Setoriais* (PTS) compreendem exclusivamente os aspectos relacionados à estradas, espaços de interesse natural e aeroportos. Estes planos não são objeto direto dos Catálogos de Paisagem, ainda que a Lei de Paisagem estabeleça que os Planos Territoriais Parciais possam determinar quando e como as diretrizes paisagísticas se convertem em recomendações para os PTSs e, portanto, quando os planos e programas aprovados posteriormente deverão ser congruentes com estas recomendações de paisagem.

Além destes, a partir da Lei 31/2002 de medidas fiscais e administrativas, se acrescentam ao sistema existente os *Planos Diretores Territoriais* (PDT), que

são detalhamentos dos Planos Territoriais para partes específicas da área em questão, por exemplo, uma agrupação de municípios ou uma Comarca, e que se estruturam com os mesmos sistemas descritos para os PTP (espaços abertos, infraestruturas de mobilidade e assentamentos urbanos). Os Planos Diretores Territoriais são, juntamente com os PTPs, objeto principal dos Catálogos de Paisagem.

No âmbito do planeamento urbanístico, há que ressaltar os *Planos Diretores Urbanísticos* (PDU), que compreendem âmbitos supramunicipais (sobretudo sistemas urbanos e metropolitanos ou comarcas), nos quais se definem as propostas com mais detalhes que o que permitem os Planos Territoriais. Finalmente existem os *Planos de Ordenação Urbanística Municipal* (POUM), que são instrumentos de ordenação à escala local.

Os Catálogos de Paisagem permitem facilitar a conexão entre o planeamento territorial e o urbanístico no que se refere à implementação de políticas de paisagem. Eles são responsáveis por determinar a tipologia das paisagens da Catalunha, seus valores – patentes e latentes – e estado de conservação, os objetivos de qualidade que devem cumprir, e as medidas para alcançá-los, e devem orientar a integração da paisagem aos instrumentos de ordenação territorial em diferentes escalas, desde os Planos Territoriais Parciais (PTP) até o Planeamento Urbanístico (POUM), passando pelos Planos Territoriais Setoriais (PTS).

Segundo determina a Lei de proteção, gestão e ordenação da paisagem da Catalunha, a classificação e caracterização das paisagens, assim como os objetivos de qualidade associados a cada uma delas, se incorporarão com caráter normativo (em normas, diretrizes e recomendações) nos sete Planos Territoriais Parciais elaborados pelo Departamento de Política Territorial e Obras Públicas do Governo da Catalunha e nos planos diretores territoriais que o Departamento considere oportunos, com prévia consulta pública.

Os Planos Territoriais Parciais, por sua vez, determinam onde as diretrizes de paisagem serão de aplicação direta, de incorporação obrigatória na modificação e revisão de planos, ou bem quando constituirão unicamente recomendações para planos ou programas de natureza setorial relacionados com a paisagem. Do ponto de vista do planeamento urbano, os Catálogos de

Paisagem são concebidos como ferramentas técnicas para a adoção de diretrizes e recomendações de caráter paisagístico, úteis para o desenvolvimento de projetos.

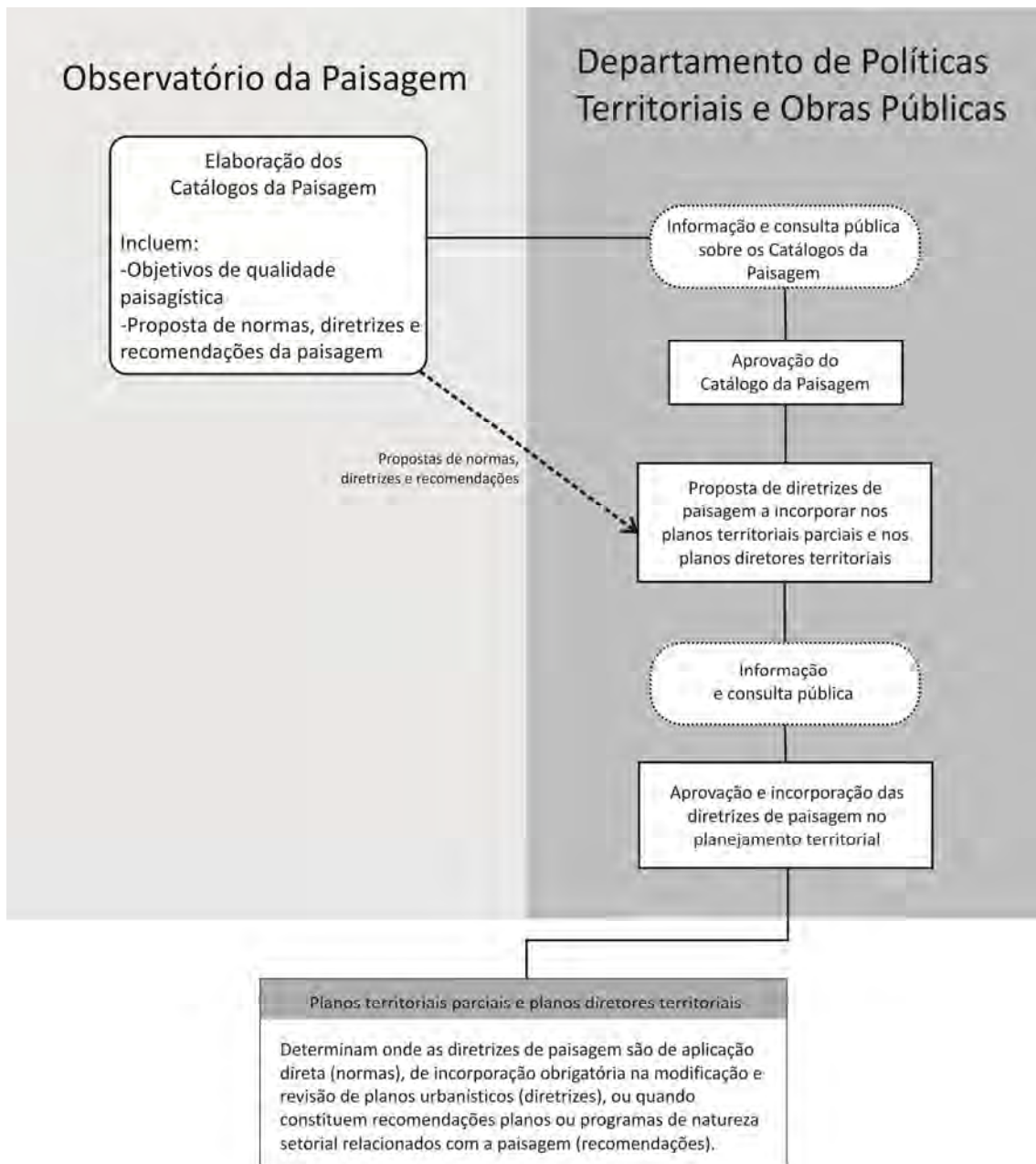


IMAGEM 03: Processo de integração de diretrizes de paisagem no planejamento da Comunidade Autônoma da Catalunha (segundo Lei 8/2005). **FONTE:** Adaptado a partir do conteúdo original (NOGUÉ e SALA, 2006, p.12).

Além do papel direto no planejamento territorial da Catalunha, os Catálogos de Paisagem também assumem parte em funções complementares onde atuam conjuntamente com outros agentes. São referência, por exemplo, na elaboração das *Cartas de Paisagem*, definidas legalmente como “instrumentos de concertação de estratégias entre agentes públicos e privados para levar a cabo atuações de proteção, gestão e ordenação da paisagem, que se dirijam à manutenção de seus valores”, de escala municipal, supramunicipal ou comarcal – diferentemente do que ocorre com os Catálogos, estas têm um âmbito de aplicação coincidente com as regiões que organizam a estrutura política e administrativa da Catalunha (NOGUÉ e SALA, 2006, p.13).

Os catálogos da paisagem também fundamentam o processo de definição de políticas e estratégias setoriais como políticas de conservação da natureza, políticas agrárias sustentáveis e de desenvolvimento rural, políticas de promoção turística, política industrial, de atividades extrativas, de transportes, de telecomunicações, política energética (sobretudo no setor de energias renováveis), política da água e de resíduos (implantação de aterros sanitários e outras infraestruturas), políticas culturais e políticas de educação. Da mesma forma, os Catálogos oferecem informações básicas para a definição de estratégias regionais ou locais dirigidas ao desenvolvimento sustentável do território (Agendas 21 locais, estratégias de sustentabilidade, etc.).

Os Catálogos também servem como subsídio em campanhas de sensibilização sobre a diversidade paisagística da Catalunha e seus valores ambientais, culturais e estéticos, e para a inserção da paisagem em distintos níveis de ensino na Catalunha. Na mesma linha, promovem os objetivos de qualidade paisagística e a informação paisagística necessária para os processos de avaliação ambiental de políticas, planos e programas, para o estudo de impacto ambiental e de impacto paisagístico de projetos. Por fim, os Catálogos constituem o documento de referência para o desenvolvimento e aplicação do *Fundo para a proteção, gestão e ordenação da paisagem*, instrumento financeiro do Governo da Catalunha criado pela Lei da Paisagem com a finalidade de melhora paisagística.

CONCEPÇÃO E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DOS CATÁLOGOS DA PAISAGEM

Como já explicado, a função principal dos catálogos de Paisagem é a incorporação de diretrizes paisagísticas na ordenação territorial e concretamente nos Planos Territoriais Parciais, que corresponde com o de cada um dos âmbitos de planejamento indicados anteriormente.

Segundo os autores do protótipo que dá origem ao documento, o Catálogo de Paisagem adota uma visão integrada de paisagem, tentando minimizar a distinção tradicional em componentes naturais e culturais, e buscando uma abordagem conjunta. A definição de paisagem é entendida de forma semelhante à definição utilizada pelo Convênio Europeu de Paisagem, ou seja, como uma área tal e como é percebida pela população, cujo caráter é o resultado da interação dinâmica de fatores naturais (como o relevo, a hidrologia, a flora ou a fauna) e humanos (como as atividades econômicas ou o patrimônio histórico). A paisagem é concebida, assim, como uma realidade física e a representação que culturalmente se faz dela: é a fisionomia geográfica de um território com todos seus elementos naturais e antrópicos, e também os sentimentos e emoções que despertam no momento de contemplá-los. O documento ambiciona “a paisagem como um produto social, a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado desde uma dimensão material, espiritual, ideológica e simbólica” (NOGUÉ e SALA, 2006, p.9).

Com um enfoque multidimensional abre-se a possibilidade de entendimento sobre os diversos valores que caracterizam as paisagens: Os Catálogos da Paisagem da Catalunha partem da possibilidade de existência de diversos “*tipos de valores*” da paisagem (ecológicos, históricos, culturais, estéticos, simbólicos, etc.) que são atribuídos pelos diversos agentes que nela intervêm e pela população de maneira geral. Este é um ponto importante para explicar a utilização de uma metodologia qualitativa para a elaboração dos Catálogos.

Por outro lado também releva a dificuldade do processo de conformar um método qualitativo de valoração de qualidade da paisagem que seja válido em termos científicos e aceitável para o conjunto da sociedade: As paisagens têm

significados variáveis para a população que a desfruta e, por outro lado, a cada paisagem se pode atribuir diferentes valores em graus distintos, segundo o agente ou indivíduo que o percebe. Isto justifica a escolha conceitual e metodológica de evitar a hierarquização de níveis das paisagens e a quantificação de seus valores apreendidos. Conforme Nogué e Sala (2006, p.9) esta é a tarefa mais complexa no procedimento de elaboração dos Catálogos, dado que os valores são resultado das percepções e sensações da população, e como tais são subjetivas ou incomensuráveis.

Outra preocupação fundamental dos Catálogos é que o objeto de análise e de aplicação de resultados é todo território catalão, e não somente aos espaços considerados excepcionais. Desta forma o documento inclui espaços marginais, degradados e cotidianos (paisagens de áreas comerciais ou industriais, por exemplo); Engloba ao mesmo tempo espaços naturais e urbanos, rurais e periurbanos, assim como incide sobre águas interiores e marítimas. Da mesma forma, os Catálogos são direcionados a atender a diversidade de percepções e aspirações dos diferentes grupos e minorias que devem igualmente ter direito à paisagem.

Uma característica destacada na elaboração dos Catálogos de Paisagem da Catalunha é que insistem na participação pública como ferramenta para a implicação e responsabilização da sociedade no planejamento e gestão da paisagem. Os autores assinalam que é habitual que a análise da paisagem seja desenvolvida por especialistas, mas ressaltam a orientação do Convênio Europeu de Paisagem que indica a relevância dos cidadãos e dos agentes econômicos nas fases de planejamento da paisagem, começando por sua caracterização (NOGUÉ e SALA, 2006, p. 10). Neste contexto os Catálogos apostam na cooperação entre os agentes implicados (sejam cargos eleitos, de âmbito acadêmico científico, técnicos ou cidadãos de onde se aplicam os Catálogos), e os mecanismos desenvolvidos para participação e consulta são fundamentais para isto. Neste sentido, todo o processo de elaboração dos Catálogos compatibiliza rigor científico com a participação pública.

Finalmente, desde um ponto de vista prático, para cumprir seus objetivos de aplicabilidade como instrumentos de ordenação e gestão da paisagem, as propostas dos Catálogos devem ser viáveis, sobretudo economicamente.

Os Catálogos têm seu conteúdo mínimo regido pela *Lei de Proteção, Gestão e Ordenação da Paisagem da Catalunha* (Lei 8/2005). Estes princípios estruturam e sintetizam todo o processo de elaboração de cada um dos sete Catálogos contemplando a fase final propositiva. São os seguintes: a) O inventário dos valores paisagísticos presentes na área estabelecida; b) A enumeração das atividades e processos que incidem ou incidiram de forma mais notória na configuração atual da paisagem; c) A sinalização dos principais percursos e espaços de onde se percebe a paisagem; d) A delimitação das unidades de paisagem, entendidas como áreas estruturais funcionais e/ou visualmente coerentes sobre as que pode incidir um regime diferenciado de proteção, gestão ou ordenação; e) A definição de objetivos de qualidade paisagística para cada unidade de paisagem (devem expressar as aspirações da coletividade no que se refere às características paisagísticas de seu entorno); e f) A proposta de medidas e ações necessárias para alcançar os objetivos de qualidade paisagística estabelecidos.

Sendo o principal objetivo dos Catálogos de Paisagem integrar a paisagem no planejamento territorial, a escala de trabalho coincide com a própria dos Planos Territoriais Parciais, ou seja, a escala 1:50.000. Este nível de detalhe mostra-se adequado para o registro da informação paisagística necessária para o planejamento territorial.

UNIDADE BÁSICA DE PLANEJAMENTO: UNIDADE DE PAISAGEM

A citada “unidade de paisagem” configura-se a peça territorial básica de análise dos Catálogos e conseqüentemente sobre a que se fundamenta a política de paisagem na Catalunha a partir destes documentos. São as unidades territoriais básicas sobre as quais se formulam os “objetivos de qualidade paisagística” instituídos no Convênio Europeu de Paisagem. A sistematização das unidades de paisagem objetiva a compreensão da estrutura e do funcionamento geral do território e da diversidade paisagística de cada um dos setores de planejamento territorial, de modo que expressem os grandes conjuntos paisagísticos existentes na Catalunha. As unidades de paisagem são

delimitadas a partir das características paisagísticas do setor territorial estudado, mas também considerando sua utilidade para os instrumentos de planejamento territorial.

Cabe notar que as unidades de paisagem cobrem todo o território catalão, ou seja, cada ponto pertence a determinada unidade, e não somente espaços de maior interesse paisagístico.

Essa característica da atuação catalã é importante porque deixa claro que os catálogos não atendem somente àquelas paisagens com determinados valores cênicos, harmônicos ou ecológicos excepcionais, mas abarcam todo o tipo de paisagens até cobrir o último rincão do território, sobretudo aqueles que carecem de menor proteção ou atenção. Além disso, as unidades de paisagem evitam descontinuidades nos espaços limítrofes entre os setores territoriais, inclusive nos setores territoriais vizinhos. (NOGUÉ e SALA, 2006, p.14-15).



IMAGEM 04: Esquema de delimitação de unidades de paisagem nos Catálogos de Paisagem da Catalunha. As unidades de paisagem não necessariamente coincidem com os limites administrativos ou âmbitos territoriais. **FONTE:** Adaptado a partir do conteúdo original (NOGUÉ e SALA, 2006, p.15).

A figura da unidade de paisagem é amplamente utilizada em muitos países para delimitação e caracterização da paisagem, de onde se desprendem múltiplos enfoques para o conceito a partir das diferentes disciplinas que se dispõem à adotá-lo. Os Catálogos de Paisagem da Catalunha propõem uma

noção que dá grande importância aos elementos dinâmicos e intangíveis da paisagem para definição de seu caráter.

Conforme a definição contida no Protótipo de Catálogo de Paisagem, as “*unidades de paisagem* são porções do território com um mesmo *caráter*, ou seja, estão caracterizadas por um conjunto de elementos que contribuem para que uma paisagem seja diferente da outra, e não por isso pior ou melhor”. O caráter da unidade dependerá, por sua vez, da combinação das formas de relevo (montanhas, vales, várzeas, etc.), cobertura do solo (cultivos, zonas urbanizadas, matas ciliares, etc.), organização do espaço, dimensão histórica (estruturas paisagísticas seculares e modernas), percepção (textura, cores, formas, etc.) ou das relações que se estabelecem entre a população e sua paisagem (proximidade, sentimento de pertencimento, etc.).

[...] as unidades de paisagem nos Catálogos de Paisagem se baseiam, principalmente, nos elementos que estruturam o território (as montanhas, os rios e a rede de caminhos) e em sua organização (solo agrícola, florestal ou urbano), mas considerando ao mesmo tempo as dinâmicas que contribuíram – e contribuem – para modelar sua imagem atual (processos irreversíveis de urbanização, transformações agrícolas, etc.), a tradição cultural e a história, que dificilmente podem ser identificadas com a simples sobreposição de camadas cartográficas. (NOGUÉ e SALA, 2006, p.15-16)

A grande quantidade de variáveis paisagísticas que podem ser utilizadas para a caracterização da paisagem constitui uma séria dificuldade metodológica. Neste sentido, o procedimento utilizado para caracterizar as paisagens no marco dos Catálogos da Paisagem seguem três premissas básicas: que seja simples, que se sirva da maior quantidade de informação disponível possível e que seja útil para o planejamento territorial, urbanístico e setorial:

[...] se propõe um conceito operativo de unidade de paisagem, entendida como uma parte do território caracterizada por uma combinação específica de componentes paisagísticos de índole ambiental, cultural e estética e de dinâmicas claramente reconhecíveis que lhe conferem uma idiossincrasia diferenciada do resto do território. A definição das unidades se baseia em elementos paisagísticos perduráveis no tempo, para assegurar que os catálogos tenham um período de vigência elevado. (NOGUÉ e SALA, 2006, p.16-17).

A delimitação das unidades de paisagem é o resultado da interação de sete variáveis paisagísticas, sintetizadas a seguir: 1) *Os fatores fisiográficos*, em especial, o relevo; 2) *Os usos e as coberturas do solo*, utilizados principalmente na identificação e disposição espacial de cada paisagem; 3) *A dimensão histórica da paisagem* que tem no fator humano seu principal agente transformador ao longo do tempo. Fundamenta-se nas formas e estruturas paisagísticas legadas, como os padrões urbanos (forma e dimensões do núcleo), a estrutura de parcelamento e de propriedade, as tipologias de assentamento no território (dispersão ou concentração populacional), a distribuição histórica de determinadas atividades produtivas (colônias, indústrias, zonas de pastagem, etc.), infraestruturas hidráulicas (reservatórios, rede de canais ou de rego), a rede de caminhos antigos ou outras infraestruturas de comunicação e transporte (como estradas ou ferrovias). A persistência destas marcas no território contribui a definir o caráter de uma determinada paisagem e a identidade de um território e são elementos básicos que deverão ser levados em conta na ordenação posterior da paisagem; 4) *A estrutura ecológica da paisagem*, analisada a partir da ecologia da paisagem através de cálculos de índices de diversidade e fragmentação da paisagem; 5) *Estudo de visibilidades*, ou a visão da paisagem. Este aspecto é muito importante para a definição das unidades de paisagem, já que a observação e compreensão da paisagem estão fortemente condicionadas pela existência de certos pontos de observação e de percursos visuais (marcos topográficos, núcleos urbanos, vias de comunicação, etc.); 6) *A apreensão de dinâmicas recentes e tendências imediatas*, considerando projetos que já afetam partes do território e que não constam nas cartografias de referência; e 7) *O sentimento de lugar*: A paisagem transcende seus componentes naturais, estéticos, históricos e socioeconômicos. A paisagem é um elemento vivencial, isto é, é configurada a partir da soma de experiências vividas ao longo dos anos que arraigam sentimentos de pertencimento e de identidade. A relação social e econômica ancestral estabelecida entre as distintas populações de um território, ou entre um povoado e um rio próximo, o uso de certas técnicas e práticas de manejo de cultivo, a denominação dos lugares, a existência de um dialeto falado em um pequeno território ou o reconhecimento especial de certas paisagens (pela sua importância durante a infância ou por seu uso cotidiano)

são, entre outros, alguns fatores – nestes casos intangíveis – que fazem com que as pessoas se identifiquem e valorem distintamente determinada paisagem.

Os Catálogos também são elaborados de forma a considerar a continuidade das paisagens em seus limites com outras Comunidades Autônomas e estados europeus vizinhos. Para isso são utilizados como baliza resultados de outros métodos de classificação da paisagem como os Atlas das Paisagens da Espanha (*Atlas de los Paisajes de España*) elaborado pelo respectivo Ministério do Meio Ambiente, ou o Mapa de Coberturas do Solo *Corine Land Cover* (2000) em escala 1:100.000 elaborado pela Agência Europeia do Meio Ambiente em 2004. São cartografias fundamentais para definição das unidades de paisagem nas fronteiras da Catalunha com *Aragão, País Valenciano, Midi-Pyrénées e Languedoc-Roussillon* (NOGUÉ e MATA, 2006, p.18).

PAISAGENS DE ATENÇÃO ESPECIAL

Embora o objetivo dos Catálogos seja cobrir todo território da Catalunha colocando luz sobre todo e qualquer tipo de paisagem – evidenciando também as paisagens comuns –, preveem um dispositivo de análise chamado de *paisagem de atenção especial*. Trata-se de uma espécie de detalhamento distinguido para setores com especial complexidade do ponto de vista paisagístico (zonas em rápida transformação de uso), que demandam diretrizes específicas para proteção, gestão e ordenação em escala urbanística. Estas paisagens de atenção especial são chave para alcance dos objetivos paisagísticos, pois “as decisões tomadas no âmbito urbanístico são, sem dúvida, as que acabam incidindo sobre a paisagem, ou ao menos as que são mais fáceis de perceber por parte da população” (NOGUÉ e SALA, 2006, p.18).

A partir da finalização dos sete Catálogos de Paisagem foram delimitadas cento e trinta e cinco (135) unidades de paisagem que cobrem toda a Catalunha. O âmbito de planejamento Comarcas Centrais (*Comarques Centrals*) está em processo de aprovação definitiva do Catálogo de Paisagem correspondente, enquanto todos os outros âmbitos já foram aprovados e

incluídos definitivamente no processo de planejamento da Catalunha²⁰⁸. Atualmente o Observatório da Paisagem disponibiliza em sua página web as bases digitais do mapa das paisagens da Catalunha em formato ArcGis e em formato KML (Google Earth).



IMAGEM 05: Mapa das unidades de paisagem da Catalunha. O território da Catalunha está dividido – a partir da elaboração dos sete Catálogos de Paisagem – em 135 unidades de paisagem. **FONTE:** Observatorio del Paisaje. Disponível em: www.catpaisatge.net/esp/. Acessado em fevereiro de 2013.

²⁰⁸ O Catálogo de Paisagem dos Campos de Tarragona foi aprovado pela *Generalitat de Catalunya* em maio de 2010, o das Comarcas de Girona aprovado em novembro de 2010, o de Terras do Ebro em julho de 2010, o das Planícies de Lleida em agosto de 2008, Alto Pireneu e Arão em abril de 2013 e o da Região Metropolitana de Barcelona em dezembro de 2014. Todo conteúdo dos Catálogos, incluindo bases teóricas, mapas, etc., pode ser consultado e copiado através da página web do Observatório: <http://www.catpaisatge.net/esp/catalegs.php>. (N.A.).

PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DOS CATÁLOGOS DE PAISAGEM

O procedimento de elaboração dos Catálogos de Paisagem segue cinco etapas: 1) Identificação e caracterização da paisagem; 2) Avaliação da paisagem; 3) Definição dos objetivos de qualidade paisagística; 4) Estabelecimento de diretrizes, medidas e propostas de atuação; e 5) Estabelecimento de indicadores de seguimento, ainda que até o momento esta última etapa não tenha sido contemplada como originalmente previsto. Cada etapa técnica conta com uma via de consulta popular, e somente após a convivência popular prossegue-se para a fase seguinte. Os autores do Protótipo que guiou a elaboração oficial dos Catálogos de Paisagem da Catalunha descrevem pormenorizadamente cada uma destas etapas, transcritas com pequenas modificações, a seguir. Esta passagem da tese pretende absorver o conteúdo geral do método para possíveis adaptações no estudo de caso, ainda que não anseie se comprometer com modelos (NOGUÉ e SALA, 2006, p.19 e seq.).

7. A primeira fase, de *identificação e caracterização da paisagem e inventário dos valores* é onde são identificadas as áreas do território que têm um caráter similar (tomando como base o estudo dos elementos naturais, culturais e visuais que configuram a paisagem). Com base nisso delimita-se as áreas identificadas como unidades de paisagem, descreve-se seu caráter, e realiza-se o mapeamento de cada uma.

A descrição do caráter da unidade de paisagem implica estudar sua sequência evolutiva, inventariar de forma exaustiva seus valores paisagísticos, descrever a dinâmica geral da paisagem tratada e os fatores naturais e socioeconômicos que intervieram e intervêm em sua evolução e transformação. Este documento específico analisa como evoluirá a paisagem se seguem as tendências atuais, as dinâmicas naturais do meio, assim como as tendências socioeconômicas, a legislação vigente ou a implementação de políticas territoriais, urbanísticas e setoriais atuais. Ao final do processo configura uma base

de dados com fotografias das unidades de paisagem que passarão a formar parte do *Arquivo Fotográfico das Paisagens da Catalunha*.

Por motivos de praticidade, a valoração inicia com as partes do território ou elementos reconhecidos legalmente como de especial valor paisagístico (parques ecológicos, geológicos, arqueológicos, núcleos históricos, etc.). O Protótipo também apresenta uma lista descritiva dos tipos de “valores” mais comuns de serem encontrados, lembrando que outros valores podem ser latentes. De todo o processo de caracterização da paisagem, o mais significativo é o de identificação de seus valores. Para tal empreende-se uma ampla classificação buscando atingir a diversidade das paisagens. O documento em análise detalha alguns tipos de valores, ressaltando que pode haver muitos outros dependendo do contexto.

Valores estéticos estão relacionados com a capacidade de determinada paisagem transmitir sentimento de beleza associada à apreciação, ou podem ser ativados a partir de suas cores, texturas, escalas, ou unidade entre os elementos que conformam a paisagem. O valor estético geralmente está fundamentado em determinados padrões elaborados e transmitidos culturalmente ao longo do tempo.

Valores ecológicos têm que ver com a qualidade do meio natural, calculados através de indicadores específicos de biodiversidade, como conectores ecológicos, ou mananciais.

Valores produtivos estão relacionados com a capacidade de uma paisagem em proporcionar benefícios econômicos, como uma paisagem agrícola ou florestal, industrial, turística, etc.

Valores históricos são os vestígios relevantes de outras épocas deixados pela ação humana. Não se trata simplesmente de inventariar elementos de interesse histórico, mas considerar espaços e conjuntos de elementos de consideração paisagística desde uma perspectiva histórica. Podem ser representados por elementos ou conjuntos arquitetônicos em uso ou já desativados, mas também a estrutura de

divisão de glebas/ lotes, redes de infraestrutura (caminhos antigos, sistemas de rego, etc.).

Valores de uso social estão relacionados com o uso coletivo de determinada paisagem a partir de suas funções de lazer ativo e/ ou passivo.

Valores religiosos e espirituais são aqueles que associam determinada paisagem com práticas ou crenças religiosas, como monumentos funerários, ou percursos e pontos de procissões ou peregrinações.

Valores mitológicos dizem respeito à elementos paisagísticos com atribuições simbólicas coletivas através de mitos e lendas.

Valores simbólicos e identitários relacionam determinado coletivo com uma paisagem. São elementos ou paisagens que carregam uma carga simbólica capaz de estabelecer relações de pertencimento e reconhecimento com seus habitantes.

Para a identificação dos valores de natureza cultural, perceptiva ou interpretativa (como os estéticos, simbólicos ou espirituais) e, portanto, de valoração mais subjetiva, é muito importante conhecer a opinião das pessoas que vivem no território, por meio de entrevistas gerais e dirigidas.

Embora os autores insistam neste ponto, ressalvam que a participação pública não é o único meio para chegar a conhecer estes valores. A exploração da produção artística e literária do lugar (histórica ou não) é um caminho notável para tal. Ao largo da história, artistas e escritores têm transmitido em suas obras paisagens com atributos estéticos e simbólicos e que eles mesmos, às vezes, foram seus criadores (NOGUÉ e SALA, 2006, p.21). Além dos que aparecem na lista anterior, é possível identificar outros valores do tipo perceptivo ou interpretativo. Correspondem à percepção sensorial – não somente visual – que um sujeito tem de uma determinada paisagem. Isso significa que uma paisagem pode ser segura, terrificante, tranquila, barulhenta, molesta, selvagem, remota. Estes valores são de fácil descrição, mas de muito difícil identificação e não se consideram prioritários para os Catálogos.

Agora, neste ponto é muito importante a sensibilidade e a capacidade de observação e empatia com o lugar de quem elabora os Catálogos.

8. O segundo passo é o de *avaliação da paisagem*, que consiste em estudar as ameaças e oportunidades para a proteção, gestão e ordenação de cada unidade e de cada paisagem de atenção especial. É importante neste ponto analisar as posições da administração do território, para que as mudanças de políticas públicas ou de atitudes individuais ou coletivas possam diminuir a pressão sobre a paisagem e melhorar sua qualidade.
9. A *definição dos objetivos de qualidade paisagística* é um momento de reflexão por parte das administrações públicas e das aspirações da coletividade no que se refere às características de seu entorno, após conhecer seu estado, seus valores e seus riscos. Nesta fase, a participação adquire um papel relevante. Os objetivos de qualidade paisagística, decididos pelas equipes de trabalho e os recolhidos nos processos de participação cidadã, se definem para cada unidade de paisagem e se classificam segundo os fins almejados, ou seja, sua preservação, melhora, restauração, recuperação, valorização, criação ou uma combinação das ações anteriores.

Por sua vez, os objetivos de qualidade paisagística se classificam segundo sua destinação. São dirigidos ao planejamento territorial (concretamente aos Planos Territoriais Parciais e aos Planos Diretores Territoriais) ou às políticas setoriais que podem ter um efeito direto ou indireto na paisagem (como a política de conservação da natureza, as políticas agrárias, florestais, industriais, de desenvolvimento rural, de atividades extrativas, de turismo, de transportes, de telecomunicações, energética, de águas, de resíduos, culturais, de educação, fiscais e patrimoniais).

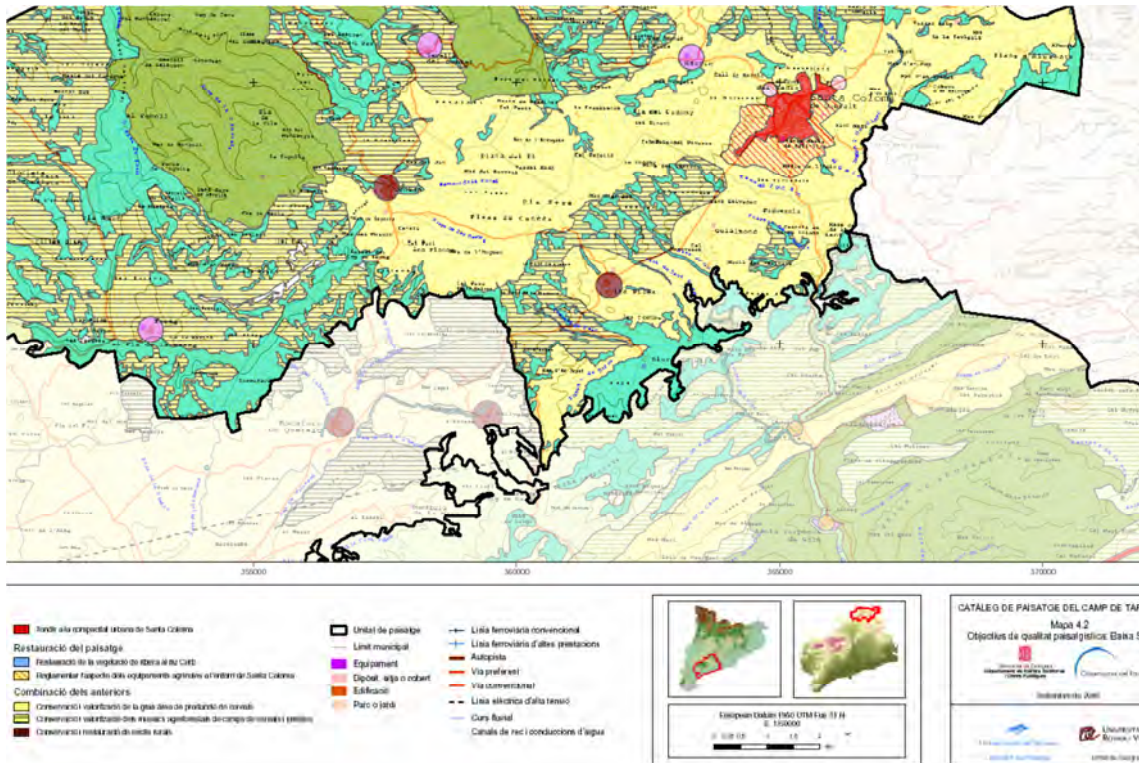


IMAGEM 06: Demonstração de um mapa de *Objetivos de Qualidade Paisagística*. Todos os mapas elaborados para qualquer unidade de paisagem podem ser acessados diretamente na página web do Observatório. **FONTE:** Observatorio del Paisaje. Disponível em: www.catpaisatge.net/esp/. Acessado em fevereiro de 2013.

10. Estabelecimento de diretrizes, medidas e propostas de atuação, a partir dos objetivos definidos na fase anterior. São definidos para cada unidade e para cada paisagem de atenção especial, critérios e ações específicas que deverão ser assumidas pela administração implicada. No planejamento territorial, as propostas dos Catálogos adaptam-se às normativas que estabelecem planos de alcance maior, caso existam (por exemplo, regionais, estaduais ou federais), e podem apresentar determinações de três tipos: normas, diretrizes e recomendações.

As normas são de formulação precisa e de cumprimento obrigatório pelo planejamento urbano, projetos de infraestrutura e outras atuações no território que são objeto de regulação. As diretrizes são disposições que definem estratégias ou pautas de atuação que devem ser assumidas em documentos normativos de menor escala, especialmente no planejamento urbano. As recomendações são adequadas para um desenvolvimento positivo do território, mas são submetidas às

avaliações de oportunidades ou conveniência por parte da administração competente no momento de atuar. As normas, diretrizes e recomendações deverão ser respeitadas pelo sistema de assentamentos urbanos, pelo sistema de infraestrutura de mobilidade e pelo sistema de espaços abertos.

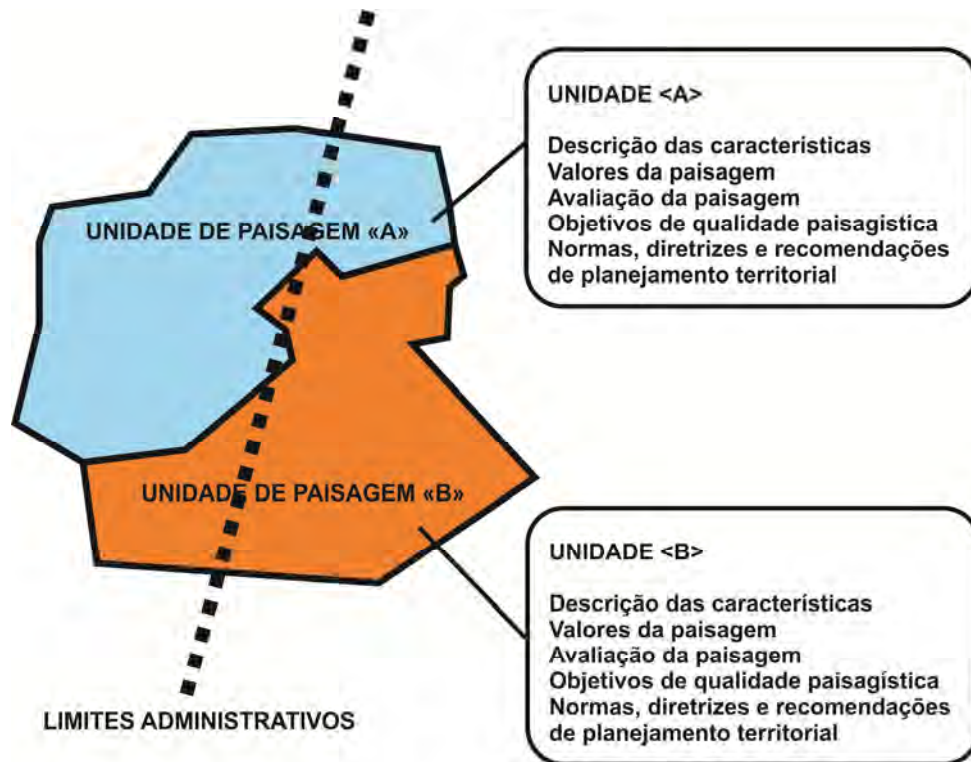


IMAGEM 07: Cada unidade conta com uma descrição própria que converge para um tratamento individualizado através dos objetivos de qualidade paisagística. **FONTE:** Observatorio del Paisaje. Disponível em: www.catpaisatge.net/esp/. Acessado em fevereiro de 2013.

11. Estabelecimento de indicadores de seguimento são finalmente calculados por meio de indicadores de diferentes tipo (ambientais, culturais e sociais da paisagem). Devem ser compreensíveis à população e gestores públicos, formulados a partir dos objetivos de qualidade paisagística, objetivando um seguimento do estado da paisagem e de sua evolução. Um dos principais desafios desta fase é a difusão da informação para a sociedade. São necessários indicadores compreensíveis que indiquem de um modo simples e eficaz o estado de um aspecto determinado da paisagem e sua evolução.



SUPERFÍCIE 22.692 ha
91% Camp de Tarragona i 9% Àmbit del Penedès



ÀMBIT TERRITORIAL

- Àmbit del Penedès
 - Alt Penedès
 - Panorà
 - Anoia
 - Selprat
 - Camp de Tarragona
- Alt Camp
 - Alguarnús
 - Cabra del Camp
 - el Pont d'Armentera
 - Querd
- Conca de Barberà
 - Barberà de la Conca
 - els Plans
 - Portell
 - Sarrià

Part de la Serralada Prelitoral entre el riu Anoia i les muntanyes de Prades de relleu undulant i agrest format per un conjunt de serres disposades en paral·lel. Domini del sòl forestal amb extenses pinedes de pi blanc i brolls. Poblament en nuclis petits, molt poc habitats, situats a l'eix del Gaià, el riu que discorre encaixonat al llarg d'aquesta unitat. Grans urbanitzacions residencials en terrenys forestals.

<http://www.catpaisatge.net/files/estats/C7/Memoria%20habitat%20U1.pdf>



IMAGEM 08: Ficha de apresentação das unidades de paisagem (frente). Cada uma das 135 unidades tem a sua respectiva ficha síntese. **FONTE:** Observatorio del Paisaje. Disponível em: www.catpaisatge.net.

TRETS DISTINTIUS

- Paisatge de caràcter muntanyès. Relleu abrupte amb altituds dels cims més elevats propants als 1.000 metres. El Puig de Farnigosa (1.002 m), el Montgat (862 m), la serra de Brufaganya (823 m) i la serra del Comarad (808 m) són els relleus principals i de més elevació.
- Predomina els materials calcaris: dolòmits i calcàries trileptes.
- Les pinedes de pi blanc (*Pinus halepensis*) ocupen una gran extensió i s'estenen sobretot per les parts altes de la serra de Brufaganya. La vegetació de caràcter arbustiu, brolls de romaní, és present arreu, sobretot a les parts baixes del relleu.
- El riu Gaià travessa el territori de nord a sud fortament encaixonat en els materials calcaris, vertebra l'espai tant des d'un punt de vista físic com humà.
- En els pocs replans que ofereix el relleu i en les estretes valls obertes pels indiciis del riu Gaià, especialment al sector de Portell, s'hi coneixen censals de secà.
- Grans urbanitzacions han proliferat en l'eix de la carretera que uneix l'Alt Camp i l'Alt Penedès, entre Alguarnús i Panorà.
- Les vinyes guanyen terreny en detriment dels censals de secà.
- Presència de nombrosos castells en punts elevats, visitats des de bona part del territori. Destaquen els castells de Selmeia, Rocanora, Rodonyà i Querd, declarats Bè d'Interès Cultural.
- Un conjunt de plataformes tabulars formen relleus sòs de fàcil lectura principalment en el sector nord.

PRINCIPALS VALORS DEL PAISATGE

- Entorn d'element patrimonial: Santuari de Sant Miquel de Brufaganya, Església de Sant Jaume de Montgat, restes del Castell de Montgat, Castell de Ramonet, de Prinya, de Portell, de Saborella, de Selmeia, de Rocanora, de Seguer, de Querd i de Montdar, conjunt de Santa Perpètua de Gaià (nucli urbà i castell), nucli urbà d'Esblada, conjunt de Vallespiosa (nucli urbà i castell), església i torre de Sant Miquel de Montdar.
- Conques censalística del corredor agrícola de Vallespiosa - Viladepedret i plans d'Esblada, tant per la seva vistes econòmica, com pels valors estètics i paisatgístics que contenen.
- Façana i perímetre visual del nucli de Santa Perpètua de Gaià.
- Paisatge de cirgles i codines del sistema serra de Comarad-Montdar-Punta Alta.
- Llera del riu Gaià i del torrent de Biure.
- Surgències d'aigua i les fonts, com la font del Nadal, la font del Bon Nom o la font del Riuclotxo.
- Els petroglifs dels Fenils, art rupestre esquemàtic, datats entre finals del tercer mil·lenni i el segle VI abans de Crst.

DIVISIÓ ADMINISTRATIVA

	Barrios	Parts	Total
Nombre municipis	1	6	10
Nombre comarques		4	4
Nombre nacles protegides	33		
Km de costa			
Km de l'est amb França i Aragó			

CONDICIONS DEL SÒL

	Superfície (ha)	Porcentaje
Sòl artificialitzat i impermeable	303	1,3%
Conreu	3.502	15,4%
Forestal	18.796	82,8%
Aiguas continentals	1	0,0%

SISTEMA D'ESPUR OBERTS EN EL PLANEJAMENT TERRITORIAL

	Superfície (ha)	Porcentaje
Sòl protecció especial	19.172	84,5%
Sòl protecció territorial	29	0,1%
Sòl protecció preventiva	877	3,9%

SÒL EN ESPAI PROTEGIT

	Superfície (ha)	Porcentaje
Espais naturals de protecció especial (ENPE)		
Protecció especial d'interès natural (PEIN)	12.376	54,6%

SÒL EN PENEDÛ

	Superfície (ha)	Porcentaje
Marges del 20%	7.836	34,5%
Més del 20%	14.853	65,5%

SÒL NO URBANITZABLE I USAT D'OCUPACIÓ PER DIVERSES ACTIVITATS

	Superfície (ha)	Porcentaje
Porcentaje de sòl no urbanitzable	97%	
Nombre edificacions	1345	
Superfície edificada (m ²)	171.250	
m ² base / m ² ocupat	1.283	
Nombre edificacions / km ²	8	
Dispositiu mitjà de les edificacions (m ²)	127	

CLASSIFICACIÓ DEL SÒL (MFC)

	Superfície (ha)	Porcentaje
Sòl urbà	224	1,0%
Sòl urbà no consolidat	257	1,2%
Sòl urbanitzable delimitat	259	0,9%
Sòl urbanitzable no delimitat		
Sòl no urbanitzable	21.952	96,9%

SÒL URBÀ I QUALIFICACIÓ MFC

	Superfície (ha)	Porcentaje
Taxiè compacte (R1-R2)	9	0,0%
Districte jardí (R3)	123	0,5%
Activitat econòmica (A1-A3)		0,0%
Altres sòl urbà	92	0,4%
Total	224	1,0%
Relació R1 / R1-R2	1,426	m ² m ²

SÒL EN SECTORS D'INTERÉS URBANITZABLE

	Superfície (ha)	Sòl protecció d'urbà (ha)
Unitat no consolidat residencial	257	108
Urbanitzable no delimitat residencial	208	157
Unitat no consolidat activitat econòmica	0	0
Urbanitzable delimitat activitat econòmica	1	1
Urbanitzable no delimitat activitat econòmica		

SARXA DE MOBILITAT

	Longitud (km)	m / ha
SARXA VIÀRIA		
Rutas bàsiques	0,0	0,00
Començat	24,2	1,07
Llora	56,7	2,50
Totes categories	80,9	3,57
SARXA FERROVIÀRIA		
Llora consolidat		0,00
Alta velocitat		0,00
Total		0,00

IMAGEM 09: Ficha de apresentação das unidades de paisagem (verso). Cada uma das 135 unidades tem a sua respectiva ficha síntese. **FONTE:** Observatorio del Paisaje. Disponível em: www.catpaisatge.net.

CONSULTAS PÚBLICAS

Os Catálogos de Paisagem determinam a consulta pública como ferramenta para o envolvimento da sociedade na gestão e planejamento de sua paisagem. O processo de participação tem ênfase na valorização e percepção que o cidadão tem da paisagem (sobretudo os aspectos mais intangíveis) e na consideração de suas ameaças e oportunidades. A consulta se desenvolve em três níveis: a) Entrevista direta aos agentes da paisagem, como instituições, especialistas, empresários, sindicatos ou associações culturais e ecologistas; b) Jornadas de trabalho integradas ao processo de consulta dos Planos Territoriais Parciais organizadas pelo Departamento de Política Territorial e Obras Públicas da Comunidade Autônoma da Catalunha; c) Consultas dirigidas a toda sociedade através da página web do Observatório da Paisagem.

Do processo de consulta se obtém uma base de dados com informações atualizáveis e consultáveis sobre os principais agentes envolvidos na proteção, gestão e ordenação da paisagem da Catalunha, formando o chamado *Inventário de Agentes da Paisagem da Catalunha*.



- 1 Presentació de la consulta
- 2 Dades d'usuari
- 3 Selecció d'unitat de paisatge
- 4 Qüestionari d'unitat de paisatge
- 5 Conclusions i valoració
- 6 Final de consulta + obtenció d'obsequi

El Catàleg de paisatge de les Comarques Centrals ha estat elaborat per la Universitat de Barcelona, sota la supervisió i coordinació de l'Observatori del Paisatge de Catalunya.



Comarques Centrals

1. Presentació de la consulta

Benvinguts a l'espai de consulta ciutadana sobre el **Catàleg de paisatge de les Comarques Centrals**, un instrument creat per la Llei 8/2005, de Paisatge de Catalunya, per integrar objectius paisatgístics en la planificació i ordenació del territori.



El Catàleg de paisatge tindrà incidència sobre les comarques de **l'Anoia, el Bages, el Berguedà, Osona i el Solsonès**. A través del Catàleg de paisatge es podrà conèixer l'estat del paisatge en aquestes comarques, els seus valors i les mesures per millorar-lo amb la finalitat d'integrar-se en el Pla territorial parcial de les Comarques Centrals que està elaborant el Departament de Política Territorial i Obres Públiques.

La vostra opinió és molt important!

Un cop hagueu acabat obtindreu un obsequi molt especial per gaudir dels paisatges de les Comarques Centrals des del vostre ordinador.

Per qüestions tècniques, el temps de resposta de la consulta no pot excedir els 25 minuts.

La consulta es troba disponible però no és operativa.

CONTINUAR >>

IMAGEM 10: Demonstração das páginas web para consulta pública. **FONTE:** Observatorio del Paisaje. Disponível em http://www.catpaisatge.net/esp/catalegs_participacio.php.

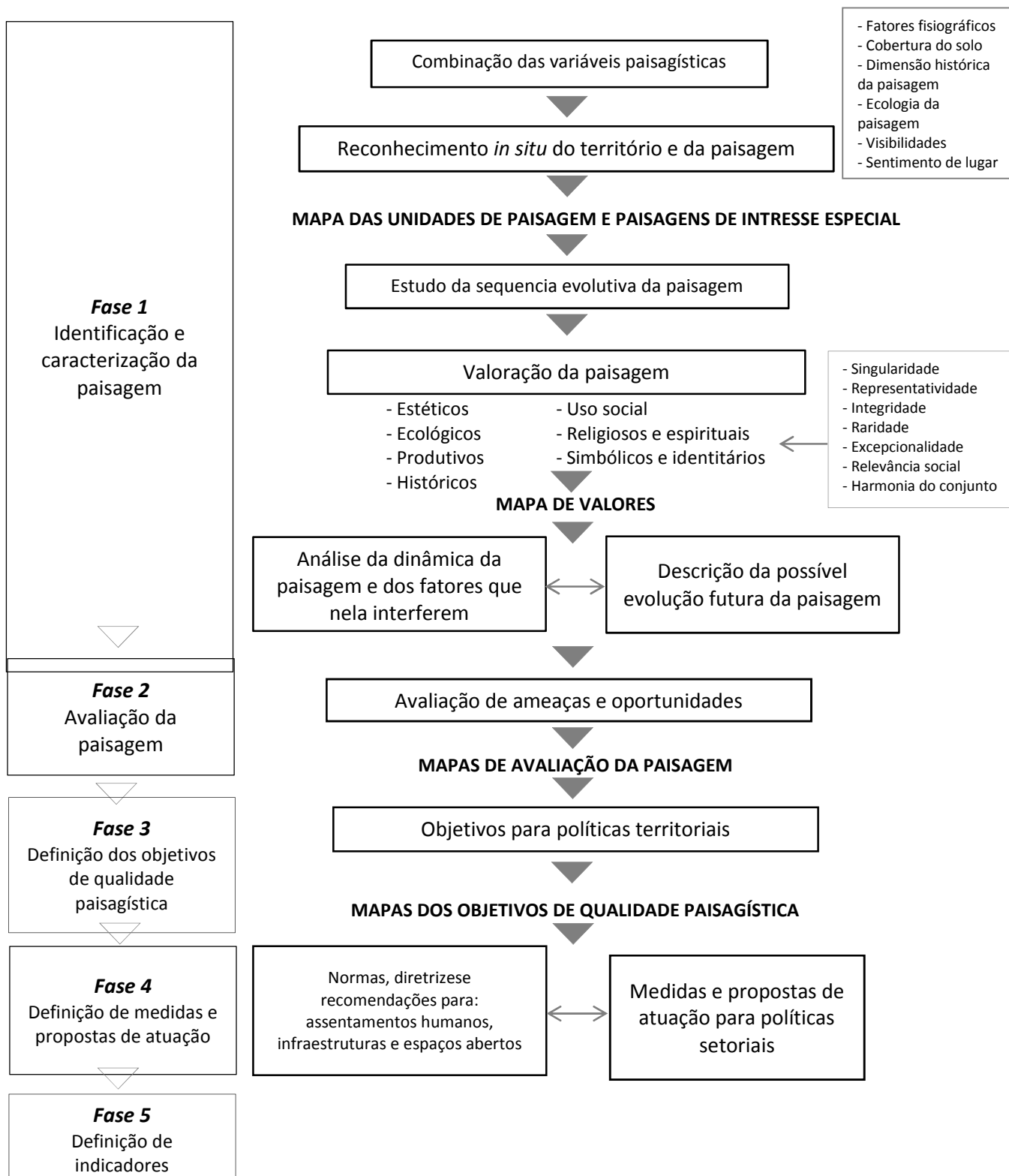


IMAGEM 11: Resumo do procedimento para elaboração dos Catálogos de Paisagem da Catalunha **FONTE:** Adaptado a partir do conteúdo original (NOGUÉ e SALA, 2006, p.29).

RESULTADOS

O Observatório da Paisagem é, conforme já explicado, o responsável pela elaboração dos Catálogos de Paisagem. O documento técnico entregue ao

Departamento de Política Territorial e Obras Públicas do Governo da Catalunha
é constituído pelo seguinte conteúdo:

Memória Escrita

1ª parte: Âmbito territorial

1. Metodologia
2. Fatores naturais que condicionam a paisagem em âmbito territorial
3. Fatores humanos: processo histórico de povoação e sua influência sobre a paisagem.
4. A paisagem atual.
5. A expressão artística da paisagem.
6. As paisagens “significativas”.
7. Dinâmicas de atividades e processos que incidem mais notoriamente na paisagem.
8. Evolução da paisagem obedecendo as tendências socioeconômicas e ambientais atuais.
9. Ameaças e oportunidades.
10. Objetivos de qualidade paisagística para todo âmbito territorial.
11. Proposta de medidas e ações para todo âmbito territorial.
12. Estabelecimento de indicadores para a proteção, gestão e ordenação sustentáveis da paisagem.

2ª parte: Unidades de Paisagem

13. As unidades de paisagem do âmbito territorial.
14. Fichas para cada unidade de paisagem com:

Dados gerais

Características distintas de cada unidade (naturais, culturais, dinâmicas, etc.)

Elementos naturais e humanos que constituem a paisagem

Evolução histórica

Organização da paisagem

Expressão artística

Dinâmica atual

Valores paisagísticos

Principais trajetos e pontos de observação da paisagem

Riscos e impactos
Possível evolução futura da paisagem
Ameaças e oportunidades
Objetivos de qualidade paisagística
Medidas e ações

15. Paisagens de atenção especial

16. Conclusões

17. Documentação de referência

18. Anexos (resumo de todo o catálogo)

Mapas

Os mapas que se elaboram são:

Mapa de unidades de paisagem e de paisagens de atenção especial

Mapa de visibilidades e intervisibilidades dos principais pontos e trajetos

Mapa dos principais trajetos e pontos de observação da paisagem

Mapa dos valores naturais e ecológicos da paisagem

Mapa dos valores estéticos da paisagem

Mapa dos valores históricos

Mapa dos valores sociais da paisagem

Mapa dos valores produtivos da paisagem

Mapa dos valores religiosos e espirituais

Mapa dos valores simbólicos e identitários

Mapa dos impactos

Mapa de riscos

Mapa de avaliação da paisagem por unidades de paisagem

Mapa de objetivos de qualidade paisagística

Inventário de agentes da paisagem

Base de dados com informação atualizável e consultável sobre os principais agentes (instituições, ONGs, etc.) envolvidos na proteção, gestão e ordenação da paisagem da Catalunha.

Arquivo fotográfico

Trata-se da base de dados com todas as fotografias realizadas durante o processo de elaboração dos Catálogos de Paisagem, devidamente classificadas por unidades de paisagem, como por outros critérios considerados importantes. As fotografias passam a ser propriedade do Observatório e integrarão o arquivo fotográfico das paisagens da Catalunha.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CATÁLOGOS DA PAISAGEM

Nogué e Sala ressaltam o papel dos Catálogos da Paisagem como um instrumento para a incorporação da paisagem no planejamento territorial com a vantagem de facilitar a conexão entre o planejamento territorial e o urbano no que se refere à implementação de políticas de paisagem. Esse duplo objetivo encontra dificuldades metodológicas sérias, já que ainda não se dispõe de muitas experiências que abordem integralmente todas estas questões. Ainda assim os Catálogos são referência para o conhecimento, análise e reflexão sobre a diversidade das paisagens da Catalunha através da integração e avaliação de valores naturais e culturais em suas dimensões tangíveis e intangíveis. Essa abordagem, por sua vez, projeta outro desafio por se tratar de uma questão fundamental considerando o crescente interesse, valorização e demanda social da paisagem (NOGUÉ e SALA, 2006, p.31-32).

Os autores advertem que o método desenvolvido para os Catálogos não pretende projetar o futuro da paisagem, mas ressaltar certas tendências que parecem evidentes. Ao mesmo tempo, os Catálogos têm o papel de definir linhas estratégicas e diretrizes concretas que possam contribuir para a melhora da qualidade das paisagens e, definitivamente, da qualidade de vida dos

cidadãos. O documento também é pensado como um influente instrumento de sensibilização e educação e deve ter um papel preponderante no incremento da consciência dos cidadãos, das organizações privadas e das autoridades públicas sobre os valores da paisagem, suas funções e suas mudanças, conforme anseio dos autores:

Os Catálogos de Paisagem devem permitir avançar em direção a uma nova cultura de ordenação do território que exigirá, sem dúvida, elevada dose de sensibilidade paisagística por parte de todos os agentes que na paisagem intervêm. (NOGUÉ e SALA, 2006, p.32).